

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO
PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

IVO OSS EMER

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO
PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

IVO OSS EMER

ORIENTADOR: OSMAR FÁVERO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.

56

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Administração de Sistemas Educacionais

1991

Dedico este estudo a pessoas que
me são muito caras:

a Noeli de Hollanda Emer, esposa

e aos filhos

Luciana de Hollanda Emer

Ivo de Hollanda Emer.

AGRADECIMENTOS

A Cândido Grzybowski, orientador no período de discussão e construção do objeto da presente pesquisa e na produção dos primeiros capítulos, mediante orientação por escrito, valiosa por estar sempre disponível, relida e assimilada, contribuindo, portanto, na produção deste trabalho.

A Osmar Fávero, orientador das demais fases de produção da Dissertação, pelo carinho e dedicação com que assumiu o trabalho em andamento.

Aos muitos moradores da região especialmente antigos professores, pela paciência em ouvir longas exposições e pela disposição em relatar suas experiências de vida no magistério.

Aos colegas do Departamento de Educação da Unioes_{te}/Fecivel pelo estímulo e interlocução.

SUMÁRIO

	Pag.
Introdução	1
PRIMEIRA PARTE	
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO PARANÁ	9
Capítulo I A conquista portuguesa e a formação da fronteira	10
Capítulo II Penetração argentina e cabocla no Oeste do Paraná	37
Capítulo III Condições prévias de ocupação e colonização do Oeste do Paraná	79
Capítulo IV A ampla colonização do Oeste do Paraná e a modernização da agricultura..	128
SEGUNDA PARTE	
A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA	
Capítulo V Contexto educacional nacional, estadual e a primitiva escola no Oeste do Paraná	195
Capítulo VI A escola dos colonos	243
Capítulo VII A escola nas transformações da modernização da agricultura	279
Capítulo VIII Considerações Finais	313
BIBLIOGRAFIA E FONTES	327
ANEXOS - Mapas	
Tabela populacional	

RESUMO

O presente trabalho trata de como foi constituída a região Oeste do Paraná, no contexto histórico da formação das fronteiras do sul do País com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai, e os fatores históricos que determinaram sua tardia ocupação e colonização e sua posterior integração à economia nacional.

Analizadas essas questões mais gerais da região, o estudo trata das condições prévias que viabilizaram a colonização do Oeste do Paraná. A migração de outras regiões do Estado e do País só ocorreu num momento de alterações do sistema produtivo e da intensificação da economia com base urbano-industrial definida pela política nacional na década de 1950. Contudo, antes mesmo da colonização propriamente dita, já existiam na região esparsos grupos populacionais e construíram sua escola. Na fase de intensa colonização, os núcleos coloniais desbravadores também construíram sua escola.

À medida que houve aumento populacional, da produção e sua inserção na economia nacional, presença do poder público, ampliaram-se e complexificaram-se as relações sociais. No interior desse contexto, foi requerida uma crescente escolarização que passou a representar disputa por espaço econômico. A população, após requerer diferentes níveis e

modalidades de escolarização, requereu também ensino superior. Esta é a origem da Fecivel e outros cursos superiores do Oeste do Paraná que integram o projeto da Unioeste.

O objeto central deste trabalho é investigar como no interior do processo histórico foi construída a escola e resolvido o problema do ensino escolar no Oeste do Paraná.

RÉSUMÉ

Ce travail traite de comment a été construite la région "Oeste do Paraná" — Ouest du Paraná — dans le contexte historique de la formation des frontières du sud du Pays avec la République Argentine et le Paraguay; bien comme des facteurs historiques qui ont déterminé la tardive occupation par des Brésiliens et leur intégration dans l'économie nationale.

Analysées ces questions générales de la région, l'étude passe à considérer les conditions préalables qui ont possibilité la colonisation de l'Ouest du Paraná.

La migration provenant d'autres régions de la Province du Paraná et du Pays n'est pas arrivée qu'au moment d'altérations du système productif et de l'intensification de l'économie urbaine-industrielle.

Cependant, dès les années 30 jusqu'à l'après-guerre, il y avait, déjà, dans la région, des centres peuplés répandus que construisirent leur propre école.

Pendant les phases postérieures d'intense colonisation, à partir d'investissements immobiliers capitalistes, les centres (coloniaux) colonisés construisirent aussi leurs écoles.

À mesure qu'il y avait un accroissement de la population et un grossissement de la production et son insertion dans l'économie nationale, présence du pouvoir public, se sont répandues et complexifiées les relations sociales.

À l'intérieur de ce context, ou a demandé une toujours croissante "escolarisation" qui passa a représenter une dispute pour espace économique.

La population, après postuler de divers niveaux et modalités d'"escolarisation", a exigé aussi l'Enseignement Supérieur.

Cette a été l'origine de la Fecivel et d'autres Cours Supérieurs, à l'Ouest du Paraná, qui intègrent le projet de l'Unioeste.

Le but central de ce travail c'est de rechercher comment, à l'intérieur d'un procès historique, a été construit et solutionné le problème de l'enseignement scolaire à l'Ouest du Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de análise como foi construída a escola no Oeste do Paraná a partir do início da ocupação e colonização até o final dos anos 80. Busca identificar como esta foi pensada, como concretamente foi resolvido o problema de acesso ao conhecimento escolar pelas diferentes categorias ou grupos sociais, situa-dos em diferentes estágios culturais, que ocuparam, colonizaram e transformaram a região Oeste do Paraná.

Como base material da construção da escola, são analisadas as relações sociais de produção e as contradições a ela inerentes, bem como o processo de transformação social. Privilegiou-se a análise das lutas entre as diferentes categorias e segmentos sociais que entre si estabeleceram confrontos nos vários contextos históricos e as marcas deixadas na formação econômica, social, cultural e política do Oeste do Paraná. No processo histórico regional, ao longo e no transcurso dos períodos de ocupação, colonização e desenvolvimento, os grupos sociais enfrentaram a questão da escolarização como parte das condições de reprodução social das diferentes categorias e segmentos sociais.

Para fins de exposição, o presente trabalho foi dividido em duas partes: a primeira, DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO PARANÁ e a segunda, A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA. Na primeira parte é tratado como foi formada a sociedade no Oeste do Paraná, como foram produzidas a vida e a subsistência, a produção mercantil e a inserção das dife-

rentes categorias no contexto social mais amplo.

Neste aspecto, ocorreram imprevistos na investigação. No plano inicial, pretendia-se analisar o processo histórico regional e a construção da escola a partir de 1930, época em que alguns núcleos populacionais já estavam estabelecidos em pontos esparsos, nos limites extremos do Oeste do Paraná. Nas demais regiões do Estado isto não ocorria. Todas elas, muito lentamente, tinham sido ocupadas e colonizadas também no seu interior.

Este dado denotava que o Oeste do Paraná, em razão de fatores históricos peculiares, a ocupação e efetiva colonização tiveram características específicas que lhe determinaram a época e as condições de desenvolvimento. À medida em que se buscava explicações para os fatos, as determinações históricas eram localizadas em décadas e décadas anteriores a 1930. Até para fins didáticos e superação de mal-entendidos da população regional — "a região teria sido parte do território paraguaio" — foi decidido fazer um recuo histórico até a época da formação das fronteiras e dos tratados de limites entre Portugal e Espanha. Esse é um dos aspectos abordados no Capítulo I. Um outro aspecto que chamou a atenção foi a inexistência de relatos de confrontos entre índios e os grupos pioneiros da ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Não havia índios na região? Essa questão também é tratada no mesmo capítulo.

A partir da formação das fronteiras, dos trata-dos e acordos de navegação pela bacia do Prata celebrados

no século XIX com os países vizinhos, depois de constituírem-se em estados independentes, foram encontradas explicações porque o Oeste do Paraná foi a última região do Estado a ser ocupada, colonizada e integrada ao contexto nacional. Passou a ter sentido o fácil acesso de empresas estrangeiras de exploração de erva mate e madeira, a aquisição legal de imensas glebas da região, vendidas pelo Estado, e a inexpressiva existência de índios, encontrados às margens de alguns rios. Esses e outros aspectos relacionados entre si são tratados no Capítulo II.

A posse legal das terras da região Oeste do Paraná por parte de empresas estrangeiras, o longo período de permanência e desenvolvimento de uma economia predatória, retardou a ocupação e colonização da região. Por outro lado, ao mesmo tempo que as empresas estrangeiras passavam por sucessivas crises desencadeadas por conflitos internacionais e freqüentes conturbações internas, até se inviabilizaram economicamente na década de 1930, o contexto histórico brasileiro passou por transformações. O desenvolvimento de suas forças produtivas, as políticas econômicas de governo, as condições das colônias de imigrantes europeus dos estados do sul determinaram movimentos populacionais, migração e expansão da fronteira agrícola. Nesse período, na região Oeste do Paraná, o deslocamento da fronteira agrícola foi precedida pelo movimento da população já estabelecida no Estado que acompanhava a construção de estradas e, ao longo delas, estabelecia suas posses. As novas condições estruturais do país possibilitaram que segmentos sociais acu

mulassem capitais suficientes para aquisição dessas glebas de propriedade estrangeira, desativadas ou falidas. Essa questão é tratada no Capítulo III.

Esses grupos econômicos constituíram colonizadoras e passaram a vender lotes rurais a colonos que mais se adequavam a seus interesses, originários dos estados do sul, dando início, no final da década de 1940 e intensificando-se nas duas décadas posteriores, a ampla colonização do Oeste do Paraná. As condições concretas de colonização, por uma série de determinações conjunturais mundiais, de políticas e estratégias nacionais completaram-se no pós-guerra. Além do desenvolvimento econômico nacional do período, a decisão governamental de melhorar a rodovia de acesso à região, atraiu capitais visto que já era possível sua reprodução. O desenvolvimento de atividades econômicas típicas dos colonos, sua inserção e confrontos com o capital comercial, a modernização da agricultura, as transformações sociais, êxodo rural e urbanização são questões analisadas no Capítulo IV.

Na segunda parte, a investigação ateve-se a como foi pensado o ensino no interior dos grupos sociais que se estabeleceram no Oeste do Paraná, isto é, como construíram sua escola, a partir de sua própria dinâmica social, do processo de transformações econômicas, da complexificação das relações sociais e dos conflitos entre diferentes segmentos. À medida que se intensificava a migração de diferentes origens, procedências e perspectivas de produzir formas de subsistência, alterações econômicas e sociais, a es

cola também foi se estruturando nos seus vários níveis e graus. Agentes, categorias e segmentos sociais mobilizaram-se e requereram um tipo de escola adequado e semelhante às relações sociais que estabeleciam.

A partir dessa visão teórica é que foi construindo o pressuposto central da investigação, isto é, se de um lado, as formas de obtenção dos meios de vida e as relações que os homens estabelecem entre si na produção identifica a sociedade, de outra, a escola é gestada a partir do interior da mesma sociedade. A escola tem vínculos fundamentais com as experiências de vida, com a visão de mundo, com a cultura, com o passado histórico da sociedade no interior da qual é gestada. A dinâmica social impulsiona a escola, ela nasce e se desenvolve no interior do processo social concreto, na sua totalidade e complexidade, e constitui parte da história dos homens. Mas os homens têm também consciência, estabelecem práticas sociais coletivas, organizam-se, agem e criam entre si oposições de interesses.

Com essas perspectivas teóricas, foi investigada a construção da escola, isto é, como passou a existir escola e escolarização no Oeste do Paraná e que processos antecederam a atual realidade escolar regional. Se, por um lado, o recuo histórico relatado na primeira parte foi motivo de doloroso esforço, por outro, o mesmo recuo foi motivo de agradáveis surpresas e descoberta inédita. Além de Foz do Iguaçu, que já se supunha, muito antes de 1930 existiu no Oeste do Paraná algum tipo de escola e formas de escolarização. Se o corte inicial do Projeto de Pesquisa ti

vesse sido mantido, o esforço dos grupos sociais pioneiros para escolarização de seus filhos teria permanecido no esquecimento.

Até o final da década de 1940, apenas nos extremos da região (Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra) e nos limites das propriedades estrangeiras (Cascavel, Catanduvas) existiam núcleos populacionais de ocupação e colônias de descendentes de imigrantes europeus. Nesse período intermediário, entre a ocupação e a colonização propriamente dita, foi construída a primitiva escola do Oeste do Paraná, num contexto semelhante e na forma como a existente no País e no Estado. Essas questões são tratadas no Capítulo V.

Na época da ampla colonização, os colonos que migraram para o Oeste do Paraná trouxeram consigo a disposição para o trabalho, suas experiências de vida, sua visão de mundo e seu apreço pela escola. A questão da escolarização de seus filhos envolvia aspectos etnoculturais dos quais não abriam mão. Mesmo que tenha sido por um curto período, os colonos construíram sua escola, a eles semelhante e a seu serviço.

À medida que novos municípios foram sendo criados e ampliado o poder público, com resistências, os colonos perderam o controle de sua escola. Ainda durante a intensa colonização ocorreram disputas e confrontos com interesses de classe, e a escola foi incluída nesses embates pela constituição da hegemonia local. No mesmo período, em

razão da ampliação e complexificação das relações sociais, foi requerida mais escolaridade. Esses aspectos são analisados no Capítulo VI.

Ainda no final da década de 1960, a região iniciava um excepcional processo de transformação desencadeada pela modernização da agricultura. Na defesa de seus interesses, nos confrontos com o capital comercial, os colonos organizam-se em cooperativas que, tanto quanto sua escola, também foram superadas pelas cooperativas da modernização da agricultura. No interior dessas transformações sociais e heterogenização da população, êxodo rural e urbanização, aumentou a reivindicação por mais escolaridade. A escola passou a ser percebida como insuficiente em quantidade e níveis para atender a demanda social de segmentos expulsos do campo pela modernização da agricultura. A escola reivindicada era entendida como necessária à recomposição do espaço econômico ou qualificação para a disputa de oportunidades de trabalho no interior da economia modernizada. Essa escola das transformações sociais é a questão central tratada no Capítulo VII.

A partir desse momento, em que as políticas do Estado, além da subordinação da população subordinou também sua produção, mais uma vez agentes, categorias e segmentos sociais formularam novas propostas e disputaram o ensino escolar concretamente a partir de estratégias, capacidade de intervenção e de moldar as práticas educacionais segundo suas forças e interesses de tal forma que permitiu levantar a hipótese de que no Oeste do Paraná existiria um

sistema educacional. Essa hipótese foi levantada em razão da existência no Oeste do Paraná de certas peculiaridades, instituições de âmbito regional que articulam a educação, até certo ponto, com autonomia. Como foi analisado no Capítulo VIII, se ainda não há um sistema educacional poderá ser constituído, já há uma caminhada para isso. Existe na região um sistema específico de busca de alternativas de superação dos problemas da educação.

Essa foi a perspectiva adotada na investigação de como foi construída a escola no interior do processo histórico regional.

PRIMEIRA PARTE
DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO OESTE DO PARANÁ

CAPÍTULO I

A CONQUISTA PORTUGUESA E A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA

O objeto do presente trabalho é saber como foi construído o sistema educacional no Oeste do Paraná a partir da ocupação e posterior colonização, um processo histórico que teve início ainda no século passado, mas que se intensificou e assumiu maior significação especialmente a partir de 1930 e no pós-guerra, dentro de contextos internacionais e do desenvolvimento nacional.

É no interior desse processo histórico da construção mais recente da região Oeste do Paraná, de suas lutas e confrontos que se buscará como foi construído o sistema educacional, entendido como parte integrante da dinâmica do processo social, da luta de segmentos e categorias sociais, na sua correlação de forças, necessidades e possibilidades de organização e participação.

Para localizar como foi construído o sistema educacional é preciso ter em mãos como foi constituída a região. A primeira questão que se apresenta é que fatores determinaram que apenas após 1930 a região fosse atingida por frentes de expansão e colonização, esta como parte da expansão capitalista, e se intensificasse no pós-guerra, diferentemente do que ocorreu em regiões paranaenses próximas. O processo histórico anterior, a conquista portuguesa, a formação das fronteiras e a penetração de empresas argentinas determinaram a época e as condições de ocupação e

colonização da região. Para relacionar esses diferentes períodos, é fundamental fazer um recuo histórico e localizar o início do processo.

1. Os primitivos habitantes da região

Na ocupação e colonização do Oeste do Paraná, não houve confrontos e lutas entre colonizadores e índios. Os poucos índios encontrados viviam em pequenos grupos, esparsos nas margens dos rios ou nas clareiras da mata. Essa população indígena era sobrevivente de um processo histórico anterior a este em análise.

Os índios existentes no Oeste do Paraná pertenciam ao grupo cultural tupi-guarani. Deste grupo, a única tribo da região, era a guarani.

Os guarani viviam semi-nômades de caça, pesca e uma primitiva agricultura. Cultivavam milho, mandioca, batata-doce, algodão e fumo. Produziam farinha de mandioca, desenvolveram uma rudimentar tecelagem e a produção de objetos de cerâmica.¹

Os primeiros contatos de povos europeus com esta população ocorreram ainda no século XVI, pelas chamadas expedições exploradoras dos portugueses. A primeira, em 1531, comandada por Francisco Chaves e Pero Lobo, entrou pelo litoral paulista e atingiu o território paranaense, dirigin

¹LUGON, Clóvis. *A república "comunista" cristã dos guaranis*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 26.

do-se para oeste, pelo caminho indígena do Peabiru. A expedição foi trucidada pelos índios, provavelmente entre os rios Paranã e Iguaçu. Uma outra expedição, em 1541, comandada pelo espanhol Dom Álvaro Cabeça-de-Vaca, partiu do litoral catarinense, passou pela região de Curitiba e Campos Gerais e, pelo caminho do Peabiru, atingiu a foz do rio Iguaçu. É atribuída a essa expedição a descoberta das Cataratas do Iguaçu. Depois seguiu pelo rio Paraguai até à altura da atual capital Assunção, fundada por Gonzales de Mendoza em 1536.²

Pelo tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha em 1494, a região Oeste e quase todo o território paranaense pertenciam à Espanha. Desta forma, a exploração e as primeiras tentativas de colonização partiram dos espanhóis, já estabelecidos em Assunção.

O primeiro núcleo populacional espanhol no atual Estado do Paranã, denominado Ontiveros, foi fundado por Diego de Vergara, em 1554, um pouco acima da foz do rio Iguaçu. As hostilidades dos índios obrigaram a transferência do povoado, em 1557, para a foz do rio Piquiri, originando a Ciudad Real Del Guairá. Na mesma época, os espanhóis fundaram, na margem esquerda do rio Ivaí, próximo à foz com o rio Paranã, Vila Rica do Espírito Santo.³

²MAGALHÃES. Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1978. p. 97.

³LUGON, op. cit. p. 21.

O avanço dos colonizadores espanhóis sobre a "pátria" dos guarani, desde o começo, foi sangrenta e cruel. O objetivo dos espanhóis era a conquista do território e a dominação da população nativa para exploração de sua mão-de-obra na colonização.

Os índios resistiam aos conquistadores de todas as formas. Muitos deles, aprisionados, matavam as próprias esposas e filhos e suicidavam-se, mas não aceitavam a escravidão imposta pelos colonizadores. A escravidão impunha aos índios toda sorte de degradação moral e desagregação de seu grupo familiar e tribal. Os guarani livres moviam aos colonizadores uma verdadeira guerra de libertação dos guarani escravizados. A luta sangrenta entre índios e colonizadores, apesar da superioridade das armas de fogo destes, causou inúmeras baixas também aos espanhóis. No período 1526 a 1538, aproximadamente trinta mil colonizadores espanhóis tinham ocupado a vasta região dos grandes rios, destes restavam apenas seiscentos.⁴

Talvez o pedido da vinda de jesuítas para junto dos colonizadores espanhóis, como já tinha acontecido no Brasil, tenha sido motivado para tentar a pacificação dos guarani, isto é, convencê-los a aceitarem o domínio colonial. O fato é que, a convite do bispo de Assunção, em 1588, chegaram ao Paraguai os primeiros jesuítas. De imediato começaram a organizar colégios para os filhos dos colonizado

⁴LUGON, op. cit., p. 22.

res e a empreender missões ambulantes junto aos índios gua
rani.

Durante meses, dois jesuítas, os padres Ortega e Filds, percorreram povoados e florestas na região de Guaí
ra.⁵ Quando voltaram a Assunção, anunciaram a seu Superior que tinham visto duzentos mil índios ainda livres.⁶

Esta informação revela a existência, no Oeste do Paraná, no mínimo, de parte dessa numerosa população indígena estimada pelos jesuítas na região de Guaí
ra. Não sendo encontrada no período de ocupação e colonização, cabe in
vestigar a forma como se processou seu quase total desaparecimento.

Desde o começo, as atividades dos jesuítas junto aos índios demonstraram-se conflituosas, contraditórias e inconciliáveis com a escravidão imposta pelo regime colonial. Do ponto de vista dos índios, os jesuítas representavam uma parte integrante de um povo invasor e que os apri
sionava e os submetia ao trabalho forçado. Não tinham razões para recebê-los bem.

Logo os jesuítas perceberam que, para obterem os resultados por eles esperados, deveriam suspender as missões ambulantes e desenvolver missões estáveis em locais determinados, afastados das aglomerações coloniais escravistas.

⁵A região DEL GUAIRÁ ou do Guaíra compreendia um vasto território paranaense limitado pelos rios Itararé e Paranapanema, a Norte, o Igua
çu, a Sul e o Paraná a Oeste. MAGALHÃES, op. cit., p. 97.

⁶LUGON, op. cit. p. 28.

Para executar este plano, a melhor perspectiva estava na vasta região do Guaíra. Na época, o governador do Paraguai tinha comunicado ao rei da Espanha, Filipe III, de que não dispunha de forças militares suficientes para submeter os índios do Guaíra.

Convencido das vantagens políticas e militares que poderiam resultar da solução preconizada pelos jesuítas, Filipe III decretou que "esses índios não devem ser submetidos a ninguém".⁷

O plano dos jesuítas consistia, em primeiro lugar, tornar os índios sedentários e desenvolver amplamente a base material, sem interferir drasticamente nos seus usos e costumes.

A primeira redução, inaugurando um sistema que se tornaria permanente na ação dos jesuítas, foi implantada em 1610, na margem esquerda do rio Pirapó, no Noroeste do Estado, com o nome de Nossa Senhora do Loreto. Pouco tempo depois foram fundadas outras reduções. A segunda, bem próxima a Loreto, foi Santo Inácio Mini. Nos anos seguintes, foram fundadas reduções na margem esquerda do rio Tibagi (São José, São Xavier, Encarnación, São Miguel), no vale do Ivaí, longe de Vila Rica (São Tomás, Los Angeles, São Paulo, Jesus Maria) e as últimas, na região do Guaíra, fundadas em 1630, na margem direita do rio Iguaçu (Santa Maria e Natividade).

⁷LUGON, op. cit., p. 31.

Tão logo uma tribo aceitasse renunciar à vida nômade, era preciso construir, semear, comprar gado. Os jesuítas tinham que demonstrar aos índios a nova forma de obter a subsistência coletiva.

A preocupação inicial era implantar novos costumes sociais, estabelecer uma disciplina coletiva, dividir atividades e responsabilidades dentro das múltiplas funções criadas e desconhecidas dos índios. Trabalhar com esta perspectiva, criar animais, produzir e armazenar eram modos de subsistência desconhecidos dos índios. Os resultados do trabalho, as boas colheitas eram fundamentais, argumentos irrefutáveis diante dos índios para justificar o caminho pedagógico concebido pelos jesuítas.⁸

A política dos jesuítas consistia em respeitar a estrutura da organização dos índios. Permitiam que os caciques, na redução, continuassem a exercer a autoridade tribal. Esse fato possivelmente explique porque os jesuítas foram os únicos a conseguir que os índios executassem trabalhos organizados: lavouras coletivas para a produção de culturas tradicionais, criação de gado, exploração de erva mate e um artesanato muito diversificado – de ferramentas e esculturas a instrumentos musicais.

A estratégia dos jesuítas de fundarem suas reduções o mais longe possível, a leste, fora do alcance dos espanhóis, mostrou-se ineficaz. Mesmo que os espanhóis não

⁸LUGON, op. cit., p. 31.

atacassem as reduções, não perdiam oportunidade de aprisionar os índios isolados nos campos.⁹

Decorridos alguns anos, essa estratégia dos jesuítas demonstrou-se um desastre para sua obra e especialmente para os índios. Afastando-se de um inimigo, tinham se aproximado de outro, ainda não conhecido, mas que se revelou ainda mais funesto que o anterior. Eram os habitantes de São Paulo, os mamelucos bandeirantes.

Da mesma forma que a espanhola, a colonização portuguesa não dispunha de mão-de-obra livre européia para o desenvolvimento colonial. No Paraguai, a escravatura desenvolveu-se, em grande parte, por causa da necessidade de mão-de-obra para a colheita da erva mate nativa. No Brasil, a mão-de-obra era necessária para o desenvolvimento da agricultura canavieira. Tanto um modelo colonial quanto o outro, dentro da visão capitalista de produção, utilizou a mão-de-obra disponível mais próxima. O índio demonstrou pequena adaptação para algumas atividades extrativas vegetais, mas inadequado para a agricultura. Por outro lado, a Igreja Católica assumiu uma posição de defesa e contrária à escravização dos índios. Mesmo assim, a escravização de indígenas continuou por muitos anos, até a acumulação de capitais suficientes para aquisição de escravos negros, um comércio que envolvia elevados custos.

⁹LUGON, op. cit., p. 45.

Como a capitania de São Vicente era pobre, uma das alternativas de ganhos era o aprisionamento e venda de índios aprisionados nas proximidades. Fugindo da escravização, os índios embrenharam-se nas matas. Para aprisioná-los, os mamelucos passaram a organizar expedições a locais cada vez mais distantes.

A partir de 1618, os bandeirantes paulistas começaram a realizar incursões de aprisionamento de índios no Guaíra. Algumas dessas expedições foram trucidadas pelos guarani. A partir de 1628 e anos seguintes, os bandeirantes paulistas, comandados por Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, atacaram as reduções com verdadeiros exércitos. As primeiras reduções atacadas e destruídas foram as localizadas a Oeste do rio Tibagi. Em 1630, foram atacadas as reduções localizadas no vale do Ivaí. Apenas nessa expedição, em torno de quinze mil índios foram arrebatados pelos bandeirantes paulistas.¹⁰

Em raras ocasiões as cidades espanholas posicionaram-se a favor das reduções e contra o ataque dos mamelucos paulistas. Mais freqüente era a cumplicidade das autoridades coloniais espanholas com os bandeirantes. (...) "a gente de São Paulo cultivou a princípio boas relações; nas caçadas humanas, foram às vezes sócios e aliados".¹¹

¹⁰LUGON, op. cit., p. 46

¹¹MAGALHÃES Basílio de. op.cit., p. 97.

Nos ataques dos bandeirantes paulistas, os habitantes de Vila Rica aproveitavam para aprisionar os índios que conseguiam fugir e roubavam seus rebanhos.¹²

Em razão dos sucessivos ataques dos bandeirantes, os jesuítas compreenderam que os índios estariam sempre ameaçados enquanto estivessem próximos dos paulistas. Por essa razão, foi iniciada a grande migração de 1631, partindo da região do Guaíra na direção sudoeste, em Entre Rios.

Entre 1633 e 1636, os bandeirantes paulistas atacaram as duas últimas reduções do Guaíra, Santa Maria Maior e Natividade, que também se transferiram mais para o sul.

A decisão dos jesuítas de agruparem os índios na região entre os grandes rios foi, primeiramente, por razões de segurança. As reduções, mais próximas entre si, poderiam socorrer-se mutuamente, se atacadas. Contudo, os bandeirantes paulistas, cada vez melhor armados e organizados, estendiam suas incursões cada vez mais longe. Mesmo as reduções de Entre Rios passaram a ser atacadas.

A presença dos jesuítas nas margens ocidentais do rio Paraná, pela posição de defesa dos índios que assumiam, desagradava aos bandeirantes paulistas que consideravam o índio sua legítima presa. Os bandeirantes não gostavam da obra dos jesuítas em São Paulo, sob a bandeira portuguesa, quanto mais sob a bandeira espanhola. Os jesuítas eram um estorvo à ação dos bandeirantes e seus empreendimentos amea

¹²LUGON, op. cit., p. 51.

çavam ocupar e obstruir o sertão ainda rico em população indígena. Os bandeirantes chegaram

(...) "a convicção de que, para manter a rendosa indústria da caçada ao escravo, para poder explorá-la à maneira antiga, com sucesso, seria de absoluta necessidade romper e destruir a série de missões do Paraná. Daí em diante, cada vez mais as expedições dos paulistas foram tomando feição bélica, e em breve chegou-se mesmo à guerra aberta".¹³

No período de 1580 a 1640, época da União Ibérica, o Tratado de Tordesilhas foi respeitado apenas pelas Entradas oficiais organizadas por Portugal. As Bandeiras ignoravam completamente os limites estabelecidos por esse tratado, sem grandes oposições dos coloniais espanhóis. Durante a união dos reinos, as autoridades do império colonial espanhol apenas observavam as incursões dos paulistas. A partir da revolução portuguesa de 1640, que separou os reinos ibéricos com conflito armado (...) "não faltou ao menos o pretexto internacional para suas hostilidades".¹⁴

O que os conquistadores espanhóis do Guaíra não previam foi de que os bandeirantes passassem a atacar suas cidades coloniais.

"Aconteceu, pois, por uma conseqüência lógica, que após a ruína das reduções que as protegiam, Vila Rica e Ciudad Real encontraram-se por seu turno, diretamente expostas às incursões dos mamelucos. As duas 'cidades' foram, por sua vez, destruídas de uma ponta a outra"...¹⁵

¹³HANDELMANN, H. *História do Brasil*. 2a. ed., Tomo II. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1978. p. 61.

¹⁴Idem, p. 61.

¹⁵LUGON, op. cit., p. 51.

Ainda em 1631, no mesmo ano da grande migração guarani para a região de Entre Rios, segundo Magalhães, os espanhóis de Vila Rica, fugindo do ataque dos bandeirantes paulistas, fundaram uma nova Vila Rica, além rio Paraná, no atual território paraguaio.¹⁶

Nas incursões posteriores, os bandeirantes paulistas atacaram e destruíram Ciudad Real Del Guairá.

*"Em 1640, não restava aos espanhóis num um só estabelecimento naquela vasta extensão territorial descoberta e conquistada por seus pais, que tinha formado a província do Guairá..."*¹⁷

Os paulistas seguiam as pegadas dos jesuítas espanhóis e atacavam suas missões. Mas, dada a nova conjuntura política, a partir de 1640, novos fatos passaram a fazer parte do comércio escravista de índios e da disputa territorial entre portugueses e espanhóis. A partir dessa data, as reduções espanholas foram autorizadas, quando atacadas, a utilizarem armas de fogo. As autoridades coloniais espanholas convenceram-se de que as aldeias das missões, por sua localização, poderiam funcionar como uma barreira de contenção da expansão portuguesa. Serviam, de certo modo, como postos avançados contra o assalto dos portugueses e, por esta razão, sempre que ameaçadas, recebiam pronto auxílio colonial. Diante dessa nova disposição colonial, as incursões dos bandeirantes paulistas passaram a sofrer sérios obstáculos.¹⁸

¹⁶MAGALHÃES, op. cit., p. 101.

¹⁷LUGON, op. cit., p. 51.

¹⁸HANDELMAN, op. cit., p. 71.

Esses fatores pesaram muito para mudar as rotas dos bandeirantes, que continuaram o restante do século a a tacar as reduções dos jesuítas na região Amazônica, no Peru e Bolívia. Um outro determinante muito mais forte que a resistência bélica foi decisivo para que a região do Prata e suas missões tivessem um relativamente longo período de paz: a descoberta de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais e Goiás, nos meados do século XVIII.

Desde os primeiros anos, a grande esperança dos descobridores e depois colonizadores portugueses era encontrar ouro e pedras preciosas. As notícias de que os espanhóis haviam encontrado grandes riquezas em ouro e prata no oeste das terras portuguesas estimulavam sempre mais a organização de expedições e a busca de caminhos nesta direção. Mesmo durante as expedições de caça ao índio, os bandeirantes não perdiam de vista a busca de riquezas minerais. Com esse objetivo, organizavam bandeiras que percorriam o litoral e a grandes distâncias dos núcleos coloniais portugueses.

A descoberta de ouro determinou nova direção das bandeiras paulistas e limitou suas expedições a locais mais definidos e que, pelas características da exploração mineral, lá fixou sua população. De início a cata de ouro demonstrou-se mais lucrativa, e menos perigosa, que o aprisionamento de índios. Como o ouro era encontrado mais perto que as reduções, para lá se dirigiu uma torrente de interessados que antes participava das incursões de aprisionamento de índios.

Os bandeirantes paulistas interromperam essa atividade como objetivo fundamental de suas expedições,

(...) "porém, deixaram atrás de si inapagável rasto de devastação; em todo o sertão, no centro sul do Brasil, ficava reduzida, de modo terrível, a população índia primitiva; em muitos lugares, completamente exterminada. (...) poucos ... foram os que morreram pela guerra, em suas moradas pátrias...; mas, em caminho, a maioria destes sucumbiu às privações e doenças... pequena parte alcançou os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, para ser vendida..."¹⁹

Das cem mil ou mais pessoas que somavam só as reduções do Guaíra, antes das invasões dos paulistas, na época da grande migração, restavam com os jesuítas em torno de doze mil índios. Segundo o governador do Rio da Prata, (...) "entre 1628 a 1630 os habitantes de São Paulo arrebataram mais de sessenta mil almas das reduções, tanto nesta província como na do Paraguai..."²⁰

Especificamente dentro da região Oeste do Paraná, que fazia parte do Guaíra, as reduções dos jesuítas foram apenas duas e tiveram um curto período de existência, até a migração para o sul. Está historicamente comprovado que nem todos os índios seguiram os jesuítas e é de se supor que nem todos foram escravizados por espanhóis e bandeirantes paulistas. Estes visavam as reduções porque ali os índios estavam reunidos, facilitando o aprisionamento. Muitos índios devem ter sobrevivido a este primeiro confronto com os povos coloniais.

¹⁹HANDELMAN, op. cit., p. 73.

²⁰LUGON, op. cit., p. 63.

Após 1650, não mais havendo interesse dos bandeirantes e já estando definido o recuo dos espanhóis, a região do Guaíra foi abandonada. Quando muito, na sua parte noroeste, passou a ser apenas rota dos bandeirantes paulistas em suas outras expedições de pesquisa mineral em Mato Grosso e Goiás.

Quanto à população indígena do oeste do Paraná, há um longo hiato de tempo de completo silêncio histórico sobre eles. Depois de 1850, aparecem as primeiras referências históricas aos primitivos habitantes da região.

*"Em 1851, exploradores de yerbaes (ervais, erva mate) que se tinham aventurado a subir profundamente o curso do Paraná, descobriram ainda a dez léguas ao norte do Iguaçu, no próprio berço das reduções do Guaíra, uma colônia de trezentas famílias guaranis que saltava a sua liberdade subindo o rio em canoas. Sem qualquer animal doméstico, reduzidos absolutamente à agricultura mais primitiva, ..."*²¹

Os sobreviventes indígenas do Oeste do Paraná sofreram um segundo confronto com as populações brancas no final do século passado e primeiras décadas do século XX, na ocupação da região por empresas argentinas de exploração de erva mate e madeira, tema a ser tratado mais adiante. É possível que parte dessa população tenha sido agregada à mão-de-obra dessas empresas com a designação de "guaranis modernos" ou tenha sido dispersa para outras regiões pelo sistema de exploração econômico implantado. Na época da

²¹LUGON, Clóvis, op. cit. p. 317. Aqui o autor se refere à degradação a que tinham chegado as reduções de Entre Rios, pelo saque dos administradores coloniais civis após a expulsão dos jesuítas (1759) e outros problemas gerados pelas políticas internas dos países do Prata após suas independências.

ocupação e colonização brasileiras, a presença indígena na região era insignificante em termos numéricos.

O ataque às reduções dos jesuítas e a migração dos guarani, bem como o posterior ataque dos bandeirantes paulistas às cidades coloniais, determinando o recuo dos espanhóis, fez parte de um processo histórico que resultou na definição do domínio territorial, oficializado no século seguinte por tratados de limites.

2. Formação histórica das fronteiras

A primeira divisão das terras americanas entre Portugal e Espanha foi definida pelo Tratado de Tordesilhas (1494), antes mesmo da tomada de posse portuguesa, em 1500.

Mas por razões históricas e da imperfeição dos conhecimentos geográficos do continente, essa linha divisória nunca foi definida, nem estabelecidos os limites. O tratado não assumiu importância prática, no primeiro século de colonização.

Contudo, esse tratado estabelecia um consenso de uso do espaço geográfico dos países ibéricos. Os portugueses ocupavam as terras a leste, na parte litorânea, de Belém a Norte até Laguna a Sul. Aos espanhóis cabia a parte Oeste que, a partir da margem Sul do estuário do rio da Prata, ocupavam o interior do continente, favorecidos, em suas penetrações, pelos grandes rios navegáveis.

Passaram-se muitos anos até que os postos mais avançados das colonizações se encontrassem. Foi na margem

oriental do rio Paraná, no interior do Estado do Paraná que ocorreu esse primeiro encontro, achando-se de um lado os paulistas, nas caçadas de escravos índios, e de outro os jesuítas espanhóis que aí tinham chegado para implantar suas reduções. Nesse primeiro confronto, os bandeirantes paulistas moveram uma verdadeira guerra, fazendo recuar os jesuítas e os índios para mais a Sul e a colonização espanhola para além rio Paraná.

Nos decênios seguintes, com vertiginosa rapidez, os bandeirantes espalharam seus batedores pelo imenso interior sem dono. Na região litorânea, pela ação colonizadora oficial, o fenômeno era semelhante. Em 1656, após a fundação de Laguna pelos portugueses, a colonização espanhola mais próxima era Buenos Aires. Em poucos decênios, os moradores de Laguna tinham atingido o interior do Rio Grande do Sul e o reivindicavam como posse portuguesa. Em 1680, a colonização portuguesa, com a fundação da Colônia do Sacramento, a Norte do estuário do rio da Prata, estava em frente a Buenos Aires. Assim, as grandes distâncias primitivas foram diminuindo e os dois impérios coloniais se aproximavam cada vez mais. A questão de limites, até então abandonada como secundária, passou a ganhar importância e a fazer parte das preocupações dos estadistas de Lisboa e Madri.

Apesar de os conflitos pela posse da terra terem iniciado no século XVII, em razão das circunstâncias e das alianças de nações nos conflitos entre as potências europeias da época e, Portugal e Espanha estavam direta ou in-

diretamente envolvidos, os tratados de limites só foram possíveis na metade do século XVIII. A Espanha estava envolvida com uma série de questões e conflitos armados com a França, depois com a Inglaterra. Essa demora para solucionar as questões de limites foi favorável aos interesses de Portugal que teve tempo para firmar suas posições de domínio territorial na América. Outro fator favorável à expansão portuguesa foi a excessiva preocupação da Espanha e das autoridades coloniais espanholas com os litígios no estuário do rio da Prata, com as fundações portuguesas da Colônia do Sacramento (1680), Montevideu (1723), Rio Grande (1737) e outras questões próximas. Enquanto isso, a colonização portuguesa, em outros lugares, tomava dos espanhóis imensas áreas de terras no coração da América do Sul. A colonização brasileira já tinha deixado suas marcas em toda região amazônica, Goiás e Cuiabá, Mato Grosso, ocupando as duas margens do alto Paraná, região dos rios Guaporé e Madeira, levantando barreiras por toda parte ao avanço da soberania espanhola.

"Era esta a situação das possessões sul-americanas, cerca do ano de 1750; em todos os pontos estavam, de um lado a colonização espanhola, de outro a portuguesa, encostadas uma à outra; mais um passo que se desse adiante, devia resultar um conflito geral. E tal parecia de fato inevitável; em ambas as nações da península ibérica, tanto no povo como no gabinete, predominavam, como já antes, a velha ambição e teimosia, que não permitiam deixar escapar o menor pedaço de terra americana que considerasse seu".²²

²²HANDELMANN, op. cit., p. 143.

Além das já citadas circunstâncias que favoreciam os interesses de Portugal, à época do primeiro e fundamental tratado, outros fatores dinásticos das duas coroas, criaram disposições amigáveis para uma pacífica demarcação de limites. Duplos laços matrimoniais contribuíram para isso. Dom José Manuel (1750-1777), sucessor de Dom João V, casou com uma filha do rei espanhol Filipe V e Dom Fernando VI (1746-1759), sucessor de Filipe V, casou com uma princesa portuguesa. Esses laços de parentesco e amizade favoreceram a busca de saídas conciliadoras nas questões de domínio territorial.

As conversações, a nível de Estado, foram encaminhadas secretamente e com muita moderação. O secretário de Estado português apresentou como base de acordo que as terras pertenceriam a quem tivesse a posse efetiva no momento. Esse tratado de limites, concluído em janeiro de 1750 e conhecido pelo nome de Tratado de Madri, anulava formalmente as disposições anteriores do Tratado de Tordesilhas e definia novos limites entre as possessões de Espanha e Portugal.

Como à presente análise interessa apenas a formação da fronteira Oeste do Paraná, só serão referidas as disposições parciais, mais próximas e mais significativas histórica e geograficamente, contidas no texto do Tratado de Madri. Além do mais, em razão de problemas com a região dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, e Uruguai, reformulações posteriores se fizeram necessárias mediante outros tratados de limites. Assim sendo, é toma

do como ponto de partida, neste trabalho, a foz do rio Ibiciuí (RS) com o rio Uruguai. A partir deste ponto, aleatoriamente escolhido, assim define o Tratado de Madri: a linha de limites

"corre então ao longo do curso principal do rio Uruguai, até o ponto onde recebe o Pepiri-Guaçu, vindo do norte; depois vai subindo por este afluente até às suas nascentes, e prosseguindo ao norte, alcança as vizinhas nascentes de outro rio pequeno (que segue a direção norte, rio Santo Antônio) que leva a linha ao rio Iguaçu. Daí em diante, a linha de fronteiras desce (direção oeste) primeiro pelo leito do Iguaçu, (até sua foz) mais além (segue o leito) do Paraná e, deste último, (até) um pequeno afluente (do Paraná, vindo do oeste), o Igureí, acompanha-o até às suas nascentes; das nascentes do Igureí até o rio Paraguai, ..., segue o divisor de águas, ou um rio situado a propósito, formando a fronteira sul do Mato Grosso".²³

Analisando o que dispõe o Tratado de Madri, apenas neste trecho de limites, é possível concluir que, além da efetiva ocupação, talvez mais precisamente declaração de posse e algumas marcas de presença, foram considerados como divisores os grandes rios. Mesmo onde os conhecimentos geográficos ainda eram insuficientes, optou-se pela busca de um rio para posterior definição detalhada de limites, como deixa transparecer a expressão "ou um rio situado a propósito" do texto do tratado. Ao longo das disposições de todo o Tratado de Madri fica implícito que a demarcação, a colocação de marcos, seria um trabalho posterior a ser executado por comissões conjuntas de Portugal e Espanha.

²³HANDELMANN, op. cit., p. 143.

Por outro lado, outros dispositivos subsidiários do Tratado de Madri limitavam os intercâmbios entre os dois povos coloniais. A tendência era de "impedir quanto possível contatos entre os súditos de ambos os lados".²⁴ Proibia rigorosamente todo o comércio,

*"mesmo a simples visita; em ambos os lados, na vizinhança da fronteira, não se podiam fundar colônias nem levantar obras de fortificação; no mesmo sentido era limitada até a navegação dos rios".*²⁵

Nos dispositivos do Tratado de Madri ficou estabelecido que nas redes dos grandes rios, em que cada país possuísse uma parte, não era permitida a navegação mútua. O domínio total da bacia pertenceria ao país em cujo território desaguasse o rio. Desta forma a Espanha reconheceu como direito do Brasil sobre a bacia Amazônica, mas, em contrapartida, teve que renunciar em favor da Espanha ao uso em comum dos rios que formam o rio da Prata.

Nos tratados de limites posteriores, especialmente o de Santo Ildefonso, 1º de outubro de 1777, estabeleceu alterações no Rio Grande do Sul e Uruguai, mas confirmou o que estabelecia o Tratado de Madri a partir do noroeste do Rio Grande do Sul. Nas disposições subsidiárias, o Tratado de Santo Ildefonso repetia que o Brasil deveria renunciar à navegação nos rios que formam a bacia do rio da Prata.²⁶

²⁴HANDELMANN, op. cit., p. 144.

²⁵Idem, p. 144.

²⁶Idem, p. 150.

Essa restrição à navegação pelos rios do Prata que estabelecem a fronteira, retardou o acesso de brasileiros no Oeste do Paraná e, por outro, facilitou, mais tarde, no contexto de interesses econômicos, a entrada de argentinos numa região ainda não ocupada por brasileiros.

Para evitar as sempre ameaçadoras contendas, era necessária uma efetiva caracterização das fronteiras. De ambas as partes havia má vontade em dar início a essa atividade e apostavam em novas alterações. Os anos iam passando e as comissões mistas de demarcação não passavam das deliberações e preparativos. Quando as demarcações eram iniciadas, surgiam divergências e contendas na definição de pontos geográficos. Até que, em razão de acontecimentos na Europa, a demarcação foi completamente suspensa em 1801.

Em razão da Revolução Francesa e do apoio que a França deu à independência dos Estados Unidos, há mais de vinte anos, existia um estado de hostilidades entre França e Inglaterra. Os dois reinos ibéricos tiveram que tomar partido neste conflito. Portugal aliou-se à Inglaterra e a Espanha à França. No começo Portugal e Espanha mantinham-se apenas em posições hostis. Em 1801, foi deflagrada a guerra. Tropas francesas e espanholas transpuseram as fronteiras portuguesas. Depois de uma breve campanha, sem resultados decisivos, a Espanha firmou um tratado de paz em separado com Portugal – Tratado de Badajoz. No mesmo ano, também em separado, foi estabelecido o tratado de paz com a França.

Os maiores resultados dessa guerra ocorreram nas colônias sul-americanas de Portugal e Espanha. Tão logo chegou a notícia de declaração de guerra entre as mães-pátrias, o vice-rei do Prata ordenou o ataque ao Brasil no Mato Grosso (Forte Coimbra) e no Rio Grande do Sul. Os brasileiros foram vitoriosos nos confrontos armados e conquistaram novos territórios, de seus pontos de vista, insatisfatoriamente decididos nos tratados anteriores. Ainda se discutia a devolução à Espanha dos territórios conquistados pela guerra, quando um fato novo irrompeu na Europa: o período napoleônico. Em 1802, a França apresentava um aspecto desolador, a indústria e o comércio estavam arruinados. Precisava de paz para recuperar a economia. Mas a concorrência da indústria inglesa prejudicava os interesses da França. Numa tentativa de enfraquecer a economia inglesa, Napoleão decretou, em 1806, o bloqueio continental à Inglaterra ao qual todos os países europeus deveriam obedecer. Somada à desobediência ao bloqueio, Napoleão tinha interesses estratégicos em ocupar a península Ibérica. Um poderoso exército de ocupação fez os dois (...) velhos reinos da península Ibérica ruírem, e seus impérios coloniais de além-mar se viram levados a começar um desenvolvimento histórico independente..."²⁷

Em 1807, um oficial do exército francês declarava que a casa de Bragança havia incorrido na perda de seu trono, e esta, não podendo resistir pelas armas, retirou-se

²⁷HANDELMANN, op. cit., p. 152.

para o Brasil. Três dias depois, faziam os franceses a sua entrada em Lisboa.

Enquanto a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro garantiu a unidade do território nacional,

"o império colonial espanhol se rompeu numa porção de fragmentos, que, depois de longas e dificultosas guerras, chegaram, finalmente, a forma republicana de estado independente e alcançaram o reconhecimento internacional".²⁸

Todos os vizinhos do Brasil, a partir de 1810, estavam por demais ocupados nas suas lutas pela independência e com suas questões internas. Não era o momento de recomeçar a demarcação de limites, nem de se ocuparem de questões exteriores. Para todos os efeitos, as novas repúblicas reconheciam a validade dos tratados de limites celebrados anteriormente pela Espanha, especialmente o de Santo Ildefonso. Sobre estas bases, aos poucos foram sendo ratificadas as fronteiras com cada um dos países vizinhos pela diplomacia brasileira. Ao mesmo tempo procurava remover os velhos obstáculos com que a anterior política colonial de Espanha e Portugal procurava dificultar a navegação fluvial internacional na América do Sul. O Brasil apresentou o princípio de plena reciprocidade nas grandes redes fluviais, em que cada estado franqueasse sua parte ao restante dos estados ribeirinhos para a livre navegação.

²⁸HANDELMANN, op. cit., p. 153.

Em 1856 os tratados de navegação fluvial e fronteiras estavam acertadas mas ainda não ratificadas com a Argentina. Com o Paraguai tinha sido acertado apenas um acordo de navegação. A questão de fronteiras com o Paraguai só foi resolvida em 1862 e, de 1864 a 1869, o Brasil esteve envolvido com a guerra contra o Paraguai, voltando à questão depois da guerra.

Quanto à formação histórica da fronteira Sul do Brasil, pode ser concluído que, nos confrontos entre as duas potências coloniais na definição do domínio territorial, os índios foram especialmente vítimas de lutas que não eram suas. Primeiro foram alvo dos conquistadores para exploração de sua mão-de-obra como escravos na produção colonial. Em segundo lugar, quando aldeados e protegidos da escravidão, representavam o domínio territorial a quem pertencesse a organização. Se o domínio territorial fosse disputado, aos índios sobrariam duas alternativas: a fuga ou a morte. Em terceiro lugar, se sobreviventes dos confrontos, o modo de produção imposto pelos coloniais vai determinar-lhes o desaparecimento enquanto índios.

Observe-se a interpretação, a análise histórica dos vencedores, dos conquistadores, dos que se apossaram das terras em que seres humanos viviam e produziam, a seu modo, seus meios de vida, fazem com relação ao domínio territorial.

"Se as reduções do Paranã não houvessem sido destruídas oportunamente, houvessem em vez disso tido tempo os jesuítas de levar mais adiante a sua série de missões por to-

dos os lados, pelo sertão, teriam com isto posto um dique a todo adiantamento da colonização lusitana, e, de todo o conjunto da bacia do Prata, o Brasil não seria aquinhoados com nenhuma porção: em Goiás e Mato Grosso, no interior de São Paulo e de São Pedro, (Rio Grande do Sul) dominaria atualmente a nacionalidade hispano-americana, não a brasileira".²⁹

E mais,

"Como quer que seja, as desumanas invasões dos intrépidos maemlucos deram em resultado a posse todo o imenso trato de terras, sitas à margem esquerda do Paraná e a leste do rio Uruguai, às quais, se não fosse a audácia deles, ..., não pertenceriam hoje ao Brasil, e, sim a qualquer dos Estados que vieram a constituir-se pelo desmembramento do antigo vice-reino do Prata".³⁰

No confronto que produziu a definição do domínio territorial e a formação das fronteiras, os índios foram os primeiros derrotados. Mas não foi a única vez. Serão aliados outras vezes e de diferentes formas. Ao longo do processo histórico que se desenvolveu no Oeste do Paraná, a partir do final do século passado, sofreram outras derrotas, especialmente decorrentes do modo de produção imposto, determinando-lhes a extinção de sua condição de índios. Eles, apesar de suas lutas, foram apenas os primeiros derrotados. Outros derrotados serão encontrados ao longo da formação histórica do Oeste do Paraná.

Por fim, a partir do Tratado de Madri, apesar da guerra com o Paraguai, da ocupação e exploração da região

²⁹HANFELMANN, op. cit., p. 62.

³⁰MAGALHÃES, op. cit., p. 103.

por empresas estrangeiras e da tardia colonização brasileira, em momento algum as fronteiras da região Oeste do Paraná com a Argentina e Paraguai tiveram qualquer sombra de dúvida. Os caudelosos rios Iguaçu e Paraná sempre permaneceram como marcos incontestes da fronteira brasileira com os países vizinhos.

CAPÍTULO II

PENETRAÇÃO ARGENTINA E CABOCLA NO OESTE DO PARANÁ

No presente capítulo, será buscado construir uma análise do contexto mais amplo que determinou a ocupação do Oeste do Paraná por empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, relacionar o processo histórico da sociedade paranaense, no contexto de seu desenvolvimento e de conflitos de fronteira, com a expansão de sua população na direção do Oeste do Paraná. Com relação ao desenvolvimento desse processo, terão destaque as medidas tomadas pela vontade política do governo.

1. Oeste do Paraná: uma região fora das rotas do Paraná

Como já foi referido no presente trabalho, depois que as reduções dos jesuítas foram atacadas, determinando a migração dos índios, e destruídas as cidades coloniais, obrigando um recuo dos espanhóis, a região Oeste do Paraná já não mais fazia parte dos interesses dos bandeirantes paulistas.

Nos tratados de limites, e a partir de critérios adotados por Portugal e Espanha na solução dessa questão, a região passou a fazer parte do território brasileiro. Mas, de 1750 até mais da metade do século passado, a região, embora uma área de fronteira, ficou completamente abandonada. Considerando seus recursos naturais e suas condições de produção econômica, o Oeste do Paraná só foi ocupado quando se

desenvolveu um outro sistema de produção e quando os mercados tornaram-se favoráveis ao consumo de seus produtos. Contudo, fatores econômicos, conflitos de fronteira e a vontade política determinaram o deslocamento da população paranaense para o Oeste do Paraná.

Em razão das necessidades de suprir de alimentos e meios de transporte as regiões de minas – onde havia-se concentrado a população – de 1730 a 1870, desenvolveu-se, no Paraná, um período econômico chamado tropeirismo. Essa atividade consistia em buscar gado selvagem na região das missões no Rio Grande do Sul, inverná-lo por um certo tempo nos campos do Paraná e posteriormente vendê-lo nos mercados de Sorocaba. No período, os interesses paranaenses estavam relacionados com a ocupação dos campos naturais e com o comércio de muares e gado. Desta forma, no período, todos os campos naturais do Paraná foram ocupados por fazendas e invernadas.

Essa atividade econômica fez com que os caminhos da Província interligassem as regiões de campos naturais. Havia estradas que ligavam os Campos Gerais aos campos de Guarapuava e Palmas. O caminho que ligava Guarapuava, Palmas, Chapecó ao Rio Grande do Sul era chamado de "Caminho das Missões". Com o tempo, os moradores de Palmas não mais passavam por Guarapuava e passaram a preferir o caminho via Porto União, Palmeira e Curitiba. Esse caminho, denominado de Estrada das Palmas, percorria um longo trajeto pela mata. Ao longo do caminho, os caboclos começaram a ocupar a mata na direção sudoeste, onde estabeleciam suas

posses e seus roçados, dando início a um processo de povoamento do médio Iguaçu.

Ainda no contexto do tropeirismo, havia interesse em buscar uma ligação com a província de Mato Grosso. O acesso a Mato Grosso era feito via rio da Prata, rios Paraná e Paraguai, por navegação fluvial. Depois de diversas expedições, com o objetivo de traçar um caminho do litoral ao Mato Grosso, foi definido como o mais adequado ligar o porto de Antonina, passando por Curitiba, Castro, rios Tibagi, Paranapanema, Paraná até seus afluentes na margem matogrossense. Esse trajeto foi utilizado pelos tropeiros para o deslocamento de gado de Mato Grosso para Sorocaba. Na década de 1860, esse caminho passou a ser abandonado. A (...) "crescente importância política e econômica de São Paulo nas decisões do Império fez com que se preferisse o caminho Santos-rio Tietê para as comunicações com Mato Grosso".¹

Durante a guerra com o Paraguai, embora o Paraná fosse uma província fronteiriça com esse país, a região Oeste não foi rota de tropas brasileiras, nem de posicionamentos estratégicos. Na primeira fase da guerra, mais importantes foram os caminhos para Mato Grosso, que passavam longe da região. Na segunda fase, a guerra desenvolveu-se em território paraguaio. Os acessos aos campos de batalha foram especialmente pelo rio da Prata, pelo Caminho das Missões e pela Estrada de Corrientes, esta construída durante

¹WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. 6a. ed., Curitiba, Vicentina, 1988, pp. 242-3.

a guerra, ligando a região de Palmas à província argentina de Corrientes.

Como a região Oeste do Paraná era uma região de mata, neste período em análise, ainda não atraía os interesses das frentes de expansão econômica paranaense. Estas se aproximarão lentamente da região, dos campos de Guaraupava, já ocupados por fazendas e invernadas, a partir de transformações econômicas e da ação política do governo.

A partir de 1825, há referências históricas de que a população branca já tinha atingido a região de Laranjeiras do Sul.² O processo de deslocamento para oeste dessas populações intensifica-se a partir da decadência do tropeirismo e da desagregação da sociedade campeira.

Durante o período do tropeirismo, as fazendas ocupavam mão-de-obra escrava e livre. Esta era constituída por agregados que residiam nas terras da fazenda, longe da sede, desempenhando o papel de vigilantes, feitores, capatazes e formando uma rudimentar clientela subordinada aos senhores de fazenda.

Na década de 1850, o uso das fazendas passou por um processo de transformação. Os fazendeiros passaram a alugar suas fazendas para os tropeiros, que as transformavam em invernadas. Aos poucos, as famílias dos fazendeiros passaram a residir nas cidades, vendendo seus escravos

²WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba, Littero-Técnica, 1985, p. 13.

para os fazendeiros de café de São Paulo. Como os tropeiros formavam seu próprio grupo, os trabalhadores livres, desvinculados dos fazendeiros, tornava-se uma população liberada e em busca de um novo espaço econômico.

Mas um outro fato desencadeará novas alterações econômicas e sociais no Paraná. O ciclo das tropas encerra-se em 1870, (...) "quando as construções das estradas de ferro do café, em São Paulo, desvalorizam o muar como meio de transporte".³

A obstrução dessa alternativa econômica ocasionou uma completa desagregação da sociedade campeira. O praticamente abandono do criatório comercial e da agricultura pela venda dos escravos, o latifúndio das fazendas entrou em crise. Em primeiro lugar, como todos os campos naturais estavam ocupados, o sistema não tinha como se expandir. Em segundo lugar, na retomada das fazendas alugadas, em razão do longo período de descaso com o criatório, à época de intenso comércio de muares, ocorreu uma queda na qualidade genética do gado. A baixa produtividade obrigou alguns membros da família a buscar outras fontes de renda, fora da fazenda, dispersando a família fazendeira.

A desarticulação da sociedade tradicional alterou profundamente também as relações sociais e de produção que estabelecia. Aquela camada social não escrava que vi-

³BALHANA, Altiva P. e outros. *História do Paraná*. 2a. ed., Tomo I, Curitiba, Grafipar, 1969. p. 65.

via nas grandes fazendas, com a desarticulação destas, passou a fazer parte de uma população flutuante e móvel da Província.

A primeira alternativa econômica dessa camada social foi a coleta de erva mate, uma produção de consumo já existente desde o começo da formação da sociedade campeira. A partir da década de 1850, o mate do Paraná passou a ser um produto de exportação para os países do Prata. A coleta, o transporte e a industrialização da erva mate ocupava apenas parte dessa população nos períodos de safra.

Esta população, basicamente constituída por caboclos, seguia para o sertão, onde houvesse trabalho. Com suas famílias, morando em casebres, os caboclos viviam espalhados, nos confins das fazendas ou grandes propriedades como agregados ou posseiros, como assalariados ou produzindo uma lavoura de subsistência ou criando alguns poucos animais em terra que não era sua. Tinham apenas a posse da terra onde realizavam suas roças.

Com o desenvolvimento da economia da erva mate, até as matas do Estado passaram a ser dominadas pelos grandes proprietários. Mediante contratos de exploração de erva mate, mesmo nas matas do Estado, os caboclos eram considerados intrusos. Desta forma, os caboclos, tanto nas regiões de campos bem como da mata, eram obrigados a seguir adiante, embrenhando-se no sertão, para estabelecer seus ranchos e roças, numa vida miserável, intrusando terras ou tirando novas posses. À medida que a fronteira econômica

fosse se expandindo, a repressão contra intrusos e posseiros logo se fazia sentir e, mais uma vez, tinham que seguir adiante.

Essa população, empurrada permanentemente para a "frente da frente" da colonização, no final do século passado já estava bem próxima do Oeste do Paraná. Nas primeiras décadas do atual século, já estava presente em diversos pontos da parte leste da região.

Esta não foi a única forma que determinou o deslocamento da população das regiões do Paraná Tradicional na direção do Oeste. Disputas territoriais na fronteira com a Argentina exigiram do governo medidas administrativas e estratégicas. Em todas essas medidas, inevitavelmente, incluíam a construção de estradas e acessos, a ocupação e colonização, e a integração da área em disputa com o contexto econômico-social nacional.

2. A questão de Palmas

Mesmo que esse fato histórico tenha ocorrido fora da Região Oeste do Paraná, seus desdobramentos, ao longo do processo de disputa territorial com a Argentina, exigiram do Brasil um posicionamento mais efetivo com relação ao restante das fronteiras internacionais do Paraná.

Como já foi referido no presente trabalho, em 1856, o Brasil já tinha encaminhado junto ao governo argentino uma série de expedientes acertando a questão da navegação no rio da Prata premido pela necessidade de acesso à Pro-

víncia de Mato Grosso. Faltava ainda demarcar e referendar as fronteiras entre os dois países. Em 1857, durante a guerra civil argentina, (...) "por iniciativa do governo brasileiro, iniciaram-se as conversações a respeito".⁴

A Argentina concordou com a interpretação dada pelos brasileiros nos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri em 1750 e ratificados pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio foram aceitos pela Argentina como sendo os rios aos quais os brasileiros davam essas denominações. Em 1858, o senado e a câmara argentina referendaram o tratado. Contudo, o prazo estipulado para a conclusão do acordo esgotou-se e o executivo argentino não fez comunicado algum ao governo brasileiro. Problemas políticos internos e externos da Argentina e do Brasil retardaram por mais alguns anos a solução definitiva das questões das fronteiras.

Apenas em 1881, a Argentina expôs ao governo brasileiro a sua interpretação dos tratados anteriores celebrados entre as coroas ibéricas. Ao rio que os brasileiros denominavam Chapecô, os argentinos afirmavam ser o Peperi-Guaçu e ao rio Chopim, os argentinos denominavam de Santo Antônio.

Essa posição argentina desencadeou no Brasil uma série de reações. Primeiramente, não foi aceita essa interpretação. E, em segundo lugar, o Brasil tomou uma sé-

⁴WACHOWICZ. *Paraná, Sudoeste*. op. cit., p. 27.

rie de medidas de ordem estratégica. No caso de uma invasão argentina, a região estava praticamente isolada, sem rápida comunicação com os centros do país. Dentro da perspectiva estratégica, o governo iniciou a construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba e a navegação de parte do rio Iguaçu (1882) e, no mesmo ano, decidiu pela efetiva e definitiva instalação das Colônias Militares de Chapecó e Chopim, previstas desde antes da guerra com o Paraguai.

A partir de 1881, a situação da região ficou ainda mais tensa quando a Argentina elevou a região compreendida entre os rios Paraná, Uruguai e Iguaçu à categoria de "Gobernación de Misiones". Em 1882, o governo argentino dividiu a "gobernación" em cinco departamentos. Cada movimento criava novas tensões e a população brasileira de Palmas e Boa Vista, mais tarde denominada Clevelândia, sentia-se ameaçada de invasão argentina.

Como nenhuma das partes tinha disposição para o conflito armado, foi criada uma comissão mista para estudar o caso com profundidade. "Esta comissão começou seus trabalhos em 1887 e os concluiu em 1890".⁵

Ainda durante os estudos da comissão mista, em 1888, a Argentina deu uma nova interpretação aos tratados de limites anteriores, afirmando que o rio Peperi-Guaçu era o rio Chapecó e o Santo Antônio, o Jangada que desagua no rio Iguaçu, a poucos quilômetros a oeste de União da Vitória, aumentando ainda mais a região contestada.

⁵WACHOWICZ, idem, p. 48.

Em setembro de 1889, mesmo antes do encerramento dos trabalhos da comissão mista, foi celebrado em Buenos Aires o Tratado de Arbitramento Internacional. Esse tratado, em uma de suas cláusulas, estabelecia que a área não poderia ser compartilhada. Pertenceria, integralmente, a uma das partes ganhadora da questão. O árbitro internacional escolhido foi o presidente dos Estados Unidos. A sentença, favorável ao Brasil, foi emitida pelo presidente Grover Stephen Cleveland, em 6 de fevereiro de 1895, encerrando a questão de Palmas.

Durante todo o período do desenvolvimento dessa questão de fronteira até seu desfecho com a sentença final, eram freqüentes os boatos entre a população daquela área de invasão argentina, de construção de estradas na região contestada, implantação do fisco argentino em território brasileiro, etc. Diante desses boatos, as autoridades brasileiras buscavam informações nos locais.

"Para o juiz municipal de Palmas, penetração em território brasileiro existia sim, mas a cima da foz do rio Iguaçu, em terreno inquestionavelmente brasileiro. Informava (em 1882) que, nesta região, brasileiros e argentinos exploravam o mate, sem entretanto pagarem o fisco devido".⁶

A Questão de Palmas, pelas repercussões desencadeadas junto ao governo brasileiro, teve fundamental importância para o Oeste do Paraná. Esse precedente, que questionou o domínio territorial brasileiro, fez com que ante-

⁶WACHOWICZ, op.cit.p. 48.

riores e esquecidos planos com relação ao Oeste do Paraná fossem retomados.

3. A Colônia Militar de Foz do Iguaçu

À época da elevação do Paraná à categoria de Província, um dos argumentos básicos utilizados para justificar a emancipação de São Paulo (1853) foi o de que, sendo um território limítrofe ao Paraguai e Argentina, deveria ter melhores condições de desenvolvimento e ocupação de suas fronteiras.

A primeira referência histórica demonstrando interesse do governo provincial em ligar a região Oeste do Paraná ao contexto nacional é encontrada numa manifestação, em 1866, do presidente da recém criada Província. André de Pádua Fleury, afirmava que já era plano de Portugal e da Província de São Paulo a abertura de uma estrada que ligasse o litoral à margem esquerda do rio Paraná, abaixo das Sete Quedas. Estes planos, além da estrada de acesso à fronteira, previam a construção de um porto nas proximidades da foz do rio Iguaçu para o desenvolvimento do comércio com os países do Prata.⁷

Não é difícil entender, dada a conjuntura de guerra com o Paraguai, porque não foi construída a via de comunicação com o Oeste do Paraná, nem o porto. Havia outras

⁷WACHOWICZ, Ruy C. *Obrageros, mensus e colonos*. Curitiba, Vicentina, 1982. p. 15.

prioridades na época. Terminada a guerra, a questão de fronteira com a Argentina exigia toda a atenção e esforços naquela área. Ainda as mudanças do regime imperial para republicano e as conturbações da época inviabilizaram uma obra de tal envergadura. O difícil de entender é porque o Brasil, nos acordos de navegação de 1856 com a Argentina, objetivando a garantia de livre acesso à Província de Mato Grosso pelo rio da Prata, franqueou à navegação argentina o trecho do rio Paraná da foz do Iguaçu até as Sete Quedas. Esse trecho do rio Paraná não é compartilhado entre Argentina e Brasil, mas entre Brasil e Paraguai. Se a Argentina exigiu a franquia de navegação neste trecho do rio Paraná como retribuição pela passagem de barcos brasileiros em seu território, foi por outros motivos que não os do princípio da reciprocidade. Essa franquia de acesso aos argentinos, como será analisado mais adiante, teve desdobramentos históricos relevantes e definiu o processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná.

Mas, os planos de governo com relação ao Oeste do Paraná foram retomados a partir do desenvolvimento do confronto estabelecido entre Brasil e Argentina na Questão de Palmas.

Mas, os planos de governo com relação ao Oeste do Paraná foram retomados a partir do desenvolvimento do confronto estabelecido entre Brasil e Argentina na Questão de Palmas.

Após a guerra com o Paraguai, que exigiu maior desenvolvimento e organização das forças terrestres, os mili

tares manifestavam seu descontentamento com a política brasileira e acusavam os civis de não saberem cuidar dos interesses da pátria. Na última década de regime imperial, por diferentes razões, foram inúmeros os conflitos entre civis e militares, gerando instabilidade política e freqüentes trocas de Gabinete.

Em março de 1888 foi formado um novo Gabinete e o Ministro da Guerra, de imediato, criou uma Comissão Estratégica que, entre outras responsabilidades, deveria implantar uma colônia militar na foz do rio Iguaçu.

Constituída a Comissão Estratégica, esta recebeu como incumbências a construção de uma estrada de rodagem de Porto União a Palmas; construir uma estrada de rodagem ligando Guarapuava a Palmas; de Guarapuava abrir uma estrada até o rio do Cobre, seguindo até sua confluência com o rio Piquiri e pelo vale do Piquiri atingir o rio Paraná e Mato Grosso; no Mato Grosso construir diversas estradas estratégicas interligando as regiões já ocupadas. Como centro de operações e de apoio logístico, a Comissão Estratégica escolheu a cidade de Guarapuava.

A fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi dividida em duas etapas. Na primeira, a abertura da picada de acesso de Guarapuava à foz do rio Iguaçu. Na segunda, a transferência de militares, civis profissionais e colonos para implantação da Colônia.

Os trabalhos de abertura da picada foram iniciados em fins de novembro de 1888 e o grupo atingiu a foz do

rio Iguaçu em 15 de julho de 1889.⁸ Já na abertura da picada, os componentes da expedição tiveram surpresas. Entre os quilômetros 205 e 206 a contar do Chagu (início da mata no atual município do Guarapuava), na altura do atual município de Catanduvas, a mais de 100 quilômetros das barrancas do rio Paran^á, encontraram picadas em uso pelos exploradores de erva mate. Seguindo as picadas, encontraram acampamentos de paraguaios, trabalhadores de empresas argentinas.⁹

Depois do reconhecimento da área onde seria fundada a Colônia Militar, a equipe de picadeiros, comandada por um engenheiro militar, retornou para Guarapuava e apresentou um relatório detalhado da realidade observada pela expedição, especialmente a significativa presença estrangeira longe da fronteira. Em resposta do relatório, o Ministério da Guerra decidiu pela imediata fundação da Colônia Militar. O grupo fundador designado era constituído por um oficial comandante, um sargento, 34 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados e 4 tropeiros.¹⁰

Ao longo da picada foram criados postos de suprimento para, no futuro, amparar os viajantes que fizessem o percurso e para apoio logístico dos militares. O primeiro posto foi do Chagu, onde foi feito um roçado e plantio. O segundo, foi o posto de Catanduvas, já dentro da região Oeste do Paran^á. Aí a expedição fundadora acampou para cons-

⁸ COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. Cascavel, Assoeste, 1988, p. 42.

⁹ WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 22-3.

¹⁰ COLODEL. op. cit., p. 44.

truir um depósito de mantimentos e um roçado para o cultivo de milho, feijão e arroz. Nesses postos eram estabelecidas famílias de trabalhadores rurais e nas proximidades, outras famílias de caboclos tiravam suas posses.

O sistema fundiário adotado pela Colônia Militar foi dividida a área em lotes urbanos e rurais e distribuí-los gratuitamente aos interessados. O objetivo era estimular o povoamento da fronteira por brasileiros e garantir a sobrevivência pela produção de gêneros alimentícios.

Depois de instalada, a grande preocupação da Colônia Militar era a manutenção da estrada que a ligava a Guarapuava, sede da Comissão Estratégica, de quem dependia para tudo.

A Colônia Militar da Foz do rio Iguaçu não atingiu seus objetivos fundamentais. Não funcionou como colônia, nem nacionalizou a fronteira. A direção da colônia cobrava elevados impostos, afugentando o comércio e a produção de riquezas. Não controlava a exploração de madeira e erva mate, nem organizou o comércio com o estrangeiro. A população sentia-se oprimida. Até os praças desertavam da colônia. Os agricultores, apesar da fertilidade da terra, abandonaram a pequena produção de milho, mandioca, feijão preto, cana-de-açúcar e fumo. Passaram a colher erva mate e explorar madeira em seus lotes e nas terras do Estado para vender aos argentinos.¹¹

¹¹WECHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 24.

Apesar de não ter atingido suas finalidades como um centro brasileiro de colonização e de desenvolvimento agrupastoril, a existência da Colônia Militar exigiu a abertura e conservação de uma via de comunicação entre Foz de Iguaçu e Guarapuava. Embora essa rodovia tivesse permanecido em péssimas condições de tráfego até depois da Segunda Guerra Mundial, desempenhou o papel de acesso da população rural expulsa de regiões já atingidas pelas frentes de expansão econômica do Paraná. Ao longo da picada, na direção oeste, a população cabocla de Guarapuava e Laranjeiras do Sul iniciou seu deslocamento, onde estabelecia suas posses e iniciava o plantio de suas roças, a produção de subsistência. Parte da região Oeste do Paraná foi ocupada por esse processo de deslocamento da população sem terra, a partir dos campos de Guarapuava.

4. As Obrages

Na província argentina de Corrientes existiam empresas que se dedicavam à exploração de erva mate e madeira. Especialmente madeira, visto que a erva mate existente nesta província era pequena comparada à expansão dos mercados consumidores da região platina. Desta forma, legal ou ilegalmente, os argentinos exploravam erva mate no vale do rio Uruguai, em território brasileiro, e no valo do rio Paraguai. A cidade de Corrientes era um mercado de erva mate e lá também estabeleceram grandes serrarias no século passado.

No território de Misiones, onde existia muita erva mate, foram implantados diversos moinhos de beneficia -
mento. Como essas empresas desenvolviam um sistema preda-
tório de exploração, tinham que procurar sempre novas áreas
de reservas de erva mate e madeira.

No final do século passado, a frente argentina
já tinha atingido a região Oeste do Paraná onde apenas ex-
plorava erva mate e madeira. No começo deste século, aqui
se instalou e introduziu seu sistema de exploração de vege-
tais, suas formas de organização e relações de trabalho pró-
prias desse tipo de empresa, desconhecida dos brasileiros,
chamada *obrage*.

A obrage era uma propriedade ou um sistema de ex-
ploração de erva mate e madeira existente nas matas subtro-
picais, em território argentino e paraguaio. O interesse
fundamental de um obragero era a extração de erva mate na-
tiva e a madeira em toros.¹²

As obrages, para sua instalação e funcionamento,
não exigiam a aplicação de muitos capitais e o retorno era
imediato. As taxas de lucro eram maximizadas, visto que os
preços da mão-de-obra eram baixíssimos e os produtos alcan-
çavam excelentes preços nos mercados consumidores. As obra-
ges tinham grande poder de acumulação, representando capa-
cidade para novos e diversificados investimentos. Os obra-
geros argentinos construíram seus portos particulares, suas

¹²WACHOWICZ. *Obrageros...* op. cit., p. 44.

estradas, adquiriam ou construíam seus navios e embarcações. Os obrageros monopolizavam o transporte e a atividade comercial no suprimento de todas as necessidades das populações existentes ao longo dos rios navegáveis.

Nos primeiros anos do século XX algumas empresas com essa origem representavam um grande poderio econômico. Entre elas, a Companhia Mercantil y de Transporte Domingos Barthe, proprietária de portos, navios, o melhor hotel de Posadas, diversas e extensas obras.

As obras decadentes não eram simplesmente abandonadas, mas vendidas em lotes rurais onde passavam a ser desenvolvidas outras atividades econômicas, especialmente agricultura.

"Em território argentino, o lucro obtido com a venda das obras esgotadas era reaplicado na compra de novas porções de terras como também em outros ramos do comércio e até mesmo em atividades industriais".¹³

Essas capitalizadas empresas atingiram o Oeste do Paraná, aqui se instalaram, exerceram uma poderosa hegemonia e impuseram seu modo de produção e a ele subordinaram as relações sociais. Diversas obras se instalaram ilegalmente, sem documentação alguma. Outras adquiriram as terras legalmente do governo paranaense, com documentação, e medição executada por funcionários do governo.¹⁴

¹³COLODEL. op. cit., p. 63-4.

¹⁴FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1973, p. 38.

Possivelmente, o governo do Estado, de forma contraditória a todos os esforços desenvolvidos pelo governo federal e das preocupações do Ministério da Guerra com relação à ocupação nacional e segurança das fronteiras, tenha optado pela venda de terras no Oeste do Paraná pela necessidade de recursos financeiros. No começo do século, a economia do Paraná passava por uma séria crise. As atividades predominantes, o criatório e a erva mate, esta dependente dos instáveis mercados do Prata, estavam em dificuldades econômicas. O Paraná tinha uma população numericamente insuficiente para acelerar a urbanização e a ocupação de seu território. Somado a isto, o Paraná era dominado por uma elite oligárquica dos Campos Gerais, fechada em si mesma, ciosa de seu domínio local, de mentalidade conservadora que resistia a formações sociais capitalistas.

Neste contexto econômico e político, e considerando a distância em que se encontravam as fronteiras econômicas do Paraná, é possível que a oligarquia política tenha visto na venda de glebas da fronteira a companhias estrangeiras uma alternativa de aumento na fraca arrecadação do Estado.

O livre acesso dos navios dos obrageros, acima da foz do rio Iguaçu, era garantido aos argentinos pelos acordos de navegação de 1856. Diante dessas facilidades, resta-lhes apenas organizar um grupo de trabalhadores, desembarcá-los em território brasileiro e iniciar a exploração de erva mate e madeira. Em poucas décadas, a margem brasileira do rio Paraná estava ocupada por dezenas de obras,

com seus portos particulares de embarque, e povoada por milhares de trabalhadores.

A mão-de-obra das obras era constituída pelos chamados guarani modernos. Ruy Christovam Wachowicz extrai de Darcy Ribeiro o conceito de guarani moderno, isto é, uma população indígena que, após a destruição das missões jesuíticas do século XVII pelos bandeirantes paulistas, os sobreviventes (... "miscigenaram-se com a população rural do Paraguai".¹⁵ Essa população, de origem indígena, falando guarani,

(...) "que escapou dos paulistas e dos colonos paraguaios, caía novamente nas mãos avidas de grandes e fáceis lucros dos obrageros. Essas populações foram engajadas, de preferência, nos trabalhos extrativos do mate e da madeira. Conhecedores do meio, sabendo distinguir as árvores de erva mate de outras semelhantes, conhecedores dos diversos tipos de madeira da região, sabendo sobreviver em condições adversas da selva, vão ser procurados para esse mister".¹⁶

Essa mão-de-obra abundante e barata era buscada no Paraguai, Corrientes e Misiones. Esses trabalhadores eram chamados de "mensus". "Mensu é palavra de origem espanhola que significa mensalista, aquele que recebe por mês".¹⁷

Quando um "guarani moderno" estivesse interessado em conseguir algum trabalho, procurava os escritórios das obras em Corrientes, Posadas, Encarnación ou algum

¹⁵RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 89.

¹⁶WACHOWICZ. *Obrageros...* op, cit., p. 47.

¹⁷Idem, p. 47.

"comisionista", um cidadão qualquer que recebia importâncias em dinheiro para arranjar mão-de-obra braçal, quando as obras necessitassem. Se o trabalhador fosse aceito, recebia o "antecipo", um adiantamento de dois ou três meses de salário dado ao mensu que iria trabalhar no Alto Paraná. Enquanto não chegasse o barco que levaria os mensus para a obra, os comisionistas promoviam festas e estimulavam-nos a gastarem todo o dinheiro em bebidas e farras. Embarcavam sem dinheiro e com uma enorme conta a pagar. Essa era a conduta da maioria das empresas".¹⁸

Quando chegasse ao local de trabalho, cada mensu tinha aberta uma conta corrente no escritório da obra. Passava à mais completa dependência do patrão e do armazém da obra, de onde recebia os gêneros alimentícios. O mensu ganhava sempre menos que o preço de seu salário e dificilmente conseguia ter saldo positivo em sua conta corrente. O trabalhador das obras era um tipo de servo da gleba medieval, não ligado à terra, mas à conta corrente do armazém. Para aumentar a dependência dos peões, as obras permitiam a transferência dos trabalhadores com suas famílias, embora não houvesse trabalho para as mulheres. Nas obras a agricultura particular era proibida. A família não podia plantar para seu consumo, isto favoreceria a libertação do trabalhador do jugo de sua própria conta corrente.¹⁹ Terminada a safra de mate, o mensu trabalhava na

¹⁸FRANCO, op. cit. p. 59.

¹⁹WANCHOWICZ. *Obrageros*, op. cit. p. 49-50.

extração da madeira de valor econômico ou em outros serviços, no transporte, nos portos ou navios.

Um ponto fundamental para a manutenção do sistema das obrages era seu isolamento. O controle das vias de acesso era de vital importância para o domínio de numerosa mão-de-obra, constituindo-se em permanente preocupação dos obrageros e seus capatazes. Opunham-se de todas as formas à circulação ou presença de pessoas estranhas à obrage.

Esse cuidado do sistema das obrages manifesta - va-se primeiramente no controle do rio Paranã,

(...) "o eixo principal que fazia funcionar todo o sistema implantado. Para garantir a permanência dos mensus na obrage, pelo menos até pagarem seu antecipo e a conta corrente, todas as empresas possuíam um controle severo, desde os pequenos botes, até os grandes navios. Eram providências necessárias para impedir a fuga dos mensus".²⁰

Em segundo lugar, havia um grande controle dos caminhos da obrage individual. O porto centralizava todo o movimento da obrage. Lá estavam localizados os armazéns de fornecimento, os depósitos de erva mate e mercadorias, a contabilidade, a residência do obragero e de seus diversos capatazes. A picada principal, com suas ramificações, é que dava unidade de exploração à obrage. Estas picadas interligavam o porto aos pousos, localizados em áreas de concentração de erva mate. A partir do porto era feito todo o controle do movimento de pessoas e mercadorias. Nos pou

²⁰WACHOWICZ. *Obrageros*, op. cit., p. 52.

sos, estavam os casebres dos trabalhadores e do capataz do grupo que controlava tudo: desde seus movimentos até sua produção representada em fardos de erva mate colhida e entregue no galpão do pouso.²¹ Para o controle das estradas, todas as obrages tinham as "comisiones", uma espécie de guarda, de polícia particular das obrages.

Considerando o modo de produção implantado por essas empresas e o controle que exerciam sobre o movimento de pessoas, é possível que muitos índios, ainda existentes na região ou que aqui chegaram em decorrência de seu seminomadismo no período compreendido entre a destruição das reduções e a ocupação argentina, tenham sido incorporados como mão-de-obra nas obrages. Ou, como é comum na defesa de si próprios, os índios tenham se afastado dos domínios das obrages, ocupando outras áreas. Há indícios que podem dar sustentação a essas duas hipóteses. Os mensus, guarani modernos, mantinham diversos aspectos da cultura indígena, inclusive a língua. Esses fatores poderiam facilmente agrupá-los aos trabalhadores das obrages, ou serem "aliciados" pelos capatazes e "comisiones" como trabalhadores. Por outro lado, não é fácil encontrar uma outra explicação para o fato de que, a partir de Catanduvás e localidades próximas a leste, ainda hoje haja uma significativa concentração de indígenas, justamente além do limite geográfico da exploração das obrages.

²¹WACHOWICZ. *Obrages*, op. cit., p. 54.

Durante a ocupação e colonização, no restante da região, há relatos de que foi utilizada mão-de-obra de remanescentes das obras que os colonos, genericamente, denominavam paraguaios. Se a maioria dos trabalhadores, com o declínio das obras, foram embora, por que alguns permaneceram? É possível que o passado histórico os ligasse a esta região.

Pelo que tudo indica, as poderosas obras completaram o extermínio das populações ou dos modos de vida indígenas, em grande parte da região Oeste do Paraná. Mas não foram apenas os índios, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu também se ressentiu com o poderio econômico e com a hegemonia exercida pelas obras, agravando ainda mais seus problemas decorrentes do isolamento do contexto econômico e político nacionais.

A Colônia tinha grandes dificuldades de comunicação com os centros brasileiros de abastecimento, obrigando-a a voltar-se para os centros existentes no Prata. Esse fato tornou a Colônia Militar economicamente dependente dos comerciantes argentinos que monopolizavam o comércio do rio Paraná, única via de acesso à região. Os obrageiros argentinos, temerosos em ter seus interesses prejudicados com o desenvolvimento de um núcleo populacional dominado exclusivamente por brasileiros, passaram a obstaculizar, de todas as formas, o desenvolvimento material da Colônia. Os comerciantes estrangeiros demonstravam má vontade quanto às necessidades da Colônia. "Os gêneros alimentícios eram fornecidos a preços exorbitantes, isto quando eram fornecidos

pois, na maioria das vezes, escasseavam a sua distribuição propositadamente".²² Não existia critério para o câmbio monetário nas transações comerciais. Dependente de paupérrimos recursos enviados pela sede da Comissão Estratégica em Guarapuava, faltava-lhe as condições para desenvolver-se como um núcleo colonial, um centro de colonização e de desenvolvimento agro-pastoril.

Nestas circunstâncias, não tendo condições de se opor ao poderio das obras, "as autoridades e comerciantes de Foz do Iguaçu aderiram ao sistema"²³ participando do contrabando de importação e exportação. Por esses motivos, o Ministério da Guerra, em 1912, extinguiu a Colônia Militar, entregando a área à administração do Estado.

O governo do Estado, ao vender as terras para as companhias estrangeiras, pretendia ampliar a produção econômica em seu território e aumentar a arrecadação de impostos. Só não previu um sistema eficiente de fiscalização da exploração e exportação de erva mate e madeira. Em 1902, foi criada a Agência Fiscal de Foz do Iguaçu, mas esta não dispunha de meios para fiscalizar as obras. Em 1913, foi criada a Coletoria de Rendas da Foz do Iguaçu e, nos anos seguintes, foram destacados agentes fiscais em cada um dos principais portos do rio Paraná, mas dependiam em tudo dos obrageros.

²²COLODEL, op. cit., p. 48.

²³WACHOWICZ. *Obrageros*, op. cit., p. 51-2.

"Desde alimentação até a própria casa eram fornecidas pelos latifundiários produtores. O governo do Paraná não proporcionava aos seus fiscais as mínimas condições de independência com relação a seus hospedeiros".²⁴

Em 1914, foi criado o município de Foz de Iguaçu, abrangendo todas as terras da região Oeste do Paraná. Após essa data, as relações com os órgãos estaduais foram ampliadas. Passou a existir algum tipo de organização política, constituindo-se em força de reivindicação da ação do Estado, especialmente quanto à conservação da estrada, sempre precária, serviços públicos, inclusive a escola, apenas conquistados com o passar dos anos.

Mesmo existindo a pequena estrutura administrativa do município de Foz do Iguaçu e terem sido implantados alguns serviços públicos que representavam, de alguma forma, o poder do Estado, pouco significou em termos de controle sobre as obras e de presença nacional na fronteira. As obras continuaram, por muitos anos, a impor seu poder econômico nas relações sociais de produção, monopolizando o comércio e a moeda e, pelo controle social que exerciam, determinavam até a língua falada pela maioria da população.

Para entender o que significaram as Obras no Oeste do Paraná, é fundamental ter presente a extensão de seus domínios territoriais e o que isso representou no processo histórico regional. A aquisição das terras que pertence -

²⁴WACHOWICZ. *Obrageros*, op. cit., p. 128, 133-4.

ram às obras para implantação do tipo de colonização aqui desenvolvido, só foi possível em dado momento histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro e do conjunto de fatores que determinaram a queda da eficiência econômica das obras. O domínio territorial legal das obras determinou, à época da colonização, as condições de acesso à terra e o sistema fundiário implantado.

Como é praticamente impossível colher informações sobre as obras ilegais por falta de documentação, se rão feitos apenas pequenos apanhados históricos de algumas grandes obras que adquiriram legalmente áreas de terra do governo do Estado do Paraná. (Mapa 1).

. Obra Domingos Barthe

Em 1901, o argentino Domingos Barthe e o brasileiro Manoel José da Costa Lisboa adquiriram por compra 10.000 hectares de terras devolutas do Estado do Paraná nos locais denominados Entre Rios, rio da Paz e rio Tormenta, situados no atual município de Cascavel e 200 hectares, nas margens do rio Paraná, onde foi construído o porto de Santa Helena "... ao preço mínimo da lei".²⁵ No mesmo ano adquiriram mais 3.000 hectares de terras devolutas na margem esquerda do rio da Paz.

Em 1902, Manoel José da Costa Lisboa retirou-se da sociedade, transferindo todos seus direitos a Domingos Barthe.

²⁵COLODEL, op. cit., p. 67.

Em 1905, Domingos Barthe já tinha ampliado suas propriedades para 60.000 hectares de terras férteis, com imensas reservas de madeira de lei, pinhais e extensos ervais, situados no rio da Paz, rio Tormenta e nas nascentes do rio São Francisco. Como a distância entre as terras adquiridas e o porto de Santa Helena era muito grande, Domingos Barthe adquiriu terras do governo do Estado para a instalação de quatro pousos e o porto Sol de Maio, com 200 hectares cada um, perfazendo mais 1.000 hectares. O total de domínio legal da obra de Domingos Barthe era de 70.000 hectares.

. Obra Nuñez y Gibaja

Em 1905, a companhia argentina Nuñez y Gibaja adquiriu do Estado do Paraná, por compra, o imóvel denominado Lopeí perfazendo um total de 43.973 hectares, localizado na parte norte e noroeste do atual município de Cascavel e municípios vizinhos nesta direção. No mesmo ano adquiriu por compra terras para implantação de mais cinco pousos: Toledo, Palmito, Guajuvira, Arroio Grande e 12 de Outubro (porto). A área de cada pouso era de 200 hectares, totalizando 1000 hectares. O total da obra era de 53.973 hectares.

Em 1932, a firma Nuñez y Gibaja abriu falência em Buenos Aires. Na execução da falência, o imóvel foi avaliado pela Coletoria de Foz do Iguaçu e adquirido por Theodoro Soldati, um ex-empregado de ervais e arrendatário de parte do mesmo imóvel. No mesmo ano, hipotecou a proprie-

dade a Pelegrino Angeli. Este deixou o imóvel Lopeí no mais completo abandono até os primeiros anos da década de 1950.²⁶

. Obraje Julio Tomaz Allica

Entre 1902 e 1903, Julio Tomaz Allica adquiriu do Estado uma área de terra na margem do rio Paraná onde construiu o porto Artaza. Não há informações seguras quanto ao tamanho da propriedade. Comparando diferentes informações, foi possível concluir que a área não ultrapassava os 458hectares.

Essa obraje apresentava algumas características peculiares. Primeiramente, explorava erva mate a longas distâncias fora de suas propriedades, como arrendatária ou simplesmente invasora. Para vencer as grandes distâncias entre o porto, os locais de exploração e a criação de gado e animais de tração em Campo Mourão, possuía inúmeros postos controlados pelo posto denominado Central Santa Cruz. Possuía mais de dois mil empregados, controlados por Santa Cruz, cunhado de Allica, famoso pela violência e crueldade com que tratava os trabalhadores. Em segundo lugar, foi a obraje que atingiu o mais alto grau de desenvolvimento e organização no sistema das obrages. Allica, por ser engenheiro militar do exército argentino, construiu um lago e produzia energia elétrica, instalou engenhos de arroz e mandioca, edificou uma mansão para sua residência. Nas oficinas, movi

²⁶WACHOWICZ. *Obrageros....*, op. cit., p. 163.

da a água, construía e consertava carroças e barcos. Implantou uma linha telegráfica com 140 quilômetros de extensão, ligando a sede aos distantes postos da obrage. Na área do porto Artaza desenvolveu amplamente a agricultura, a pecuária e a fruticultura. Por fim, ao contrário do que aconteceu com a totalidade das obrages, mesmo tendo entrado em decadência a partir de 1925, com a chegada dos militares da revolução paulista, Allica não vendeu suas terras, permanendo na região até 1940, quando, doente, viajou para Buenos Aires para tratamento e lá faleceu. A esposa e uma sobrinha, filha de Santa Cruz, permaneceram no porto Artaza. A sobrinha de Allica casou com o gaúcho (Antônio Soares Paim), que passou a controlar as terras. Após a morte da viúva de Allica, Paim vendeu, na década de 1970, 198 alqueires a um empresário de Toledo e os restantes 360 alqueires a colonos, em lotes rurais.²⁷

. Fazenda Britânia

A Fazenda Britânia teve origem em 1905, quando Jorge Schimmelpheg, político de Foz do Iguaçu, adquiriu por compra, 250.000 hectares de terras devolutas. Em 1906 foi organizada uma empresa para explorar a obrage. Aí apareceu a verdadeira proprietária: a Companhia de Madeiras del Alto Paraná, proprietária de uma grande serraria perto da cidade do Corrientes, ramificação de outra companhia ingles

²⁷ SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel, Assoeste, 1985.

sa que operava na Argentina, a The Alto Parana Development Company Ltd. Em 1909, essa companhia adquiriu mais 22.000 hectares contíguos. Mas como o Estado do Paraná já tinha titulado terras na mesma área da Fazenda Britânia a Julio Tomaz Allica, os pousos da Nuñes y Gibaja, à Mate Laranjeiras e outras glebas menores, os ingleses tinham dois títulos de domínio direto sobre uma imensa área de 263.462 hectares.²⁸

A Fazenda Britânia explorava erva mate e, especialmente, madeira. A sede da administração era o porto Britânia.

Em 1919, a Compañia Maderas del Alto Parana, na Argentina, estava em liquidação. No Paraná, em razão da revolução paulista de 1924, o porto ficou paralizado e a fazenda destruída pelos revoltosos, que permaneceram no porto por mais de seis meses. Os administradores não tiveram ânimo para reconstruir a obra e assim permaneceu até 1930. De 1930 a 1936, a obra teve uma pequena revitalização econômica, mas, no final da década, entrou novamente em crise.²⁹

. Companhia Mate Laranjeira

Tomás Laranjeiras explorava erva mate no Paraguai. A sede da empresa era o porto de Concepción. Após

²⁸WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 163.

²⁹SAATKAMP, op. cit., p. 23-4.

1873, iniciou a exploração de erva mate no Mato Grosso. Para ampliar seus negócios nesse estado associou-se aos Bancos Rio e Mato Grosso, controlados pela família Murtinho.

Mesmo explorando erva mate no Mato Grosso, por alguns anos, a Mate Laranjeiras continuou a utilizar o porto paraguaio de Concepción. Depois de 1894, passou a utilizar o porto Murtinho, na margem brasileira do rio Paraguai. Nesta época entrou na sociedade Francisco Mendes Gonçalves.

O acesso ao porto Murtinho era difícil, com inúmeros atoleiros que exigiam construções especiais para serem superados, encarecendo muito a produção pelos custos do transporte. Por essa razão, a Mate Laranjeiras encomendou um estudo de viabilidade de escoamento da produção pelo rio Paraná e seus afluentes no Mato Grosso. De posse do estudo, optou pelo escoamento da produção via Guaíra, apesar das Sete Quedas e das corredeiras a jusante. Em 1909, foram construídos os depósitos e os armazéns. No ano seguinte, foi iniciado o escoamento da produção do mate pelos rios Iguatemi, Amambai e Brilhante, até Guaíra.

Para desviar as Sete Quedas, a Mate Laranjeiras, utilizando a experiência desenvolvida para ultrapassar os atoleiros próximos ao porto Murtinho, construiu uma ferrovia com vagonetes puxados por mulas até o porto São João, a 45 quilômetros abaixo das Sete Quedas. Depois do porto São João havia ainda corredeiras e águas revoltas muito perigosas para a navegação, o chamado Salto Carapan. Para

superar o problema, a Mate Laranjeiras estendeu os trilhos por mais 15 quilômetros e, logo acima do porto Britânia, construiu um novo porto, o porto Mendes Gonçalves.

Em 1917, a Mate Laranjeiras melhorou os trilhos e inaugurou o sistema de transporte ferroviário, com utilização de locomotivas, ligando Guaíra a porto Mendes.

Em Guaíra, a Mate Laranjeiras construiu uma verdadeira cidade, com boas residências, ruas arborizadas, farmácia e serviço médico. A partir de 1928, Guaíra passou a ter escola brasileira.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Mate Laranjeira faliu e os portos foram encampados pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, uma autarquia federal. As terras, na liquidação da falência, retornaram para o Estado do Paraná, em 1951, quando foi criado o município de Guaíra.

Além da venda de extensas glebas para companhias estrangeiras de exploração de erva mate e madeira, o Estado do Paraná fez transações de terras também com grupos nacionais.

. Petry, Meier & Azambuja

Em 1912 e 1916, o governo do Estado do Paraná vendeu glebas a José Petry, Hans Meier, Alberto Meier e Antônio Bittencourt de Azambuja, localizadas nas proximidades do porto de Santa Helena, de 50.000 hectares para cada um. Este grupo formou uma sociedade, a Petry, Meier & A-

zambuja, à qual foi expedido um título definitivo e unificado. Em 1920, entrou na sociedade Roberto Stuber que também tinha adquirido 50.000 hectares. Com a entrada de Stuber, a companhia passou a chamar-se Meier, Annes & Cia., com sede em Curitiba. Em 1921, faliu. No mesmo ano, parte da massa falida foi vendida à firma Alegretti & Cia., de Bento Gonçalves, num total de 628 colônias, ou seja, 15.700 hectares. Na área adquirida pela Alegretti já existiam 18 famílias de colonos, italianos ou descendentes de italianos, vindos de São Paulo e assentados pela Meier, Annes & Cia. A firma Alegretti fazia propaganda de suas terras especialmente em Bento Gonçalves, Veranópolis, Cachoeira e Marau, localidades de colonização predominantemente italiana no Rio Grande do Sul. O governo do Estado do Paraná estabeleceu o ano de 1936 como data limite para a companhia Alegretti colonizar suas terras. As falências, o movimento militar de 1924, a falta de comunicação e outros problemas estruturais, inviabilizaram o projeto de colonização com colonos gaúchos. A companhia Alegretti solicitou e obteve uma prorrogação de mais seis anos. Mesmo assim não conseguiu atrair colonos e as terras voltaram para o domínio do Estado.³⁰

O restante das terras da Meier, Annes & Cia. foram vendidas para André Zilio e para a Industrial, Agrícola e Pastoril do Oeste de São Paulo, em 1924. Em 1926, es

³⁰COLODEL, op, cit., p. 191 a 203.

sas terras foram adquiridas pela Companhia Paranaense de Colonização Espéria Ltda. de capitais predominantemente italianos do Instituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano All'Estero, com financiamento do Banco Italiano - Francês.³¹

A companhia Espéria tentou a colonização com italianos ou descendentes de italianos de São Paulo. Os resultados foram insignificantes, até 1929, prazo estabelecido pelo governo para colonização. Obteve prorrogação por mais oito anos, com pequenos resultados que permitiram a continuidade da empresa colonizadora. Mas em 1942, em decorrência da declaração de guerra contra o Eixo, do qual a Itália fazia parte, a concessão foi cancelada e as terras desapropriadas. Os colonos italianos, por motivos de segurança, foram expulsos da área de fronteira.³²

. Companhia Florestal do Paraná S/A

Em 1918, nas proximidades da antiga colônia militar de Foz do Iguaçu, três irmãos da família Matte, procedente do Rio Grande do Sul, adquiriram do Estado do Paraná diversas glebas perfazendo uma área de aproximadamente 100.000 hectares. Miguel Matte organizou a Companhia Florestal do Paraná S/A, com sede em Foz do Iguaçu, para explorar e colonizar a área, como previam os contratos com o Estado do

³¹WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 159-60.

³²COLODEL, op. cit., p. 201.

Paraná. Em 1924, para tocar o empreendimento, Miguel Matte contraiu um empréstimo de 100 mil pesos junto à firma argentina Alfredo Giambelli e Cia., com sede em Rosário. Como garantia do empréstimo, hipotecou os imóveis Ocoí e Passo Cuê. Como a Companhia Florestal do Paraná não conseguiu saldar a hipoteca, transferiu os dois imóveis a Ramon Lopez, que saldou os débitos junto à firma Giambelli.

A Companhia Florestal do Paraná tentou a colonização com agricultores gaúchos, mas fracassou por falta de estradas para escoamento da produção. Parte dos colonos gaúchos voltaram para o Rio Grande do Sul e parte dispersou-se pela Argentina.³³

Outras glebas o Estado do Paraná foi obrigado a titular em favor de companhias de capital estrangeiro em pagamento da construção de ferrovias em seu território, por contrato ainda do governo imperial e de seus próprios contratos, nos primeiros anos do século XX.

No final do governo imperial, o país necessitava da melhoria dos serviços públicos, especialmente no setor de transportes. Por falta de recursos financeiros, o governo fez diversas concessões de terras a grupos de capitais estrangeiros para construção de ferrovias.

Por decreto imperial de 9 de novembro de 1889, foi concedido ao engenheiro João Teixeira Soares ou à companhia que organizasse, a construção e uso por noventa anos

³³WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 160-1.

da estrada de ferro que, partindo de Itararé, em São Paulo, ligasse Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A companhia organizada por João Teixeira Soares, denominada São Paulo-Rio Grande, era constituída por capitais ingleses e, numa primeira etapa, construiu a ferrovia de Itararé a União da Vitória. A partir de 1908, foi construído o trecho de União da Vitória a Marcelino Ramos por um grupo econômico norte-americano, denominado Brazil Railway Company.^{3 4}

Com essa companhia, o Estado do Paraná assinou contrato para construção do ramal ferroviário Ponta Grossa- Guarapuava. Em pagamento titulou parte da gleba Ocoí, a norte das glebas dos irmãos Matte.

Em 1920, a Brazil Railway Company, organizou uma subsidiária, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio - Braviaco. No mesmo ano, o governo do Estado do Paraná assinou contrato concedendo à nova companhia direitos e poderes para a construção de um ramal ferroviário ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu. Em troca da construção dessa ferrovia, expediu títulos de domínio pleno, para fins de co-lonização dos espaços vazios do oeste paranaense, sobre 1.185.913 hectares nas glebas denominadas Catanduvas, Ocoí, Piquiri e Pirapó, abrangendo praticamente todas as terras do Oeste do Paraná não ocupadas pelas obras.

Outro latifúndio no Oeste do Paraná foi a concessão que obteve o engenheiro Natel de Camargo em pagamento

^{3 4}WACHOWICZ. *História do Paraná*. op. cit., p. 192.

da abertura da rodovia no trecho Catanduvas-Foz do Iguaçu, iniciada em 1917 e concluída em 1919. Era uma área de aproximadamente 720.000 hectares na região de Catanduvas, Guaraniaçu e Cascavel. Depois da execução dessa obra, foi contratado para realizar os serviços de medição das terras pertencentes à Braviaco. Como pagamento pelo trabalho, recebeu mais uma considerável porção de terras, próximas ao rio Cascavel.

A questão fundamental, para entender o processo histórico regional, é interpretar o que significaram as obras para a ocupação e posterior colonização do Oeste do Paraná. Os demais latifúndios, apropriados por cidadãos brasileiros ou por grupos estrangeiros, mas em outras condições, e por terem recebido um tratamento político diferenciado pelo grupo que assumiu o poder após a Revolução de 1930, serão objeto de análise mais adiante.

Em primeiro lugar, no caso das obras legais, eram legítimas proprietárias da terra. A forma de apropriação transcorreu de acordo com as leis vigentes, isto é, por compra. Observando a área da maioria das obras, representavam enormes latifúndios, terras ocupadas, não disponíveis às frentes de expansão das fronteiras econômicas nacionais.

Considerando o modo e as relações de produção que estabeleceram, as obras eram empresas capitalistas, mas que estabeleceram relações de produção de servidão. As obras eram proprietárias dos meios de produção e dos meios de subsistência. As condições de produção das obras incluíam os trabalhadores presos à conta corrente do armazém de for-

necimento, portanto reduzidos à servidão. A existência da guarda particular, as "comisiones" das obras, a violência da repressão dos capatazes, verdadeiros feitores, representavam a forma utilizada de apropriação da vontade dos trabalhadores nesta relação de dominação.³⁵

A dissolução dessas relações de produção "só se tornam possíveis por um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (e, portanto, também mentais)".³⁶ O sistema das obras reduzia ou praticamente eliminava os intercâmbios e trocas, obstruindo as condições objetivas de trabalho. Não contribuíam para o desenvolvimento das classes sociais, mantendo combinados os elementos que, separadamente, compõem o progresso do processo histórico.

Partindo desses pressupostos, é possível compreender a preocupação das obras e as medidas que tomavam para manter-se isoladas. No contexto mais amplo, as relações de produção implantadas pelas obras já estavam superadas e já se desenvolviam amplamente as relações capitalistas de produção. O trabalho já era trocado por dinheiro e este por meios de subsistência.

O desinteresse das obras em diversificar a produção, além do extrativismo vegetal, conseqüentemente ampliando os intercâmbios e trocas, somados a outros determinantes históricos, produziu a crise de seu sistema produtivo.

³⁵MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 4a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 96-7.

³⁶Idem, p. 98.

Em todas as obras, sem exceção, além da brutal exploração do trabalho, o tratamento dado aos trabalhadores era extremamente cruel, com espancamentos por motivos banais e até a eliminação física. Apesar de todo esse horror, os trabalhadores tentavam sua própria libertação, pela fuga, e opunham resistências de todas as formas à dominação e servidão. A partir da década de 1920, há relatos históricos que se referem à revolta de trabalhadores das obras.^{37 38}

Isto significa que os trabalhadores tinham atingido um certo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e mentais.

Como as obras não representavam mercado de trabalho, mas sim organizações de dominação com sistemas de coerção que impedia o livre movimento dos indivíduos, desempenharam um papel de barreira que estancou o acesso à região das populações obrigadas a migrar além das fronteiras econômicas. Isto determinou as condições de colonização por segmentos sociais que, mesmo pequeno, tinha sido possível algum tipo de acumulação.

Em segundo lugar, além das obras, havia também latifúndios vendidos pelo governo a outros grupos econômicos. Nessas transações, via de regra após a Primeira Guerra Mundial, o governo estabelecia, como condições de concessão, um prazo para colonização, requisito não estipula-

³⁷WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 55 a 59.

³⁸COLODEL, op. cit., p. 70.

do às obras. Esse fato histórico induz ao levantamento de alguma hipótese para a mudança de estratégia do governo. A primeira observação é de que as tentativas de colonização, antes da década de 1940, todas ocorreram em pontos próximos de Foz do Iguaçu. É possível que, para tentar libertar a ex-colônia militar da dependência dos obrageros argentinos e de seu comércio, tenham sido estabelecidas essas exigências.

No Paraná ainda não existia um excedente populacional de tradição agrícola, ao contrário do que já ocorria nas chamadas colônias velhas de imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A vinda de colonos, produtos de mercadorias e consumidores de produtos industriais, só ocorreria dentro de outras condições estruturais, isto é, com o aumento da demanda de gêneros alimentícios, a partir do desenvolvimento com base urbano-industrial.

A sobrevivência de uns poucos colonos assentados por essas empresas em Santa Helena foi possível justamente pelo consumo dos ainda restritos mercados de Foz do Iguaçu e porto Mendes, isto quando algum navio argentino se dispusesse a transportar a pequena produção dos colonos. As demais tentativas de colonização, por absoluta falta de condições de realização econômica, fracassaram. Ainda não existiam as condições para incorporação da região Oeste do Paraná na economia de mercado. Ainda não tinham sido construídas as condições concretas de ocupação e colonização.

Além desses, um outro obstáculo devia ser removi

do: as obras que determinaram o limite da penetração cabocla. As razões que determinaram o declínio e a substituição das obras por colonizadoras e os mensos por colonos serão analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES PRÉVIAS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ

Neste capítulo e nos tópicos que o compõem será tentado analisar em que contexto as obras tornaram-se economicamente inviáveis, determinando a crise e a suspensão de suas atividades. Apenas a desarticulação do sistema produtivo das obras não foi suficiente para desencadear a ocupação e a colonização. Estas ocorreram a partir de diversas condições produzidas fora da região e impeliram segmentos sociais a migrarem de seus locais de origem e, na região, a partir da ação do Estado e de suas políticas, até certo ponto ocasionais.

Tanto a desativação econômica das obras quanto a "construção" das condições de ocupação e colonização ocorreram no contexto mais amplo da divisão do trabalho e do desenvolvimento capitalista que se intensificou nos anos 30. Desta forma, a Revolução de 1930 e as medidas tomadas pelo novo governo que assumiu o poder, a conjuntura social e econômica, o posicionamento das forças políticas paranaenses terão destaque nos aspectos que, de alguma forma, tenham determinado o processo no Oeste do Paraná.

1. O declínio das Obras

As razões da decadência das obras no Oeste do Paraná situam-se num conjunto de fatores internacionais e

nacionais tanto na Argentina, país grande consumidor da erva mate paranaense, como no Brasil, país que passava por significativas transformações estruturais representadas pela ampliação das relações capitalistas de produção.

Um fator preponderante para o declínio da lucratividade das obras no Oeste do Paraná foi engendrado pelo próprio governo argentino. Além da produção das obras, a Argentina importava erva mate produzida no restante do Estado, exportada pelo porto de Paranaguá.

Como ocorria na política econômica brasileira, a Argentina também buscava substituir as importações. O governo argentino, para reduzir as despesas com importações de erva mate do Brasil,

"começou a estimular e inclusive financiar proprietários de terras e ervateiros do território de Misiones, a plantarem cientificamente os seus futuros ervaís".¹

Em 1913, a economia paranaense, pelo fato da Argentina cultivar a erva mate, entrou em dificuldades. "A partir daí, as compras argentinas começaram a decair..."²

Em 1926, em Misiones já existiam 18 milhões de pés de erva mate cultivados, gerando um lento e contínuo declínio das exportações paranaenses. Além do declínio do volume das exportações, houve considerável queda nos preços pagos pela erva mate paranaense. No período de 1916 a 1933,

¹WACHOWICZ. *Óbrageros...*, op. cit., p. 156.

²PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 61.

o preço pago pelo mate nos mercados platinos passou da cotação 1,0 para 0,8. No mesmo período, o governo argentino, para proteger a produção nacional de erva mate cultivada, aumentou a taxa de importação na razão de 0,5 para 1,0. Em 1926, aumentou "os direitos alfandegários sobre o mate beneficiado para 60%".³ Desta forma, a produção de erva mate pelas obrages do Oeste do Paraná, apesar da brutal exploração do trabalho, passou a ser antieconômica.

Algumas obras, constituídas de capitais ingleses, durante a Primeira Guerra já tinham entrado em crise. As dificuldades de intercâmbios comerciais e administrativos com a Europa determinaram-lhes a queda de eficiência, reduzindo a margem de lucro.

Diante dessas dificuldades na economia da erva mate, algumas obras tentaram intensificar a exploração da madeira de lei, atividade que já desenvolviam na entressafra do mate. Como já tinha sido explorada a madeira localizada em pontos de fácil acesso, também essa atividade demonstrou-se pouco rentável. Para encontrar as árvores de valor econômico era preciso entrar cada vez mais na floresta. O transporte da madeira da mata até o rio Paraná encarecia sobremaneira a produção. Essa nova fase da economia das obras serviu ... "apenas como um substituto paliativo, capaz de prolongar por alguns anos o sistema de exploração implantado na região".⁴

³PADIS, Pedro Calil. op. cit., p. 63.

⁴WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 158.

A presença militar no Oeste do Paraná, no movimento de 1924/25, mesmo que não objetivasse as obras, paralisou, desarticulou e destruiu o sistema de exploração. Alguns destacamentos de revoltosos paulistas, enquanto aguardavam a chegada da coluna gaúcha comandada por Prestes, permaneceram por alguns meses em contato com as obras e seus trabalhadores. Conheceram bem o "regime de brutal exploração", os "problemas sociais de dimensões alarmantes"⁵, que passaram a denunciar à nação. Os militares, além de causar prejuízos econômicos e libertar centenas de trabalhadores, por certo, pela forma como reagiram alguns comandantes, intimidaram e quebraram a plenipotenciária arrogância de capatazes e obrageiros.⁶ Algumas obras, a partir dessa data, encerraram as atividades econômicas.

Além dessas dificuldades de ordem conjuntural, o serviço público brasileiro teve significativas melhoras, especialmente após as denúncias de desnacionalização feitas pelos militares do movimento de 1924. O fisco brasileiro passou a marcar mais presença nos principais portos, adicionando um outro componente nos custos de produção das obras.

Nos últimos anos da década de 1920, os obrageiros, para dar continuidade às atividades, lançaram mão de empréstimos. Em garantia dos empréstimos, hipotecavam suas

⁵PADIS, op. cit., p. 150.

⁶Cf. CABANAS, João. *A coluna da morte*. Rio de Janeiro, s. e., 1927, p. 240-1.

propriedades. Na situação de crise, a produção não permitia ganhos suficientes para saldar os compromissos assumidos e perdiam o controle das obras a seus credores.

"Quando nas décadas de 1930 e 1940 o sistema implantado não consegue mais encontrar sustentação econômica, inicia-se o processo de recuperação, por parte do Estado do Paraná e de capitalistas brasileiros, do controle da terra, na região".⁷

Desta forma, como se quer demonstrar, a crise e a suspensão das atividades econômicas das obras, não criaram as condições suficientes para a ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Sem dúvidas, foi um passo importante. Não havendo mais interesses econômicos, o domínio da terra poderia ser trocado pelos obrageiros ou seus credores. A questão fundamental é outra.

Um sistema produtivo entra em crise quando outro já tem força suficiente para determinar-lhe a ruptura e para alterar a estrutura de relações de produção anteriores. Essas condições, no enfoque do presente trabalho, se tornam objetivas com o fim da hegemonia agro-exportadora, com o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial e introdução (ou desenvolvimento) de um novo modo de acumulação.

Todo esse processo de transformação da sociedade brasileira, da qual faz parte a colonização do Oeste do Paraná, tem profundas ligações com o momento histórico da Re

⁷WACHOWICZ. *Obrageiros...*, op. cit., p. 158-9.

volução de 1930, com a implantação de um Estado criador das classes sociais modernas, da industrialização e das relações cidade-campo. No caso específico do Oeste do Paraná, as políticas que derivaram da Revolução de 1930, (ocupação de espaços vazios pela redistribuição da população, marcha para oeste e interligação das ilhas de desenvolvimento) assumem significado especial. Parte desse contexto será tratado a seguir.

2. Revolução de 1930

As raízes do movimento revolucionário de 1930 situam-se no interior do processo de transformação econômico-social e dos conflitos e crises gerados ao longo da evolução da sociedade brasileira, notadamente a partir da Primeira Guerra Mundial.

No início do século XX, o Brasil já tinha atingido um considerável desenvolvimento de suas forças produtivas. Embora a monocultura cafeeira continuasse na base, a economia diversificou-se, iniciando um processo de industrialização, especialmente em São Paulo.

Apesar de sucessivas crises nos preços internacionais, o cultivo do café continuava em expansão. Os grandes fazendeiros, a classe dominante, e vários governos da República Velha empenharam-se em evitar que a cafeicultura tivesse prejuízos, socializando as perdas mediante a desvalorização da moeda nacional. A garantia do lucro dos fazendeiros fez com que o cultivo do café continuasse em expan-

são. Outra medida foi a compra do café excedente pelo governo, com recursos de empréstimos externos, evitando, desta forma, a queda do preço no mercado internacional. A longo prazo, essa política aumentou a dívida externa e a inflação. A manutenção artificial do preço internacional do café estimulou a produção nos países concorrentes do Brasil.

Outras alternativas econômicas surgiram para o Brasil no contexto do desenvolvimento industrial mundial, entre elas a borracha. A produção da borracha amazônica atingiu o apogeu em 1912 e entrou em decadência, vencida pela concorrência da produção inglesa cultivada no Ceilão, Indonésia e Malásia, em 1919.

O Cacau também gerou riquezas no sul da Bahia. Já no início do século XX, pela concorrência das plantações inglesas na Costa do Ouro, também entrou em decadência.

A produção açucareira do nordeste também entrou em crise. Os tradicionais engenhos não se modernizaram e perderam o mercado internacional do açúcar pela produção de Cuba, modernizada por capitais e tecnologia norte-americanos, e do açúcar de beterraba produzido pelos países da Europa. A produção nordestina passou a depender do consumo interno, concentrado em São Paulo. Com a queda do preço do café, São Paulo passou a produzir açúcar, agravando ainda mais a crise econômica do nordeste.

O Brasil continuava a ser um país essencialmente de agricultura de exportação e importava uma série de produtos alimentícios. Em razão da crise dos principais produ -

tos de exportação e das dificuldades econômicas internacionais, o Brasil estabeleceu uma política industrial visando a substituição das importações, principalmente de bens de consumo.

A partir do final do século XIX, os países capitalistas centrais passaram a exportar, além de mercadorias, também capitais. Nos primeiros anos do século XX, muitas empresas estrangeiras investiam capitais no Brasil. Esses capitais, por um lado, contribuíram muito para o avanço das forças produtivas, por outro, aumentaram a dependência do país em relação aos centros do sistema capitalista internacional. Os capitais estrangeiros passaram a ocupar posições centrais na economia brasileira, especialmente nos setores públicos (ferrovias, transporte urbano, eletricidade, telefonia), indústrias (moinhos, siderúrgicas, frigoríficos) e bancos.

Durante a crise do café, inúmeros fazendeiros, favorecidos pelas manipulações das taxas cambiais e desvalorização da moeda, tinham atingido uma acumulação de capitais, e viam na indústria uma alternativa de investimento. Essas indústrias de bens de consumo, protegidas por barreiras alfandegárias, tinham reduzida concorrência, possibilitando um lento desenvolvimento das técnicas de produção. Mas eram dependentes da importação de bens de capital externo.

Com o desenvolvimento industrial brasileiro, aumentou consideravelmente uma nova classe social: a classe

operária. O crescimento do proletariado urbano, ao contrário da população trabalhadora rural, passou, em pouco tempo, a ter significativo peso político.

Grande parte dos trabalhadores da indústria era constituída de imigrantes; alguns possuíam certa consciência de classe, experiência em movimentos reivindicatórios na Europa e conhecimento das idéias básicas dos movimentos anarquista e socialista. Essas condições tornaram-se ponto de partida para as primeiras organizações de trabalhadores.

O operário brasileiro trabalhava nas mais adversas condições, com jornada extremamente longa e baixíssimos salários. Não existia garantia de emprego, descanso semanal, seguro contra acidentes, aposentadoria, etc. "A classe operária apareceu como um corpo estranho na sociedade brasileira e praticamente inexistia qualquer legislação que regulamentasse suas atividades".⁸ Em 1907, apesar das divergências entre anarquistas e socialistas, ocorreram as primeiras greves, reivindicando uma jornada de oito horas. A questão social passou a ser uma preocupação das oligarquias governistas que esperavam resolvê-la principalmente pela repressão policial.

A Primeira Guerra Mundial, que possibilitou uma considerável expansão da indústria brasileira, agravou as

⁸ CAMPOS, Raymundo. *História do Brasil*. São Paulo, Atual Ed., 1983, p. 168.

condições de vida dos trabalhadores da indústria. A luta da classe operária, no período, foi pela melhoria dos salários, constantemente corroídos pela elevação do custo de vida. Ainda em 1917, após uma greve que paralisou a cidade de São Paulo, a classe dominante tratou de estabelecer acordos com a classe operária.

A explicação fundamental para o movimento de 1930 foi a junção da crise econômica com a crise política, isto é, a crise política gerada pela valorização artificial do preço do café. A valorização do café era sustentada por crescentes emissões que desvalorizavam a moeda, elevando o custo de vida, prejudicando os Estados não cafeeiros, as classes médias e o proletariado. A política de valorização artificial do preço do café beneficiava especialmente os cafeicultores paulistas, descontentando outros estados, especialmente o Rio Grande do Sul que desejava participar nas decisões da política econômica do governo federal.

Essa política econômica prejudicava a maioria dos segmentos sociais também de São Paulo, onde foi criado o Partido Democrático, representando uma cisão liberal na oligarquia cafeeira.

Pelo acordo entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o sucessor do paulista Washington Luís deveria ser um mineiro. Mas a oligarquia paulista, frente a crise, achava fundamental manter a presidência para controlar a política econômico-financeira, apresentando a candidatura de outro paulista, Júlio Prestes.

O encaminhamento político dado à sucessão, descontentou Minas Gerais que procurou fazer acordos com outros estados marginalizados pela política econômica federal, entre eles o Rio Grande do Sul e Paraíba. Com o apoio do Partido Democrático de São Paulo, foi criada a Aliança Liberal que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. As propostas políticas da Aliança Liberal não eram muito diferentes da situação que combatia, mas representavam um avanço em relação ao poder estabelecido. Adotavam reivindicações sociais progressistas, algumas dos movimentos militares de 1922 e 1924, tais como o voto secreto, criação da justiça eleitoral, jornada de trabalho de oito horas, amparo à doença e à velhice da classe trabalhadora. Defendiam uma diversificação da produção para diminuir a dependência brasileira em relação ao café.

A campanha política da Aliança Liberal conseguiu empolgar a população urbana das grandes cidades, mas foi derrotada nas urnas na eleição de 1º de março de 1930. Os líderes da Aliança Liberal, inicialmente, aceitaram a derrota, mas não os políticos, nem os militares mais jovens. Outros fatos precipitaram o levante armado no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e estados do norte e nordeste, em outubro de 1930. Em todos os estados, os governadores foram depostos e substituídos por tenentes. No mês seguinte, assumia o poder Getúlio Vargas, iniciando um período de fortalecimento e centralização do poder do Estado, (...) inaugurando as condições que iriam permitir, no transcorrer dos

anos seguintes, a modernização e o progresso do país".⁹

O movimento de 1930, embora não tenha gerado grandes transformações estruturais previstas nas revoluções, mesmo assim foi capaz de construir um Estado moderno, um Estado criador das classes sociais modernas e sintetizou uma série de outros movimentos desencadeados pelas classes médias, durante a década de 1920, insatisfeitas com o domínio imposto pelas oligarquias agrárias que desejavam remover do poder.

O processo de industrialização do país, ampliou as relações capitalistas de produção, aumentando a divisão do trabalho. Esta separa progressivamente a indústria da agricultura, mercantilizando a produção agrícola, consequentemente, criando um mercado interno. A ampliação do mercado interno alterou o sistema produtivo do campesinato, tornando-o produtor de mercadorias para a indústria, ampliando o espaço de desenvolvimento das forças produtivas agrárias.

O combate às oligarquias agrárias e aos latifundiários fez parte de um primeiro momento da revolução de 1930. Para continuar nesta direção, a alternativa era buscar uma aproximação e o apoio das camadas populares e do proletariado. Os segmentos sociais que desencadearam sucessivos movimentos, inclusive a Revolução de 1930, por serem materialmente dependentes da grande propriedade agrária -

⁹TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 5a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 8.

ria, não puderam elaborar um programa político seu e a economia do país ainda continuava a depender do café, sendo obrigados a entrar em acordo com as novas oligarquias que se instalaram no poder.

Segundo análises de Ítalo Tronca, que comenta outros estudos, a genérica luta antioligárquica dos movimentos de 1922 a 1930, que apontavam os grandes proprietários como responsáveis pelos problemas do Brasil, no fundo era uma

(...) "construção ideológica de diversos setores da classe dominante em luta com os grupos hegemônicos que monopolizavam as áreas básicas da economia e controlavam o poder político".¹⁰

A criação do fantasma oligárquico deslocou a contradição básica entre capital e trabalho do campo político e ocultou a luta de classe. Mesmo não atingindo as questões fundamentais, essa posição na luta política serviu para justificar o confisco de grandes propriedades e subdivisão de latifúndios. O sistema oligárquico cedeu apenas pequenos espaços, visto que não foram alteradas as bases sócio-econômicas que lhe davam sustentação.

Desta forma, a Revolução de 1930 desenvolveu-se e amadureceu no contexto de conflitos e das contradições do desenvolvimento capitalista nacional e das crises do capitalismo mundial que teria maiores efeitos sobre a economia nacional no transcorrer da década.

¹⁰TRONCA, op. cit., p. 64.

A consolidação de Vargas no poder repousou na centralização do poder, eliminando as oligarquias estaduais, substituindo-as por tenentes. Nos diversos estados foram criadas associações ligadas ao tenentismo, coordenadas pelo Clube 3 de Outubro do Rio de Janeiro. Uma das bandeiras do tenentismo era o nacionalismo, mais ligado à defesa dos recursos naturais do patrimônio nacional. Esse aspecto, associado a outras políticas nacionais e estaduais, estabelece relações com a ocupação e colonização do Oeste do Paraná. Esta e outras particularidades serão tratadas mais adiante.

3. Situação do Paraná à época da Revolução de 1930

Nas primeiras décadas do século XX a economia paranaense continuava praticamente a mesma: pecuária extensiva, extração e beneficiamento do mate, exploração de madeira e uma pequena agricultura de subsistência.

A ocupação territorial paranaense restringia-se praticamente aos núcleos urbanos surgidos à época da passagem de tropas de gado pelo Paraná com destino à feira de Sorocaba.

Embora em termos econômicos não tenha tido muita importância, pois o criatório paranaense era pequeno, a pecuária desempenhou um importante papel na formação de núcleos de ocupação, especialmente dos Campos Gerais, constituindo-se no principal movimento de ocupação do Paraná, até o final da década de 1930.

Em razão da baixa qualidade genética, o gado paranaense, criado em campos naturais esgotados pelas sucessivas queimas, perdeu os mercados consumidores de São Paulo pelo criatório paulista e pelo gado do Rio de Janeiro. A partir de 1915, a pecuária já não representava uma alternativa econômica para o Paraná.¹¹

A mão-de-obra mais numerosa do Paraná continuava ocupada na exploração da erva mate, um setor econômico dependente do mercado externo, de resultados modestos por não ser um produto de consumo fundamental e, nesta época, estava em crise. A exploração da erva mate tinha agravantes: não exigia o cultivo (investimentos de capitais), não ocupava permanentemente a mão-de-obra, nem favorecia a criação de infraestruturas e economias complementares. "Sendo, com efeito, eminentemente extrativa e itinerante, a economia do mate em quase nada contribuiu para a urbanização paranaense."¹²

A concentração da mão-de-obra nesta atividade predominante limitou o desenvolvimento de setores básicos da economia, como a agricultura. O ciclo do mate descaracterizou até mesmo o sistema produtivo dos imigrantes europeus, que não conheciam esse tipo de atividade econômica. Os colonos europeus, localizados mais no interior, dividiam o tempo entre a agricultura de subsistência e a coleta de erva mate, aumentando sua renda. Outros, utilizando

¹¹PADIS, op. cit., p. 74.

¹²Idem, p. 82.

carroções escravos, trabalhavam no transporte de erva mate. Depois da Primeira Guerra Mundial, do início do declínio da economia ervateira e da expansão urbana de Curitiba é que os imigrantes desenvolveram a agricultura mercantil.

Ainda no final do século passado, a madeira era o segundo item das exportações paranaenses. Os custos dos transportes e a precariedade das estradas não permitiam competitividade ao pinho paranaense em relação ao similar importado da Europa, Canadá e Estados Unidos nos mercados consumidores nacionais. O preço do pinho do Paraná, no Rio de Janeiro, principal mercado consumidor, era maior que o importado. Mas não era o único fator que desmerecia o produto. A má qualidade, decorrente da falta de cuidados técnicos, espessura desigual, exposto às intempéries, rachado, desacreditava o produto.

Nos anos de 1916/1925, a exportação de madeira superou a arrecadação do Estado proveniente do mate, mas voltou a decair no início da década de 1930. Esse crescimento na economia madeireira deveu-se especialmente ao aumento de consumo em São Paulo, que rapidamente se urbanizava, e, por causa da Primeira Guerra Mundial, a oferta de pinho importado era insuficiente. "A indústria do pinho a traiu boa parte da mão-de-obra excedente do mate, que estava em crise".¹³

¹³WACHOWICZ. *História do Paraná*. op. cit., p. 205.

No início do ciclo econômico do pinho, a exploração de reservas se dava ao longo das ferrovias. A partir da utilização do caminhão, as serrarias iniciaram seu deslocamento para oeste e sudoeste do Estado, onde se localizavam grandes reservas de pinhais. Os trabalhadores das serrarias caracterizavam-se pelo baixo nível de vida, (...) "ocorrendo freqüentemente a exploração desumana de sua mão-de-obra".¹⁴

Mesmo com a utilização do caminhão, não foi resolvido o problema do custo dos transportes e a conquista dos mercados pela competitividade dos preços. O Paraná vivia numa excepcional crise de transportes, com deficiências na conservação de rodovias e tarifas elevadíssimas no transporte ferroviário. A debilidade da arrecadação estadual é que determinava a deficiência de sua rede viária.¹⁵ A solução desse problema só foi possível no final dos anos 40 e posteriores.

A política paranaense, até a década de 1960, sempre foi, de diferentes formas, ligada aos interesses das oligarquias do chamado Paraná tradicional, que administraram a Província e o Estado para si. Além de acanhada e voltada sobre si mesma, a oligarquia política paranaense esperava eventos externos que lhe proporcionasse novas condições de crescimento. E isto, na realidade, aconteceu. O

¹⁴WACHOWICZ. *História do Paraná*, op. cit. p. 205.

¹⁵PADIS, op. cit., p. 78.

norte do Paraná foi ocupado a partir da expansão cafeeira de São Paulo e a este mercado ficou ligada a economia regional. A ocupação do sudoeste também foi reflexo da crise econômica do Rio Grande do Sul que determinou o deslocamento da frente agrícola para aquela região. O sudoeste também ficou isolado do restante do Estado e relacionado com os mercados consumidores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A importância da ocupação do norte do Paraná e sua íntima relação histórica com a Revolução de 1930 neste Estado, mesmo que rapidamente, é importante mencionar como se desenvolveu esse processo, fora do controle político do governo estadual.

A ocupação de parte das terras do norte do Paraná teve início ainda no século passado por mineiros e paulistas que buscavam terras férteis para o cultivo. No começo do século XX a produção desses núcleos populacionais pioneiros era muito diversificada e ligada aos centros consumidores.

Após 1908, quando a Ferrovia Sorocabana atingiu Ourinhos, foi iniciada a produção de café no norte do Paraná, ainda limitada por sérios problemas de escoamento.

A produção de café passou a ser significativa apenas após a Primeira Guerra Mundial, pela combinação de alguns fatores determinantes. Primeiramente, a rápida recuperação dos preços internacionais estimularam o aumento da produção e São Paulo não tinha condições de responder a

essa demanda. Além de solos esgotados, a produção paulista era prejudicada pela "broca do café", reduzindo a produtividade. A urbanização de São Paulo e de algumas cidades do interior aumentou a demanda de alimentos. Essa perspectiva induziu os cafeicultores da região de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos a dividirem suas propriedades e introduzirem outros cultivos. Desta forma, o norte do Paraná, região de terras novas e férteis, passou a ser uma extensão natural dos cafezais paulistas.¹⁶

Em 1924, apenas a sociedade agrícola fundada pelo paulista Antônio Barbosa Ferraz possuía um milhão de pés de café plantados. O escoamento da produção continuava sendo um sério problema. Desta forma, este empresário e outros fazendeiros associaram-se para a construção de uma ferrovia que ligasse Cambará à Estrada de Ferro Sorocabana, em Ourinhos. "Planejavam estender essa ferrovia até o Paraguai, via Guaíra".¹⁷

Essa perspectiva gerou grandes preocupações junto ao governo paranaense. Se esse plano fosse concretizado, toda a produção de café da região seria escoada pelo porto de Santos, em prejuízo da economia do Paraná. À expansão econômica de São Paulo, à comercialização da produção do café através dos mercados paulistas e do porto de Santos, os políticos paranaenses denominavam de "perigo paulista".¹⁸

¹⁶PADIS, op. cit., p. 89.

¹⁷WACHOWICZ. *História do Paraná*. op. cit., p. 250.

¹⁸Idem, *ibidem*.

Ainda em 1927, na tentativa de reverter essa situação de protecionismo nas cotas de exportação pelos portos dos estados produtores, o Paraná, ... "em represália contra o porto de Santos, isenta o seu produto, de impostos de exportação por Paranaguá".¹⁹

O plano político do Paraná era integrar o norte, e aquelas populações que viviam segregadas, ao restante do Estado. Durante a campanha política para a sucessão presidencial de 1930, aumentou o conflito de interesses entre São Paulo e Paraná. O candidato situacionista à presidência era paulista e defensor daquela política econômica protecionista dos interesses dos cafeicultores de São Paulo.

"Se fosse eleito, o problema do 'perigo paulista' se ampliaria para o Paraná. Dentro dessa conjuntura política nacional, compreende-se o motivo da rápida adesão dos paranaenses à revolução chefiada por Getúlio Vargas em 1930".²⁰

De fato, a adesão do Paraná à Revolução de 1930 foi muito rápida. Um dos objetivos do movimento era impedir que Júlio Prestes assumisse a presidência. Considerando os confrontos com São Paulo, essa perspectiva vinha ao encontro dos interesses paranaenses. A Revolução irrompeu no Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro. Dois dias depois, as forças revolucionárias paranaenses já tinham deposto o governante do Estado e empossado o interventor Ge-

¹⁹PADIS, op. cit., p. 115.

²⁰WACHOWICZ. *História do Paraná*. op. cit., p. 251.

neral Mário Tourinho.

"Getúlio Vargas ainda não havia saído do Rio Grande do Sul e as tropas paranaenses já haviam levado a revolução até a fronteira com São Paulo, isto é, ao Itararé".²¹

Além desses conflitos do Paraná em suas relações com as políticas nacionais hegemônicas, havia também outros problemas mais localizados, embora em tudo semelhantes aos vividos pela classe trabalhadora nesta fase da história nacional.

Nos arredores de Curitiba, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, a industrialização começou a desenvolver-se. As condições de trabalho e de subsistência do operariado eram difíceis. Tal como acontecia no país, também no Paraná havia uma profunda crise social.

Ainda em 1917, ocorreram as primeiras greves e manifestações de rua em Curitiba. A classe operária reivindicava uma jornada de trabalho de oito horas e protestava pela elevação dos preços dos alimentos.

"O movimento operário de Curitiba não conseguiu o atendimento de suas reivindicações, a não ser alguns trabalhadores isoladamente, em acordos diretos com seus patrões".²²

²¹WACHOWICZ. *História do Paraná*. op. cit., p. 251.

²²Idem, p. 211-2.

4. O Oeste do Paraná até a Revolução de 1930

As transformações porque passava o país no contexto do desenvolvimento capitalista mundial e das novas condições por ele criadas, geraram mudanças no Paraná e produziram as condições de ocupação e colonização da região Oeste.

Na medida em que a industrialização se desenvolvia no país, foram criadas novas divisões do trabalho e adequações nas relações entre cidade e campo. A produção rural do Paraná, antes fundamentalmente de subsistência, passa a ser mercantil, isto é, voltada para os mercados consumidores urbanos, ampliados pelo aumento da população trabalhadora nas atividades urbano-industriais. Essas novas determinações do processo histórico alterou a relação do camponês com a terra. A atividade extrativa itinerante da erva mate perdeu sua importância econômica. As novas condições exigiam a fixação dos camponeses e a apropriação da terra como meio de produção de excedentes agrícolas comerciais. Além das transformações em andamento no norte e sudeste do Paraná, também o Oeste, apesar dos condicionantes característicos da região, é atingido pela dilatação das fronteiras agrícolas.

Catanduvas, que se originou de um posto de abastecimento implantado na fundação da Colônia Militar da foz do Iguaçu em 1889, na década de 1910 já se constituía em um núcleo populacional de ocupação. A construção da estrada de rodagem, que fazia parte do plano da Comissão Estra-

tégica, atingiu Catanduva em 1913. Neste ano foi extinta a Comissão e paralisadas as obras da rodovia. Presumivelmente, um bom número de trabalhadores da rodovia permaneceu por aí, aguardando a continuação das obras.

A construção da rodovia de Catanduvás à Foz de Iguaçu só foi retomada em 1917 e precariamente concluída em 1919, obra empreitada pelo engenheiro Natel de Camargo. Nessa etapa da construção, foram utilizados, como mão-de-obra, também descendentes de imigrantes que já tinham trabalhado em outras obras públicas no sul do Estado. Por razões de barateamento dos custos, Natel de Camargo incentivou a produção de gêneros alimentícios em suas terras, atraindo mais trabalhadores rurais para Catanduvás e proximidades.

No final da década já existiam em Catanduvás algumas famílias de sobrenome polonês originárias de Canoinhas, Santa Catarina. Tanto a ocupação de descendentes de imigrantes na construção da rodovia como a migração das famílias indicam que na região de origem já existia um excedente de mão-de-obra agrícola, isto é, colonos sem terra ou com terra insuficiente para a produção de excedentes comerciais.

Ao longo da estrada que ligava Guarapuava a Catanduvás, nesta época, já existiam outros núcleos populacionais e famílias de caboclos* foram se instalando em es-

*De forma muito ampla, caboclo designa o grupo social constituído por antigos moradores do interior do Paraná, miscigenados com índios e conquistadores dos Campos Gerais. Na maioria das referências significa camponês pobre que vive isolado no interior, sem traços da cultura européia ou da cultura da classe dominante.

paços entre 18 a 25 quilômetros. A partir de 1920, após a conclusão da rodovia e do aumento da circulação de brasileiros pelo interior da região, mais caboclos, nesse sistema de espaçamento, ocupavam as margens da rodovia. O trânsito de pessoas, animais de montaria e cargueiros exigia apoio ao longo do caminho. Desta forma, famílias de caboclos construía^m em suas posses alguma infra-estrutura para manter os animais confinados à noite e abrigo para repouso dos viajantes. De suas roças colhiam o trato para os animais. Essa prestação de serviço aos viajantes representava um ganho para essas famílias.

As necessidades desses moradores da margem da estrada e de outros que iam estabelecendo suas posses no interior da mata viabilizou uma outra atividade econômica: o comércio ambulante realizado pelos tropeiros. Esses comerciantes de Guarapuava eram chamados tropeiros por transportarem suas mercadorias em tropas de animais de carga. Cada tropa era constituída por duas ou três montarias para os tropeiros e de oito ou dez muares para o transporte de mercadorias acondicionadas em bruacas.

Além de atenderem a encomendas específicas desses moradores, os tropeiros comercializavam produtos de consumo corrente, tais como: sal, açúcar, farinha, utensílios domésticos, tecidos, calçados, ferramentas, pregos, espingardas e munição, querosene para iluminação, alguns medicamentos e miudezas. Na volta, os tropeiros compravam pequenos excedentes agrícolas para consumo próprio ou revenda nas localidades de origem. Embora de forma precária, es

ses camponeses estavam em processo de inserção na economia regional.

A população estabelecida em Catanduvás realizava uma agricultura de subsistência. Em suas posses, cultivava milho, feijão, arroz, mandioca e criava suínos para consumo próprio e comercialização de alguns derivados, em pequena escala. A criação de suínos para subsistência já era uma atividade tradicional tanto nas colônias de imigrantes quanto nas frentes de expansão agrícola. Nos principais centros urbanos do país, a banha, até os primeiros anos do século XX, era um produto importado. Durante a Primeira Guerra Mundial, além das dificuldades de importação, passou a ser um produto caro. "A aceleração da urbanização no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, estimulou a criação de suínos em todo o sul do país".²³

De 1917 em diante, em diversos pontos do Paraná, desenvolveu-se o comércio e industrialização de suínos. A demanda do mercado estimulou a criação de porcos na frente de ocupação e colonização do estado. Na região de Catanduvás, tal como ocorria em outras frentes, os porcos eram criados soltos. O sistema dos caboclos era fazer a derrubada da mata, a queima do roçado e o plantio do milho. Quando o milho ficasse maduro, os porcos eram conduzidos ao milharal para engorda. Depois eram tropeados até o local mais próximo de comercialização de suínos.

²³ WACHOWICZ. *Paraná Sudoeste*, op. cit., p. 88.

No transcrever da década de 1920, outros fatores contribuíram para o aumento da circulação de brasileiros no Oeste do Paraná. Um deles, foi o sempre crescente número de visitantes e a divulgação, a nível nacional, da existência das Cataratas do Iguaçu. Os visitantes das Cataratas, segmentos da sociedade brasileira em condições de realizar viagens de recreação, começaram a fazer pressão sobre o governo para que garantisse melhores condições de acesso. Nesta época foi aberta a comunicação fluvial entre o porto Epitácio, em São Paulo, e o porto de Guaíra. Mas essa medida não representou uma melhoria nas condições de acesso às Cataratas, visto que a Companhia Mate Laranjeira, proprietária da ferrovia que ligava o porto de Guaíra ao porto Mendes, só permitia o embarque a quem tivesse alguma apresentação de seus diretores.²⁴ A questão era a melhoria das condições da rodovia.

Alguns camponeses de Catanduvas, nas décadas de 1920 e 1930, chegaram a trabalhar para as obras, mas em regime de trabalho diferenciado dos mensus. Colhiam o mate e o entregavam no posto mais próximo mediante pagamento, como trabalhadores autônomos. Outros formavam grupos de trabalhadores e, em conjunto, empreitavam a limpeza de ervais ou a conservação de trechos de picadas utilizadas pelas obras. Como fica evidente, há um processo de transformação nas relações de trabalho também nas obras. As

²⁴SAATKAMP, op. cit., p. 30 e 31.

relações por elas estabelecidas já não mais se sustentam na sua forma anterior de organização.

Nesse período, os armazéns de algumas obrages ainda em atividade absorviam excedentes agrícolas, especialmente feijão. Apenas a Mate Laranjeira comprava produtos de suíno, basicamente banha, da produção da esparsa população regional. As outras obrages não se interessavam pelo produto visto que, no sistema alimentar dos mensus, os pratos básicos eram o "jupará" e o "reviro" e, em ambos, era utilizada gordura bovina.²⁵

Neste contexto de transformações estruturais amplas, a constatação de desnacionalização do Oeste do Paraná e das denúncias à nação feitas pelos militares, revoltosos e governistas do movimento de 1924, à medida que repercutiram na sociedade civil, definiram um direcionamento político do grupo que assumiu o poder no Estado a partir da Revolução de 1930. Ainda em anos anteriores, a circulação de informações através dos visitantes das Cataratas, jornais da capital do Estado publicaram artigos descrevendo a situação social existente na região. Alguns desses visitantes, em seus depoimentos à imprensa, demonstravam-se inconformados com que essas belezas naturais estivessem encravadas em espaços tão precariamente nacionais. Outros protestavam pela inexistência, em circulação, da moeda nacional, pelo domínio estrangeiro no comércio e serviços, e a

²⁵COLODEL, op. cit., p. 84-5.

língua falada pelas populações da fronteira brasileira não era a portuguesa.²⁶

Embora não tenha sido localizada nenhuma fonte documental a respeito, a rapidez com que foi decidida a deposição do governante do Estado do Paraná e a imediata aplicação de medidas de nacionalização pela interventoria, é possível deduzir que os militares sediados em Curitiba, líderes da Revolução de 1930 no Estado, já tinham alguns estudos prontos para alterar a situação no Oeste do Paraná, de certa forma ainda dominado pelos obrageros.

O fato é que o General Mário Tourinho, de imediato, tomou medidas para a "nacionalização" do Oeste do Paraná, nomeando para a prefeitura de Foz do Iguaçu, o engenheiro Otton Maeder e o Tenente da Força Pública do Paraná, Gregório Rezende, para o porto de Guaíra. As primeiras medidas tomadas pelo prefeito interventor de Foz do Iguaçu foram no sentido de "abrasileirar" a região, entre elas a obrigatoriedade da língua portuguesa e da circulação da moeda brasileira. Todas as listas de preços, avisos, informativos comerciais, obrigatoriamente, deveriam ser escritos em português e os valores expressos em moeda nacional. Impostos e taxas só seriam considerados quitados se pagos em dinheiro brasileiro.²⁷

Evidentemente, essas medidas não atingiam a questão fundamental: o domínio sobre o espaço geográfico, a ter

²⁶Cf. WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 128 a 134.

²⁷Idem, p. 141.

ra precisava ser nacionalizada e integrada ao contexto nacional. Neste aspecto, foi aberta uma verdadeira competição entre a interventora estadual e o governo federal.

Já há alguns anos, intelectuais de institutos brasileiros de geografia discutiam uma nova divisão administrativa do território nacional. Estudos da época chegavam a sugerir a criação de dez territórios federais nas fronteiras. Em todos esses estudos havia referências às fronteiras do Paraná e Santa Catarina com Argentina e Paraguai. Essa perspectiva fazia parte do pensamento político de segurança das fronteiras pela ocupação e colonização do grupo que assumiu o poder após a Revolução de 1930. Os políticos e segmentos sociais oligárquicos paranaenses não concordavam com a idéia de ver seu território mutilado. Desejavam nacionalizar a região por outros meios, sem desmembramento e intervenção direta do governo federal. A questão era tomar medidas "nacionalizantes" o mais rápido possível para destruir o argumento federal que dava sustentação à idéia da criação de um território federal abrangendo terras paranaenses.

Neste sentido, o interventor Mário Tourinho, mediante o decreto nº 300 de 1930, fez retornar para o domínio do Estado imensas glebas tituladas à Braviaco em pagamento pela construção de ferrovias no Estado, apenas parcialmente executadas.²⁸ Em decorrência desse decreto, foi ampliado o espaço geográfico das terras de domínio públi-

²⁸Cf. WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 141.

co, possibilitando a dilatação do limite de ocupação pelos migrantes de outras regiões. A partir de 1930, a frente de ocupação, estacionada na região de Catanduvas, desloca-se na direção oeste até o limite das terras tituladas às obrages. Esse avanço das frentes de ocupação teve características peculiares significativas, que serão analisadas no tópico seguinte.

De todo modo, o governo federal, mesmo tendo planos diferentes para a nacionalização da fronteira Oeste do Paraná, diante da reação da elite política paranaense, adiou a criação do território federal. Adiou, mas não abandonou a idéia. Pelo contrário, buscou novos argumentos que justificassem o ato e aguardou o momento mais oportuno. Ao mesmo tempo foi tomando algumas medidas que dessem sustentação política ao plano de criação do território federal.

A primeira medida, tomada em 1931, foi um amplo estudo da situação da região, realizado pela Comissão Federal presidida por Zeno Silva. A comissão constatou que a população existente na fronteira, do porto de Guaíra a Foz do Iguaçu, era de aproximadamente dez mil habitantes e apenas quinhentos eram brasileiros. Constatou também que os governos anteriores não haviam demonstrado um efetivo interesse pela região. A Comissão opinou que o Estado do Paraná não teria condições de nacionalizar a região; apenas o governo federal dispunha de recursos e meios para tanto.²⁹

²⁹Cf. WACHOWICZ. *Obrageros...*, op, cit., p. 144.

A segunda medida foi destituir da interventoria o General Mário Tourinho, que se opunha ao plano de criação do território. O novo interventor, Manoel Ribas, nomeado em 1931, demonstrou-se mais articulado com as políticas federais.

Uma terceira medida foi a criação, em 1932, do destacamento militar de Foz do Iguaçu, denominado Companhia Isolada, composta por 150 militares, entre eles oito oficiais e diversos sargentos e cabos.

"Seus objetivos eram reprimir o contrabando ali praticado, instalar uma estação rádio-telegráfica, construir um campo de aviação, onde pudessem aterrisar aeronaves civis e militares".³⁰

Um outro fato político que, embora não visasse o Oeste do Paraná, repercutiu sobremaneira na região, foi a lei dos dois terços publicada em dezembro de 1930. Essa lei, conhecida por Lei da Nacionalização do Trabalho, tornava obrigatório que dois terços dos trabalhadores de qualquer empresa fossem brasileiros. Na verdade, essa lei tinha por objetivo enfraquecer o movimento operário dos grandes centros urbanos do país. Como os estrangeiros tinham maior consciência de classe, diminuindo a proporção de estrangeiros, diminuiria a capacidade de reivindicação e luta do proletariado. Vargas desejava ter, o mais rápido possível, o controle do movimento operário e dominar os sindicatos.

³⁰Cf. WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 147.

A Lei da Nacionalização do Trabalho foi mais um fator desfavorável, criando novos problemas, ao já debilitado sistema das obrages. Mesmo que as obrages desejassem cumprir a lei dos dois terços, teriam grandes dificuldades em encontrar trabalhadores brasileiros que se sujeitassem às condições de seu sistema de produção. Apenas a Companhia Mate Laranjeira, que de sua diretoria participavam alguns brasileiros e tinha sede no Brasil, sem sucesso, fez algumas tentativas de substituir trabalhadores paraguaios por brasileiros.³¹ Apesar desse agravante às dificuldades já existentes, foi a única obrage que se manteve em atividade até os primeiros anos da década de 1940. As demais obrages, no período de 1925 a 1936, encerraram as atividades extrativas. Algumas faliram, entregando suas terras aos credores. Outras simplesmente suspenderam as atividades econômicas e deixaram as propriedades semi-abandonadas ou completamente abandonadas. Algumas grandes obrages, entre elas a Fazenda Britânia, a Domingos Barthe e a Nuñez y Gijbaja, embora inativas nos últimos anos da década de 1930, nelas permaneceram alguns gerentes, capatazes e fiscais para impedir invasões e garantir o domínio da terra. Desta forma, continuavam a ser barreiras para a expansão da frente de ocupação que já tinha atingido a região.

As condições de colonização só se tornariam concretas quando, no pós-guerra e início de 1950, grupos econômicos brasileiros acumularam capitais suficientes para a

³¹Cf. WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 148.

aquisição das terras pertencentes às obras e implantaram as companhias colonizadoras, dentro de um outro contexto do desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas na sociedade brasileira no sistema produtivo, no modo de acumulação e nas relações estabelecidas pelo desenvolvimento capitalista com base urbano-industrial, inviabilizaram a subsistência dos colonos em pequenas propriedades de baixa produtividade para a produção agrícola de mercado e consumo de produtos industriais, como determinava o estágio de desenvolvimento estrutural. Essas novas realidades é que determinaram a dilatação das fronteiras agrícolas e a migração de colonos, criando as condições concretas para a colonização do Oeste do Paraná. Esses aspectos serão analisados no capítulo IV.

5. A migração "espontânea" no período de 1930 a 1946

Este período do processo histórico da ocupação do Oeste do Paraná, dadas suas peculiaridades, tem todas as características de um período intermediário. As políticas de governo que assumiu o poder em 1930 já se faziam sentir, mas demandavam mais tempo para o Estado produzir resultados, como agente transformador. Por outro lado, as forças produtivas, embora tivessem atingido um considerável desenvolvimento, ainda estavam, de certa forma, reprimidas, isto é, não havia como, em pouco tempo, a mão-de-obra agrícola excedente abrisse novas fronteiras e se integrasse ao mercado.

Além de superar as crises políticas ocorridas durante a década de 1930 e as alterações desencadeadas pela Segunda Guerra Mundial, o governo tinha que definir um novo modelo econômico de desenvolvimento. É neste contexto que, aos poucos, à medida que são criadas as condições de colonização, a fronteira de ocupação intensifica o movimento, transformando o Oeste do Paraná.

Este tipo de migração é aqui denominada de "espontânea" apenas para qualificar a migração de ocupação de terras devolutas ou sem intermediários, diferente da migração após a compra da terra das obras pelas companhias colonizadoras e vendida aos colonos.

Como já foi referido no presente capítulo, a dilatação dos limites de avanço da frente de ocupação, em decorrência do decreto 300, foi um passo muito importante no processo de ocupação do Oeste do Paraná. Mas não foi o primeiro. Dada a importância que esta fase representou para a totalidade da região, esse processo histórico será recuperado em detalhes, neste tópico.

Depois que o engenheiro Natel de Camargo concluiu a construção da Rodovia Estratégica de Catanduvas a Foz do Iguaçu, foi contratado pelo governo do Estado para executar serviços de agrimensura das terras tituladas à Braviaco, uma larga faixa de terra nos limites das fazendas Domingos Barthe e Nuñez y Gibaja. Em pagamento pelo trabalho, recebeu uma considerável porção de terras, próximas ao rio Cascavel e cortadas pela rodovia.

Em 1922, Natel de Camargo transferiu uma parte de sua propriedade a Antônio José Elias, originário de Guarapuava e que, junto com algumas famílias de parentes, aí se estabeleceu. Em seus roçados plantavam milho e criavam porcos.³²

Após o falecimento de Antônio José Elias, em 1928, essas famílias retornaram para a região de origem. José Silvério de Oliveira, comerciante de Guarapuava e comerciante tropeiro que, em diversas ocasiões, já tinha percorrido a região e conhecia a propriedade de Antônio Elias desde 1923, em acordo com a viúva, arrendou as terras. Silvério de Oliveira era empregador de um grupo de trabalhadores que executava empreitadas de limpeza de ervais e conservação de picadas usadas pelas obras. Esses trabalhadores, em seus deslocamentos, seguiam com as famílias e o pouco que possuíam.

Em 1930, José Silvério de Oliveira resolveu transferir residência, acompanhado de alguns parentes, para as terras arrendadas. Estabeleceu-se com a família e seu grupo num ponto em que a rodovia estratégica formava um entroncamento com outras picadas, construídas pelas companhias de erva mate, que davam acesso aos diversos portos do rio Paraná. A construção das residências, em madeira de pinho lascado, foi obra dos poloneses já estabelecidos em Catanduvas. Na encruzilhada, Silvério de Oliveira instalou seu pe

³²SPERANÇA, Alceu e SPERANÇA, Carlos. *Pequena história de Cascavel e do Oeste*. Cascavel, J.S. Impressora, 1980, p. 58 e 59.

queno comércio, coordenava os roçados, a criação e comercialização de porcos. Ainda em 1930, de arrendatário passou a proprietário da terra.³³

Como Silvério de Oliveira tinha interesses comerciais, empenhou-se em atrair para a localidade o maior número possível de famílias. Para tanto, dividiu sua propriedade em chácaras. No mesmo ano, algumas famílias de poloneses, originárias de Canoinhas, transferiram-se de Catanduvas para junto do grupo de Silvério de Oliveira.

Outras famílias de parentes, amigos e conhecidos tanto do grupo de Silvério de Oliveira como dos poloneses migraram para junto deles. Alguns poloneses, que migraram diretamente de Canoinhas para esta localidade, eram pessoas de ofício: ferreiros, carpinteiros, marceneiros, seleiros, sapateiros ou proprietários de carroças de grande porte. A qualificação desses migrantes criou condições para suprir necessidades e criar alternativas de solução de problemas da produção e comércio pelo transporte em carroças a longas distâncias. Além de exercerem suas profissões na medida das necessidades, produziam sua própria subsistência, pelo trabalho familiar nas chácaras.

O convívio entre caboclos e colonos descendentes de imigrantes europeus representou o encontro de homens situados em diferentes estágios de civilização, isto é, em diferentes níveis culturais que determinavam o sistema de

³³SPERANÇA, Alceu e SPERANÇA, Carlos, op. cit., p. 59.

produção, a organização da propriedade, as representações, as crenças e os valores. Embora sem maiores consequências, nesse convívio ocorreram conflitos de origem cultural. Apenas como exemplo, os caboclos cercavam as roças e criavam os animais soltos. Os descendentes de imigrantes criavam os animais em cercados e cultivavam as roças em espaços livres. Após alguns atritos com os caboclos, prevaleceu o sistema dos colonos.³⁴

A formação desse novo núcleo de ocupação, encravado nos limites das terras das obrages, representou um grande avanço da frente de expansão. A topografia da localidade determinou o traçado da Rodovia Estratégica e das picadas, formando um entroncamento para diversas direções; o interesse comercial de Silvério de Oliveira, a decisão de aí estabelecer-se. Esses fatores proporcionaram ao novo núcleo de ocupação uma posição privilegiada dentro da região e, somados às características humano-culturais das famílias que aí se estabeleceram, em poucos anos, transformaram a localidade — Cascavel — em referência administrativa no contexto do imenso município de Foz do Iguaçu. Esse grupo social passou a requerer serviços públicos e atendimento a suas reivindicações, inclusive a escola.

Em 1932, a partir de informações dos poloneses já estabelecidos em Catanduvas e Cascavel, mais migrantes deslocaram-se de Canoinhas para o Oeste do Paraná. Esse gru-

³⁴ BARTNIK, Stanisława Boiarski. Depoimento gravado e transcrito. Arquivos do Projeto Memória. Cascavel, Assoeste, 1982.

po de colonos não quis estabelecer-se em Catanduvas. Segundo Jacob Munhak, não queriam ocupar terras difíceis de serem cultivadas, dobradas e cheias de pedras, como as de Santa Catarina. Por isso tiveram dificuldades em estabelecer suas posses. Onde fossem à procura de terras devolutas, eram informados pelos gerentes e fiscais das obras que as terras pertenciam à Companhia Domingos Barthe ou à Nuñez y Gibaja e que não tinham conhecimento de terras públicas. Apenas um gerente da Braviaco, que fazia os últimos levantamentos e preparava a documentação que deveria acompanhar o processo de desapropriação, dispôs-se a dar informações precisas onde poderiam ocupar terras devolutas. Esse segundo grupo fundou, no atual município de Cascavel, a Colônia Esperança. Dois anos depois, um terceiro grupo de colonos de Canoinhas e localidades próximas fundou, a poucos quilômetros da Colônia Esperança, a Colônia São João.³⁵

A partir da década de 1930, a ocupação das terras do Oeste do Paraná assume uma característica peculiar. Nos anos anteriores, a ocupação, na parte leste da região, ocorria de forma esparsa e isolada pelos caboclos. Neste período, a ocupação é feita em grupos e de forma solidária. Três hipóteses podem ser levantadas para explicar esse fato. A primeira, os fatores que determinaram a migração dos caboclos para o Oeste do Paraná generalizaram-se, atingindo um número sempre crescente deles e também de colonos des

³⁵MUNHAK, Jacob. Depoimento gravado e transcrito. Arquivos do Projeto Memória. Cascavel, Assoeste, 1984.

cendentes de imigrantes. A segunda, é comum no comportamento dos homens com problemas iguais buscarem alternativas de solução em grupo. A terceira, esta mais ligada aos descendentes de imigrantes, é que eles já tinham uma experiência histórica na velha colônia, onde formavam um grupo unificado pela identidade cultural e fazia parte de suas práticas a busca coletiva de solução para seus problemas. Na migração em grupo, e mantendo-se como vizinhos, poderiam transplantar para a nova colônia o sistema de vida construído na colônia de origem.

Como esses migrantes ainda não tinham a visão capitalista de apropriação da terra como uma mercadoria, mas apenas como meio de reprodução de sua condição de colonos, formavam suas posses sobre uma área de terra compatível com a capacidade familiar de trabalho e produção. Não buscavam o domínio exclusivo sobre as áreas de terras devolutas encontradas, como concorrentes entre si. Pelo contrário, faziam questão que outros colonos, amigos e conhecidos, a eles se juntassem. Nesse sentido, além de inúmeros depoimentos registrados de que os colonos faziam festa e prestavam toda a assistência possível às famílias recém chegadas, Jacob Munhak, pertencente ao segundo grupo de migrantes de Canoimhas, narra como ocorria a ocupação das terras pelos colonos, nesse período.

"Primeiro fizemos um ranhão grande, onde nós nos agasalhamos todos. Aí cada um foi apartar sua posse. Cada um tirava uma boa área de terra. No mês de dezembro, fizemos uma roça (coletiva) para plantar milho e feijão. Plantamos e continuamos a construção nas propriedades. Aí fomos informando os amigos lá

de Santa Catarina que tinha terras muito boas ... Aí começou a vir gente, cada vez entrando mais pessoal".³⁶

Cabe agora analisar que fatores determinaram o deslocamento da frente de expansão tanto cabocla como dos descendentes dos imigrantes europeus.

Os caboclos paranaenses da região de matas de Guaruva e Laranjeiras do Sul passaram a ser desalojados de suas posses pela compra de terras, que tinham reservas de pinhais, por grupos madeireiros e serrarias. A fronteira agrícola paranaense também já tinha iniciado seu movimento de expansão para além das proximidades dos centros urbanos. A abertura de rodovias e a construção de trechos de ferrovias já viabilizavam a integração da frente pioneira aos mercados consumidores. Sem condições de adquirir as terras, os caboclos foram empurrados para mais adiante da fronteira econômica. A Rodovia Estratégica facilitava-lhes o deslocamento para oeste. Na região de Catanduvas havia terras devolutas e mesmo tituladas cujos proprietários não se opunham à entrada de famílias, na condição de ocupantes-arrendatários, para a derrubada da mata e cultivo de roças. Quando recuperassem as terras, os proprietários já teriam esse trabalho agregado.

Os fatores que determinaram a formação de frentes de expansão nas velhas colônias de imigrantes foram semelhantes em todo o sul do país. Como as propriedades adquiridas pelos imigrantes eram pequenas e o sistema de produção, via de regra, era a alternância de terras cultiva-

³⁶MUNHAK, op. cit.

das e terras em pouso, tornava-se inviável a partilha entre os descendentes. Esse sistema produtivo, mesmo que as fronteiras agrícolas não estivessem esgotadas, não permitia acumulação suficiente para adquirir terras próximas e valorizadas. Não restava aos descendentes de imigrantes senão migrar para as frentes de expansão.

As terras da região de Canoinhas são fracas, de baixa fertilidade natural. Mesmo que nesse período a fronteira agrícola não estivesse esgotada, poucos colonos tinham acumulado o suficiente para adquirir terras próximas. Como a região era cortada por ferrovias, as terras eram muito valorizadas. Desta forma, aquelas colônias geraram um excedente de mão-de-obra agrícola que transbordou para outras atividades econômicas (serrarias, obras públicas) e para a formação de frentes agrícolas de expansão.

Diferentemente da formação da antiga colônia de imigrantes, em que o colono se estabelecia como proprietário da terra, mesmo que devesse pagá-la, na frente de expansão desse período, caboclos e descendentes de imigrantes tomavam posse da terra. Poderiam tornar-se proprietários quando, requerida junto aos poderes públicos, tivesse seu valor declarado e fosse paga. Neste aspecto, as condições sociais tanto de um grupo como de outro não eram muito diferentes. A forma de acesso à terra era igual. Mas existiam diferenças representadas pelo grau de civilização, pela organização do trabalho, pelos objetivos da produção e produção das condições de vida; enfim, as esperanças, a vontade, os sonhos do grupo descendente de imigrantes euro

peus eram diferentes do grupo caboclo.

Raramente os caboclos camponeses conseguiam acumular, por pouco que fosse, para adquirir equipamentos e ferramentas de uso agrícola. A agricultura era praticada por eles com instrumentos de trabalho e sistemas produtivos rudimentares. Os descendentes de imigrantes, em razão da baixa produtividade das colônias velhas, também pouco conseguiram acumular. O pequeno capital acumulado, mesmo insuficiente para adquirir terras novas, era, no entanto, suficiente para a compra de instrumentos e equipamentos agrícolas – condições prévias de produção, nas frentes de expansão, em outro estágio tecnológico, superior aos caboclos.

Se os descendentes de imigrantes tivessem alguma propriedade originária de partilha, a venda, na migração, lhes proporcionava a possibilidade de aquisição de uma carroça, parelha de animais, ferramentas para os mais diversos usos e sementes. Quando não proprietários, o apoio da família, que permanecia na colônia velha, fornecia-lhes esses recursos. Mesmo sem capital para adquirir a terra, pretendiam tornar-se proprietários pelo trabalho e produção familiares. Ainda que o sistema produtivo, basicamente, fosse semelhante ao dos caboclos e determinado pelas mesmas condições estruturais, a produção dos descendentes de imigrantes tinha objetivos diferenciados. A produção dos caboclos era de subsistência biológica da família. Os descendentes de imigrantes, além da subsistência, objetivavam a produção de excedentes comercializáveis. A comercialização desses excedentes é que lhes proporcionaria pequena acumulação,

condição de aquisição da terra. Chegar à frente de expansão "equipados" para produzir era o ponto de partida para tornarem-se proprietários da terra.

A partir da base cultural e de sua experiência histórica nas velhas colônias, os descendentes de imigrantes, na frente de expansão, tinham certos cuidados na localização da moradia (topografia e água) e na escolha da mata onde seria feita a derrubada e iniciado o cultivo (retângulos de fácil acesso), critérios que não eram levados muito em conta pelos caboclos. A relação com a terra, com a natureza, era diferente entre os dois grupos, representando, em última instância, diferenças nos resultados do trabalho.

Como os descendentes de imigrantes traziam consigo ferramentas e equipamentos para a produção, embora manuais, mas mais adequados, produziam mais e em condições mais favoráveis que os caboclos. Na busca de soluções para a subsistência, também existiam diferenças entre caboclos e descendentes de imigrantes. Estes costumavam cultivar árvores frutíferas e hortas de onde colhiam frutas, verduras e legumes. Criavam aves, pequenos animais e, tão logo fosse possível, adquiriam uma vaca leiteira. Esses aspectos culturais proporcionavam outros níveis de vida, boas condições de trabalho árduo, como se propunham.

Um outro aspecto que distinguia os descendentes de imigrantes dos caboclos eram suas habilidades artesanais. Essas qualificações foram importantes na solução de

problemas básicos da produção, na construção de engenhocas utilizadas para debulhar e limpar cereais, e na construção de suas casas. Casas e galpões por eles construídos, considerando que possuíam ferramentas e habilidades artesanais, mesmo utilizando madeiras em lascas, apresentavam boas condições de abrigo. Esse fator, somado ao costume de debulhar (trilhar) e limpar os cereais, viabilizava o armazenamento e conservação dos produtos agrícolas, em consideráveis quantidades, até a comercialização. Como a comercialização da produção, pelas razões anteriormente apresentadas, era uma questão fundamental, e a maioria deles tinham carroças, apesar das distâncias e da precariedade das estradas, era um meio utilizado para a busca de mercado para seus excedentes.

Os acessos dos núcleos de ocupação, das colônias até as estradas ou ao rio Paraná, pela completa inexistência de serviços públicos, eram constr idos, coletivamente, nas entressafras, pelos colonos. Na ação conjunta, criavam suas próprias alternativas de sobrevivência e desenvolvimento, quando fosse possível é limitada capacidade dos colonos.

No período em análise, os núcleos de ocupação eram ainda muito restritos, em pontos esparsos dentro da região Oeste do Paraná. O processo de ocupação brasileira não atingia a rapidez desejada pelas forças políticas do Estado do Paraná, basicamente, pela falta de estradas e meios de transporte. A precariedade ou inexistência de caminhos terrestres dificultava o escoamento da produção para os centros de consumo, desestimulando a produção e, conseqüentemente, a colonização.

As tentativas de colonização em Santa Helena pela Meier, Annes & Cia. com imigrantes italianos, da Companhia Alegretti com colonos gaúchos, ambas na década de 1920, e da Companhia Espéria com imigrantes italianos e colonos de outras procedências, na década de 1930, apenas conseguiram assentar uns poucos colonos. Sobreviveram comercializando seus excedentes com os pequenos mercados consumidores de Foz do Iguaçu, Porto Mendes e Guaíra. O escoamento da produção era irregular e inseguro. Os colonos dependiam do transporte pelas embarcações das obras. Os comandantes dos barcos nem sempre tinham disposição para realizar esses pequenos carregamentos.³⁷

Com o declínio das obras e desativação de seus portos na década de 1930, a comercialização dos excedentes agrícolas dos colonos de Santa Helena tornou-se ainda mais precária. Apenas os navios da Companhia Mate Laranjeira continuaram, até os primeiros anos da década de 1940, a comprar produtos coloniais. Os produtos comercializados pelos colonos de Santa Helena, e consumidos em Guaíra, eram aves, ovos, queijo, farinha de milho, salame, feijão, arroz e batata-doce. O produto colonial que mais interessava à Mate Laranjeira era a banha que, via porto Epitácio, era comercializada em São Paulo.³⁸

Por outro lado, a redução da frequência dos navios das obras criou dificuldades de abastecimento em Foz

³⁷COLODEL, op. cit., p. 103.

³⁸Idem, p. 104.

do Iguaçu e Santa Helena de produtos industrializados argentinos (roupas, tecidos, calçados, derivados de petróleo, sal, açúcar, farinha de trigo e azeite).³⁹ Como as estradas, na década de 1930, eram muito precárias, a substituição do abastecimento por produtos de procedência nacional era praticamente inviável, especialmente em épocas de chuva.

Para resolver esses problemas, a Aeronáutica, em 1937, criou uma linha do Correio Aéreo Nacional, fazendo o trajeto Curitiba, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra.⁴⁰ Esse tipo de transporte, de pequena capacidade de carga, apenas resolvia problemas prementes de falta de alguns produtos essenciais, como sal, medicamentos e combustíveis.⁴¹ Na mesma época, foram sincronizadas as viagens dos barcos que atracavam no porto Epitácio com o movimento dos portos Mendes e Guaíra. Essa medida facilitou a comercialização no Oeste do Paraná de produtos industrializados em São Paulo e dos excedentes agrícolas dos núcleos de ocupação. Mas, já nos primeiros anos da década de 1940, a Mate Laranjeira, que realizava o transporte de produtos industrializados paulistas do porto Epitácio ao baixo Paraná até Foz do Iguaçu, entrou em processo falimentar, agravando o problema de abastecimento e de comercialização da produção no Oeste do Paraná.

³⁹COLODEL, op. cit., p. 99 e 105.

⁴⁰WACHOWICZ. *Obrairos...*, op. cit., p. 36.

⁴¹GHIGGI, Nilo. Depoimento gravado e transcrito. Arquivos do Projeto Memória. Cascavel, Assoeste, 1982.

Neste mesmo período, a Companhia Isolada de Foz do Iguaçu foi transformada em Primeiro Batalhão de Fronteira, com incorporação de recrutas, ampliando o número de militares e, conseqüentemente, o consumo de subsistência. Foz do Iguaçu, durante a Segunda Guerra Mundial, passou a absorver a totalidade dos excedentes agrícolas de Santa Helena. Além das dificuldades já mencionadas e de outras decorrentes da guerra (falta de combustíveis), em 1942, por "razões de segurança", foram expulsas da fronteira as famílias de estrangeiros (italianos e alemães) que produziam gêneros alimentícios, reduzindo a oferta de produtos. Para garantir seu abastecimento, o Primeiro Batalhão de Fronteira comprava os produtos coloniais de Santa Helena. Para o transporte desses produtos, essa unidade militar dispunha de um barco, de uso exclusivo. Ainda durante a guerra, o transporte de produtos agrícolas para consumo da população civil de Foz do Iguaçu passou a ser realizada por pequenas embarcações construídas por colonos e comerciantes de Santa Helena.⁴²

Nos últimos anos de atividade da Mate Laranjeira, os excedentes agrícolas produzidos pelas famílias de camponeses estabelecidos nas colônias São João, Esperança e Cascavel eram transportados em carroças e comercializados no porto de Guaíra. Após a desativação da Mate Laranjeira, parte da produção, especialmente derivados de suíno, era

⁴²COLODEL, op. cit., p. 108-9.

comercializada em Foz do Iguaçu.⁴³ Em razão das ligações históricas de parte da população estabelecida em Cascavel e proximidades, alguns deles comerciantes, com as regiões a leste do Paraná, o abastecimento de produtos industriais era feito no comércio de Guarapuava e Ponta Grossa e o transporte em carroças. Desta forma, parte dos excedentes agrícolas era comercializada naqueles mercados consumidores ou, como lá já existia ferrovia, a produção poderia ser distribuída para outros centros consumidores do país.

Ainda durante a guerra, a antiga Estrada Estratégica recebeu correções em seu traçado e pequenas melhorias, tornando possível, com tempo bom, o transporte rodoviário em caminhões. Mas, apenas no pós-guerra, o Oeste do Paraná passou a ter as condições fundamentais de inserção econômica a nível regional e nacional, pela melhoria das condições da estrada e do transporte rodoviário. Essas condições é que moveram os interesses capitalistas: a terra rapidamente seria valorizada. Compensaria o investimento na compra das terras pertencentes às obras para fim de exploração de seus recursos naturais ou para implantação de companhias colonizadoras e a colonização. No contexto dos interesses capitalistas é que se estabeleceram as lutas e os confrontos pela posse da terra entre segmentos sociais capitalizados, com visão mercantil da terra, com outros segmentos descapitalizados que viam a terra como meio de pro-

⁴³MUNHAK, Jacob. Depoimento citado.

dução da vida e de suas condições sociais.

Aquela solidariedade de comunicar a amigos e conhecidos a existência de terras boas para colonos sobreviverem e reproduzirem suas condições de colonos, criaram as condições, juntamente com a ação do Estado, para que outros segmentos sociais, com outros interesses, com eles entrassem em conflito. Toda aquela luta pela própria sobrevivência e para a conquista da terra corria o risco de ser pulverizada, no contexto das novas condições criadas pelo desenvolvimento capitalista.

A luta pela terra, a esperança de ter seu espaço de produção, condições de comercializar seus produtos, pagar a terra que ocupavam, tornar-se proprietários, suprir suas necessidades básicas e de suas famílias não eram seus únicos sonhos. Buscavam também sua própria humanização pela educação. Nos capítulos da 2a. Parte, será analisado como foi gestada a escola no interior do processo social, como parte dele, desencadeado a partir das frentes de expansão das fronteiras agrícolas e da colonização.

CAPÍTULO IV

A AMPLA COLONIZAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Como foi referido no capítulo III, a colonização realizada por algumas colonizadoras e a ocupação de terras públicas por migrantes ocorrida no período compreendido entre a suspensão das atividades econômicas das obras, na segunda metade de 1930, até 1946 constitui uma fase intermediária no processo de colonização ou povoamento do Oeste do Paraná. Até o pós-guerra, foi insignificante a ocupação de terras por novos migrantes camponeses e muito reduzida a transferência de população para Foz do Iguaçu, única sede urbana do Oeste do Paraná até a década de 1950.

As explicações desse período intermediário podem ser buscadas nas determinações históricas da política nacional, que influíram decisivamente na região, e da conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial.

1. O contexto histórico da ampla colonização

A nível nacional, o governo Vargas enfrentou sucessivas crises no processo de se estabelecer e de se firmar no exercício do poder. Vargas pretendia superar a descentralização da República Velha e o poder político das oligarquias estaduais, fortalecendo o poder executivo com base nas Forças Armadas e na burocracia civil cada vez mais numerosa. Em São Paulo, maior centro industrial do país e

da mais expressiva oligarquia deposta pela Revolução de 1930, era onde se concentrava a maior oposição às políticas de Vargas. Mesmo após confirmado na Presidência da República pela Assembléia Nacional Constituinte e promulgada a Constituição de 1934, eram freqüentes os movimentos sociais que exigiam a queda de Vargas.

Setores populares da sociedade brasileira temiam que Vargas adotasse, como ocorria em outros países do mundo, alternativas fascistas de governo. Em 1935, reunindo segmentos liberais, socialistas e comunistas foi criada a Aliança Nacional Libertadora, sob liderança comunista. As pregações da Aliança empolgaram as camadas populares dos grandes centros urbanos desencantadas com os rumos do processo revolucionário iniciado em trinta. Tornaram-se freqüentes as greves e os violentos confrontos com os grupos integralistas onde se alojavam segmentos das classes médias, latifundiários, grandes capitalistas, segmentos da Igreja Católica e militares que temiam o comunismo.

Neste contexto de agitação e confrontos sociais desencadeados pelas pregações da Aliança Nacional Libertadora, Vargas articulava junto aos militares que o rodeavam o fortalecimento de seu poder. Em julho de 1935, Vargas decretou a ilegalidade da Aliança e desencadeou uma violenta repressão policial contra seus membros nos anos seguintes. A repressão contribuiu para o aumento do poder de Vargas e o estabelecimento da ditadura. Antes mesmo que fosse desencadeada a campanha eleitoral em 1937 para sucessão presidencial, prevista pela constituição para 1938, Vargas en

comendou ao jurista Francisco Campos a elaboração de uma nova constituição para o Estado autoritário que pretendia estabelecer.¹

Em setembro de 1937, alegando o "perigo vermelho" alardeado pela maior parte da imprensa, Igreja e integralistas, Vargas pediu ao Congresso a decretação de estado de sítio. Respalhado por amplos poderes, Vargas intervinha nos Estados cujos governadores a ele se opunham e intimidava outros cujas posições não lhe eram claramente favoráveis. Em novembro do mesmo ano, Vargas tinha todas as condições para o golpe. No dia 10, o Congresso foi fechado e cercado pela polícia militar, sem qualquer resistência dos parlamentares e tornada pública a Constituição(1937) do regime ditatorial do Estado Novo. Pela nova Constituição, o poder da União foi extremamente fortalecido, praticamente desaparecendo a autonomia dos estados e municípios, e o poder legislativo completamente tutelado pelo executivo. O novo regime deveria ser aprovado mediante plebiscito e, enquanto não fosse realizado, o presidente governaria com amplos poderes.

O novo regime recebeu amplo apoio das classes médias, da burguesia e da oligarquia. A classe trabalhadora, mediante ações populistas, aos poucos passou a ser cooptada pelo regime através de intervenções nos sindicatos, da propaganda e da legislação trabalhista.

¹CAMPOS, op. cit., p. 192.

Vargas conseguiu manter-se e firmar-se no poder mediante a eliminação dos partidos políticos e, pela ação repressiva da polícia, de todos os focos de oposição organizada. Com a centralização e o exercício do poder de forma ditatorial, tornou-se viável o encaminhamento de outras questões ainda não postas em prática por falta de sustentação política. Em contrapartida ao respaldo dado pelas Forças Armadas ao Estado Novo, foram retomados alguns planos militares de segurança nacional das fronteiras, o nacionalismo em relação à exploração dos recursos naturais do país foi incorporado ao regime.² Esses aspectos da política nacional tiveram marcante influência no Oeste do Paraná e determinaram a forma de ocupação e a caracterização regional do sistema de colonização adotados.

A Constituição de 1937 estabelecia que a faixa de terras de 150Km ao longo da fronteira, denominada Faixa de Fronteira, não podia ser colonizada, nem construídas estradas sem prévia autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional. Em última instância, o Governo Federal e o Ministério da Agricultura seriam responsáveis pela ocupação e colonização da fronteira. Além desse controle centralizado, o Governo Federal estabeleceu normas para a colonização da fronteira. Os colonos deveriam ser brasileiros natos e, nos primeiros 30 quilômetros, as propriedades não poderiam ultrapassar a 100 hectares. Todas as conces-

²VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2a.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1979, p. 141.

sões anteriores passaram por uma ampla revisão. Essa política federal em relação à fronteira é que determinou o período intermediário na colonização do Oeste do Paraná. Não permitia a aquisição de glebas para posterior colonização, nem aos estados a execução de projetos de colonização, sem aprovação do Conselho Superior de Segurança Nacional. Todos os projetos encaminhados pelo Estado para colonização da faixa de fronteira internacional do Paraná foram devolvidos com a observação de que era pensamento do Presidente da República criar diversos territórios federais nas fronteiras e que não seriam convenientes a venda ou a concessão de terras, mesmo a brasileiros, nesta área. Finalmente, em 1943, pelo mesmo Decreto que criou outros territórios, foi criado o Território Federal do Iguaçu, abrangendo terras das fronteiras oeste do Paraná e Santa Catarina.³

Antes mesmo da criação dos territórios federais, o Estado Novo havia definido outras políticas em relação à ocupação do espaço geográfico do território brasileiro, incluídas na política mais ampla do desenvolvimento econômico nacional. Em 1938, o governo anunciou à nação a Marcha para o Oeste.⁴ A política de estimular as fronteiras agrícolas em movimento continha ingredientes ideológicos do Estado Novo: um movimento liderado por chefes carismáticos, comandantes autocráticos, mas protetores. Estabelecia um contraste entre o leste e o oeste. No leste existia o co-

³WACHOWICZ. *Paraná Sudoeste*, op. cit., p. 146 a 148.

⁴VELHO, op. cit., p. 141.

ronelismo, a grande propriedade; no oeste, a pequena propriedade do desbravador, do bandeirante moderno. A política do Estado Novo pretendia integrar as chamadas ilhas de desenvolvimento e fazer com que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas, suprimindo os vácuos demográficos e reforçando o tema autoritário da integração nacional. Por outro lado, a marcha para oeste continha outros aspectos conjunturais do Estado Novo. A fronteira oeste devia ser ocupada por nacionais e não por estrangeiros com possíveis "ideologias exóticas" como ocorreu nos movimentos operários dos centros urbanos. As cidades deveriam ser descongestionadas dos braços desocupados e direcionados para o interior.⁵

Nas concepções do Estado Novo, a grande propriedade improdutiva do leste devia ser contraposta a pequena propriedade produtiva do oeste, sem contudo destruir a grande propriedade ou substituí-la pela reforma agrária. Essa visão política do Estado Novo coincidia com o comportamento típico dos colonos do sul, descendentes de imigrantes. Esgotadas suas condições de reprodução como colonos, não se organizavam socialmente para exigir reforma agrária; preferiam migrar, formando frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Sem exigir medidas governamentais elementares, assumiam o desbravamento de terras novas, criando eles mesmos suas novas condições. Considerando a falta de recursos na conjuntura de guerra, as políticas do Estado Novo de

⁵VELHO, op. cit., p. 149.

ocupação da fronteira e as características do colono descendente de imigrantes, a ampliação das frentes de expansão sulistas eram favoráveis a seus interesses. Contudo, outros fatores políticos foram determinantes para intensificar a Marcha para o Oeste do Paraná.

Como já foi referido, na década de 1930, a antiga Rodovia Estratégica passou por mudanças em seu traçado e melhorada. Em 1941, a mesma rodovia foi incluída no Programa Rodoviário Marcha para Oeste, com a denominação de BR-35, ocasião em que passou por significativas melhorias e criadas as possibilidades de integração da região à economia nacional. A partir da construção da BR-35, estavam criadas as condições de direcionamento para a região de investimentos capitalistas, ampliação de seu modo de produção e de suas relações sociais.⁶

Durante a Segunda Guerra Mundial, apenas na região de Cascavel e proximidades ocorreu uma pequena ampliação da ocupação de terras por colonos de Santa Catarina, por famílias já estabelecidas na região (Santa Helena, Catanduvas) que se transferiram para a futura sede urbana, por trabalhadores da Comissão de Estradas, que aí sediou um acampamento, e por técnicos montadores das primeiras grandes serrarias de madeireiras paranaenses. Esses fatores determinaram um relativo crescimento populacional na sede urbana,

⁶Tudo indica que a construção da BR-35 foi a única obra significativa da administração federal direta, iniciada durante a curta existência do Território Federal do Iguaçu, extinto pela Constituição de 1946.

o desenvolvimento do comércio e serviços em Cascavel e a melhoria das condições de comercialização de excedentes agrícolas e pecuários das colônias próximas.

Os primeiros passos do desenvolvimento econômico de Cascavel estiveram relacionados à produção de gêneros alimentícios pelos colonos e a comercialização de produtos necessários à subsistência dos grupos de trabalhadores da Comissão de Estradas na década de 1930 e da BR-35, na déca da de 1940, além de suprir as necessidades da população já estabelecida, ocupada em outras atividades e serviços. Ao mesmo tempo, a presença de trabalhadores provenientes de diversas regiões do país possibilitaram o desenvolvimento de outros serviços urbanos, tais como hotéis, pensões e ampliação do comércio. Contudo, o passo seguinte do desenvolvimento de Cascavel foi em razão do início da exploração em escala industrial da madeira, diferentemente das pequenas serrarias movidas a roda-d'água, instaladas a partir de 1942, cuja produção destinava-se ao consumo local da população pioneira.

O primeiro grande investimento capitalista nesta fase do desenvolvimento regional foi a compra pelos irmãos Lupion da fazenda de Domingos Barthe, em fins de 1942, onde existiam extensos pinhais e outras madeiras de grande valor econômico. "Os irmãos Lupion eram do setor madeireiro na região de Itararé, proprietários da fazenda Morungava; lá tinham serrarias".⁷ Embora sejam citados os irmãos Lupion

⁷STRAPASSON, Onofre. Depoimento colhido em 1984, Cascavel, Assoeste, arquivo do Projeto Memória.

como adquirentes do latifúndio do argentino Domingos Barthe, a Industrial Madeireira de Caxias do Sul tinha sociedade nesse empreendimento. Em 1948, a Industrial Madeireira passou a ser proprietária única do referido latifúndio.

"O maior negócio já efetuado até hoje em Caxias do Sul foi a compra, por parte da Industrial Madeireira, de um milhão de pinheiros do Paraná, pela elevada soma de 40 milhões de cruzeiros".⁸

Para montar as serrarias, os empresários contratavam os serviços de práticos descendentes de italianos e alemães de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, verdadeiros g nios que entendiam de potência de máquinas a vapor, de c culos de rotação de eixos e relação de polias, além de exímios construtores, carpinteiros e marceneiros. A partir de 1945/46, na região de Cascavel já existiam grandes serrarias em funcionamento. Nos primeiros anos, a produção de madeira era transportada e embarcada em Foz do Iguaçu para exportação, via rio Paraná. Parte dessa madeira era consumida nos mercados argentinos e parte exportada para a Europa para a reconstrução do pós-guerra.

Em razão de exigências de medidas padrão e qualidade da madeira pelos mercados europeus, a partir de 1948, a Industrial Madeireira trouxe do Rio Grande do Sul gerentes para suas duas grandes serrarias, pessoal experiente na derrubada de pinheiros, na medição e preparo das toras e para o trabalho industrial das serrarias. Adquiriu m -

⁸Correio Riograndense de 11/08/48, Semanário, Caxias do Sul, p. 3.

quinas para abertura e conservação de estradas de acesso aos pinhais, caminhões para o transporte de toras e madeira serrada. Apenas nos primeiros anos da década de 1950, quando o crescimento urbano do país demandava mais madeira e as reservas de pinhais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina já estavam em fase de esgotamento, a produção regional voltou-se para o mercado interno. As novas condições das estradas viabilizavam a busca dos mercados nacionais consumidores de madeira.⁹

Outros grupos capitalistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já eram do ramo madeireiro daqueles estados, adquiriram pinhais em terras do Estado. Alguns grupos madeireiros, com poucos recursos financeiros, compravam apenas os pinheiros, outros adquiriam áreas não muito grandes de terra com a cobertura florestal, para posterior exploração. Nos primeiros anos da década de 1950, existiam nas proximidades de Cascavel sete grandes serrarias em funcionamento e diversas de pequeno porte.¹⁰

A atividade madeireira, além de ocupar a mão-de-obra de elevado número de trabalhadores, ampliou consideravelmente o mercado consumidor de produtos e serviços. A comercialização dos excedentes agrícolas fundamentais dos colonos (feijão, arroz, milho, suínos), aos poucos, tornou fácil o mercado, inclusive para produtos secundários (aves, ovos, manteiga, batata e produtos derivados de suínos). A

⁹Arquivos do Projeto Memória, Cascavel, Assoeste.

¹⁰Idem.

existência de máquinas, caminhões e tratores ampliou as oportunidades para trabalhadores especializados em mecânica, tornearia e assistência técnica que passaram a se estabelecer na região, especialmente na área do Distrito de Cascavel, cuja população passou de 1.109 habitantes em 1940 para 4.411 em 1950.¹¹

À medida em que a madeira de valor econômico era retirada, as terras adquiridas pelas madeireiras eram vendidas aos colonos. Se as terras fossem do Estado, passavam a ser requeridas pelos colonos e expedido o título de posse vinculado ao pagamento da terra. Esse sistema ampliou-se consideravelmente durante a década de 1950, e muitos trabalhadores das serrarias, com tradição agrícola, tornaram-se proprietários rurais.

O segundo grande investimento capitalista na região Oeste do Paraná foi a compra por um grupo gaúcho do latifúndio da Fazenda Britânia. Esse grupo, coordenado por Alfredo Ruaro, Alberto Dalcanale e Willy Barth, buscou a participação de capitalistas de Farroupilha e Porto Alegre para levantar o recurso necessário para a compra da fazenda. Fundou, com sede em Porto Alegre, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá, em 1946, com a finalidade de se dedicar à compra e venda de terras, extração, industrialização e exportação de madeira.¹² O negócio

¹¹ Levantamento dos Censos Demográficos do IBGE. Quadro demonstrativo produzido pelo Departamento de Estudos Regionais da Assoeste, Cascavel, 1982.

¹² SILVA, Oscar et alli. *Toledo e sua história*. Toledo, Prefeitura Municipal, 1988, p. 57.

foi fechado em Buenos Aires e a escritura da área de 274.846 hectares expedida pela companhia inglesa, com registro em Foz do Iguaçu.¹³

Como os acionistas da Maripá detinham poucos recursos, no período de 1946 a 1950, a colonizadora tratou de providenciar imediatamente formas de exploração que gerassem rápido retorno do investimento realizado. Além da construção da sede da colonizadora na fazenda, tinham que abrir acessos, estradas e picadas. Para isso trouxeram 16 trabalhadores recrutados na região colonial de São Marcos e Caxias do Sul, na primeira leva e, em grupos sucessivos, chegaram a duzentos trabalhadores. Dadas as dificuldades e precariedades iniciais, 193 trabalhadores contratados voltaram para o Rio Grande do Sul ou procuraram outras atividades na região. Para resolver o problema de mão-de-obra, a Maripá recrutou trabalhadores paraguaios para a formação de clareiras na mata e construção de picadas".¹⁴

Em fins de 1948, engenheiros e agrimensores contratados pela Maripá planejaram o arruamento da sede e iniciaram a construção de casas e setores administrativos da empresa, à margem direita do arroio denominado pelos "obrigados" de Toledo, dando origem à atual cidade de Toledo. Em 1949, alguns acionistas da Maripá fundaram uma outra grande colonizadora, a Pinho e Terras. Essa nova colonizadora também seguiu os passos dos investimentos capitalistas an-

¹³SILVA, Oscar et alli, op. cit. p. 58.

¹⁴Idem, p. 63 a 65.

teriores. Localizavam a documentação de antigas obras, buscavam recursos junto a amigos e conhecidos, através do sistema de cotas e levantavam as falências. O sistema de colonização adotado pela Maripã serviu de modelo para a Pinho e Terras, que colonizou áreas onde hoje estão localizados os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Céu Azul, Palotina e parte norte do município de Cascavel.

Como o grupo econômico inicial da Maripã e seu desdobramento posterior na Pinho e Terras foram responsáveis pela colonização da parte mais expressiva e típica do Oeste do Paraná, é fundamental analisar que conceitos e experiências norteavam suas ações. Em suas origens existia um traço comum: eram descendentes de imigrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul, com tradição agrícola, filhos de colonos. Haviam atuado como comerciantes ambulantes, na representação comercial e no pequeno comércio estabelecido nas cidades de pequeno porte nas áreas coloniais. Além da experiência, o conhecimento de outras pessoas fora de seu grupo, a necessidade de viajar, fazer negócios e o comércio possibilitaram uma pequena acumulação que, por sua vez, viabilizou empreendimentos maiores. A colonização Maripã não foi o primeiro empreendimento do gênero de seus mais importantes acionistas, de seus diretores. Alberto Dalcanele era um grande "farejador" de negócios e tinha grande capacidade de convencimento para arranjar sócios e acionistas em seus empreendimentos. Willy Barth, experiente no comércio, mais dado à reflexão, era um estrategista na monu

tagem de planos de desenvolvimento para os empreendimentos de que participava. Esses dois grandes acionistas da Maripá tinham experiência de colonização em São Miguel do Oeste (SC), na venda de terras e comercialização de madeira.¹⁵

Em 1949, Alfredo Ruaro, depois de ter desbravado a área, criado a infra-estrutura e iniciado a exploração e exportação de madeira pelo porto Britânia, desejava abandonar a direção da Maripá e dedicar-se a outros empreendimentos. Na época, a Maripá estava num ponto crítico, exigindo planejamento e novos investimentos. A questão fundamental era gerar recursos que viabilizassem a criação das condições de colonização. Para isso, foi ampliado o setor madeireiro e implantadas diversas novas serrarias, coligando à Maripá empresas madeireiras convidadas. Nesta ocasião foi escolhido Willy Barth para dirigir a Maripá. Ao mesmo tempo que desenvolvia a exploração da madeira, gerando receitas, coordenou a montagem de um cuidadoso plano de colonização.¹⁶

A primeira questão foi definir um modelo de colonização, como seriam as propriedades rurais, para que tipo de exploração e para que tipos humanos. Sendo a Fazenda Britânia muito extensa, era indispensável dividi-la. Nessa divisão foi utilizado o critério topográfico de áreas, nunca superiores a 4.150 hectares. Partindo dos extremos dessas áreas, o perímetro era dividido em unidades básicas

¹⁵SILVA, Oscar et alli, op. cit., p. 82.

¹⁶Idem, p. 83.

chamadas colônias, isto é, pequenas propriedades rurais de 25 hectares. À medida que fechava o perímetro, reduziam o tamanho das propriedades rurais para 2,5 hectares, pequenas chácaras ao redor de um centro dividido em quarteirões de 10.000m² (10 lotes) para futuros núcleos populacionais e onde a colonizadora instalaria seus serviços.¹⁷

Esse modelo fundiário seguia, de modo geral, o sistema desenvolvido em São Miguel do Oeste que, por sua vez, seguia os padrões de colonização de Guaporé, Rio Grande do Sul.¹⁸ Assim, a Fazenda Britânia foi dividida em 10.000 lotes rurais e 13 núcleos populacionais, cercados por chácaras. Esse critério foi estabelecido para que muitas famílias pudessem ter sua terra e também porque os possíveis compradores não teriam recursos para adquirir propriedades maiores.¹⁹ Esse modelo fundiário explicita que a colonizadora visava ao pequeno produtor rural, com tradição policultural, e de base de trabalho familiar.

Nos anos de 1946 a 1949, a Maripá tinha assentado uns poucos colonos; o contingente populacional era constituído principalmente por trabalhadores na construção da infra-estrutura, picadas, casas, medições, trabalhadores das serrarias, gerentes, administradores, comerciantes e outras atividades complementares, em sua maioria contratados da colonizadora.

¹⁷SILVA, Oscar et alli, op. cit. 85.

¹⁸Idem, ibidem.

¹⁹Idem, p. 86.

Em 1950, estavam definidos os planos e construídas as condições de colonização. Faltava desencadear o processo de venda dos lotes rurais já demarcados. Para isso a colonizadora Maripá também estabeleceu critérios: desejava vender seus lotes a um tipo de elemento humano, com certas características culturais, consideradas importantes para viabilizar seus negócios. Seus diretores desejavam atrair pequenos agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, preferencialmente descendentes de italianos e alemães, experientes na criação de suínos, na produção de queijo e manteiga, acostumados à policultura do feijão, milho, trigo, arroz, batata, fumo, etc. Esse critério seletivo, trazia embutido o desejo de homogeneidade populacional e que esse fator estimulasse a vinda de pessoas da mesma região, parentes e conhecidos e que transferissem para a área colonizada seus sistemas de vida. As denominações das localidades do interior da área colonizada indicam que esse objetivo foi amplamente atingido. Tome-se apenas alguns exemplos: Novo Sarandi, Nova Santa Rosa, Novo Três Passos e outras denominações precedidas de "novo".²⁰

Em diversos documentos consultados e depoimentos colhidos a respeito da ação de Maripá, são encontradas justificativas para a seletividade na venda de lotes rurais. Entre elas encontram-se afirmações do tipo: a Maripá não queria aventureiros, mas colonos progressistas.²¹ No contex-

²⁰SILVA, Oscar et alli, op. cit. p. 87 e ss.

²¹WACHOWICZ. *Obrageros...*, op. cit., p. 177

to, essas afirmações significam que a colonizadora desejava que o comprador da terra ocupasse e explorasse imediatamente a terra. O contrário seria especulação, aventura que não interessava à colonizadora. Por colonos progressistas entendiam, aqueles que, além de acostumados ao trabalho árduo, se "importasse" com a religião, com os bons costumes, que participassem da vida comunitária, que tivessem uma família bem constituída, "*que quisesse ter escola*".²²

Em razão desses critérios e considerando que as medições, a construção de estradas de acesso aos diversos perímetros e espaços reservados aos núcleos urbanos demandassem consideráveis investimentos e a geração de recursos também requeresse tempo e muito trabalho, a Maripá não teve pressa em vender suas terras. A administração da colonizadora, embora desejasse vender lotes rurais, optou pela colonização sem propaganda para não atrair interessados de diferentes procedências com características humano-culturais diversificadas. Decidiu contratar agentes nas localidades de onde pretendia que viessem os colonos. Esses agentes eram comerciantes, agricultores bem estabelecidos e professores de pequenas cidades, vilas e lugarejos de algumas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde se localizavam os colonos, descendentes de imigrantes europeus, que interessavam à Maripá.²³

A colonizadora Pinho e Terras desenvolveu um ti-

²²WACHOWICZ, *Obrageros...*, op. cit., p. 177.

²³SILVA, Oscar, op. cit., p. 88

po de colonização semelhante à Maripá, mas apenas em algumas áreas. Não teve condições financeiras para o desenvolvimento da colonização em todas suas áreas no sistema adotado pela Maripá, por diversas razões. A Primeira, a Pinho e Terra adquiriu áreas descontínuas, encarecendo sobremaneira a criação de infra-estruturas. A segunda, pela necessidade de retorno do investimento, vendeu áreas grandes para madeireiras e até para colonizadoras menores. A terceira, diversas áreas onde atuou tinham documentação precária, objeto de ações judiciais ou demandas entre o Estado e a Braviaco, ou entre o Estado e o Governo Federal na faixa área de fronteira, envolvendo-se em litígios pela posse da terra em algumas de suas áreas. Nessas áreas ocorreram conflitos e violências entre compradores de terras, madeireiras, especuladores e jagunços contratados pelas partes interessadas.

Na parte norte da região, a colonização foi desenvolvida por colonizadoras do norte do Paraná ou as terras foram adquiridas por grandes fazendeiros de café que pretendiam estender este cultivo ao Oeste do Paraná. Nesta área também ocorreram sérios conflitos pela legitimação da posse da terra.

Na parte leste da região, área de terra devolutas, o Estado fez concessões, vendas a diferentes grupos e, num processo de venda e revenda sem as devidas medições, documentação e demarcação, muitos colonos compraram terras de aventureiros e, depois de pagas, quando requeriam a documentação, descobriam que o vendedor não era legítimo proprietá

rio. Se quisessem permanecer na terra, tinham que pagar mais uma vez. Frequentemente, colonos e posseiros eram expulsos da terra de forma violenta por capangas e jagunços, que incendiavam galpões e casas, ameaçavam de morte e praticavam arbitrariedades. O poder do Estado não se fazia presente, e quando o fazia, arbitrava em favor de grupos poderosos, raramente em favor dos trabalhadores rurais. Apenas na década de 1960, o governo do Estado iniciou ações concretas e criteriosas de pacificação de áreas conflagradas na disputa pela posse da terra, especialmente no período posterior a 1964 até o final da década, pela ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que realizou medições e, em razão do regime autoritário, via de regra, não foram contestadas. Neste período, talvez por diretrizes políticas do governo militar, as decisões de contendas pela posse da terra favoreceram quem ocupava a terra e nela produzia.

A ampla colonização do Oeste do Paraná tornou-se possível em decorrência das políticas econômicas nacionais, a partir do estágio do desenvolvimento industrial e da urbanização do país, bem como das condições agrícolas e fundiárias das regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O tamanho das propriedades e o sistema de cultivo adotado pelos imigrantes europeus e seus descendentes não permitiam o aumento de produtividade e uma melhoria nas condições de acumulação. Pelo contrário, o sistema de produção provocava a redução da fertilidade da terra, baixa produtividade e empobrecimento do agricultor. Na região serrana do Rio Grande do Sul e nas terras dobradas e pedregosas

de Santa Catarina existia uma grande limitação à aplicação de novas técnicas de produção. "Sempre era mais barato comprar terras novas, o que implicava acesso à fertilização natural do solo, do que qualquer outro tipo de fertilização cultural".²⁴ O tradicional sistema de cultivo dos colonos encontra seus limites na década de 1950, quando a aquisição de terras novas começou a tornar-se cada vez mais difícil pelo esgotamento da fronteira de expansão ou pela valorização da terra decorrente da abertura de estradas e construção de ferrovias. Sobrava a alternativa de migração para outros estados da Federação. Esses fatores determinaram a migração de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Oeste do Paraná.

Neste contexto é que foi iniciada a ampla colonização do Oeste do Paraná, aqui introduzido e paulatinamente generalizado o mesmo sistema produtivo dos colonos descendentes de imigrantes, isto é, a policultura de subsistência, visando a comercialização de excedentes, associada à suinocultura para consumo familiar e comercialização de derivados e excedentes. De modo geral, a migração colonizadora representou apenas uma transferência de pessoas, de seu sistema de produção, de seu estágio tecnológico e de seus sistemas de vida para o Oeste do Paraná, uma região nova, de terras férteis, em situação topográfica mais adequada à produção que as terras de origem, não exigindo significativos esforços de adaptação. Trouxeram das regiões

²⁴FRANTZ, Telmo Rudi. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*. Ijuí, Cotrijui-Fidene, 1982, p. 24.

de origem suas experiências de vida, sua cultura e suas representações, inclusive o apreço pela escola e a exigência de uma escolarização de boa qualidade para seus filhos.

2. Alterações no sistema produtivo e conflitos sociais

Ainda durante a década de 1950, a população regional, a partir da forma como foi construindo seus sistemas de vida e suas relações sociais, no amplo contexto capitalista, definiu o modo de acumulação. O sistema produtivo, de modo geral, repousava no tripé da produção agropecuária dos colonos, pequenos proprietários com trabalho familiar; na exploração de madeira por inúmeras pequenas, médias e grandes serrarias, que empregavam muitos trabalhadores; o comércio de inúmeros armazéns familiares de secos e molhados para fornecimento de produtos industrializados à população regional e intermediação na comercialização de produtos dos colonos. Mesmo que esse tripé tenha-se constituído a partir do início da colonização, assumiu uma configuração mais nítida na década de 1960, desencadeando conflitos sociais e busca de alternativas de superação.

Na relação entre estes três segmentos econômicos dinâmicos foi definido o modo de acumulação, a nível regional, determinado por fatores estruturais mais amplos. Embora as relações entre estes três segmentos da economia regional tenham ocorrido ao mesmo tempo e de forma articulada e integrada, por razões de exposição, serão tratados um a um, em suas características gerais.

Na implantação da colonização, mesmo que tivessem adquirido as glebas a baixos preços, a revenda dos primeiros lotes rurais pelas colonizadoras não representou uma acumulação significativa. O colono migrante, via de regra, tinha condições de dar apenas uma pequena entrada. O restante pagaria nos anos seguintes com a produção rural em regime de trabalho familiar.

Nos primeiros anos, muito mais que a terra, a cobertura florestal proporcionou às colonizadoras, normalmente também madeireiras e detentoras do controle das casas comerciais, condições de acumulação. Na aquisição das glebas, antigas obras de grupos estrangeiros, em momento algum é citada a cobertura florestal como uma variável no preço da transação. Isto significa dizer que esse imenso patrimônio nacional natural passou para as mãos das colonizadoras sem custo algum, à época da venda por proprietários cujo interesse básico, a erva-mate, constituía-se em produção inviabilizada economicamente e a procura por madeira, no pós-guerra, ainda não tinha sido desencadeada pelos mercados internacionais. Mas, após implantada a colonização e a mudança nas condições dos mercados consumidores, a questão da cobertura florestal passa a determinar a oportunidade da revenda da terra. As colonizadoras não tinham interesse em vender terra aos colonos onde houvesse reservas florestais de valor econômico. Primeiro retiravam e industrializavam a madeira considerada nobre e, apenas posteriormente, vendiam a terra para produção agrícola. Com o desenvolvimento do período madeireiro, a cobertura florestal

passou a desempenhar um importante papel na acumulação regional. Os investimentos necessários para a exploração da madeira são relativamente baixos e o retorno imediato, visto que, também a nível de mercado interno, a partir da década de 1950, em decorrência da redefinição do desenvolvimento econômico nacional – industrialização associada ao capital estrangeiro – ²⁵ desencadeou no país uma acelerada urbanização, aumentando consideravelmente o consumo, utilizada tanto na construção civil como na indústria de móveis.

Os extensos pinhais existentes nas áreas de topografia mais elevada e as madeiras nobres existentes nas demais áreas representavam um grande recurso, uma riqueza natural disponível na região. A realização econômica madeireira – dadas as condições regionais, o nível das forças produtivas, os baixos salários pagos aos trabalhadores e as condições de mercado – representou um expressivo fator de acumulação para colonizadoras e inúmeras pequenas, médias e grandes serrarias.

A exploração da madeira regional seguiu diferentes etapas, representadas por níveis de aproveitamento e aplicação de tecnologia. Numa primeira etapa, foi explorado o pinheiro arauácria e algumas madeiras nobres, altamente produtivas (cedro e ipê) e de fácil mercado. Numa etapa posterior, a partir da intensa colonização em áreas onde não havia grande quantidade de pinheiros, visto que estas estavam ocupadas por grandes serrarias, passaram a ser

²⁵VELHO, op. cit., p. 164.

exploradas outras madeiras menos nobres, mas de valor econômico (amarelinho, cabriúva, angico, canafístula, timburi, canjerana, peroba) de seguro mercado regional e nacional para diferentes usos.

Mesmo que tenha representado um importante fator de acumulação e possibilitado a seus beneficiários a conquista de posições de hegemonia social e política nos novos municípios, e em algumas partes do Oeste do Paraná tenha se constituído em eixo das atividades econômicas por um considerável tempo, no geral da região, a economia madeireira teve um nítido caráter de economia intermediária, isto é, a exploração dos recursos naturais da floresta para dar lugar à agricultura, à exploração da terra. Considerando as características humano-culturais dos migrantes, a intenção era a produção agrícola e a mata, fosse qual fosse sua constituição, representava um obstáculo a ser superado pelos colonos para a produção e reprodução de seus meios de vida. Ao agricultor interessava a terra e não a cobertura florestal. Esse aspecto é amplamente comprovado a partir do final da década de 1930. Setores governamentais do Paraná manifestavam reprovação em relação a esse comportamento dos colonos "... mil e mil pinheiros, que os colonos, formando campos como os de Cascavel, derrubam para serem eliminados pelo fogo...".²⁶ Na ampla colonização desenvolvida pela Maripã na década de 1950 e anos posterior

²⁶Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 18 de junho de 1937, citado in WACHOWICZ, *Obrageros...*, op. cit., p. 36.

res, esses fatos, até certo ponto, foram evitados. Antes de vender a terra, explorava no mínimo os pinheiros, deixando para as necessidades dos colonos apenas três unidades.²⁷ A Maripá, por razões de ganhos econômicos que lhe proporcionava a exploração da madeira, evitou, no mínimo, a destruição dos pinheiros. Em outras áreas, especialmente ocupadas por madeireiras de grande porte, na década de 1950 houve grande desperdício. Apenas aproveitavam a melhor parte do pinheiro, o resto apodrecia no mato. Serravam apenas a madeira que tivesse boa aceitação nos mercados internacionais. "Ninguém serrava madeira de terceira ou quarta, com alguns pequenos nós".²⁸ Um outro depoimento colhido expressa nitidamente como o colono da época encarava a cobertura florestal na sua relação com a natureza. "Reconheço que erramos muito em desmatar tanto sertão, estragar tanta madeira de lei para fazer roça e criar porcos. A gente queria ver plantio de roça e criação".²⁹

A partir da metade da década de 1960, a exploração da madeira passou a ser feita em outras bases: além das serrarias propriamente ditas, estabelecimentos industriais primários que desdobravam os troncos de árvores das diferentes espécies florestais regionais, passou a existir indústrias madeireiras, normalmente do mesmo proprietário da serraria, que realizavam uma pré-industrialização, isto é,

²⁷SILVA, op. cit., p. 89.

²⁸LUCHESA E GHIGGI. Depoimentos colhidos em 1982. Arquivos do Projeto Memória, Cascavel, Assoeste.

²⁹MUNHAK, Jacob. Depoimento citado.

desdobravam a madeira serrada em diferentes tipos de lambris, tábuas padronizadas, plainadas e preparadas para determinados usos, ou beneficiadas dentro de padrões ou especificações exigidos nas encomendas de outras indústrias, especialmente de móveis. Outras madeireiras partiram para a industrialização propriamente dita, isto é, fabricavam produtos acabados como esquadrias, venesianas, portas de diferentes padrões e acabamentos em madeira de lei ou pinho. A esta fase pertenceram também as laminadoras: um sistema de aproveitamento dos mais diferentes tipos de madeira para a fabricação de aglomerados e compensados de ampla aplicação na indústria de móveis e a aberturas.³⁰

Sobre esse período da economia madeireira, é indispensável salientar alguns aspectos. Primeiro, como as reservas de madeiras de valor econômico, no final da década de 1960, já estavam drasticamente reduzidas, o setor buscava novas alternativas para manter-se por mais algum tempo em atividade. Para isso dependia de avanços tecnológicos, possíveis a apenas alguns grupos madeireiros. Segundo, as novas condições tecnológicas permitiram aos colonos, que ampliavam suas lavouras, e a outros proprietários de terras com cobertura florestal não explorada na fase anterior, um ganho adicional, embora pequeno pelos baixos preços pagos pelas madeireiras*. Terceiro, a nova fase — uma moder

³⁰ EMER, Ivo Oss. *A madeira*. Texto (13p.) produzido para o Projeto Memória. Cascavel, Assoeste, 1983.

* Havia serrarias que pagavam preços irrisórios pela madeira e davam a entender aos colonos que, em retirando a madeira, estavam prestando um "favor", limpando a lavoura.

nização na exploração da madeira – ampliou o campo de trabalho para setores das forças produtivas com bom nível de qualificação profissional, ampliando a divisão do trabalho. Por outro lado, em decorrência da ocupação de um maior número de trabalhadores, ampliou as condições de acumulação no setor madeireiro. Por último, as pequenas serrarias, mais próximas dos colonos e das áreas em processo de implantação da agricultura ainda com cobertura florestal, serravam praticamente todo tipo de madeira, passando a fornecer as grandes madeireiras que retinham os lucros da industrialização e comercialização final.

Como já foi referido nos capítulos anteriores, o colono, o produtor rural que se estabeleceu no Oeste do Paraná, aqui chegou com o sonho de, pelo trabalho familiar, produzir mais e em melhores condições que nas regiões de origem. A produção agrícola e a comercialização de excedentes eram questões fundamentais para o colono. Os resultados da comercialização dos excedentes, entre outras coisas, deveriam garantir o pagamento da terra, tanto adquirida das colonizadoras, como, em alguns casos, a requerida do Estado.

Para analisar a produção agropecuária dos colonos do Oeste do Paraná é indispensável levar em conta alguns aspectos fundamentais: suas condições humano-culturais que determinaram, no geral, suas relações com a natureza e como foram estabelecidas as relações sociais no interior do modo de produção capitalista.

Primeiramente, as condições de solo, clima e relevo são, excepcionalmente, favoráveis à exploração agropecuária. Mesmo existindo aquela exuberante subtropical úmida, as condições da natureza, inevitavelmente, teriam induzido à exploração agropecuária. Não haveria como este meio natural, com solo profundo e fértil, com topografia levemente ondulada, com boa distribuição de chuvas e clima ameno ser utilizado para outros fins. E, além do mais, a população que para cá se deslocou e iniciou a construção da base econômica, por razões histórico-culturais, cultivar a terra era o que sabia fazer.

A estrutura fundiária definida no período de colonização e as experiências de vida transplantadas para o Oeste do Paraná pelos colonos determinaram o tipo de exploração agropecuária, isto é, o minifúndio policultural em regime de trabalho familiar. Nesta fase de implantação da lavoura, tanto a derrubada da mata como o cultivo de produtos agrícolas eram feitos manualmente ou com auxílio de máquinas manuais e arados tracionados por animais. Mesmo que o nível tecnológico do trabalho agrícola fosse semelhante à agricultura praticada nos últimos 40 ou mais anos, para a maioria dos colonos provenientes de regiões montanhosas e pedregosas ou de regiões em que, por causa de sucessivas partilhas, as propriedades rurais eram extremamente pequenas, as condições regionais representavam uma redução de esforço de trabalho tanto no plantio como na colheita da produção. A fertilidade das terras novas, comparadas às velhas colônias, proporcionava-lhes um considerável aumen-

to de produtividade. Nestas novas condições, o colono cultivava um ou dois produtos com o objetivo de gerar excedentes comerciais. O restante da produção visava apenas a subsistência familiar ou complementação alimentar de animais, especialmente suínos, criados tanto para o consumo fami

Na produção agrícola, nos primeiros anos de colo nização, predominava a força de trabalho familiar. A for^{ça} produtiva das famílias atingia o auge quando os filhos, já crescidos, ainda não haviam casado e todo a família contribuía para a produção.³¹ A rigor, o trabalho familiar era a soma da força de trabalho do grupo familiar que atendia a diferentes atividades de acordo com a capacidade de cada um, sem remuneração. A comercialização dos resultados da produção representava apenas possibilidades de melhoria das condições de vida do grupo familiar, enquanto grupo. Esse sistema foi geral na região, mas não o único.

Desde o começo da colonização havia trabalhado res rurais não proprietários. Esse segmento social aumentou consideravelmente ainda na década de 1960 e primeiros anos da década de 1970. Os colonos em melhores condições econômicas contratavam mão-de-obra temporária para as der rubadas e colheitas. Quando as lavouras de café do norte do Paraná começaram a declinar, principalmente em decorrênc ia das geadas do final da década de 1960, o Oeste do Para nã passou a receber migrantes de origem nordestina e minei

³¹SILVA, Oscar. op. cit., p. 155.

ra, trabalhadores rurais desempregados daquelas fazendas. Sem recursos para tornarem-se proprietários, aumentaram o número de trabalhadores rurais na condição de agregados, meeiros, parceiros, juntando-se aos já existentes trabalhadores itinerantes, muitos deles desalojados das terras que ocupavam pelos novos proprietários.

Apenas os trabalhadores de empreitada estabeleciam com os proprietários uma relação de troca com base monetária. Nos demais casos, os contratos não envolviam pagamento em dinheiro. O comum na região era um contrato de arrendamento de 3 a 5 anos. Estabelecido o contrato, o agregado, meeiro ou parceiro transferia-se com a família para o local de trabalho. Lá construía uma choupana de ma-deira roliça ou de troncos de palmito lascado, iniciava a derrubada e o plantio. Esses contratos com os proprietá - rios tinham muitas variáveis. Dependendo de seus interesses, alguns proprietários, ao término do contrato, estabeleciam como meta a formação de pastagem. No caso, o agregado derrubava uma parte do mato contratado, colhia uma ou outra safra e plantava o capim fornecido pelo proprietário, assim sucessivamente até o final do contrato. Se o proprietário pretendia implantar a exploração agrícola, no contrato com os trabalhadores era estipulado o pagamento do arrendamento da terra em produto, de forma crescente, ao longo dos anos de contrato, até o limite máximo de 35% a 40% da produção.³² Vencido o contrato, o proprietário rece

³²Informações colhidas em conversas informais com trabalhadores rurais e proprietários em Alvorada do Oeste - 1990.

bia a terra e nela existia embutido uma enorme quantidade de trabalho não pago, ou apenas parcial, simbolicamente pago. As terras nessas condições, isto é, cultivadas há 3 ou 5 anos, propiciaram aos proprietários condições privilegiadas para implantação da mecanização agrícola.

Esse sistema foi mais intenso nas médias e grandes propriedades, na fase intermediária entre o esgotamento da madeira de valor econômico e o início da mecanização da agricultura. Muitos desses proprietários, aqui incluídos também pequenos proprietários, não viviam da agricultura (e muitos nem sequer residiam na região) mas de atividades urbanas (profissionais liberais, comerciantes) que tinham adquirido terra. Esse sistema era utilizado também como forma de sinalizar a exploração da propriedade: era preferível contratar trabalhadores rurais a deixar a propriedade aberta a possíveis invasores (entrusagem).³³

Como esse sistema de contrato desenvolveu-se especialmente com famílias de nordestinos e mineiros, na região genericamente denominados de "nortistas", passou a existir no Oeste do Paraná intercâmbios com culturas de outras regiões do país. Os trabalhadores rurais "nortistas" introduziram na região cultivos desconhecidos dos colonos sulistas, entre eles, algodão, hortelã, mamona e café. Desse cultivos, apenas o algodão permaneceu como uma alternativa agrícola regional. As demais culturas, por diferentes razões, foram abandonadas ou são pouco expressivas atu

³³ Informações colhidas em conversas informais com trabalhadores rurais e proprietários em Alvorada do Oeste - 1990.

almente.

A partir da intensa colonização nas décadas de 1950 e 1960, época em que se desenvolveu o comércio no Oeste do Paraná, o contexto nacional estava em processo de transformação, alterando a relação entre agricultura e indústria, isto é, estava em andamento a construção de uma nova relação de acumulação. Quando se trata de acumulação capitalista, é impossível separar a relação existente entre capital, representado pelos meios de produção, e o trabalho. Em outros termos, é a relação estabelecida a nível nacional e internacional entre os segmentos sociais que trabalham e os segmentos da sociedade que, na outra ponta, se beneficiam dos resultados do trabalho. É neste complexo, amplo e contraditório sistema de relações que ocorre, sobre o trabalho, o modo de acumulação; "... a base da acumulação é a exploração do trabalho".³⁴ A nível de Oeste do Paraná, no período, acumulou quem, de diferentes formas, teve condições de se apropriar dos resultados do trabalho, embora de maneira subordinada e periférica no contexto estrutural capitalista. Essa subordinação à estrutura capitalista não ocorreu de imediato, mas à medida que a região passou a se integrar ao mercado, via mercantilização dos excedentes da produção.

A produção de excedentes agropecuários dos colonos do Oeste do Paraná foi fundamental no processo de acu-

³⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 116.

mulação regional. Na articulação da economia regional, a produção agropecuária dos colonos e trabalhadores rurais estava na base, sobre ela repousava o sistema de acumulação. Os baixos salários pagos pelas colonizadoras e madeireiras a seus trabalhadores mantinham baixa a cotação dos excedentes agropecuários. Os produtos industrializados, coloca - dos à disposição dos consumidores pelo comércio regional, que dependia de disponibilidades monetárias, quando compra va excedentes agropecuários, contraditoriamente, pagava pre ços aviltantes. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos são tomados por base para a fixação dos salários dos demais setores. A forma como se articulou o sistema de acumula - ção regional, no interior do modo capitalista de produção, desencadeou conflitos e busca de alternativas de superação.

Na região Oeste do Paraná, até a metade da déca - da de 1970, o milho foi o produto rural quantitativamente mais expressivo, mas de difícil comercialização e baixo resultado econômico. A alternativa encontrada pelos colonos foi transformá-lo em insumo para a produção de suínos, tam bém uma produção problemática. Nos primeiros anos de colo nização, a suinocultura estava mais voltada para a subsis - tência familiar e comercialização predominantemente local de animais vivos ou de suprodutos (banha, salame). Ainda na década de 1950, a produção de suínos pelos colonos atingiu níveis de excedente comercial, exportados vivos para re - giões de industrialização.³⁵ A precariedade das estradas,

³⁵SILVA, Oscar, op. cit., p. 182.

entre outros fatores, determinou os aspectos problemáticos da suinocultura. As viagens demoradas causavam perda de a nimais e quebra no peso, prejuízos assumidos pelos produtores. Além da compra de suínos vivos pelo comércio local, freqüentemente a região era visitada por intermediários que se aproveitavam da situação desfavorável aos colonos para obtenção de vantagens.

*"... compradores de outras praças, (...) vi-
nham com seus caminhões em busca de suínos.
Eram chamados 'picaretas'".³⁶*

Os produtores, como fica evidente, tinham consciência do nível de exploração a que eram submetidos pelo comerciante "picareta".

Ao mesmo tempo que sentiam-se extorquidos na suinocultura, primeira produção comercial expressiva dos colonos, percebiam também que com outros produtos em expansão já estavam ocorrendo os mesmos fatos. Ainda na década de 1950, surgiram, e proliferaram nos anos posteriores, estabelecimentos comerciais denominados cerealistas. Eram casas comerciais familiares que adquiriam diversos exceden-tes agrícolas e muitos deles mantinham armazéns de fornecimento aos colonos dos mais variados produtos industrializados e insumos agrícolas. Esses estabelecimentos comer-ciais desempenhavam o papel de intermediários entre o colono e o grande comércio dos centros urbanos industrializa-dos onde se localizavam as processadoras e distribuidoras de alimentos. Essas casas comerciais como tinham pequena

³⁶SILVA, Oscar, op. cit., p. 183.

capacidade de armazenamento e os colonos não tinham onde guardar a produção, nas safras, com o aumento da oferta, degradavam ainda mais os preços. Esses fatores geraram conflitos e busca de alternativas pelos colonos na defesa de seus interesses. Nos primeiros anos da década de 1960 já existiam na região diversas associações rurais e sindicatos de produtores rurais.

A consciência do colono regional da exploração a que era submetido na comercialização de seus produtos viabilizou a constituição da primeira cooperativa de produtores rurais do Oeste do Paraná, em 1963, e facilitou a criação e desenvolvimento de outras na década de 1970. A questão fundamental que os colonos queriam resolver era a estocagem e a comercialização de seus produtos.

"A gente colhia o produto, já tinha que entregar para o primeiro que aparecesse, porque não tinha lugar para armazenar. Os comerciantes pagavam o preço que bem entendiam. O agricultor não era dono de seu produto".³⁷

O comércio dos cerealistas desempenhou outros papéis junto aos produtores rurais. Como estabeleciam intercâmbios com o grande comércio do ramo a nível nacional, a procura mais acentuada de alguns produtos determinou o direcionamento do sistema produtivo regional.

"Os anos cinquenta marcam o aprofundamento da divisão social do trabalho na direção da industrialização, tornando a indústria o motor e o centro dinâmico da economia, portanto de sua expansão".³⁸

³⁷Jornal da Coopavel, nº 79, p. 3, Cascavel.

³⁸OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., 1980, p. 115.

Neste contexto, alguns produtos de interesse comercial e industrial tinham maior procura e, conseqüentemente, perspectiva de preço para o produtor. Desta forma, no Oeste do Paraná, considerando o crescimento do número de trabalhadores nos centros industriais, passou a produzir mais feijão preto, de grande aceitação no mercado consumidor do Rio de Janeiro, antes uma inexpressiva produção para um esporádico consumo dos colonos. Outros produtos, cultivados apenas para consumo familiar, ou até mesmo para complementação alimentar animal, passam a ser estimulados pelo setor industrial, entre eles, soja, trigo, arroz, algodão, hortelã, milho e mandioca. Por outro lado, os armazéns dispunham de insumos, sementes e produtos industrializados, mesmo sem grande tecnologia, mas que representavam um passo adiante na produção agrícola, entre eles alguns inseticidas, máquinas agrícolas de pequeno porte e produtos veterinários. Essa relação entre agricultura e indústria será significativamente ampliada, no Oeste do Paraná, no final da década de 1960 e especialmente após 1974, período de intensa modernização da agricultura e mudança no sistema produtivo.

3. A produção mercantil dos colonos e seus confrontos com o capital comercial

Como foi amplamente colocado ao longo do presente trabalho, o colono assentado no Oeste do Paraná já tinha uma experiência histórica nas velhas colônias de imigração européia na produção de excedentes comerciais, por-

tanto da mercantilização de parte de sua produção. Esse aspecto determinou a forma de sua relação com a natureza, o sistema de produção e de sua reprodução social enquanto produção rural, em regime de trabalho familiar na propriedade particular. Era uma produção rural associada à criação de animais de pequeno porte. A produção de excedentes tinha fortes vínculos e dependia do mercado para realização econômica. A luta das velhas colônias sempre foi no sentido da autodefesa nas relações mercantis.

A transferência de colonos descendentes de imigrantes para o Oeste do Paraná, em suas justificativas reais, estava implícita a busca de novas condições de produção e reprodução de suas condições de colonos. De sua produção mercantil, de suas relações com o capital comercial dependiam suas condições de produção: acesso e pagamento da terra e, ao mesmo tempo, a melhoria das condições de vida de sua família.

Em síntese, a colonização do Oeste do Paraná representou a transferência do sistema de vida e de produção dos colonos dos estados do Sul. A primeira preocupação dos colonos, na nova terra, foi iniciar a produção para a subsistência da família e, ao mesmo tempo, para vender, isto é, produzir mercadorias e iniciar suas relações com o capital comercial. Na falta de outras alternativas mais viáveis em razão da precariedade das estradas, iniciou a produção voltada para a suinocultura, como um meio de inserir-se no mercado. Não tanto porque não houvesse mercado para outros produtos, mas porque o porco agregava maior va

lor da produção, considerando as dificuldades de transporte. A produção de milho, o cultivo da mandioca e a introdução da soja objetivavam a complementação alimentar do criatório de suínos. Como já foi referido, foi via colonizadoras, madeireiras e comerciantes de suínos que ocorreu a penetração do capital comercial na região Oeste do Paraná.

Ao mesmo tempo que as relações dos colonos com o capital comercial fossem vitais para seu sistema produtivo, contraditoriamente, foi com ele que estabeleceram confrontos, conflitos e buscaram formas de salvaguardar seus interesses.

Como os imigrantes europeus eram originários de países em que o capitalismo já tinha dado significativos passos e lá seus antepassados já tinham experiências em suas relações com o capital mercantil e buscaram alternativas de proteção via associativismo de produtores, no presente século, nos estados do Sul, pelas mesmas razões, reproduziram essa mesma forma de defesa. Nas relações com o capital mercantil, os colonos do Oeste do Paraná também recorreram a essa experiência. Na pequena produção mercantil, os colonos, via associativismo de produtores, visavam a eliminação de sua dependência e instabilidade diante dos comerciantes locais, agentes, em última instância, do capital mercantil que se apropriava dos resultados econômicos de seus excedentes.

Essa foi, historicamente, a concepção e a origem das cooperativas: associação de pequenos produtores para defesa conjunta na comercialização de seus excedentes.

A atividade agrícola desenvolvida no Oeste do Paraná, nas duas primeiras décadas de colonização, o colono, em suas relações com o mercado, limitava-se a algum produto e em pequena quantidade; portanto, não representava uma ampla subordinação ao capital, via capital comercial. Porém, com o aumento da produção rural passa a ser ampliada a inserção do colono no mercado nacional como produtor de matérias-primas e alimentos, ampliando sua subordinação ao mercado. Nesta relação, o camponês converte parcela sempre crescente de sua produção em produção mercantil e, ao mesmo tempo, torna-se mais vulnerável às condições impostas pelo mercado; contra elas não tem, isoladamente, mecanismos de defesa. Estas foram as condições estruturais que induziram os colonos a optarem pelo associativismo, numa tentativa de assegurar a crescente mercantilização de sua produção e, ao mesmo tempo, garantir ao produtor de mercadorias maior força de barganha com o capital comercial.

Por ser uma organização *dos* produtores, é fundamental salientar que diversas das atuais cooperativas, que hoje são grandes, com sede nas principais cidades regionais, tiveram origem rural, em pequenas vilas do interior. Apenas como exemplos: a Cotrefal teve sua origem em Missal, na época, um lugarejo de Medianeira; a Coopagro teve origem em Vila Nova, distrito de Toledo e a Copacol, em Cafelândia, na época, um distrito de Cascavel.

Esse movimento dos colonos de busca de sua autonomia e da não subordinação ao capital comercial e seus agentes, que existiu no Oeste do Paraná até a década de 1970,

fracassou. As razões fundamentais do fracasso localizam-se especialmente na falta de capitais dos associados para construção de infra-estrutura de armazenamento e o baixo volume de produção mercantil dos colonos.³⁹ Desta forma, mantiveram-se coletivamente vulneráveis diante do capital mercantil e não conquistaram a autonomia da pequena produção. As cerealistas, concorrentes dessas pequenas cooperativas, continuaram em atividade até serem desmanteladas pela nova cooperativa para os agricultores apoiada pelo projeto político do governo de modernizar a agricultura.

4. As cooperativas da modernização da agricultura

Antes de desenvolver o título do sub-item é importante, para uma visão mais próxima possível de totalidade, recuperar alguns aspectos históricos da economia nacional dos anos cinquenta que criaram as condições e determinaram a modernização da agricultura.

Na segunda metade da década de 1950, justamente na época de intensa colonização do Oeste do Paraná, o país passava por uma marcante transformação em sua economia, com redefinições em seu desenvolvimento. No pós guerra, já estava instalada no país uma considerável estrutura de produção de bens de capital e de bens de consumo não duráveis.

³⁹ MELLOS, Erasto Castilhos de. *A mercantilização da produção agrícola regional e o Estado na dinâmica de acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares: o caso do Extremo-Oeste Paranaense*. Dissertação de Mestrado em Economia. Belo Horizonte - UFMG, mimeo, 1988, pp. 261-2.

Dentro das perspectivas das políticas econômicas traçadas em épocas anteriores, continuava a meta de substituição das importações, desta vez de bens duráveis. Nesta direção foram orientados esforços para implantar no país indústrias que substituíssem essas importações, de consumo não popular.

Para viabilizar esse projeto político numa economia débil como a brasileira, sem poupança ou uma base capitalista prévia, tornava-se indispensável atribuir papéis aos segmentos dinâmicos da sociedade. A nível de economia nacional, o que estava em jogo e constituía o campo de disputa entre os setores da burguesia nacional era a redefinição dos padrões de acumulação e o papel do Estado na economia. Em última instância, a definição dessa política está inscrita no contexto das lutas de diferentes segmentos antagônicos da burguesia nacional na relação com as classes subalternas.

Nesta disputa, a burguesia nacional, associada à política do governo Kubitschek, sobrepujou os demais segmentos, determinando a passagem da economia agrária para economia industrial, isto é, o comando da economia e suas articulações passam para a indústria. Neste contexto, além da burguesia nacional, emergem o Estado e o capital estrangeiro. Ao capital nacional foi ofertada a possibilidade de associar-se às empresas estrangeiras. O Estado reservou para si o papel de produtor de bens de capital, de produção e de serviços. Ao capital estrangeiro foi franqueado o papel de potenciar o trabalho mediante a tecnologia em pro -

cessos, máquinas e equipamentos.⁴⁰

Essas medidas visaram sobretudo criar condições para a concentração de capitais e potenciar a acumulação. Em síntese, nesta fase, ocorreu uma ampla importação de capitais sem risco, garantidos pelo governo. Como a produção de bens de consumo duráveis estava voltada para o mercado interno, este não criou, de imediato, meios de pagamento internacional. Esse estrangulamento gerado pela entrada de dinheiro externo deveria ser superado pelas exportações, um esforço que se demonstrou insuficiente. Como alternativa, o governo expandiu a dívida externa pela captação de mais poupança internacional.

Se no período posterior a 1967 houve um significativo crescimento no setor de produção de bens de consumo duráveis, o mesmo não ocorreu no setor de produção de bens de consumo não duráveis. Este passou a depender de exportações, fundamentalmente de produtos agropecuários para tentar o equilíbrio da balança de pagamentos e viabilizar o processo de acumulação capitalista, visto que o crescimento da indústria de bens duráveis penalizou fortemente o crescimento dos salários reais dos trabalhadores, reprimidos em suas reivindicações e barganhas pelo regime autoritário.

Por outros mecanismos compulsórios, o Estado passou a coletar fundos para financiar a circulação interna de

⁴⁰OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., p. 117.

mercadorias, pois havia o risco, e já se prenunciavam alguns indícios de saturação de mercado.

Restava como alternativa nacional de desenvolvimento ativar a produção agropecuária. Mas a questão fundamental, para viabilizar os meios de pagamentos internacionais, era, além de substituir as importações, diversificar também as exportações. Deviam ser alcançadas as condições de exportar bens de capital e intermediários produzidos fundamentalmente, pelas empresas estatais, em alguns casos associadas ao capital estrangeiro.

Em termos gerais, a produção de bens de capital e serviços das estatais, a preços subsidiados e transferidos ao setor industrial privado, potencializava a acumulação no setor de bens de consumo duráveis, implantado pelo capital estrangeiro, ao mesmo tempo, teve seu desenvolvimento garantido por medidas protecionistas de reserva de mercado, pela contenção dos salários e saltos na produtividade da classe trabalhadora. O processo político-econômico determinou a predominância do setor e nele ocorreu a acumulação e concentração de renda.⁴¹

Como a industrialização nos setores de bens de capital e de consumo duráveis foi implantada e desenvolvida com recurso de capitais externos, e estes requeriam o retorno à circulação internacional, a economia entrou numa recessão "calculada", com "inflação corretiva" que se pro-

⁴¹OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., p. 89.

longou até 1967. No setor de produção de bens de capital, fundamentalmente estatal, foram remanejados os preços com o objetivo de eliminar o déficit e aumentar as margens de remuneração do capital investido. Essas medidas, associadas à restrição do crédito, às minidesvalorizações do cruzeiro no câmbio e à reforma fiscal, inviabilizou as indústrias mais débeis. O aumento de arrecadação do Estado, pela reforma fiscal, viabilizou a injeção de capital gratuito nas empresas mediante incentivos fiscais. Sobrava ainda a questão do pagamento dos lucros, dividendos e outros direitos do capital estrangeiro investido, incompatível com as reservas de divisas do país. A superação desse impasse foi buscada nos empréstimos externos, freqüentemente utilizados como capital de giro das empresas, ampliando os níveis de endividamento externo. Esse mecanismo foi mais utilizado pelas empresas estrangeiras com filiais no país.⁴²

A agricultura brasileira, dentro desse novo contexto, construído com a finalidade de rearticular a acumulação capitalista, foi submetida a novas forças e pressões: devia produzir alimentos a baixos preços para manter baixos os custos de reprodução das forças dos trabalhadores urbanos. Na agricultura de estrutura fundiária predominantemente mini, pequena e média propriedade, no caso do Oeste do Paraná operada pela família dos proprietários, não houve acumulação capitalista além da terra e dos equipamentos de produção. A acumulação ficou agregada na agroindústria

⁴²OLIVEIRA, Francisco de, op. cit. p. 97.

que se apropriou dos resultados do processo de produção rural. Apenas na produção de soja para exportação, em esporádicos anos de preços internacionais excepcionais, ocorreu pequena acumulação na agricultura regional.

As necessidades de acumulação industrial urbana, a garantia de fornecimento de insumos para processamento agroindustrial de alimentos, as políticas de governo sintonizadas com as indústrias de bens duráveis que necessitavam ampliar o mercado consumidor, formaram um conjunto básico que alterou o sistema produtivo e as relações sociais no campo. A partir da década de 1960, o setor industrial, centrado no mercado interno, passa a comandar os processos de produção na agricultura.

"A agricultura passa a se estruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para sua transformação industrial".⁴³

O processo de transformar o campo em consumidor de produtos industriais e ao mesmo tempo em produtor de matérias-primas para a indústria ocorreu no interior de uma ampla transformação econômica nacional e das políticas do Estado para a agricultura. A esse processo de transformação das relações da indústria com a agricultura constitui o que se chama de modernização da agricultura. No aspecto da estrutura social, o novo processo econômico ampliou a divi

⁴³SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 11.

são social do trabalho, aprofundou a separação entre a cidade e campo e, a nível das classes sociais dominadas, gerou novas diferenciações sociais: criou o proletariado propriamente dito, ampliou a classe trabalhadora urbana não operária e alterou significativamente as relações sociais na agricultura.⁴⁴

Os aspectos estruturais e as políticas de governo determinaram profundas mudanças econômicas, alterações no sistema produtivo e fundiário da região Oeste do Paraná e, ao mesmo tempo, novas formas de relações sociais. Em seus aspectos gerais, as transformações econômicas regionais tiveram características específicas, em grande parte decorrentes de fatores históricos e etno-culturais já existentes e contruídos em outras regiões do país, antes mesmo da colonização.

A modernização da agricultura brasileira propagou-se de forma muito rápida e desigual em função da seletividade dos incentivos da política agrícola que visava a substituição da importação de trigo e a exportação de soja. Desta forma, a modernização da agricultura foi mais intensa onde já existia o cultivo desses produtos e onde já se concentrava o capital comercial, industrial e bancário. A primeira decorrência dessa política foi o favorecimento à grande exploração, isto é, onde já existiam as médias e grandes propriedades rurais e seus proprietários, de modo geral, já tinham alguma iniciação no modo capitalista

⁴⁴OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., p. 118.

de produção e alguma aptidão para freqüentar as instituições instrumentais da política agrícola do governo.

Nesse contexto é que foi implantado pelo governo o Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, tendo como parte de sua abrangência o Oeste do Paraná, e constituiu-se na segunda fase do cooperativismo regional. Essa fase consolidou-se ao longo da década de 1970

"e esteve (cooperativismo) condicionado pela política oficial de benefícios creditícios, financeiros e fiscais. Porém, se de um lado o Estado constituiu elemento de sustentação do cooperativismo, de outro, o cooperativismo tornou-se um instrumento de operacionalização da política agrícola implantado pelo Estado, a qual representava, acima de tudo, o interesse dos capitais urbanos na organização da estrutura produtiva da agricultura brasileira".⁴⁵

Assim interpretadas, as cooperativas do Oeste do Paraná desta fase tornaram-se instrumentos de organização da produção, da comercialização e da difusão tecnológica; serviram também para ampliar a subordinação da agricultura à indústria e a dominação capitalista na agricultura essencialmente mercantil. Esta é a grande diferença existente entre a primeira fase do cooperativismo regional, que tinha por objetivo a busca da autonomia da pequena produção mercantil e o cooperativismo desta fase, comprometido com a política nacional de modernização da agricultura.

O Estado foi o elemento propulsor e condicionador do excepcional crescimento da infra-estrutura de comer

⁴⁵MELLOS, Erasto Castilhos de, dissertação citada, p. 45.

cialização das cooperativas regionais. Ao mesmo tempo que amparava as cooperativas, serviu-se delas como instrumentos de modernização do campo, subordinando a agricultura aos interesses do grande capital industrial e bancário.

Em seu novo papel, é possível dizer que as cooperativas – até a década de 1980, quando o crédito era fácil e a juros subsidiados – foram altamente competentes como executoras das políticas agrícolas de modernização do campo. Difundiram novas tecnologias de produção, com amplo emprego de máquinas, equipamentos, sementes selecionadas e insumos modernos. Estabeleceram amplas relações pedagógicas com os produtores rurais. Desencadearam discussões, com utilização de variados meios de comunicação, a respeito das novas condições de produção, induzindo seus associados ou não à superação, no mínimo parcial, do estágio tecnológico do sistema produtivo rural anteriormente existente. Porém, no período, salvo uma ou outra exceção, perderam de vista alguns fatores típicos e fundamentais do mini e pequeno produtor rural regional e deram absoluta prioridade aos produtos agrícolas incentivados pelo governo. Para esses produtos as cooperativas construíram excepcional estrutura de armazenamento e comercialização, incentivaram e organizaram os associados na utilização do crédito bancário como forma de acesso aos meios de produção provenientes do setor industrial, transformando o agricultor em produtor de matérias-primas para a indústria e o campo em mercado de produtos industriais, acessíveis ao produtor rural via capital bancário a quem passou a ser subordinado.

5. Transformações sociais no campo, êxodo rural e urbanização

Um primeiro aspecto decorrente da modernização da agricultura a ser considerado é a diferenciação social entre os produtores. Como a predominância fundiária na região era, e continua, de pequenos proprietários com produção diversificada, nem todos tinham área de terra suficiente para cobertura de financiamento de máquinas e insumos ou a área não era apropriada à mecanização, ficaram estabelecidos diferentes níveis de produtividade do trabalho e da terra. Essas mudanças determinaram alterações na estrutura agrícola regional em favor das culturas mais intensivas e com aplicação de capitais. O produtor rural que não dispunha dessas condições foi excluído; sua pequena produção diversificada não tinha sustentação, nem comercialização. As cooperativas, que já tinham eliminado as pequenas cerealistas de cena e conquistado a posição de principais agentes da comercialização da produção agrícola regional, não tinham interesse em receber, beneficiar e armazenar — nem tinham infra-estrutura para isso — a pequena e diversificada produção do camponês tradicional. Nesta ótica de sintonia capitalista das cooperativas, o abandono do pequeno produtor rural tinha suas razões. A primeira era o baixo grau de comercialização dessa produção. A segunda, o baixo volume de comercialização de cada unidade de produção, e isso implicava em aumento de custos operacionais das cooperativas, custos maiores que nas médias e grandes propriedades produtoras de soja e trigo.

Esses fatores determinaram a forma como as coope
rativas passaram a se constituir, em sua segunda fase, e
com que tipo de produtor rural.

A partir da década de 1950, o Oeste do Paraná pas
sou a ser um espaço econômico e o capital gerado pela co -
mercialização da terra, pela exploração da maneira e pelo
comércio em geral passa a ser, no mínimo em parte, reinves
tido na indústria e na agricultura. Esses segmentos urba
nos e produtores rurais que já tinham acumulação anterior,
mesmo que limitada, terra própria para agricultura mecani
zada e um certo "traquejo" nas relações com instituições fi
nanceiras, comércio e contratos, foram os primeiros a ini
ciar o processo de modernização da agricultura. Também fo
ram eles os primeiros a aderir ao Projeto Iguaçu de Coope
rativismo e de seus quadros saíram os primeiros presiden
tes de cooperativas, isto é, um pessoal com prática nas re
lações sociais capitalistas, adequado para encaminhar a a
gricultura pelos rumos traçados pelo governo em suas barga
nhas com os oligopólios industriais.

Pelos serviços prestados nas políticas de gover
no na modernização da agricultura e instrumentos de propa
gação da tecnologia de produção e do capital no campo, as
cooperativas foram recompensadas com incentivos, com resul
tados da modernização que lhes proporcionaram condições de
armazenamento e comercialização dos produtos de interesse in
dustrial.

O pequeno produtor, excluído da nova cooperativa
por não dispor de condições de praticar uma agricultura ca

pitalista, com máquinas e utilização de insumos industriais, incompatíveis com sua pequena propriedade policultural, foi pressionado a desfazer-se de sua terra e optar entre vender sua força de trabalho no meio rural ou urbano da região, ou migrar para novas fronteiras agrícolas do Mato Grosso, Rondônia e até mesmo do Paraguai. Essa questão será retomada a seguir.

Como já foi afirmado, a penetração-dominação do capital sobre a agricultura não foi homogênea, mas seletiva; nem conseguiu generalizar as relações de produção especificamente capitalistas. Esse espaço foi o suficiente para "salvar" milhares de pequenos proprietários que resistiram com sua policultura mercantil, associada ao criatório de suínos e aves comercializados na indústria frigorífica regional. Essa pequena produção mercantil beneficiou-se da modernização da agricultura e incorporou parcelas dos avanços tecnológicos do processo produtivo como sementes selecionadas, defensivos e fertilizantes químicos, rações, etc. Desta forma, o pequeno produtor, em outras bases tecnológicas, continuou a produzir sua subsistência e excedentes, dentro de novas determinações do mercado.

Além desses, há outros fatores que permitiram a "salvação" da terra e do sistema produtivo dos pequenos produtores rurais. A topografia regional, considerada homogênea no seu todo, não é igual. Nas áreas mais dobradas, impróprias ou de difícil mecanização, não houve interesse da agricultura capitalista. Nessas áreas, as cooperativas tipicamente da modernização da agricultura só entraram mais

tarde, dentro de novo contexto econômico, na década de 1980. Por outro lado, nem todas as cooperativas da modernização da agricultura tiveram um comportamento igual. Nas áreas on de havia quase que exclusivamente pequenas propriedades, as cooperativas, antes de outras, iniciaram a recepção, estocagem, beneficiamento e comercialização de outros produtos, entre eles milho, feijão, arroz, algodão e mandioca; im-plantaram laticínios e abatedouros de suínos ou adquiriram pequenos frigoríficos regionais inviabilizados na concor-rência com os oligopólios. Essas medidas foram suficien-tes para não inviabilizar o sistema produtivo de um percentual ainda maior de pequenos proprietários rurais.

Mesmo que a modernização da agricultura tenha si-do rápida, no interior do processo havia diferenças em razão da estrutura fundiária, da disposição, do querer do agricultor em mudar seu sistema produtivo. Não era fácil ao agricultor, de um momento para outro, abandonar o cultivivo de produtos de sua tradição e a forma como sempre organizou a produção. As cooperativas, embora ocupassem uma posição privilegiada, não fecharam todos os espaços de comercialização da produção agrícola e, até certo ponto, regulavam os preços de mercado de produtos que apenas algumas tinham condições de comercializar.

Talvez essa tenha sido uma das razões da mudança de comportamento das cooperativas em relação ao pequeno produtor rural: abarcar a comercialização de outros produtos, além de trigo e soja. Os pequenos produtores não puderam ir às cooperativas na década de 1970, mas as cooperativas,

para salvação de si próprias, foram aos pequenos produtores nos primeiros anos da década de 1980. A determinação maior dessa mudança, sem dúvida, foi econômica. As cooperativas também tiveram que se recompor dentro das novas condições conjunturais de crise econômica do país.

Com a restrição de crédito e dos incentivos oficiais, a retração da procura de soja nos mercados internacionais e, conseqüentemente, a baixa cotação, as cooperativas tiveram uma significativa redução nos resultados da comercialização. Para recuperar o nível de acumulação, obrigaram-se a ampliar e diversificar o volume de produtos comercializados. Os produtores rurais, pelos motivos apontados, não plantam apenas soja; e o trigo, por ser um cultivo de alto risco em razão das intempéries, se as condições não forem favoráveis, não é cultivado, todos os anos, na mesma quantidade.

Os dados a seguir comprovam a reformulação das cooperativas e a busca de alternativas para si próprias. As cooperativas do Oeste do Paraná de 53 entrepostos de recepção e armazenamento existentes em 1970 passaram, até o ano de 1985, para 180 entrepostos.^{45*} Estendendo os entrepostos para perto das lavouras é possível reduzir os custos operacionais das cooperativas, não havendo diferença significativa entre receber a produção de poucos médios e grandes ou de inúmeros pequenos produtores. Apenas como exem-

⁴⁶Dados obtidos na Central de Cooperativas Iguaçu, Cascavel, 1990.

* Foram considerados os dados desse período por ser a época em que ocorreu a mudança.

plo, o atual quadro da Coopavel é constituído de 4.260 associados. Destes, 77% são mini e pequenos proprietários (10 a 60ha.); 17% são médios proprietários (média 106ha.) e 6% são grandes proprietários (média 450ha.).⁴⁷

Além da diversificação da produção agropecuária com outras bases tecnológicas, agentes econômicos regionais estão desenvolvendo esforços no sentido de não mais comercializar apenas matérias-primas, mas produtos finais. Especialmente as cooperativas, agentes econômicos fundamentais na região, já se deram conta de que comercializar apenas matérias primas é cair nas garras do capital mercantil e financeiro nacional e internacional, como ocorria com a produção dos colonos e sua primitiva cooperativa. Já estão verticalizando a produção e existem projetos para ampliação do parque industrial das cooperativas. Aguardam apenas uma recuperação do atual estado recessivo da economia nacional para implementá-los.

Voltando à questão das alterações sociais no campo, êxodo rural, proletarização e urbanização na modernização da agricultura, é preciso salientar que apenas os produtores rurais menos aptos a responder aos estímulos da produção para o mercado venderam suas terras. Essa foi a determinação mais geral em relação aos proprietários, mas não única; há outros fatores que devem ser levados em conta.

No ano de 1974, em razão dos excepcionais preços atingidos pela soja nos mercados internacionais, os agri -

⁴⁷Informações obtidas na Coopavel, Cascavel, 1990.

cultores de outras regiões, especialmente do Rio Grande do Sul, detinham um apreciável volume de dinheiro. Como pretendiam ampliar suas lavouras e as condições nas regiões de origem não eram favoráveis, mais uma vez dirigiram-se para o Oeste do Paraná. No Rio Grande do Sul, no período, as terras mecanizadas ou mecanizáveis tinham atingido elevados preços, o que ainda não ocorria, de forma tão acentuada, no Oeste do Paraná. Com os resultados da comercialização da produção e a venda da propriedade no sul, tinham condições de adquirir uma área maior no Paraná. Diante de ofertas "tentadoras", associadas às dificuldades enfrentadas nas novas condições de produção, muitos agricultores venderam suas terras e foram para a cidade ou migraram para outras frentes de expansão das fronteiras agrícolas. Essa etapa de recolonização, mais intensa na década de 1970, iniciou um processo de incorporação e concentração de propriedades que se estendeu durante toda a década de 1980, com participação também de agricultores, profissionais liberais, comerciantes e outros segmentos sociais urbanos anteriormente estabelecidos na região.

Outros proprietários rurais, que já estavam velhos, e em razão da composição familiar ou porque os filhos optaram por outros sistemas de vida urbana, arrendavam ou venderam suas terras e urbanizaram-se.⁴⁸

O maior índice de expulsão do homem do campo ocorreu nas médias e grandes propriedades de anteriores peque-

⁴⁸Informações colhidas na Coopervale, Palotina, 1990.

nas madeireiras, que ainda não tinham vendido suas terras, ou em propriedades de profissionais liberais e comerciantes das cidades, onde existiam inúmeras famílias de arrendatários e agregados. Como a exploração agrícola, com financiamento a juros negativos até para o preparo da terra e implantação da lavoura passou a ter boas perspectivas de rentabilidade, mecanizaram suas terras e dispensaram quase a totalidade dos trabalhadores. Permaneceram apenas com algumas famílias mais novas cujos chefes tivessem melhores condições de tornarem-se operadores de máquinas e equipamentos agrícolas ou capacidade de gerenciamento da moderna agricultura. Nos últimos anos da década de 1970 e posteriores era muito comum a procura de trabalhadores rurais com essa qualificação em outras regiões, especialmente por parte de proprietários de terras que permaneceram em suas atividades urbanas. Outros proprietários, que optaram pela implantação da pecuária de corte, permaneceram por mais algum tempo com seus trabalhadores rurais até a formação da pastagem, construção de cercas, etc. Depois quase a totalidade dos trabalhadores foram dispensados. A pecuária requer apenas alguns trabalhadores com prática no manejo do gado.

Neste contexto de transformações sociais determinadas pela modernização da agricultura, há outros fatores a serem considerados, especialmente áreas de colonizadores e colonos assentados, estrutura fundiária por elas adotada, tipo de exploração agrícola implantado e as áreas alagadas na formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu.

Nas áreas regionais em que a ocupação se deu via colonizadoras há maior semelhança na topografia (terras no bres), no tamanho das propriedades, na procedência dos proprietários rurais, nas representações culturais e perspectivas de vida. Esta área forma um triângulo, cuja base é o atual lago de Itaipu e o vértice a uns 30 quilômetros a leste de Cascavel. Nesta área, centro oeste da região, os proprietários rurais cultivam soja, trigo, milho, mandio - ca, criam suínos, aves e gado leiteiro. Aí se originaram todas as cooperativas dos colonos na década de 1960 e é onde estão sediadas todas as grandes cooperativas da modernização da agricultura, inclusive as Centrais Cotriguaçu e Sudcoop, esta com origem no Sudoeste do Paraná.

Nas áreas mais dobradas do sudeste da região onde, por serem terras do Estado ou porque havia disputas judiciais quanto à legitimidade da posse, as colonizadoras não entraram, há mais disparidade fundiária, com mini e grandes propriedades. Aí se fixou a população cabocla tradicional do Paraná em mini propriedades e cultiva milho, feijão e, mais recentemente, algodão. Outra parte da população, um considerável número de "nortistas", era arrendatária em grandes propriedades, algumas delas transformadas em pastagens na década de 1980, outras subdivididas e parcialmente mecanizadas no processo de recolização nos anos posteriores a 1974. Nesta área, apenas recentemente, as cooperativas instalaram entrepostos de recepção e armazenamento da produção agrícola.

A parte norte, segundo a literatura regional, a

parte "morena" da região, (vale do rio Piquiri) tem uma história diferente do restante da região. No norte da região Oeste do Paraná, nas décadas de 1950/60, foi tentado o cultivo do café por fazendeiros do norte do Paraná, com mão-de-obra mineira e nordestina. As colonizadoras dessa área tinham ligações com o norte do Paraná e São Paulo. Como o cultivo do café foi inviabilizado pela freqüente ocorrência de geadas, aquela população, por fatores histórico-culturais, optou pelo cultivo de milho, feijão e algodão na condição de arrendatários e mini proprietários em situação fundiária confusa, com violentas disputas pela terra.

Após a modernização da agricultura, com estímulos governamentais para o cultivo de trigo e soja, a terra representava uma renda capitalizada, com trabalho acumulado. O aumento da procura de terra, a falta de aptidão e tradição do trabalhador rural para o cultivo desses produtos determinaram a expulsão do camponês dessa área e as terras dos fazendeiros de café e outros grileiros foram adquiridas por quem tinha capitais e condições de responder aos estímulos da política de modernização da agricultura. Alguns transformaram as propriedades em pastagem, outros que conquistaram a posse da terra mantiveram-se no cultivo do algodão, com mecanização do plantio e mão-de-obra dos expulsos do campo na colheita. Ainda nos primeiros anos da década de 1980 foram ampliadas as lavouras de trigo e soja e lá construídos entrepostos de grandes cooperativas regionais. A Coopagro de Toledo, pela existência de cultivo de algodão em sua área de atuação, a partir de 1981 passou a

receber e beneficiar o produto. Em 1986, instalou na sede uma moderna indústria de fiação⁴⁹, passando a receber, industrializar e comercializar a produção do Oeste do Paraná e até de outras regiões.

Pelos dados do censo de 1980, os municípios que tiveram os mais altos percentuais de perda de população rural, foram, pela ordem, Assis Chateaubriand, Palotina, Nova Aurora, Guaíra, Terra Roxa. Apenas Palotina não pertence aos municípios de áreas de ocupação com interesses cafeeiros. A agricultura de Palotina é basicamente trigo e soja em pequenas propriedades altamente tecnificadas. Parte da população rural não teve condições de se manter no moderno sistema produtivo e buscou novas fronteiras agrícolas com os recursos da venda de suas terras supervalorizadas. Outra parte, sem abandonar a agricultura, passou a residir na cidade. No mínimo, esta parece ser a explicação mais plausível para os elevados índices, 57,5% de perda da população rural do município e 142% de urbanização na década. No período, Palotina não criou condições de trabalho para esse índice de urbanização. Nas demais sedes urbanas regionais, a urbanização apresentou índices semelhantes, isto é, muito elevados.

Por fim, há a população rural expulsa de suas terras pelo lago de Itaipu. Em alguns municípios, que tiveram parte de suas áreas alagadas, nem por isso o Censo Demográfico de 1980 indicou decréscimo na população rural, co

⁴⁹SILVA, Oscar, op. cit., p. 241.

mo foi o caso de Santa Helena. Uma análise mais aprofunda da da mobilidade da população regional requer um estudo mais aprofundado do que se propõe o presente trabalho. Os dados de que se dispõe são constatações estatísticas que a penas revelam indícios da realidade concreta. (Quadro I)

A população rural expulsa do campo pelo lago de Itaipu, após muita luta e mobilização, conseguiu melhoria na indenização pela perda de suas terras, embora insatisfatória. Esse movimento dos desapropriados foi capaz de desencadear o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná - MAS TRO, um movimento social ainda presente na região que mantém uma luta cujo objetivo é o reassentamento na região via reforma agrária, uma luta que se arrasta ao longo dos anos sem resultados satisfatórios.

De modo geral, é possível dizer que na região Oes te do Paraná a modernização da agricultura e a transformação das relações sociais no campo expulsaram a população cons tituída por agregados e arrendatários. Sobre esse segmento incidu a proletarianização de sua força de trabalho. Es se indício é confirmado pela simples observação dos trabalhadores ocasionais (bóias-frias) e da construção civil re sidentes nas periferias urbanas. Pelas suas características biotipológicas, é aquele mesmo segmento social não pro prietário de terras que constitui essa força de trabalho. Os Censos Agropecuários do Paraná, quando tratam da condição do proprietário rural, indicam que, no período de 1970 a 1980, houve um acréscimo de 11,5% na condição de proprie tários e decréscimo em 47,1% na condição de arrendatários,

11,8% na de parceiros e 50,8% na condição de ocupantes dos estabelecimentos. As mesmas fontes indicam que, na região, houve a redução de 7.400 estabelecimentos rurais.⁵⁰

Em duas áreas da região a expulsão do homem do campo atingiu índices comparativamente menores que nos municípios do primeiro grupo. Com exceção de Palotina, ocorreu menor perda de população rural nos municípios atuais em que atuaram as colonizadoras e as terras foram adquiridas pelos colonos. Os módulos rurais das colonizadoras, chamados colônias, no geral, tinham entre 50 a 60ha., isto é, um módulo não tão pequeno que inviabilizasse adotar uma parcela considerável dos avanços tecnológicos da modernização da agricultura. A grande maioria desses agricultores adquiriu trator e outros equipamentos industriais; assimilou novas tecnologias e continuou a trabalhar a terra com medidas conservacionistas, elevando a produtividade, medidas tardiamente adotadas nas grandes propriedades, quando a terra já estava degradada pela erosão.

Outra área é constituída pelos municípios com topografia mais dobrada e com apenas trechos apropriados à mecanização, a expulsão do homem do campo também foi menor ou até houve crescimento da população rural. Em alguns municípios desse grupo há a soma de dois fatores: colonização por colonizadoras (pequenas propriedades mecanizadas) e terras dobradas. A esse grupo pertencem os municípios de Capitão Leônidas Marques, Guaraniaçu, Catanduvas, Foz do

⁵⁰ IBGE - Censos Agropecuários de 1970 a 1980.

Iguaçu, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e, em menor escala, Matelândia e Medianeira. Diversos desses municípios estão na área de atuação de uma das cooperativas que mais cedo percebeu a necessidade de amparar a pequena produção diversificada dos associados, até para se firmar enquanto cooperativa, como foi o caso da Cotrefal, em Medianeira.

Por outro lado, há de se considerar o tipo da agricultura desenvolvida no Oeste do Paraná. Diferentemente de outra moderna agricultura (laranja, cana, café e algodão) que diversos autores analisaram⁵¹ na perspectiva da proletarianização do homem do campo, a agricultura de grãos da região apenas ocupa mais mão-de-obra no caso de limpa de milho e soja, durante o desenvolvimento vegetativo. O plantio e a colheita da maioria dos produtos são mecanizados. Apenas nas grandes propriedades a mão-de-obra do bôia-fria reduz custos, comparados à aplicação de herbicidas. Nas pequenas propriedades com trabalho familiar, além dos cuidados que impedem a proliferação de inço*, não compensa a contratação de trabalhadores ocasionais. O maior número de bôias-frias ou trabalhadores assalariados, é ocupado na limpa de soja, na colheita de algodão ou como pessoal permanente nas grandes propriedades. Desta forma, é possível afirmar que, no Oeste do Paraná, a modernização

⁵¹GOODMANN, SORJ e WILKINSON; OLIVEIRA, entre outros.

* Denominação regional do conjunto formado por ervas daninhas, invasoras das culturas agrícolas.

da agricultura expulsou muitos do campo, que se proletari-
zaram nas atividades urbanas; mas, em razão do tipo de agri-
cultura, estrutura fundiária, etc. proletarizou pouco no cam-
po. Esse trabalho extremamente esporádico não garante a
subsistência do trabalhador e de sua família. Grande par-
te desses expulsos do campo sobrevive de subempregos e tra-
balhos urbanos ocasionais, aguardando serem procurados pa-
ra o trabalho de limpa de soja ou colheita de algodão, com
participação de diversos membros da família.

Até o momento, foram analisadas as transforma-
ções econômicas desencadeadas pela modernização da agricul-
tura que, por sua vez, foi determinada pelas condições es-
truturais, pela vontade política na mediação dos confron-
tos de interesses capitalistas antagônicos. A consolida-
ção da agricultura em outras bases de produção isto é, um
novo sistema produtivo, com outras relações sociais, trans-
formada em atividade econômica eixo na região, determinou
crescentes mudanças também no trabalho urbano. Junto com
a modernização do campo ocorreu também a modernização urba-
na. Na cidade o espaço econômico passou por um processo
de transformação, não apenas como uma decorrência do aumen-
to da concentração populacional.

No período da modernização da agricultura, o co-
mércio, os serviços, as comunicações foram transformados.
Os diversos setores das atividades econômicas urbanas ante-
riormente existentes passaram por um processo de redefini-
ção, ampliação, transformação ou extinção e criação de no-
vas alternativas. Esse processo abarcou a totalidade do

trabalho urbano, a começar pelos serviços públicos. Os cinco municípios regionais de 1951, já tinham sido transformados em vinte no final da década de 1970, todos demandando um certo número de funcionários. Alguns deles, pelo crescimento acelerado, passaram a ter variados e complexos problemas, requerendo diferentes níveis e áreas de qualificação de seus funcionários no encaminhamento de soluções requeridas, portanto um campo de disputa em que a escolaridade é levada em conta na conquista do espaço de trabalho também no serviço público. Essa variável apontada determina a inclusão ou exclusão da força de trabalho em inúmeras outras atividades urbanas.

Na modernização da agricultura ocorreu a transformação de algumas cooperativas e a criação de outras e, em razão de seus mais variados serviços, passaram a requerer um corpo de funcionários qualificado, de procedência urbana, para diferentes papéis e trabalhos. Mesmo que as cooperativas tivessem centralizado grande parte dos serviços, a modernização da agricultura abriu um enorme leque de oportunidades para outros segmentos sociais na comercialização de sementes selecionadas, adubos e defensivos químicos, representações comerciais de máquinas, implementos, assistência técnica, oficinas autorizadas e comércio de peças de reposição. Todos esses setores representaram expansão das forças produtivas e geraram novos espaços de trabalho, cuja condição de conquista dependia do saber fazer requerido, não necessariamente escolar, mas sempre a partir de alguma escolaridade.

No contexto da modernização da agricultura e do crédito que lhe dava sustentação, aumentou a circulação financeira e estimulou o desenvolvimento bancário. Em algumas cidades pólo da região, a partir desse período, as principais instituições financeiras do país inauguraram ou ampliaram agências. Ocupar esses novos espaços só foi possível a quem já tinha escolaridade suficiente para esse tipo de trabalho. O mesmo processo ocorreu na ampliação dos serviços públicos de telecomunicações e energia elétrica, entre outros.

Essa parece ter sido a mais radical alteração ocorrida no interior do processo histórico regional: a ampliação e generalização das relações sociais específicas do modo capitalista de produção, isto é, a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria.

Em alguns centros urbanos, o comércio teve um excepcional crescimento e profundas alterações. No período, a estrutura comercial anteriormente existente foi reformulada. Os inúmeros armazéns familiares de secos e molhados, aos poucos foram inviabilizados. A partir da implantação dos supermercados, fecharam suas portas ou se especializaram em alguns tipos de mercadorias. No setor comercial, ampliado e modernizado, encontraram espaço de trabalho aqueles segmentos sociais excluídos dos serviços urbanos de salários mais atraentes, por isso mais concorridos. As novas condições de trabalho decorrentes da modernização da agricultura, do comércio e dos serviços urbanos determinaram a sempre crescente demanda por ensino e a caracteriza-

ção do ensino como um campo de disputa de espaço econômico-social.

Desta forma, como é pressuposto central do presente trabalho – a escola é gestada no interior do processo social e lhe determina as práticas pedagógicas – é possível afirmar, como decorrência dessa hipótese, que a escola é caudatária do processo econômico e do sistema produtivo, da forma como são estabelecidas as relações sociais e como estas se articulam dentro do modo capitalista de produção.

A disputa por ensino na intensa urbanização do Oeste do Paraná e, em razão do êxodo rural, da formação de bairros e periferias nas principais cidades, representa a busca de alternativas e uma rearticulação da capacidade de trabalho ou sua potencialização no interior do novo sistema produtivo.

"O êxodo rural, à medida que leva à urbanização, representa para os trabalhadores a inserção num contexto onde a escolaridade passa a ser condição para a própria sobrevivência".⁵²

É neste contexto que será analisada a disputa por escolaridade no interior do processo da modernização da agricultura, das atividades urbanas e da urbanização acelerada.

⁵²GRZYBOWSKI, Cândido. "Trabalhadores rurais e educação". in *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/Unesp/Polis, 1982, p.313.

SEGUNDA PARTE
A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

CAPÍTULO V

CONTEXTO EDUCACIONAL NACIONAL, ESTADUAL E A PRIMITIVA ESCOLA NO OESTE DO PARANÁ

Uma das preocupações fundamentais das famílias nas frentes de ocupação e colonização no Oeste do Paraná, após a criação das condições primeiras de subsistência, era com a escola, a escolarização, a educação de seus filhos. Historicamente, há indicação de uma ligação, até certo ponto profunda, entre capela, templo e escola. De certo modo, como a religião, a educação escolar fazia parte das crenças nas frentes de ocupação e colonização. Não só entre os descendentes de imigrantes, mas especialmente entre eles. O que esperavam da escola, que tipo de escola foi construída, que esperanças depositavam na educação escolar, serão questões fundamentais a serem desvendadas a partir do interior e como parte integrante do processo histórico desenvolvido no Oeste do Paraná.

Não será fácil chegar a bom termo. Raras são as obras que tratam do assunto em termos de Paraná e mais raras ainda, mesmo modestas, as que tratam da educação no oeste do Estado. Basicamente, serão utilizadas fontes primárias, entrevistas com quem participou do processo ou que saiba informar como aqui foi encaminhada a questão da educação.

Até mesmo para estabelecer um paralelo entre a escola que desejavam e a escola que conseguiram, serão feitos pequenos apanhados da situação da educação no país, no Esta

do do Paraná e a educação possível no Oeste do Paraná, considerando as condições dadas que lhe determinaram o tipo e as práticas.

1. A Educação Nacional à Época da Ocupação e Colonização do Oeste do Paraná

Partindo do pressuposto de que a escola é gestada no interior e é parte integrante do processo histórico, cabe aqui analisar quais eram, em linhas gerais, os determinantes do processo histórico da sociedade brasileira como um todo.

O primeiro determinante do processo histórico é a forma de produção material que, por sua vez, determina a organização da sociedade civil, as leis e o Estado. As leis representam idéias e interesses de segmentos sociais que se tornaram hegemônicos dentro do Estado em determinados momentos históricos, revelam seus pressupostos e concepções de sociedade. As leis revelam a própria dinâmica social e sua relação com o Estado, a luta pelo poder político, os consensos estabelecidos pela classe dominante e os limites de tolerância da classe dominada ou de segmentos de classes em disputa pelo poder. As leis representam o poder hegemônico no Estado, especialmente quando regulam a educação, estabelecem uma relação pedagógica e têm intenções práticas com os demais segmentos que constituem a sociedade.

Como a primeira lei que dispôs sobre a instrução pública data ainda do Primeiro Império e manteve-se até a

década de 1930, como a única lei nacional, é fundamental analisar o que ela representou.

À época em que foi promulgada a constituição imperial, a produção material dominante era a agricultura de exportação, especialmente café, centrada na grande propriedade escravista. A sociedade civil e o Estado eram dominados pelos grandes proprietários rurais. A Assembléia Nacional, ao longo do Período Imperial e da República Velha, constituída pela oligarquia rural e seus bacharéis, fazia ou aprovava leis que viessem ao encontro de seus interesses fundamentais ou de seus representados: a manutenção do sistema de dominação.

Como a maioria da população estava excluída da participação política, a instrução era preocupação de segmentos da sociedade civil, de setores da Igreja e, no século XX, a partir da industrialização, dos sindicatos de trabalhadores.

Embora, teoricamente, o Parlamento, como órgão da sociedade política, devesse estar ligado à sociedade civil e desempenhar o papel de canal de expressão junto ao Estado, não foi o Parlamento que reconheceu a necessidade de uma legislação específica sobre a instrução pública, mas D. Pedro I, ao inaugurar a Assembléia Constituinte e Legislativa, em 1823.¹

¹SAVIANI, Dermeval, *Política e educação no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1987, p. 38.

Por razões que não serão analisadas no presente trabalho, a Assembléia Constituinte foi dissolvida e a Constituição Imperial outorgada pelo Imperador, em 1824. A primeira Constituição nacional estabelecia amplas garantias de segurança às oligarquias rurais que davam sustentação ao Estado, relegando os demais segmentos sociais, sem terra, sem dinheiro, sem escravos e outros socialmente desqualificados à mais completa omissão. O Estado não assumia nenhum compromisso com eles, nem com a infância e a juventude brasileira. Estabelecia apenas que a educação primária seria gratuita e previa a existência de colégios e universidades, como tópicos misturados e subordinados a assuntos gerais dos "direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros".²

Em 1826, quando foi reaberto o Parlamento, o tema da instrução popular voltou aos debates. Dentre os projetos apresentados, foi aprovado, em 1827, justamente o mais modesto, aquele que propunha apenas a criação de *escolas de primeiras letras*, aquém das "escolas primárias" previstas na Constituição. Essa primeira lei de ensino trazia embutido o descaso pela educação: não desejava ultrapassar as primeiras letras, nem implantar um sistema nacional de ensino. Segundo a ótica da oligarquia rural, para uma sociedade rural e escravista como a da época, não seria necessário mais que as primeiras letras, criando escolas secundárias apenas onde houvesse escolas de nível superior.³

²BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo (14):63-7, fev. 1986.

³SAVIANI, op. cit., p. 41.

A partir do Ato Adicional de 1834, foi atribuído às Assembléias Legislativas Provinciais legislar sobre o ensino primário e secundário em seus territórios. O governo central reservou para si a competência de legislar sobre o ensino superior em todo o país e sobre os demais níveis apenas no município da Corte. No tópico seguinte, será analisado o que representou para o ensino essa delegação à Província do Paraná e ao Estado do Paraná.

A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, como a imperial, era omissa em relação ao ensino e à educação. Determinava que fosse "leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", mas não assumia a responsabilidade pela existência dos estabelecimentos públicos, isto é, a educação não era dever do Estado. Essa postura dos constituintes, fazendeiros ou representantes dos fazendeiros, da oligarquia rural, deixa transparecer o descaso pela educação dos demais segmentos populares da sociedade brasileira, entre eles os egressos da escravidão. A educação era um assunto privado, um compromisso não assumido pela República, visto que, para a oligarquia hegemônica, não constituía problema o acesso aos colégios particulares de boa qualidade. Embora a Constituição republicana declarasse e igualdade de todos os cidadãos, negava o acesso de todos a esses direitos proclamados. Não previa a escolarização obrigatória e vedava o direito de voto aos analfabetos.⁴

⁴CUNHA, Luiz A. *A educação nas constituições brasileiras: análise e proposta*. Rio de Janeiro, UFF debate Brasil constituinte, 1985, mimeo.

A segunda constituição republicana, promulgada em 1934, resultou de uma Assembléia Constituinte eleita a partir da ruptura da República Velha e do bloco oligárquico que lhe dava sustentação. As forças progressistas existentes no interior da Revolução de 1930, representadas na Assembléia Constituinte, foram capazes de desencadear uma revisão no quadro institucional do país e estabelecer balisas de um processo de modernização do Estado. Até a estrutura da Constituição de 1934 avançava, introduzindo em seu corpo uma nova divisão de títulos, abrindo um capítulo especial para a educação e a cultura. Reconhecia a educação como direito de todos, mas relutava em transformá-la em dever do Estado. Delegava às indústrias e às empresas agrícolas proporcionar ensino primário gratuito a seus empregados analfabetos. Estabelecia ainda que a educação seria ministrada pela família e poderes públicos.

Os debates ocorridos na eleição da Assembléia Constituinte entre as duas grandes correntes do pensamento educacional, o tradicionalismo católico e o liberal, este representado no Manifesto dos Pioneiros em 1932, repercutiram na elaboração da Constituição de 1934. Os constituintes reconheciam as carências da nação e buscavam supri-las. Embora a Constituição não definisse a educação como dever do Estado, garantia a gratuidade do ensino primário e estabelecia, em seus dispositivos, a "tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário". Comparada às anteriores, a Constituição de 1934 avançou significativamente também quando previa, pela primeira vez, a necessidade de um Plano Nacio-

nal de Educação e destinava recursos orçamentários para o ensino nas zonas rurais.

A indefinição de posicionamentos da Constituição de 1934 entre a escola particular e pública gratuita reflete o momento político da época. Havia uma ruptura do setor hegemônico tradicional e a Aliança Liberal, constituída por diversos segmentos políticos antagônicos (capital urbano-industrial nacional e estrangeiro, oficialidade militar, camadas médias urbanas, intelectuais) não conseguia estabelecer consensos e tornar-se hegemônica. A ausência de um segmento hegemônico que conciliasse as disputas entre as diversas frações de classe no poder, repercutiu na legislação relativa à educação, contemplando as diversas tendências. O papel de conciliador das disputas entre os segmentos antagônicos, que compunham o poder político, coube mais ao poder pessoal do chefe do executivo que ao Estado, como espaço político de disputa do poder.

A Constituição outorgada por Vargas em 1937, considerando o poder político que representava a estrutura educacional mantida por segmentos católicos aliados do golpe do Estado Novo, recuou em relação ao que estabelecia a Constituição de 1934. Se esta relutava em assumir a educação como dever do Estado, a Constituição de 1937 definiu a educação como responsabilidade dos pais, das associações e pessoas coletivas particulares. O Estado estabeleceu para si a função de suprir lacunas e deficiências da educação particular. O Estado apenas oferecia escola pública aos carentes de recursos para freqüentar escolas particulares. Estas

disposições constitucionais favoreciam os interesses dos parceiros ideológicos do Estado Novo.

A Constituição de 1934 estabelecia a gratuidade do ensino primário integral, em língua pátria, e frequência obrigatória, disposições mantidas na Constituição de 1937, embora sem fazer referência à língua e à duração do ensino primário, isto é, não necessariamente integral.

A Constituição de 1946 recuperou, em linhas gerais, as disposições da Constituição de 1934, estabelecendo a educação como direito de todos, devolvendo ao Estado o papel de principal agenciador desse direito. Manteve a obrigatoriedade do ensino primário para todos, mas apenas garantia a gratuidade do oferecido pelas escolas públicas. Determinava que esse ensino seria ministrado em língua nacional e estabelecia como um dos objetivos da educação o fortalecimento da unidade nacional. Esses dispositivos constitucionais previam uma regulamentação a nível nacional, que só ocorreu em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Como a ocupação do Oeste do Paraná ocorreu, exceto em alguns pontos pioneiros, após 1930 e a colonização propriamente dita a partir do final da década de 1940, consolidando-se nas duas décadas seguintes, a escola na região foi constituída no contexto amplo do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, da divisão do trabalho determinada pelo modelo econômico urbano-industrial capitalista, da modernização do Estado e de seus serviços e da definição das classes sociais nas relações de produção. Neste contexto

to em transformação, de lutas pela conquista da terra como meio de sobrevivência e de reprodução como produtores rurais de excedentes comerciais e de lutas pela conquista de espaço social e político, foi construída a escola e sua representação na região, e reivindicada junto aos poderes pú**u**blicos e organizações religiosas, na forma da lei, como um direito de todos, ou no mínimo como um direito subjetivo de quem tinha consciência dele nas práticas sociais.

Além do contexto educacional a nível nacional, por ora, é indispensável analisar os determinantes educacionais a nível de Estado do Paraná para, num Capítulo seguinte, analisar como foi gestada a escola dentro do processo de ocupação e colonização do Oeste do Paraná com o objetivo de desvendar como o interesse dos colonos se articulou com o poder político e outras instituições no atendimento à demanda por educação.

2. A Educação no Estado à Época da Ocupação e Colonização do Oeste do Paraná⁵

A criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, ocorreu no período da vigência do Ato Adicional de 1834, isto é, à nova Província caberia a responsabilidade de implantar suas escolas e desenvolver a

⁵O tópico 2 do presente Capítulo foi produzido tendo por base a tese de doutorado da Profa. Lilian Anna Wachovicz. Embora o enfoque seja outro, ao longo das 386 páginas de seu trabalho foi possível colher importantes informações sobre a educação no Paraná. Cf. Wachovicz, Lilian Anna. *Relação professor/Estado no Paraná tradicional*. São Paulo, Cortez, 1984.

educação.

Em síntese, sem perder de vista o pressuposto de que a escola é parte integrante do processo histórico e gerada no interior da formação social, no Paraná, a primitiva escola espelhava as relações sociais impostas pela oligarquia campeira que detinha a hegemonia política no período provincial. Como já foi referido anteriormente, após o término do ciclo econômico do comércio de gado e muares para a Feira de Sorocaba, desenvolveu-se o ciclo da erva mate, como atividade básica da economia paranaense. Até 1930, época em que a economia do mate entrou definitivamente em declínio, os núcleos urbanos existentes ainda eram os surgidos na conquista e ocupação dos campos do Paraná. Com o término do comércio de gado e muares, esses pequenos centros urbanos, pela troca de atividade dos fazendeiros, tiveram pequeno crescimento. Ao mesmo tempo que o ciclo do mate entrava em decadência, desenvolveu-se o ciclo madeireiro. Ambas, como atividades itinerantes, não favoreceram a urbanização. Apenas após a Primeira Guerra Mundial é que o processo de urbanização passou a ser significativo na capital e cidades próximas em decorrência do início do desenvolvimento industrial e da produção de alimentos pelos imigrantes europeus estabelecidos nas proximidades desses mesmos centros urbanos. A tardia urbanização do Paraná retardou o desenvolvimento da instituição escolar.

O primeiro sistema escolar adotado pela Província do Paraná foi o das Casas Escolares. Nesse sistema, o governo provincial contratava e pagava o professor. A ele

cabia alugar uma casa ou uma sala e formar a classe de alunos de primeiras letras. Em 1854 foi estabelecida na Província a obrigatoriedade da instrução às crianças dos 6 aos 14 anos residentes a menos de uma légua da casa escolar. Essa obrigatoriedade não foi cumprida por falta de pessoas preparadas para o magistério ou dispostas a executar esse trabalho mal remunerado. Para o cumprimento da obrigatoriedade da instrução, um Inspetor Geral da época propôs a criação de asilos para crianças indigentes, e lá seriam preparadas para o magistério de primeiras letras. Essa proposta também não foi levada adiante.

Em 1882, com a reforma eleitoral do Império, passou a ser exigida, no ato do voto, uma assinatura. Por essa nova disposição, foi descoberto que 80% dos eleitores paaranaenses não sabiam ler e escrever. À medida que o regime se apoiava no voto, aumentava consideravelmente o número de escolas criadas pelo poder público, em barganhas com os eleitores, mas permaneciam fechadas por falta de professores, originando a figura exótica da escola criada mas não provida. Nos primeiros anos de República, metade das escolas públicas do Estado não eram providas de professores.

A partir de 1914, o poder público estadual implantou um novo modelo de escola: o Grupo Escolar. Os grupos escolares dos principais centros urbanos caracteriza-vam-se pela divisão do ensino em quatro séries, com conteúdos progressivos, sob a regência de um professor em cada série, coordenados por um diretor de grupo. Essa nova forma de organização escolar reflete a divisão social do tra-

balho e o professor passa a ser vigiado e avaliada sua produtividade, isto é, quantos alunos conseguia manter na escola e quantos fossem aprovados nos exames.

Neste período foi iniciada uma campanha de profissionalização do professor que, obrigatoriamente, deveria freqüentar a Escola Normal. Ao mesmo tempo, foi repassada aos municípios a responsabilidade da instrução pública elementar. Esses fatores, por si mesmos, indicam que as relações capitalistas de produção já estão em fase de sedimentação no interior da sociedade oligárquica paranaense. Ao mesmo tempo indicam a existência de diferentes tipos de escolas: a particular (entre elas a dos imigrantes), a pública dos centros urbanos e a pública elementar dos municípios menores.

Entre os imigrantes europeus do Paraná, desde os primeiros tempos, existiu alguma forma de escolarização familiar ou grupos de crianças que se reuniam na casa de alguém com disposição de ensinar. Ainda no final do século XIX, mas especialmente no século XX, as comunidades coloniais de imigrantes passaram a construir suas escolas e a contratar seus professores. As razões da ampliação dessa modalidade educacional das colônias de imigrantes partem do aumento populacional, do desenvolvimento da produção agrícola mercantil determinada pelo modelo econômico urbano-industrial, integrando economicamente as colônias e ampliando suas relações, exigindo deles o domínio sobre um maior número de informações necessárias nas práticas sociais e políticas.

Nesse período, as escolas dos imigrantes europeus assumem significação e atraem as atenções do poder público. Entre os imigrantes existia uma visão específica da educação escolar, isto é, como reprodutora da cultura de origem e mantinha um significado político na medida em que funcionasse tecnicamente bem.

A falta de escolas no Paraná fazia-se sentir especialmente fora dos núcleos coloniais dos imigrantes que, ao contrário dos demais núcleos populacionais, não esperavam pela iniciativa do governo, mas construíam suas próprias escolas e providenciavam o professor. Quando muito, solicitavam algum tipo de subvenção do governo estadual. A escola dos imigrantes não se desenvolveu mais porque o Estado, desde 1901, apenas subvencionava os professores que ensinassem em língua portuguesa. Esse não era o interesse dos imigrantes. Pretendiam repassar às novas gerações sua noção de nacionalidade de origem que incluía a língua, a religião e os costumes. Se o ensino fosse apenas na língua portuguesa, os colonos retiravam seus filhos e organizavam uma nova escola particular. Em diversas localidades, a escola pública foi desativada e removido o professor por absoluta falta de alunos.

Nessa disputa entre o Estado e as colônias de imigrantes pelo direcionamento da educação escolar fica evidente o conflito de interesses. O Estado pretendia que a educação desempenhasse o papel de instrumento de nacionalização e homogeneização da população paranaense pela eliminação da heterogeneidade de línguas. O interesse dos colo

nos imigrantes era a manutenção dos traços de sua nacionalidade.

A partir de 1914, o Estado passou a vigiar mais as escolas estrangeiras mediante inspeção e determinou, em nome da nacionalização da população, o fechamento das escolas em que a língua nacional era desconhecida. Essa medida do governo do Estado do Paraná foi reforçada, em 1917, pelo decreto federal que determinou o fechamento das escolas que não ensinassem em português. Algumas escolas dos imigrantes, após o professor submeter-se a exames de qualificação para o ensino em português, foram reabertas. Em razão da Primeira Guerra Mundial, as escolas estrangeiras do Paraná mais visadas foram as de língua alemã. Depois da guerra, muitas escolas do Paraná voltaram a ensinar em língua estrangeira.

Na década de 1920, continuou a existir uma competição, um conflito entre a escola pública do governo e a escola dos imigrantes. Em razão da endêmica falta de recursos para atendimento dos serviços públicos, o Estado passou a receber subvenções federais para manutenção das escolas públicas nos núcleos coloniais de imigrantes. A aplicação desses recursos onde já existiam escolas em funcionamento evidencia que o governo procurava fechar a escola dos colonos e obrigá-los a matricular os filhos na escola pública para nacionalizar a população em idade escolar. Apenas em 1925, o governo estadual se deu conta de que o esforço aplicado em fechar escolas de imigrantes e substituí-las por escolas públicas tinha deixado sem atendimento

escolar milhares de crianças, filhos de caboclos, que viviam nas áreas rurais no interior de extensos municípios. A partir dessa data, o governo do Estado passa a receber subvenções federais exclusivas para a manutenção de escolas rurais, também para adultos. Algumas das escolas rurais para adultos eram organizadas pelas câmaras municipais e, em muitos casos, o professor era o mesmo da escola pública diurna.

Além do conflito entre a escola dos imigrantes em língua estrangeira e o Estado, havia também um conflito entre o Estado e as camadas subalternas da população em geral quanto à real função da escola. A leitura da instituição escolar era distinta e antagônica. No Estado do Paraná, desde os tempos de província, houve um significativo esforço pela escolarização da população e queixas frequentes dos governantes quanto ao não entusiasmo popular pela escola. Depois, as camadas populares passaram a reivindicar mais escolarização e a escola transforma-se em um dos itens de barganhas político-eleitorais. As camadas populares perceberam a importância da escolarização a partir do momento em que as forças produtivas exigiam novas relações de produção e a instrução representava as condições de acesso a melhores "lugares" nessas novas relações. Aqui está a base da reivindicação da competência técnica exigida pelos imigrantes e população subalterna em geral. A essas camadas populares interessava que a escola ensinasse a ler, escrever, contar e calcular, o saber necessário às novas relações sociais.

Para o Estado, para o poder político hegemônico, mesmo nos aspectos aparentemente coincidentes com os interesses populares, a ótica, a concepção de escola é outra. O Estado via na escola uma possível auxiliar na reprodução de papéis sociais, no interior de sua própria concepção capitalista de sociedade, e na reprodução da força produtiva — melhoria da qualidade da mão-de-obra para a produção da riqueza em geral — a difusão do ensino como necessário ao progresso, à produção da mais-valia. O Estado pretendia, pela ação da escola, introduzir um novo conceito de realidade, na ótica de sua concepção ideológica, excluindo a possibilidade de uma ação transformadora. A escola devia ser apenas criadora de possibilidades, mediante o esforço das camadas subalternas de atingirem níveis para viver na sociedade delineada pelo poder político do Estado.

Ao contrário da ótica do Estado — que desejava ver a população em idade escolar na escola de acordo com suas determinações, homogeneizada pela imposição da língua oficial, o sistema educacional subordinado ao poder político e a serviço de sua ideologia — as camadas populares subalternas lutavam pela competência técnica da escola, capaz de produzir o saber indispensável às relações sociais, pelo trabalho do professor. Por essa razão e dependendo do estágio da divisão do trabalho, tão logo aprendam a ler, escrever e calcular, as camadas populares abandonam a escola quando esta não mais lhe serve, mesmo que, tempos depois, sintam novas carências e sejam obrigadas a retornar à escola ou passem a constituir parcelas excluídas do processo econômico-social. Esse fato comprova também que, sempre

que ocorrem transformações no modelo econômico, há maior demanda por mais educação, como forma de recomposição no interior de novas divisões do trabalho por ele estabelecidas.

No Paraná, a partir de 1917, houve um sensível aumento de demanda por mais educação e descontentamento popular em relação à competência técnica da escola. Na visão popular, especialmente dos imigrantes, a competência técnica da escola tinha seus fundamentos na relação do professor com seus alunos, isto é, à medida em que o professor fosse capaz de ensinar, de produzir o saber necessário, passava a existir competência técnica da escola. O bom trabalho do professor e sua qualificação para ensinar produzem a competência técnica. O governo tentou responder à requerida competência técnica, mas apenas em quantidades insignificantes. Nos centros urbanos, depois de 1920, algumas escolas passaram a contar com professores normalistas. Nos municípios menores e nas áreas rurais, o ensino continuava precário também com relação à qualificação do professor. Embora desde 1876 já existisse Escola Normal em Curitiba, esta permaneceu um longo período fechada por falta de alunos interessados no magistério. Os poucos alunos formados na década de 1920, via de regra "moças ricas" e alguns "rapazes pobres" permaneceram concentrados nos centros urbanos, onde as condições de trabalho eram melhores.

Por uma série de determinantes histórico-culturais, a escola dos imigrantes apresentava melhores condições técnicas, melhor equipadas, e nascida do grupo colo-

nial que definia com clareza o papel a ser desempenhado por ela. Mas essa escola não conseguiu o respeito do poder público. Se isto aconteceu foi porque os imigrantes cometeram erros de avaliação. O poder do Estado, por razões políticas, jamais aceitaria que a escola dos imigrantes mantivesse a língua da nacionalidade de origem. Isto considerado, é possível questionar a competência técnica da escola dos imigrantes. Considerando que falar fluentemente o português, língua das relações sociais mais amplas, era um aspecto fundamental da competência técnica escolar, estratégica e politicamente não teria sido mais adequado aos imigrantes, de imediato, apesar dos problemas, desenvolver seu ensino em português? Se a competência técnica da escola é produzir um saber o mais amplamente possível adequado às relações sociais estabelecidas, a escola em língua estrangeira, de uso restrito no interior do grupo colonial, estabelecia excessivas limitações à competência técnica atingida nos demais setores da aprendizagem.

Se o objetivo dos imigrantes fosse manter o grupo colonial isolado em sua língua e cultura, objetivos declarados da escola colonial, também incorreram em falhas de avaliação da competência técnica da escola, visto que o processo de desenvolvimento capitalista bem como o poder político do Estado ampliam permanentemente as relações sociais, inviabilizando o desenvolvimento e até mesmo a existência de grupos sociais "autônomos". Se os grupos coloniais tivessem seguido outro rumo, possivelmente sua escola teria sido reconhecida e amparada pelo poder político do Estado, precisamente pela sua competência técnica.

Além desses aspectos que evidenciam os conflitos entre o Estado e as camadas populares quanto ao papel da escola, — estas últimas exigiam que a escola ensinasse —, na ótica do Estado, a escola desempenhava seu papel mesmo que não ensinasse o saber demandado pelas camadas populares. O aspecto contraditório se acentua no momento em que as camadas populares explicitam a reivindicação do saber. Como ao Estado interessa dominar a sociedade e adequar as massas a seu projeto político, responde apenas com a melhoria técnica da escola em alguns centros urbanos mais expressivos. A escola pública desses centros passa a ter seriação e magistério profissional. As demais escolas do interior e rurais são atendidas a partir das possibilidades da população, com magistério improvisado. Esse vazio deixado pelo poder político era ocupado, nos núcleos coloniais, por um projeto de escola considerado adequado a seus interesses, ainda que restritos, mas mais representativos e especialmente mais explícitos.

A qualificação do professor, que já era percebida como fator preponderante na conquista da função técnica da escola, passa a fazer parte das reivindicações dos centros urbanos em formação no interior do Estado. A partir de 1929, Guarapuava, pólo urbano mais a oeste na época, passou a contar com a denominada Escola Normal Complementar para a formação de profissionais do ensino. Essa modalidade de Escola Normal era o ginásio acrescido de algumas disciplinas pedagógicas e práticas de ensino.

A Revolução de 1930, um movimento tipicamente ur

bano, cujos objetivos fundamentais foram os de modernização interna do Estado e da estrutura tutelar das oligarquias anteriores, em nada alterou a situação educacional existente. Continuou a ser essencialmente urbana, autoritária e capitalista, apenas com discurso liberal, mas impraticável dentro das condições concretas da sociedade paranaense dispersa no interior do Estado. A bandeira liberal de instrução pública permanecia apenas como discurso e ponto de referência para a busca do apoio das massas para a implantação do projeto político de domínio do Estado sobre a sociedade.

3. A primitiva escola nas frentes de ocupação e colonização do Oeste do Paraná

Primeiramente, na tentativa de desvendar como foi gestada a escola no interior do processo histórico de ocupação e colonização do Oeste do Paraná, torna-se indispensável definir termos que identificam as formas de escolarização e modalidades de escola e suas práticas surgidas do interior dos grupos sociais pioneiros.

Uma primeira distinção é a prática da escolarização ou simplesmente instrução sem instituição escolar, para crianças na faixa etária de escolarização; modalidade de instrução denominada, no presente trabalho, como escolarização particular domiciliar, sem escola, uma escolarização informal. Esta prática de escolarização era exercida por alguém do grupo social estabelecido, que tinha disponibilidade e condições mínimas de ensinar, sem nenhum ato oficial, sem nenhuma regulamentação. Simplesmente, algumas crianças

reuniam-se numa residência para aprender a ler, escrever e calcular, currículo e objetivos educacionais estabelecidos pelos pais. Essa prática de escolarização não pode ser confundida com a instrução familiar dada pelos pais. Estes, quando alfabetizados, ensinavam seus filhos a ler, escrever o próprio nome, de forma esporádica, sem seqüência. Ao passo que a instrução particular domiciliar tinha regularidade, um sentido de escolarização, um sentido de processo de aprendizagem.

Uma segunda distinção é a casa escolar construída e mantida pelo grupo social pioneiro. Esta modalidade de instrução era semelhante à anterior no que se refere às práticas educacionais, e também não oficial. Mas tinha significativas diferenças. Era construída para ser o local da instrução e para ampliar a capacidade de atendimento. Do professor era exigida uma melhor qualificação, isto é, deveria ensinar mais que na escolarização domiciliar; a casa escolar deveria funcionar tecnicamente bem. Estas duas modalidades particulares de educação têm muito de semelhante com a escola das colônias de imigrantes europeus. Os grupos sociais não esperavam que o poder público resolvesse o problema da educação, eles construíam sua escola, contratavam seu professor e produziam sua educação, mesmo que fosse apenas das primeiras letras.

Uma terceira distinção é a casa escolar pública dos núcleos urbanos, onde já existia alguma presença do serviço público. Esta modalidade escolar, criada por ato oficial do poder público municipal, assumindo a casa escolar

existente, ou construindo onde não existisse e, em ambos os casos, pagando o professor. Como uma escola oficial, os alunos das casas escolares públicas eram submetidos aos exames públicos, elaborados pelos órgãos educacionais públicos para comprovação de escolaridade primária. Mesmo que, na época, a comprovação de escolaridade primária não garantisse o acesso ao nível ginásial – o decisivo era a aprovação nos exames de admissão – era expedido este certificado como uma garantia de conquista de espaço de trabalho, especialmente no serviço público. Desde esta época, um certificado de escolarização contribuía para conquista de espaço social, no contexto da já ampla divisão do trabalho.

Por fim, a quarta distinção, o grupo escolar. Essa modalidade educacional distingue-se fundamentalmente por ser um tipo de escola construído em núcleos de povoamento mais desenvolvidos e pela forma de funcionamento. Se nas modalidades anteriores o fundamental era aprender a ler, escrever e calcular e, depois da oficialização da casa escolar, a comprovação da escolarização primária mediante exame, no grupo escolar passou a existir a preocupação em "passar" para a série seguinte, num processo gradual de comprovação de conhecimento dos conteúdos definidos pelo "sistema" educacional como requisitos de cada série. Mesmo que o grupo escolar funcionasse na anterior casa escolar, o trabalho do professor foi dividido em séries e o aluno comprovaria escolarização primária após aprovação nos exames da última série. Antes o professor tinha controle sobre todo o processo de aprendizagem de seus alunos; agora passa a ter o con-

trole apenas dos alunos na série em que atua. Isto não deixa de ser uma divisão social do trabalho, dentro dos moldes da divisão do trabalho no modo capitalista de produção. A organização da escola passa a reproduzir a organização da sociedade.

Para entender como foi construído o "sistema" educacional regional, a seguir será analisado como foi gestada e como evoluiu a escola a partir do interior dos núcleos de ocupação e colonização pioneiros do Oeste do Paraná, observando uma certa seqüência cronológica. Contudo, a modalidade de escola pode ser uma ou outra, dependendo dos contextos históricos e das especificidades de cada núcleo populacional. Algumas dessas modalidades de escola, ou as razões de sua existência, repetem-se em diferentes períodos históricos. Isto significa dizer que a determinação do tipo de escola não tem seus fundamentos a partir de aspectos cronológicos, mas sim das condições sociais, da presença ou ausência do poder público ou dos níveis de satisfação ou insatisfação em relação à qualidade técnica da escola. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que, ao longo do processo histórico regional, quando a escola pública não atendia em quantidade ou qualidade os interesses de segmentos sociais dinâmicos e organizados, voltaram a construir, com outras características, uma nova escola particular.*

*Essa escola particular era a que interessava ao público do grupo colonial, uma escola para aquele público, portanto, até certo ponto, pública.

Em Foz do Iguaçu, núcleo pioneiro da ocupação nacional regional, desde os tempos da Colônia Militar, existiu, por parte dos militares e funcionários do fisco, a preocupação com a escolarização de seus filhos. Esse segmento social resolveu o problema da instrução a partir de seu próprio grupo social. Essa instrução era quantitativamente muito restrita, e só para filhos de funcionários de postos mais importantes, na modalidade de escolarização particular domiciliar. Como essas crianças eram filhas de funcionários do governo cujo papel era exercido a partir de uma escolarização mínima, viam na instrução a possibilidade de criar as condições de seus filhos galgarem, no futuro, algum posto na administração pública. O interesse dessas famílias em contratar os serviços de alfabetização de seus filhos revela o desejo de reprodução de suas condições sociais e um nível de consciência de classe na perspectiva da ideologia liberal, isto é, na luta pela conquista de espaço social, venceria quem tivesse melhores condições, a partir da escolarização, mesmo que realizada a nível doméstico e informal.

No período de 1889, ano da criação da Colônia Militar, até 1912, ano de sua extinção, não existiu escola ou casa escolar em Foz do Iguaçu. As crianças de famílias brasileiras com recursos financeiros, mas que não pertenciam ao grupo de funcionários do governo, buscavam escolarização fora de Foz do Iguaçu, em outros centros urbanos e até nos países vizinhos:⁶

⁶Depoimento de Elfrida Engel Nunes Rios - Foz do Iguaçu, 1990, alfabetizada em Vila Rica, Paraguai, nos anos 1912/14.

A partir de 1914, a história de Foz do Iguaçu passa por consideráveis transformações. A primeira foi, apesar das precariedades, a criação do município. A segunda, a decisão do governo em combater o contrabando na fronteira, aumentando consideravelmente o número de agentes do fisco. Tanto um fato quanto o outro, criou novas oportunidades de trabalho para setores sociais escolarizados e que exigiam escolarização para seus filhos. Com a implantação do município foi ampliada a organização política, criando novas condições de reivindicação do serviço público.

A soma desses fatores, isto é, o aumento do número de crianças a serem escolarizadas, tornou inviável o atendimento na modalidade de instrução particular domiciliar, exigindo uma resposta da administração municipal. Cruzando diferentes informações, é possível concluir que entre os anos 1915 e 1916 passou a existir casa escolar em Foz de Iguaçu, construída e mantida pelo município. Como ocorria nas demais regiões do Estado, a instrução produzida na casa escolar de Foz do Iguaçu era extremamente precária. Talvez em razão da precariedade da instrução produzida pela casa escolar tenha continuado em Foz do Iguaçu, a instrução particular domiciliar até a instalação do grupo escolar em 1928.⁷

Contudo, o desenvolvimento educacional de Foz do

⁷Depoimento de Elfrida Engel Nunes Rios - Foz do Iguaçu, 1990, alfabetizada em Vila Rica, Paraguai, nos anos 1912/14. Não soube informar se, no período, a instrução particular domiciliar era paralela à instrução da casa escolar ou para crianças que não frequentavam a casa escolar.

Iguaçu está relacionado com a articulação de outros fatores de importância nas representações sociais daquele núcleo populacional. Até 1918, a população católica de Foz do Iguaçu recebia, uma vez por ano, assistência religiosa de sacerdotes de Posadas, capital da província argentina de Misiones. Apenas muito esporadicamente passava algum padre da paróquia de Guarapuava, à qual pertencia Foz do Iguaçu. Como Foz do Iguaçu já tinha sido elevada à condição de sede de município, a questão da assistência religiosa também fazia parte das preocupações da população local e da Igreja. Em razão da distância, da precariedade dos transportes e das estradas, as autoridades eclesiásticas julgaram conveniente criar a paróquia de Foz do Iguaçu. Diante das dificuldades econômicas para a instalação da paróquia, o bispo de Curitiba pediu auxílio ao governo do Estado. Este comprometeu-se em repassar subvenções e até salários para os padres, mas, em contrapartida, a paróquia deveria construir e dirigir um grupo escolar em Foz do Iguaçu.⁸

Em 1923, foi instalada a paróquia e nomeado o primeiro vigário, um sacerdote alemão da congregação do Verbo Divino, Padre Guilherme Maria Tilecks. Para cumprimento do acordo com o Estado, mesmo antes da construção do grupo escolar, o Padre Guilherme assumiu a direção da casa escolar, onde passou a lecionar. Para o desempenho de suas atividades, o Padre Guilherme recebeu a ajuda de dois padres e um irmão de sua congregação (Padres João Progzeba, Paulo Schnei-

⁸ COLODEL, op. cit., p. 243 a 247.

der e Irmão Bianchi).⁹ Em 1928, entrou em funcionamento o grupo escolar, em prédio novo, sob a direção do Monsenhor Guilherme¹⁰, com a denominação Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. O grupo escolar passou a ter como professores dois padres (João Worth e José Winks) e duas professoras escolhi-
das pelos padres entre a população de Foz do Iguaçu (Aretuza Reis da Silva e Francisca Correia Schimmelpfeng). Em 1930, o grupo escolar passou para a administração estadual, sob a direção de professores nomeados e pagos pelo Estado.¹¹

A história da instalação do grupo escolar de Foz do Iguaçu e a forma como foi encaminhada a questão induzem a algumas reflexões. Fica claro que entre a população de Foz do Iguaçu existia um descontentamento com o nível técnico da educação produzida pela casa escolar. Existia a reivindicação de uma escola de melhor qualidade e o governador tinha essas informações. Se o Estado tivesse proposto parceria com o município, que seria a via normal, e não com a paróquia, o problema da qualificação dos professores e o nível técnico da educação continuariam os mesmos. A questão da qualificação dos professores, possivelmente, determinou esta parceria. Outro indicador dessa hipótese é que tão logo Foz do Iguaçu passou a contar com normalistas formadas, em 1929 e 1930, não mais se justificou o trabalho dos pa-

⁹COLODEL, op. cit., p. 243 a 247.

¹⁰Em 1926, a paróquia de Foz do Iguaçu foi elevada à categoria de Curato e o Padre Guilherme recebeu o título de Monsenhor. Colodel, idem, ibidem.

¹¹Informações colhidas na documentação da Secretaria do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, Foz do Iguaçu, 1990.

dres, deslocados de suas funções básicas apenas para suprir uma carência local e temporária. Sobra ainda a questão da denominação do grupo escolar: por que Bartolomeu Mitre? Teria sido apenas uma inocente homenagem ao general argentino da Tríplice Aliança?

Embora em Santa Helena houvesse colonos assentados desde 1921 pela Firma Alegretti e, depois de 1926, pela Companhia Espéria e esses colonos fossem italianos ou descendentes de italianos, tradicionalmente católicos, apenas em 1923, receberam, pela primeira vez, assistência religiosa, após a criação da paróquia de Foz do Iguaçu. Os colonos de Santa Helena conseguiram ter capela em 1929, uma obra reivindicada junto à Companhia Espéria e construída por eles em terreno da companhia. A organização da capela de Santa Helena seguiu o modelo das colônias de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, isto é, foi constituída uma diretoria, à qual caberia a administração da capela e a promoção de festas para arrecadar recursos destinados à realização de obras complementares.¹² A diretoria da capela, mesmo havendo reivindicação da escola, preferiu dar prioridade à construção do salão de festas, justamente por ser um meio indispensável de arrecadação de recursos e local de encontro dos colonos tanto para o lazer como para discussão e encaminhamento de soluções para seus problemas coletivos.

Os colonos de Santa Helena, além da extrema dificuldade de comunicação com as localidades próximas — dispu

¹²COLODEL, op. cit., p. 245 e ss.

nham praticamente apenas do rio Paraná – a colônia também tinha peculiaridades. Neste período não existia núcleo urbano, apenas os galpões e casas da administração do porto da Companhia Domingos Barthe, que não fazia parte da colonização. Os colonos viviam isolados em seus lotes rurais, distanciados entre si, e com sérios problemas de subsistência. Esses fatores complicavam a solução para a escolarização de seus filhos.

Talvez, por essa razão, tenham optado em direcionar suas lutas no sentido de, primeiro, conquistar a paró-quia e depois resolver a questão da escola. Ou, numa outra perspectiva, a precariedade de suas relações sociais e in-tercâmbios não exigia prioritariamente escolarização, mas a paróquia como meio para ampliar sua organização local e contar com a assessoria que o padre poderia prestar-lhes em suas lutas posteriores. Esta hipótese se justifica na medida em que se levar em conta que, por terem vivido sempre no grupo colonial italiano, os colonos tinham deficiências de comunicação em língua portuguesa e a maioria deles eram precariamente alfabetizados ou até analfabetos. A luta pela escola exigia uma ampliação de sua própria organização social, possível através da coordenação de um agente reconhecido, como é a de um pároco.

A conjugação desses fatores explica também porque em Santa Helena, neste período, não tenha sido encontrado nenhum relato de instrução particular domiciliar, na modalidade tratada acima. Mas isso não exclui ou invalida a instrução "escolar" realizada pela família que, comprovadamen-

te, existiu.¹³ Os pais alfabetizados, utilizando carvão e tábuas ou lápis e papel de embrulho, ensinavam as letras a seus filhos, a escrever o próprio nome, de forma esporádica, não sistematizada, completamente distinta da instrução particular domiciliar anteriormente caracterizada.

A prioridade estabelecida na luta dos colonos de Santa Helena, em hipótese alguma, justifica dizer que os imigrantes italianos e seus descendentes, por razões culturais, davam grande importância à capela e nenhuma à escola. Nas suas representações e nas suas lutas, a escola sempre ocupou um lugar de destaque. Apenas, consideradas as condições específicas de Santa Helena, priorizaram a luta pela paróquia. Ademais, existia o exemplo de Foz do Iguaçu que tinha conquistado a melhoria da escola por intermédio da paróquia.

Nos primeiros dias de 1930, o grupo colonial conseguiu que o Padre José Winks, liberado pelo grupo escolar de Foz do Iguaçu, estabelecesse residência permanente em Santa Helena. A paróquia seria fundada desde que houvesse terreno legalizado para isso. Por não ter havido acordo entre o grupo colonial e autoridades da Igreja com a Companhia Espéria, esta negou-se a fornecer escritura do terreno ocupado pela capela e salão de festas, tornou-se inviável a criação da paróquia. Em outubro do mesmo ano, o padre recebeu ordens de seus superiores para retornar a Foz do Iguaçu.¹⁴

¹³ Informações colhidas no Departamento de Educação de Santa Helena, 1990.

¹⁴ COLODEL, op. cit., p. 248.

Durante sua permanência em Santa Helena, além das atividades estritamente religiosas, o Padre Winks dava aula para um grupo de crianças no salão de festas. Ensinava "as primeiras letras e um pouco de aritmética básica, além do ensino religioso".¹⁵ Esses foram os primeiros meses de funcionamento de algum tipo de escola em Santa Helena, um sonho que se desfez junto com a tentativa do núcleo colonial de constituir sua paróquia.

Durante a década de 1930, poucos foram os colonos assentados pela Companhia Espéria. Neste mesmo período a Companhia Domingos Barthe e o porto de Santa Helena foram desativados, gerando maiores dificuldades de abastecimento e subsistência do grupo colonial pioneiro. Em 1942, a partir de medidas do governo federal, após ter declarado guerra ao eixo, alemães e italianos passaram a ser expulsos das regiões de fronteira. Diversas famílias de italianos foram expulsos de Santa Helena, reduzindo ainda mais o já pequeno núcleo colonial. Como a maioria dos acionistas da Companhia Espéria era constituída por italianos, no mesmo ano, teve a concessão de colonização cancelada pelo governo do Estado e encampados seus bens. A Companhia Espéria moveu uma ação na justiça exigindo indenização pelos investimentos feitos em Santa Helena. O caso só foi definitivamente solucionado em 1950.

Ainda durante a guerra, alguns colonos gaúchos tentaram estabelecer-se em Santa Helena, mas, dada a precariedade das condições locais e a incerteza fundiária decorrente da demanda judicial, preferiram fixar-se em outros pontos da região. A colonização de Santa Helena só foi retomada

¹⁵COLODEL, op. cit., p. 248.

da na década de 1950, já no contexto do amplo movimento de colonização do Oeste do Paraná. A luta pela criação da paróquia de Santa Helena só terminou em 1961. Antes da paróquia, Santa Helena conseguiu a escola, em 1956, num contexto histórico diferente de suas lutas anteriores. O grupo colonial pioneiro foi amparado pela luta dos colonos assentados pelas colonizadoras capitalistas que viam no progresso de seus clientes a afirmação de seus negócios. À administração da colonizadora passou a ser a direção primeira do encaminhamento de suas reivindicações de toda ordem. Os gerentes das colonizadoras, quando as reivindicações ultrapassavam suas possibilidades e competências, tornavam-se articuladores e porta-vozes dos colonos junto ao poder público e diferentes instituições sociais, na conquista da escola, do atendimento à saúde e da assistência religiosa.

Mas antes de 1956, antes da existência da escola, houve escolarização em Santa Helena. Os colonos assentados na década de 1950, além de serem migrantes num contexto histórico diferenciado dos pioneiros, tinham outras condições, tanto econômicas quanto culturais. Durante as décadas de 1940 e primeiros anos de 1950, o sistema educacional do Rio Grande do Sul e Santa Catarina atingia grande parte das populações rurais das antigas colônias de imigrantes. Membros das famílias assentadas em Santa Helena tinham passado por escolarização primária em suas regiões de origem. Até as colonizadoras desse período tinham outros conceitos na divisão das glebas em lotes rurais, prevendo a produção e o escoamento da produção. Levavam em conta a topografia e a

criação de infra-estruturas necessárias ao processo produtivo.

Uma das formas de relacionamento dos colonos entre si era através dos chamados travessões, espaços destinados pelas colonizadoras para abertura de estradas e vias de acesso, interligando glebas e lotes rurais. Entre diversas famílias interligadas por um travessão, além da vizinhança – um conceito e até um sentimento levado em alta conta por pessoas de suas características culturais¹⁶ – nascia entre elas um sentido de comunidade na acepção de busca de soluções coletivas para seus problemas comuns.

Assim, nesses travessões de Santa Helena, foram construídas capelas em homenagem a santos de suas devoções em terreno cedido por um dos colonos situado em um ponto de acesso favorável à maioria. Essas capelas eram utilizadas como local de escolarização das crianças moradoras das proximidades.¹⁷ A escola, informal e sem nenhum ato oficial, era mantida pelo próprio grupo colonial que, coletivamente, construiu a capela. A professora, normalmente uma adolescente do grupo colonial razoavelmente escolarizada, dentro de suas possibilidades, instruía as crianças do travessão, utilizando os mais criativos recursos didáticos existentes no local, substituindo quadro e giz, por papelão e carvão.¹⁸

¹⁶Freqüentemente ouve-se o adágio popular: *"Vizinho é o parente mais próximo."*

¹⁷A escola de travessão não ocorreu apenas em Santa Helena, mas em diversas localidades da região durante o processo de colonização.

¹⁸Informações colhidas na Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena, 1990.

Dentro do novo contexto das colonizadoras do final da década de 1940 e 1950, havia a preocupação com a criação dos serviços básicos exigidos pelos colonos. As colonizadoras reservavam áreas para os futuros núcleos urbanos e instalação de serviços de que as próprias colonizadoras necessitavam. A perspectiva da criação de infra-estruturas era fator preponderante para atrair novos compradores de lotes rurais. A existência de escola ou a perspectiva de sua imediata instalação constituía-se em um dos itens preponderantes, entre outros, para aquisição de terras por colonos do sul premidos a migrar pelas condições estruturais. Considerados esses fatores, os gerentes das colonizadoras, em função de seus próprios negócios, nos contatos com o serviço público, articulavam a conquista dos serviços reivindicados pelos colonos. A principal colonizadora de Santa Helena reservou e planejou a área urbana e aí foi instalada a primeira escola oficial, o grupo escolar estadual. Apenas após a emancipação do município foram criadas as escolas municipais rurais, grande parte delas no mesmo local onde já existia a escola de travessão dos colonos. O município construía a escolinha rural ao lado da capela do travessão, assumindo a responsabilidade pela manutenção e pelo pagamento da professora.¹⁹

Guaíra tem toda uma história ligada à Companhia Mate Laranjeira. A essa companhia, Guaíra deve sua fundação, em 1909, e seu desenvolvimento inicial nas décadas se-

¹⁹Informações colhidas na Secretaria Municipal de Educação de Santa Helena, 1990.

guintes. Depois de 1917, ano em que a companhia melhorou a estrada de ferro ligando Guaíra ao porto Mendes e implantou a tração por locomotiva, a localidade passou a ter importância, exigindo sucessivas melhorias. Guaíra foi transformada em sede social da Mate Laranjeira, um núcleo urbano planejado, com traçados de ruas, arborização, boas construções para alojar seus funcionários categorizados; dispunha de médico e farmácia. O porto e a ferrovia eram movimentados. Ao longo da ferrovia, a Companhia Mate Laranjeira implantou uma linha telegráfica e dispunha de um sistema particular de correios.²⁰

Após 1920, com a construção e entrada em funcionamento do porto Epitácio, que estabelecia a ligação com o porto de Guaíra, aumentou o movimento de pessoas e cargas, tornando possível o comércio de produtos da indústria paulista no Oeste do Paraná.

Como era uma companhia de origem brasileira, com sede no Brasil e de sua diretoria participava um bom número de brasileiros, contava, também, nos postos-chaves de diferentes setores administrativos, com o trabalho de brasileiros com um certo nível de escolarização, capazes de fazer anotações e cálculos. Esses trabalhadores moravam em Guaíra com suas famílias e constituíam segmentos sociais que valorizavam a escolarização e não se conformava com que seus filhos não tivessem escola.

Embora não tenha sido obtida a data precisa, pelo

²⁰SAATKAMP, op. cit., p. 31.

caminho da confrontação de informações, tudo indica que nos primeiros anos da década de 1920 tenha sido iniciada a escolarização domiciliar particular em Guaíra. Essa modalidade de escolarização existiu em Guaíra, visto que foi obtida a informação de que os diretores da Mate Laranjeira incentivaram e apoiaram uma senhora que dava aulas a um grupo de crianças, em sua residência, sentados à mesa de refeições. O interesse da Mate Laranjeira com a escolarização devia-se especialmente a suas carências de mão-de-obra qualificada para o trabalho nos escritórios, para fazer assentamentos e transcrições nos livros de contabilidade da companhia.²¹

Possivelmente, essa modalidade de escolarização foi considerada insuficiente para suprir as necessidades de mão-de-obra da Mate Laranjeira. Esta possibilidade está relacionada ao fato de que, em 1928, Francisco Mendes Gonçalves, um dos diretores brasileiros da companhia, determinou a construção e manutenção de uma casa escolar em Guaíra²² e a professora não foi escolhida entre quem já ensinava, mas contratada em Curitiba, uma normalista formada. Contudo, essa professora não permaneceu muito tempo em Guaíra. Foi substituída por Marina Marcondes Suarez, moradora da localidade e considerada a primeira professora de Guaíra.²³ Uma

²¹ Informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação de Guaíra, 1990, em reunião com professores do órgão. À medida que eram formuladas perguntas e não havendo documentação a respeito, os professores buscavam informações junto a pessoas da cidade que podiam esclarecer as dúvidas.

²² Preâmbulo (síntese histórica) do Projeto de Reestruturação do Colégio Estadual Francisco Mendes Gonçalves de Guaíra - Secretaria do Estabelecimento.

²³ Depoimento de Elfrida Engel Nunes Rios, Foz do Iguaçu, 1990.

outra hipótese que poderia explicar a construção e manutenção da casa escolar pela Mate Laranjeira poderia ser também, como ocorreu em outros pontos da região, a reivindicação de escola para um número de crianças superior à capacidade de atendimento particular domiciliar.

Em 1942, ainda sob a responsabilidade de manutenção da Mate Laranjeira, a casa escolar foi transformada em grupo escolar. Em toda a região, as casas escolares só foram transformadas em grupos escolares quando houve um sensível crescimento populacional e a ampliação da presença do poder público. Não há indicação de que isso tenha ocorrido em Guaíra no período. Quando criados, a maioria dos grupos escolares, de imediato, passavam para a competência do Estado.

Esse fato não ocorreu em Guaíra. Segundo consta, havia muitas queixas da população quanto ao nível técnico da escolarização produzida pela casa escolar. Talvez, a Mate Laranjeira tenha adotado o sistema de grupo escolar na tentativa de melhorar as condições da escola. Já no ano seguinte, com a criação do Território Federal, passou para a administração federal. Com a extinção do Território Federal em 1946, a administração do grupo escolar passou para o Município de Foz do Iguaçu. Mais uma vez, diferente do geral da região. Em 1951, com a criação do município do Guaíra, o grupo escolar foi estadualizado.²⁴

Em Catanduvas, embora lá tenha se estabelecido

²⁴ "Histórico do Estabelecimento – secretaria do Colégio Mendes Gonçalves de Guaíra, 1990.

população desde a época da criação do posto de abastecimento dos militares fundadores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889), só passou a existir escola no final da déca da de 1920, com peculiaridades, até certo ponto, inéditas, em toda a região Oeste do Paraná. A primitiva população, assentada em Catanduvas pelos militares, era constituída por caboclos paranaenses que viviam nas matas próximas a Guarapuava. Esse segmento social, por razões histórico-culturais, não reivindicou educação, nem por eles mesmos foi tomada alguma iniciativa nesse sentido.

Mesmo que nos anos anteriores Catanduvas já fosse uma referência no contexto regional tanto para militares como para o sistema de conservação da Rodovia Estratégica, apenas no final da década de 1920, o núcleo populacional, teve alterações em sua realidade social. Essas alterações tiveram origem em três fatores. O primeiro foi a instalação de postos telegráficos ao longo da rodovia até alguns portos no rio Paraná, interligando a região. Catanduvas passou a ser um entroncamento de linhas telegráficas, exigindo a presença de operadores do sistema, que lá se estabeleceram com suas famílias. O segundo fator foi o deslocamento de pecuaristas de Guarapuava e de outras localidades do Paraná para Catanduvas. Esse segmento social, bem relacionado com os grupos políticos do Paraná Tradicional, teve facilidades em requerer e ocupar terras públicas do Estado. Aí implantaram fazendas, ocupando mão-de-obra para a derrubada da mata, cultivo de milho, criação de porcos no sistema de safra; criação de equinos e muares, importantes para os transportes na época. E, por último, o

deslocamento de descendentes de imigrantes, pequenos produtores rurais de Santa Catarina e das colônias de imigrantes do Paraná, com níveis de civilização diferentes dos caboclos, que iniciaram o processo de ocupação das terras para produção agrícola mercantil, com o trabalho familiar.

Os fazendeiros, por disporem de recursos, mandavam seus filhos para as escolas de Guarapuava; as filhas internas e os filhos em casas de parentes ou conhecidos. Os outros dois segmentos sociais, constituídos por funcionários do governo e colonos descendentes de imigrantes, com poucos recursos, passaram a reivindicar escola para seus filhos.

A alternativa encontrada para o problema da escolarização em Catanduvas é que constitui o aspecto inédito na região. Uns poucos fazendeiros, politicamente relacionados com Guarapuava, e alguns funcionários públicos e comerciantes constituíram uma célula integralista em Catanduvas. Essa célula da Ação Integralista construiu a casa escolar, fornecia material escolar de boa qualidade, exigia que as datas cívicas fossem comemoradas e cantado o hino nacional, supervisionava a educação física, ensinava marcha e pagava a professora. Em 1929, contando com casa escolar bem construída e uma professora formada na Escola Normal Regional de Guarapuava, foi iniciada a educação escolar em Catanduvas.²⁵

²⁵Depoimento da Professora Alvina Pompeu Reis – professora da escola integralista de Catanduvas – Cascavel, 1990.

Contudo, essa escola teve um curto período de funcionamento. A professora decidiu morar com os pais na fazenda, abandonando as atividades na escola, em 1931. No ano seguinte já não havia mais escola em Catanduvas. A desativação da escola não foi apenas por falta de professora, mas especialmente em razão do novo traçado de estrada executado na época, deixando Catanduvas afastada da rodovia. As perspectivas de desenvolvimento tornaram-se maiores em Cascavel, a pouco mais de quarenta quilômetros a oeste de Catanduvas. Em decorrência do novo traçado da rodovia, os serviços públicos existentes em Catanduvas foram transferidos para Cascavel, onde foi instalada a central dos correios e telégrafos e divulgados planos de governo para o desenvolvimento da localidade. Quem tinha interesses em dedicar-se a atividades urbanas tratou de transferir-se de Catanduvas para Cascavel. Até famílias de agricultores, descendentes de poloneses, já instalados em Catanduvas, transferiram-se para Cascavel, onde já existia um grupo polonês radicado.

"A escola de Catanduvas foi interrompida porque quem se interessava pela educação de seus filhos veio embora para Cascavel".²⁶

No período de 1932 a 1943, época em que Catanduvas não mais contou com escola, existiu alguma forma de escolarização particular domiciliar. As famílias de pequenos comerciantes e de outras atividades urbanas davam um

²⁶Professora Alvina Pompeu Reis, depoimento citado.

jeito para que seus filhos aprendessem a ler, escrever e fazer contas.

"Quando comecei a dar aula (1943), a gente encontrava um ou outro que já sabia alguma coisa, muito pouco".²⁷

Catanduvas, apesar do êxodo populacional na década de 1930, sempre contou, entre sua população, com fazendeiros, comerciantes e tropeiros, ligados aos políticos do Paraná tradicional, que se interessavam pela localidade. Talvez por essas razões, Catanduvas continuava a ser uma localidade de prestígio. Em 1943, estava concluída a construção do Grupo Escolar Anita Ribas, mantido pelo Estado, com professores nomeados e pagos pelo Estado. O nome do grupo foi dado em homenagem à esposa do interventor Manoel Ribas que governou o Paraná no período de 1931 até a queda de Getúlio Vargas.

"Anita Ribas visitou o grupo, mandava material, mapas, bandeira".²⁸

Diferentemente de outras localidades do Oeste do Paraná, que só tiveram escola muito tempo depois da ocupação, Cascavel passou a contar com escola apenas dois anos após a fixação dos primeiros moradores. A rapidez com que foi constituída a escola em Cascavel deveu-se especialmente às características humano-culturais de sua população. O grupo pioneiro era constituído por comerciantes e suas famílias, acompanhado de caboclos trabalhadores rurais e de

²⁷Depoimento da Professora Maria Maier, Catanduvas, 1990.

²⁸Professora Maria Maier, depoimento citado.

descendentes de imigrantes poloneses, com diversos ramos de atividade. Tanto os comerciantes como os descendentes de imigrantes viam na escolarização aspectos práticos para as relações sociais, na humanização de si próprios e de sua cultura. A essa população juntaram-se outros segmentos sociais dos correios e telégrafos e da Comissão de Estradas, que também reconheciam a importância da escolarização. Como acontecia em outros pontos da região, a população estabelecida em Cascavel também construiu sua capela, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Em 1932, a capela passou a ser utilizada para a escolarização das crianças, na modalidade de casa escolar sem ato oficial. Nos primeiros três anos, a escola foi mantida pela população local e seus professores tinham ligações com a Comissão de Estradas ou exerciam funções públicas.

A partir de 1935, mesmo que a escola funcionasse no mesmo local e mantivesse as mesmas condições, a professora passou a ser paga pelo município de Foz do Iguaçu. A regra geral era a de que o poder público só pagasse professores de escola constituída por ato oficial. Mas essa peculiaridade, com relação à escola de Cascavel, não foi a única. A professora, paga pelo poder público, era formada pela Escola Normal Regional do Colégio Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. A regra geral era de que apenas moças ricas, filhas de fazendeiros, estudassem em internatos. A professora Genoveva Boiarski não era de família rica, e foi a primeira filha de colonos radicados em Cascavel a cursar escola normal.²⁹

²⁹Depoimento da Professora Stanislava Boiarski Bartnik, Cascavel, 1990.

Em 1937, após a construção do campo de pouso do Correio Aéreo Nacional e início do funcionamento da rota, Cascavel recebeu um adicional de pessoal constituído por radiotelegrafistas e outros controladores de terra dos vôos da Aeronáutica, ampliando os segmentos sociais escolarizados e interessados na escola. Em 1938, após Cascavel ser elevada à condição de distrito administrativo de Foz do Iguaçu, foi criada a casa escolar oficial pública. Em 1947, após a transformação da casa escolar em grupo escolar, o Estado passou a manter a escola e pagar os professores.³⁰

A partir dessas informações e constatações, é possível concluir que no período de ocupação do Oeste do Paraná, os núcleos populacionais pioneiros buscaram alternativas para o problema da escolarização, construíram sua escola, a partir de seu próprio contexto social. O contexto social revela, primeiramente, que a educação não era um problema igual para todos. Para os segmentos sociais, independentemente das relações de produção, mas que dispunham de recursos financeiros, a inexistência da escola na região não constituía problema. Podiam encaminhar seus filhos para outras cidades e até mantê-los em internatos que produziam ensino de boa qualidade. Para um outro segmento social, constituído por funcionários do governo, pequenos comerciantes e trabalhadores qualificados de algumas empresas, a inexistência de escolas também não constituía um grande problema. Podiam escolarizar seus filhos contratan

³⁰Depoimento da Professora Stanislava Boiarski Bartnik, Cascavel, 1990.

do esse serviço na modalidade da escolarização domiciliar, sem escola, partilhando as despesas com outras famílias que percebiam na educação uma necessidade subjetiva. Para os demais segmentos sociais subalternos dos núcleos populacionais pioneiros, colonos e especialmente caboclos, para esses sim, a educação era um problema. A eles só restava a alternativa da casa escolar pública. Essa apenas foi criada quando o número de crianças dos outros segmentos sociais a serem escolarizadas era maior que a capacidade de atendimento particular domiciliar.

Mesmo antes da ampla definição da divisão da sociedade local em classes, havia um sentido de classe na escolarização, no atendimento escolar. Fica explícito que a escola gestada no interior dos núcleos populacionais pioneiros do Oeste do Paraná não era uma escola para todos. Originou-se de um segmento social e a ele se destinava. A ampliação do atendimento a esse segmento social é que deu origem à casa escolar que, a partir de uma maior presença do poder público, passou a ser pública.

A grande maioria dos alunos freqüentava a casa escolar até conseguir decodificar as palavras escritas, assinar o próprio nome, executar cálculos mais simples e abandonava a escola. A permanência na escola era menor para as crianças pertencentes aos segmentos subalternos da sociedade local. Os alunos que permaneciam na escola e se submetiam ao exame de comprovação de escolaridade primária, salvo raríssimas exceções, eram pertencentes àquelas famílias que, se não houvesse casa escolar, providenciariam instrução

particular na modalidade domiciliar. Mesmo na modalidade de casa escolar pública, a escola excluía a maioria de seus alunos.

Por um lado, analisando o processo histórico regional e como foi iniciada a escolarização, há uma relação entre o processo histórico e como foi construída a escola, isto é, a escola nasceu quando o processo histórico abriu espaço de trabalho a pessoas que exerciam seus papéis a partir da habilitação produzida pela escolarização. Esse fator passou a ser conscientizador do valor da escolarização e, ao mesmo tempo, meio concreto para suprir a necessidade objetiva de escolarização, isto é, membros das famílias de funcionários públicos e trabalhadores categorizados de empresas tinham, mesmo precariamente, condições de ensinar. A escolarização particular domiciliar nasceu do interior do processo histórico de dilatação das fronteiras econômicas, de ampliação das forças produtivas e dos primitivos serviços públicos, inicialmente, em alguns pontos regionais.

Por outro, a criação das casas escolares, um espaço físico construído com a finalidade específica de escolarização, revela uma outra vertente do processo histórico. A escolarização particular a domicílio tinha um nítido caráter supletivo, isto é, anterior à existência do professor "profissional", uma alternativa para suprir a carência, a necessidade consciente de educação. A casa escolar, embora nem toda a população na faixa etária escolar, por diversas razões, a ela tivesse acesso, ampliava as condi-

ções de atendimento educacional. O professor, que passou a deslocar-se de sua residência para a casa escolar, configurando ida ao trabalho, passou a desempenhar um papel profissional. Nas representações do núcleo populacional pioneiro, a construção da casa escolar simbolizava a conquista da escola propriamente dita, criando uma expectativa de avanço na qualidade técnica da escolarização.

A casa escolar tinha um enraizamento mais amplo no grupo social pioneiro, direta ou indiretamente por ele construída, e uma outra relação dentro do processo histórico. O profissional da educação também tinha suas raízes no grupo social estabelecido, via de regra uma filha de fazendeiro, de comerciante, de funcionário público e até mesmo de colonos que retornou do internato após a conclusão de uma faixa de escolarização, entre elas o Normal Regional. Essa outra etapa do processo histórico regional gerou a escola e o professor. À medida que o processo histórico foi ampliando as relações e intercâmbios dos grupos sociais estabelecidos, as casas escolares passaram a ser assumidas pelo poder público, primeiramente mediante o pagamento do trabalho do professor e posteriormente sua manutenção.

Numa etapa posterior, com o crescimento populacional e de sua produção, embora tenha havido exceções, o poder do Estado transformou as casas escolares em grupos escolares e assumiu os encargos. A criação dos grupos escolares estaduais mantém uma relação com o desenvolvimento material das localidades. Os grupos escolares estaduais só foram criados junto ou em períodos anteriores próximos

à criação de novos municípios da década de 1950. Em outros termos, significa dizer que, depois da produção, o Estado impôs sua presença, primeiramente pelo fisco e outras formas coercitivas, e só depois, muito lentamente, retribuiu com serviços, numa conduta tipicamente capitalista, idêntica à classe social que lhe dava sustentação política.

O grupo escolar, que à primeira vista poderia representar um salto qualitativo para a educação regional, significou mais a presença do poder do Estado e uma diluição da relação da sociedade com sua escola, que o Estado a serviço daquela formação social.

O processo de como foi gestada a escola a partir do interior do processo histórico de ocupação e colonização do Oeste do Paraná não foi igual na região como um todo. Mantém, contudo, traços gerais. Uma peculiaridade foi, dadas suas condições específicas, o caso de Santa Helena. Na primeira etapa de ocupação e colonização o grupo de colonos lá estabelecido não gerou escola, escolarização, nem seus professores. Na segunda etapa da colonização, os novos colonos de Santa Helena, associados aos pioneiros, construíram sua escola, com as características e traços gerais da luta pela educação desenvolvida pela população regional.

No capítulo seguinte será analisada uma nova etapa do processo histórico regional, período de intensa colonização via colonizadoras, da ampliação das atividades econômicas de produção agrícola e madeireira e como foi encaminhado o problema da educação dentro desse novo contexto. Os migrantes desse período, tanto para a área rural como

para as atividades urbanas, buscavam sua integração às novas realidades do pós-guerra, da expansão capitalista e da ampliação dos mercados consumidores, num contexto de transformação das relações entre cidade e campo e do aprofundamento da divisão da sociedade em classes. Nesse processo de transformação estrutural da sociedade mais ampla será tentado desvendar os fatores que determinaram o rápido crescimento regional e como, a partir de seu interior, foi pensada a educação pelos colonos e pela população urbanizada.

CAPÍTULO VI

A ESCOLA DOS COLONOS

Por escola dos colonos, no presente trabalho, entende-se a escola construída e mantida pelos grupos de colonos que foram se estabelecendo nas áreas de colonização da região Oeste do Paraná, em terras loteadas e vendidas pelas colonizadoras a produtores rurais provenientes das regiões coloniais de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesta perspectiva, a escola dos colonos foi um tipo de escola nascida do interior dos grupos ou núcleos de colonos estabelecidos no Oeste do Paraná, uma escola a seu serviço e com características assemelhadas com sua cultura e visão de mundo.

Em primeiro lugar, é indispensável estabelecer um pequeno resgate histórico de como era resolvido o problema da educação nos grupos coloniais de imigrantes nos estados do sul. Os colonos, imigrantes europeus, ocupavam suas colônias destinadas pelo Governo Imperial, ou pelo estado, após a Proclamação da República e, de modo geral, permaneciam abandonados à própria sorte, sem nenhuma assistência para o início da produção, embrenhados nas florestas e sem estradas. O poder do Estado, o serviço público, permanecia ausente nos grupos coloniais. Os colonos, a partir de seus conceitos de identidade nacional, não se sentiam brasileiros. Para eles, os brasileiros eram aqueles que não tinham origem européia e que falassem bem a língua, que denominavam "língua brasileira". Conseqüentemente, não re

clamavam o serviço público e, na maioria dos casos, por deficiência do domínio da língua, apenas se aproximavam do serviço público e de seus agentes em casos de necessidade insuperável. Eles mesmos resolviam, a partir de suas capacidades e esforços coletivos, seus problemas de estrada, de escoamento de seus excedentes e a construção de infra-estrutura que julgavam necessária, do templo ou capela à escola.

O Estado brasileiro relutava em assumir o compromisso com a educação onde o serviço público já se fazia presente. Muito mais complicado era o Estado estender a escola nas áreas rurais e especialmente nas áreas afastadas de colonização européia. Ao mesmo tempo que os imigrantes construam a infra-estrutura de sobrevivência enquanto colonos, construam também sua escola; escolhiam, dentre o grupo colonial, seu professor. Construída a escola e escolhido o professor, o grupo colonial reunido definia o currículo escolar, isto é, o que desejavam que a escola ensinasse a seus filhos. A escola era realmente deles e produzia conhecimentos de seu interesse e na sua ótica de percepção e interpretação de mundo, isto é, uma escola a serviço do grupo colonial.

Essas condições históricas dos grupos de imigrantes estimularam a busca conjunta de soluções dos problemas coletivos, desenvolvendo um sentido associativo e solidá-rio no grupo colonial. As múltiplas necessidades dos grupos coloniais exigiam o desenvolvimento de atividades artesanais: ferraria, marcenaria, selaria, sapataria, constru-

ção de carroças e outros meios de transporte, organização do comércio, implantação de pequenas indústrias de transformação de seus produtos coloniais, especialmente moinhos e sistemas de conservação de produtos alimentícios, tais como derivados de leite, de suínos, de frutas e legumes. O encaminhamento de soluções de seus problemas coletivos exigia um sentido comunitário de suas ações, isto é, a discussão e circulação de idéias sobre como conseguir a própria sobrevivência enquanto grupo. A divisão do trabalho entre eles não tinha um sentido exclusivo de divisão do trabalho visto que, a maioria continuava a trabalhar a terra e exercia atividades artesanais, comerciais ou industriais com um sentido de prestação de serviços ao grupo colonial. Para os diferentes problemas e necessidades do grupo colonial foram encontradas alternativas criativas de solução. Neste aspecto, os artesãos desempenhavam papel fundamental na busca de alternativas de solução para os problemas de instrumentos de trabalho adequados para a produção e conservação da produção e instrumentos complementares para esses fins. Nos grupos coloniais, o comércio foi o primeiro segmento econômico a ter suas características diferenciadas. Pela busca do lucro, principal característica do modo capitalista de reprodução, a questão do preço de compra de produtos agrícolas e venda de mercadorias passou a ser uma área de confrontos e contradições entre eles. Na ótica dos colonos, o comerciante ou bodegueiro* sempre foi o

* O termo bodegueiro, nos grupos coloniais, tem uma conotação pejorativa: mau comerciante, comerciante desonesto.

grande explorador dos resultados de seu trabalho e contra o qual deviam precaver-se.

Descendentes de imigrantes, com essa tradição histórico-cultural, formaram os primeiros grupos, os grupos pioneiros de migrantes, especialmente no pós-guerra, na década de 1950 e primeiros anos da década de 1960, assentados pelas colonizadoras na região Oeste do Paraná e aqui construíram, mesmo por um curto período de tempo, sua escola.

No período de intensa colonização e do desenvolvimento das atividades de exploração da madeira, mediante implantação de serrarias, ocupando um elevado número de trabalhadores, aumentou consideravelmente a demanda por educação na região Oeste do Paraná. Desde já é preciso salientar que a população que migrou para a região era constituída basicamente por famílias novas, com filhos pequenos. Para analisar como foi resolvido o problema da educação, é indispensável levar em conta uma série de diferentes fatores que determinaram a construção de alternativas para os problemas no processo de colonização.

Em primeiro lugar, as madeireiras pertenciam a grupos econômicos, inicialmente do Paraná e, posteriormente, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nem sempre com capital muito expressivo, mas com experiência nesse ramo industrial e comercial. Mesmo que, historicamente, pertencessem aos grupos coloniais dos estados do sul, os madeireiros encontravam-se em outro estágio econômico e social que os diferenciava dos colonos. Suas experiências de vi-

da incluíam princípios e relações sociais nitidamente capitalistas. Buscavam superar todas as fases da realização econômica, isto é, produção, comercialização e lucro. Em algumas partes da região, especialmente em Cascavel e circunvizinhanças, os grupos madeireiros desempenharam papéis sócio-políticos destacados na criação de infra-estrutura que viabilizasse seus negócios, até de forma supletiva à ausência de serviços públicos, como abertura e conservação de estradas, utilizando máquinas e recursos próprios, estímulo ao comércio como garantia de subsistência de seus trabalhadores e incentivos à prestação de serviços complementares à atividade econômica. Estabeleciam amplos intercâmbios com diversas regiões do país e a nível de governo.

Essa influência sócio-política ocorria também com os grupos econômicos das colonizadoras. Tinham experiência de vida no comércio, de onde provinha a acumulação inicial para a formação das colonizadoras, articulados com diversas regiões, com claras noções a respeito da realidade do país e, por se tratar de colonização, com percepções dos movimentos sociais e das políticas de governo para o setor, estabelecendo freqüentes contatos com seus agentes. A partir de suas ações, a região, política e economicamente, aos poucos, passou a assumir algum significado no contexto mais amplo.

Na colonização do Oeste do Paraná, as colonizadoras, nas suas relações capitalistas, distinguiram o trabalhador braçal, que empregava na construção de infra-estrutura para o desenvolvimento da colonização, do colono a quem

vendiam seus lotes rurais. A quase totalidade de compradores de terra das colonizadoras eram pequenos proprietários rurais nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, experientes na produção agrícola mercantil, na criação de aves e animais fornecedores de produtos complementares ao sistema alimentício tradicional das colônias de imigrantes europeus.

Esses colonos visados e preferidos pelas colonizadoras em razão de sua qualificação para a produção, representando segurança de que a terra seria rapidamente paga, eram portadores de outras características humano-culturais que interessava na constituição da clientela e especialmente dos núcleos coloniais planejados pela maioria das colonizadoras. Sem dúvida, essas características estavam diretamente relacionadas com o sistema de vida adotado pelos descendentes de imigrantes europeus. Dentre essas características podem ser citadas o trabalho árduo como um valor moral, a solidariedade na luta para superação de problemas coletivos, a seriedade e correção nos compromissos assumidos, a prática de uma religião, a família bem constituída dentro dos padrões tradicionais, o interesse pela escola e escolarização de seus filhos. A ausência de qualquer desses itens representava inferioridade dentro do grupo colonial e justificativa para restrições de credibilidade nas relações sociais.*

*São muito freqüentes, em relatos de pioneiros da colonização, as restrições que estabeleciam a pessoas "desenraizadas", que não trabalhavam arduamente, que não participavam de atividades coletivas e não mandavam os filhos à escola. Cf. Arquivos do Projeto Memória. Cascavel, Assoeste.

Essas características dos colonos interessavam sobremaneira às colonizadoras, tanto na constituição e conceito de seus núcleos coloniais quanto como fator de credibilidade de seus empreendimentos comerciais. A transferência desses colonos para o Oeste do Paraná representou, de certo modo, uma reprodução das condições de seus pais e avós na antiga colônia de imigrantes, isto é, eles mesmos deveriam organizar-se e resolver seus problemas de sobrevivência, sem esperar que a colonizadora fizesse tudo por eles. Evidentemente no Oeste do Paraná, considerando o estágio de desenvolvimento existente no país, os recursos das colonizadoras e as características da natureza regional, as condições foram muito mais favoráveis que nas velhas colônias. As condições políticas também eram outras.

Esses fatores humano-culturais dos colonos foram fundamentais para o rápido desenvolvimento regional, assegurando produção e circulação de riquezas, organização social e retorno a curto prazo dos investimentos das colonizadoras. E os grupos econômicos das colonizadoras souberam explorar muito bem esses fatos em benefício de si próprios e de seus negócios. Qualquer tipo de conquista sócio-econômica e política melhorava as condições de venda e do valor das terras das colonizadoras. Seus gerentes, à medida do possível, buscavam a geração de fatos novos que conceituassem as áreas onde desenvolviam suas ações. Nesse sentido, os diretores da Maripá, numa visita que o governador do Estado fez a Foz do Iguaçu, convenceram-no a visitar a sede da colonizadora, passando por Cascavel.¹ Esse fa

¹SILVA, Oscar, op. cit., p. 112.

to está relacionado com os interesses da colonizadora com vistas aos posteriores desdobramentos relativos à criação dos primeiros municípios ainda nos anos iniciais de suas ações no Oeste do Paraná. (Mapas 2 e 3)

Nos primeiros anos da década de 1950, era plano do governo subdividir administrativamente o Estado, e os gerentes da Maripá sabiam disso, criando novos municípios. Em decorrência da lenta urbanização do Estado, os municípios existentes compreendiam imensos territórios, dificultando a administração. Na região Oeste do Paraná existia apenas o município de Foz do Iguaçu, criado em 1914. O desenvolvimento atingido pelos grupos coloniais associados aos grupos madeireiros surpreendeu o governador do Estado, incluindo nos planos de governo, a criação de novos municípios no Oeste do Paraná, não representando uma demanda populacional, mas apenas interesse de uma colonizadora. Pela Lei 790, de 14 de novembro de 1951, foram criados diversos municípios no Estado do Paraná², incluindo na mesma lei, os municípios regionais de Guaraniaçu, Cascavel, Toledo e Guaíra. A partir da criação dos novos municípios, foram ampliadas as condições de luta dos colonos pela escolarização de seus filhos, com desdobramentos nem sempre favoráveis a seus interesses, como veremos.

Mesmo que o contexto do desenvolvimento do país, do Estado e da região determinassem, em razão da época – já década de 1950 – relações tipicamente capitalistas, ampliando a divisão do trabalho e exigindo crescente presença

²SILVA, Oscar, op. cit., p. 112.

do poder público para suprir demandas sociais, na colonização do Oeste do Paraná, no mínimo no período de 1950 a 1960, isto não ocorreu. Pelo contrário, dentro da tipificação dos colonos anteriormente descrita, resolviam seus problemas a seu modo, da forma mais tradicional, isto é, sustentando uma íntima relação entre educação-escola com capela ou templo, como tinham feito seus antepassados nas antigas colônias. Por causa dessa perspectiva típica dos colonos, ocorreram fatos marcantes, especialmente na área colonizada pela Maripá. Como era intenção da colonizadora formar núcleos homogêneos nas áreas colonizadas, quando Alfredo Ruaro, descendente de italianos e católico, foi diretor da Maripá procurou atrair e assentar colonos, em Toledo e proximidades, descendentes de italianos, tradicionalmente católicos, e alemães católicos. O diretor seguinte foi Willy Barth, descendente de alemães e luterano, deu preferência a colonos descendentes de alemães e luteranos e direcionou o assentamento em Marechal Cândido Rondon e proximidades.

Essas questões que, à primeira vista, parecem apenas pitorescas abarcam temas etno-antropológicos e culturais significativos e envolvem perspectivas diferenciadas na solução de problemas coletivos, enquanto grupos de colonos, e eleição de prioridades como o da escolarização e da religião. Na perspectiva da cultura colonial alemã, o escalonamento de prioridades era de, ao lado de cada escola, um templo. Ao passo que, nas representações da cultura italiana era de, ao lado de cada igreja, uma escola.

Venilda Saatkamp, descendente de alemães e luterana de Marechal Cândido Rondon, amplia e diferencia um pou

co esse escalonamento de prioridades entre a cultura italiana católica e a alemã luterana:

"No início da colonização, a maior diferença constatada entre os grupos étnicos residia nos interesses comunitários. Os alemães classificavam os seus esforços pela comunidade na seguinte ordem: primeiro a escola, segundo o hospital e terceiro a igreja. Entre os italianos, a igreja vinha em primeiro lugar, depois a escola e por último o hospital".³

De qualquer forma, tanto para uma cultura étnica como para outra, a escola ocupava posição de destaque, junto com a saúde e a fé. O fundamental era que, nas suas concepções, esses eram problemas deles e que a eles, coletivamente, cabia resolver.

Dentro dessa lógica etno-cultural pode ser analisada a construção da escola dos colonos no Oeste do Paraná. Em 1946, prestava serviços na paróquia de Foz do Iguaçu o padre italiano Antônio Patuí. A convite da colonizadora Maripá, estabeleceu-se em Toledo, junto com os colonos pioneiros e participou da construção de casas e da primeira igreja. Dois anos após o início da colonização, o padre Antônio Patuí conseguiu convencer três religiosas de Curitiba a se transferir para Toledo, para fundar a primeira escola na área da colonizadora Maripá. Nos primeiros meses de 1948 a escola funcionou na igreja. No mesmo ano, foi inaugurado o prédio, construído pela população com participação material da colonizadora. Na inauguração, entre diversas autoridades religiosas e militares, estava presente o Inspetor de Ensino do município de Foz do Iguaçu. Todos ficaram admirados que em pleno sertão já houvesse escola

³SAATKAMP, op. cit., p. 86.

de religiosas, "um vilarejo de apenas 14 famílias".⁴

Na construção da escola dos colonos e da escola regional, Marechal Cândido Rondon apresentou características singulares. A construção da casa escolar fez parte das primeiras construções na área destinada pela colonizadora à futura vila, com material por ela cedido e mão-de-obra dos colonos.⁵ A direção da colonizadora dessa época tinha interesse em construir o maior número possível de escolas. Como a maioria dos possíveis compradores de terras eram chefes de famílias novas, com filhos pequenos, a existência da escola constituía-se em elemento favorável à propaganda dirigida da colonizadora nas localidades de origem dos colonos. A escola era vista pelos colonos como um dos elementos necessários à vida de sua família na nova terra. Muitos colonos, mesmo após a aquisição da terra, condicionavam a transferência da família à existência de escolas.

Outra particularidade nas áreas de assentamento de colonos alemães da colonizadora Maripã era quem ensinava nas escolas dos colonos. Nas áreas de colonização de descendentes de italianos e de outros grupos étnicos havia, indistintamente, professores e professoras. Nas áreas de colonização alemã, até o final da década de 1950, havia exclusivamente professores e mantiveram-se predominantes durante diversos anos na década seguinte. Com a criação das escolas de nível ginasial, os cargos de direção continua-

⁴SILVA, Oscar, op. cit., p. 277.

⁵SAATKAMP, op. cit., p. 87.

ram sendo exclusividade dos homens. Essa era uma exigência do grupo colonial. Segundo eles, um professor tinha melhores condições de manter a ordem, a disciplina, portanto, melhores condições de ensinar.

"A própria comunidade tinha preconceito de julgar as professoras menos capacitadas para o exercício do magistério, profissão até então, exercida por professores".⁶

Esse fato induz a concluir que os salários pagos pelo grupo colonial, responsável pela manutenção da escola, não era tão baixo ao ponto de desestimular um chefe de família a manter-se com o ensino e só mais tarde, na escola pública municipal ou estadual teria ocorrido achatamento salarial, passando a predominar as professoras. Mas, na escola dos colonos, há outros fatores a serem considerados que, possivelmente, ultrapassavam a questão salarial.

O professor na escola dos colonos era escolhido pela comunidade colonial que tinha construído a escola para seus filhos. Essa escolha envolvia uma série de questões importantes para o próprio grupo; afinal, seria a quem confiariam seus filhos para formar homens e mulheres nas suas perspectivas de vida. Segundo diversos depoimentos⁷, os professores eram escolhidos por consenso do grupo colonial, a partir de critérios por ele estabelecidos. Dentre os critérios citados ou traços comuns deduzíveis de suas falas, ficam evidentes o saber; a responsabilidade, en

⁶SAATKAMP, op. cit., p. 87.

⁷GASSEN, Airton José. Depoimento colhido em Cascavel, 1990. Outros depoimentos semelhantes foram obtidos de outras pessoas. Este foi o mais completo.

tendida como dar aulas mesmo, todos os dias e no horário, ensinar tudo o que soubessem; autoridade, não só no sentido de se fazer obedecer, mais no sentido moral, de se fazer respeitar pela própria respeitabilidade pessoal; e, "ser de bem", conceito que incluía conduta social considerada adequada, exemplar, envolvendo aspectos ético-religiosos, frequentar a igreja, ter bons modos nos encontros sociais da comunidade. Escolhido, o professor era praticamente "intimado" pelo grupo colonial a prestar serviços na escola. Dificilmente conseguia furtar-se à responsabilidade atribuída pelo grupo. Por outro lado, ser escolhido professor, receber a incumbência de ensinar e educar representava receber um diploma de "cidadão de primeira classe", merecedor da confiança do grupo social. De fato, assim passava a ser tratado pelo núcleo colonial; como alguém especial para cada uma das famílias. Um cidadão raro, difícil de ser encontrado e, quando encontrado, não podia ser desperdiçado.

Um exemplo de apreço e cuidado que os colonos tinham com seu professor é o que aconteceu no distrito de Novo Sarandi - Toledo. Um grupo de colonos que lá se estabeleceu, junto com suas mudanças, trouxeram de Sarandi-RS a família de seu professor. Para convencê-lo a acompanhá-los, adquiriram para ele um lote no núcleo urbano, construíram casa e adquiriram uma chácara próxima para produção de gêneros alimentícios.⁸ Além do apreço que o grupo

⁸GASSEN, Airton José, Depoimento já citado.

tinha por seu professor, o exemplo explicita que a subsistência de sua família não podia depender exclusivamente do salário de professor. Cotizar-se entre si e proporcionar meios de vida a seu professor indica quanto os colonos levavam em conta a questão da educação para seus filhos. Por outro lado, o mesmo fato revela também a dificuldade que tinham em dispor de pessoas, consideradas suas conseqüências, em condições de serem escolhidas para ensinar. Esta preocupação fazia com que a solução dos problemas de educação fosse buscada antes mesmo da mudança para o Oeste do Paraná. Fica implícito também que não desejavam qualquer escola, mas uma escola de boa qualidade, isto é, que realmente ensinasse seus filhos. Contudo, nem todos os núcleos coloniais foram tão providentes quanto Novo Sarandi. Muitos só resolveram o problema da escola e da escolarização alguns anos mais tarde. Frequentemente tinham que "encomendar" um professor da localidade de origem. Nestas condições, vieram para o Oeste do Paraná um bom número de professores novos, recém formados, que atuaram no ensino por muitos anos e alguns continuam. Outros núcleos tiveram que contentar-se com professores "quebra galho", provisoriamente, com o que podiam dispor no momento.⁹

Quanto à forma como eram desenvolvidos os conteúdos pedagógicos nas escolas dos colonos, foi difícil encon

⁹SCHMIDT, Milano Adolfo. Depoimento colhido em Cascavel, 1990. Veio para Nova Santa Rosa a convite, para ser professor; ainda atua na educação, atualmente graduado.

trar informações sobre métodos e técnicas utilizados. Quando solicitadas essas informações, até mesmo a antigos professores, como a escola ensinava, via de regra, a resposta é de que a escola ensinava ler, escrever e fazer cálculos. Se a pergunta anterior for reforçada por como ensinava ler, a resposta vem a partir do tipo de material usado, cartilha, o quadro de giz e até a lousa que cada criança levava para a escola numa sacola de pano. Pelos depoimentos colhidos, tudo indica que a escola dos colonos reproduzia a escola que o professor teve, isto é, utilizava material que ele conhecia e, para alfabetizar, servia-se da técnica silábica, depois que os alunos reconhecessem as letras. A escrita era o passo seguinte imediato, num processo semelhante. Juntava letras, consoantes e vogais, formando sons silábicos e das sílabas às palavras. O processo se repetia com algarismos e números. Se os alunos permanecessem na escola, no terceiro e quarto anos, aprofundavam a leitura e escrita, os cálculos matemáticos e introduziam conhecimentos de história e geografia do Brasil e algumas noções de ciências, o corpo humano, etc.¹⁰

Durante a década de 1950, ocorreu a criação da escola primária dos colonos e dos grupos escolares estaduais nas sedes dos primeiros municípios da região. Embora já existisse escola de nível ginásial em Foz do Iguaçu a partir de 1950¹¹, o grupo escolar particular ou municipal

¹⁰ SCHMIDT, Milano Adolfo. Depoimento já citado.

¹¹ Informações coletadas no Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, 1990.

era o tipo de escola que permitia o mais elevado nível de escolaridade no restante da região. Contudo, o crescimento urbano em alguns pontos da região, ainda no final da década de 1950, induziu a população a requerer um tipo de escolarização ulterior à primária. Neste período a migração cresceu consideravelmente tanto nas áreas urbanas como nas rurais, recebendo população de outras regiões do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e estados do nordeste, estes tinham trabalhado na implantação de lavouras de café no norte do Paraná. Outros nordestinos migraram diretamente de seus estados para o Oeste do Paraná.

Além do crescimento populacional na sede dos municípios novos, havia também o crescimento nos novos núcleos coloniais do interior que demandavam escolarização. Como tudo estava em construção e os municípios novos não dispunham de recursos financeiros, a forma de solucionar o problema do ensino manteve-se semelhante aos primeiros tempos, isto é, a serraria ou serrarias locais doavam a madeira e o grupo populacional, numa ação coletiva, construía a escola. Por sua vez, o município assumia a responsabilidade da manutenção da escola, fornecimento de material escolar e o pagamento do professor.

Antes do final da década de 1950, a modalidade de escola dos colonos começou a entrar em crise. Se era difícil resolver a questão do professor nos grupos coloniais pioneiros, os novos núcleos coloniais já não podiam mais contar com pessoas disponíveis, nas condições e níveis de qualificação anteriormente exigidos para o exercício do ma

gistério. Outro complicador foi o de que os novos núcleos coloniais já não eram tão homogêneos como os pioneiros. Entre eles já havia população de diferentes etnias e procedências. Para prover as novas escolas de professores, os núcleos coloniais apelaram para o município. Como o município também não dispunha de pessoal habilitado e qualificado, obrigou-se a designar "alguém" para assumir a escola, gerando freqüentes descontentamentos entre os colonos quanto à perspectiva do ensino, diferente do que desejavam, e ao aproveitamento escolar de seus filhos.

Pela forma como os fatos foram ocorrendo, é possível concluir que os colonos tinham consciência de que estavam perdendo sua escola pela escola pública municipal e estadual. Em razão disso, tentaram uma reação. Os grupos coloniais pioneiros, e que ainda tinham um forte sentido de homogeneidade (procedência, etnia e religião), partiram para a construção de uma nova escola ligada a seus interesses e, para isso, organizaram-se e mobilizaram-se. Podiam ter tentado diferentes alternativas de solução para o problema, como aliás já tinha ocorrido com a falta de estradas para o escoamento da produção, mas, no caso da educação, optaram por se aglutinar ao redor de suas igrejas e diferentes organizações religiosas. Os confrontos latentes dos primeiros tempos passaram a ser desvendados e explicitados. Os luteranos de Marechal Cândido Rondon, que tinham construído sua escola primária em conjunto, na construção da nova escola separaram a Igreja Missouri da de Confissão Luterana no Brasil. Os católicos, dependendo de

suas afinidades e interesses, fundaram educandários entregues a diferentes congregações de religiosas, colégios Marista e Lassalista. Parece que estava claro para os colonos que, dadas as novas condições decorrentes do crescimento populacional e a ampliação da divisão social do trabalho, a escola mantida pelo município tinha deixado de ser a escola dos colonos e passado a ser a escola do tipo urbano, não mais a serviço de um grupo homogêneo, com interesses gerais relativamente bem definidos a partir de conceitos e até de preconceitos etno-culturais. A escola municipal passou a ser a escola de um outro público e não mais apenas dos colonos sulistas.

A tentativa de recuperação da escola dos colonos se dá num período de processo histórico regional de ampliação das relações sociais desencadeadas pelo aumento populacional determinado pela expansão da produção econômica, especialmente das atividades comerciais. A questão educacional espelhava os confrontos entre diferentes segmentos sociais antagônicos. A escola pública era a escola dos comerciantes e de outros segmentos urbanos, os mesmos que tinham assumido o poder na maioria das novas prefeituras. O que fica claro é que os colonos não se opunham à existência da escola pública. Apenas queriam ter sua escola, que educasse na sua concepção de mundo. Para isso teriam que formar seus professores. Na tentativa de recuperar sua escola, via formação de seus professores, no final da década de 1950, foram criadas escolas Normais Regionais, algumas delas com internato para a formação de filhos de colonos

que residiam longe da sede. Além da escola Normal Regional de Foz do Iguaçu, de religiosas e com internato – em funcionamento desde 1951 – passou a existir escola Normal Regional – particular, luterana e com internato em Marechal Cândido Rondon, em 1958 e Cascavel, só externato e pública, em 1959¹². Mas essa alternativa dos colonos mostrou-se inócua, visto que para o funcionamento destas escolas dependiam de professores qualificados. Para isso dependiam da vinda de professores de fora, nem sempre adequados às suas concepções culturais.

Mesmo diante das dificuldades dessa primeira tentativa de recuperação de sua escola, os colonos não se deram por vencidos. Fizeram uma segunda tentativa: mobilizaram-se para a construção de inúmeros colégios confessionais. Esses educandários teriam professores de seus próprios quadros. Um grande número de colégios de religiosas e de outros grupos confessionais foram fundados entre 1955 a 1965. Algumas dessas escolas iniciaram suas atividades oferecendo apenas o nível primário e logo passaram a ofertar também o ginasial. Outras ofereciam, desde o início, a escolaridade primária e ginasial; outras, especialmente Maristas e Lassalistas, ginasial comercial, transformado, posteriormente em Contabilidade. Em 1957, o colégio das Irmãs de Foz do Iguaçu implantou a escola Normal Colegial, primeiro estabelecimento do Oeste do Paraná a ofertar esse

¹²Informações colhidas nos Núcleos Regionais de Educação de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, 1990.

nível de escolaridade.¹³

Em razão das rápidas transformações ocorridas no interior da região, tanto pela velocidade da colonização como pelas transformações econômicas, a tentativa de recuperação da escola dos colonos demonstrou-se inviável. Os núcleos populacionais, à medida que se transformavam em municípios, ainda na década de 1950, passavam os grupos escolares das sedes urbanas para administração estadual. A totalidade ou a grande maioria deles foram transformados nos primeiros ginásios estaduais na década de 1960. Esse fato produziu um efeito desmobilizador das lutas anteriores. O descontentamento dos colonos com a escola pública municipal passou a ser fragmentado pela estadualização dos grupos escolares nas sedes urbanas. No processo de estadualização, o Estado aproveitava apenas alguns professores locais qualificados e completava os quadros com professores vindos de outras regiões, estranhos ao grupo. Após a criação das escolas confessionais, os colonos depositaram suas esperanças nesse tipo de escola que tinha quadros próprios de professores. Como as relações sociais determinavam a necessidade de mais escolarização, esses estabelecimentos passaram a oferecer outros níveis de ensino. Mas o controle, as normas desses estabelecimentos dependiam da coordenação de suas respectivas autoridades, com sede em outras regiões, distantes e inatingíveis aos colonos.

¹³ Informações colhidas no Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, 1990.

Para perceber o processo de rápida transformação do Oeste do Paraná no período em análise, observe-se os seguintes dados: a população regional, em 1950, era de 34.193 habitantes; em 1960, passou para 172.928 habitantes. Apenas em 1960 e 1961, dos cinco municípios iniciais desmembraram-se oito novos municípios. Antes de terminar a década, foram criados mais cinco municípios, totalizando dezoito municípios na região Oeste do Paraná.¹⁴ (Mapa 4)

Mas o processo de rápidas mudanças é determinado pela base material, isto é, o crescimento populacional migratório, urbanização e criação de novos municípios são fatos sociais que só ocorrem quando as possibilidades de subsistência já estão delineadas e configurada a dinâmica econômica, as condições de produção e circulação de bens e produtos. Neste contexto serão analisados os fatores que determinaram as mudanças da escola regional, como parte integrante de um todo social.

É fundamental observar que, à medida do crescimento populacional, ainda na década de 1950, as colonizadas, que ainda mantinham amplos intercâmbios com seus clientes – os colonos – com a urbanização e criação dos primeiros municípios, portanto na constituição do poder político local, essas relações passaram a ser diluídas. O aumento da produção e da ampliação do comércio criou novos espaços econômicos, especialmente de serviços, serviços públicos, trabalhadores especializados e profissionais libe-

¹⁴ Levantamento de Censos Demográficos do IBGE. Quadros demonstrativos produzidos pelo Departamento de Estudos Regionais da Assóeste, Cascavel, 1984.

rais sem vínculos com os colonos, nem com as colonizadoras. Embora as colonizadoras mantivessem uma certa expressão social e política nas áreas por elas colonizadas, na estruturação e constituição do poder político nos novos municípios, tiveram que se associar aos comerciantes urbanos, aos grupos madeireiros e aos profissionais liberais. Esse segmento social, assim constituído, tornou-se hegemônico nas sociedades locais e na política municipal. À medida em que a região se desenvolvia, o Estado, na mesma proporção, ampliava sua presença e seus serviços, que passaram a ser direcionados de acordo com os interesses do segmento social hegemônico, desarticulando as perspectivas do grupo colonial pioneiro. De modo geral, a escola reproduzia a sociedade local e as relações estabelecidas.

À medida que o interior dos municípios foi sendo colonizado, aí foi reivindicada a escola. Os colonos das linhas e travessões construíram sua escola, mas a manutenção e o pagamento do professor era responsabilidade municipal, via de regra uma escola multisseriada, carente de todo tipo de material e a professora insuficientemente habilitada ou sem habilitação alguma. Nas serrarias, normalmente a escola era construída pela madeireira e mantida pelo município, no mesmo sistema e condições da escola das linhas e travessões dos colonos. Apenas nos núcleos populacionais mais desenvolvidos no interior dos municípios e nas sedes urbanas existiam grupos escolares, com seriação, professores habilitados, pagos pelo poder público ou pelas organizações religiosas.

Embora já existissem algumas escolas públicas de nível ginasial e de nível colegial em algumas das principais cidades regionais na década de 1950, a década de 1960 foi marcada pela demanda desses níveis de ensino. O atendimento só foi estendido pelo poder público estadual na segunda metade ou no final da década. Há explicações para esse fato.

Os estabelecimentos de nível ginasial e de segundo ciclo públicos também tinham sérios problemas de professores habilitados. Apenas no final da década de 1960, o Estado promoveu concursos públicos para prover de professores habilitados os estabelecimentos já existentes nesses níveis de ensino, especialmente escolas Normais Colegiais. Nos estabelecimentos de ensino confessionais, que até então tinham seus quadros próprios de professores, no final da década, as congregações religiosas entraram em crise pela evasão de religiosos e candidatos à vida religiosa, reduzindo a quantidade de profissionais habilitados disponíveis nas casas-sede, impossibilitando o provimento nas escolas por elas mantidas. Desta forma, os educandários confessionais católicos passaram a depender de professores civis locais, passando a ser quase em tudo semelhantes às outras escolas. Contudo, no mesmo período, no interior das correntes migratórias, chegaram ao Oeste do Paraná um considerável número de professores, com nível superior, muitos deles ex-religiosos e ex-seminaristas, que passaram a atuar nos estabelecimentos de ensino já existentes e viabilizaram a criação de outros nos municípios novos que ainda não contavam com escolas de nível ginasial.

Desta forma, é possível afirmar que, na década de 1960, a nível de região Oeste do Paraná, começou a tomar corpo e definir-se uma estrutura educacional. No período, além dos 18 núcleos urbanos, sede de municípios, neles existindo grupos escolares confessionais e estaduais e grupos escolares municipais nas principais vilas do interior dos municípios, a população urbana passou a reivindicar outros níveis de escolarização a partir da amplidão e complexificação das relações sociais já estabelecidas na região.

As alternativas encontradas para superar o problema educacional tiveram diferentes características, mas gerais na região como um todo. Primeiramente, o grupo escolar tanto municipal quanto estadual, não satisfazia aos interesses dos segmentos sociais dos núcleos urbanos com características etno-culturais intimamente relacionadas aos grupos coloniais iniciais, descendentes de imigrantes, normalmente muito rigorosos quanto ao resultado alcançado, considerando o tempo aplicado numa ação, mesmo que essa fosse educacional. Gastar quatro anos para ensinar o que o grupo escolar público ensinava, na ótica desse segmento etno-cultural, era tempo demais para produzir tão pouco conhecimento. Exigiam uma escola tecnicamente melhor, entendendo-se como uma escola que suprisse a necessidade de conhecimento que as famílias sentiam nas relações sociais por elas estabelecidas. A demanda de parte desses conhecimentos ultrapassava os conteúdos curriculares previstos pela escola pública primária. Exigiam que a escola ensinasse cálculos matemáticos de pesos, medidas, volume, percenta -

gens, canto, música e religião, conteúdos de difícil equa
cionamento pela escola pública, sobretudo pelas condições
de seus professores. Para conquistar uma escola com esse
nível técnico, esses segmentos etno-culturais canalizaram
suas esperanças nas escolas confessionais. Achavam que, pe
lo rigor disciplinar, seriedade e competência profissional
de seus professores, aí sim seria conquistada a qualidade
de ensino almejada para seus filhos. As questões de reli
gião, apenas muito secundariamente apareceram como justifi
cativa da criação desses estabelecimentos de ensino.¹⁵

Sob outro ângulo algumas colonizadoras tiveram con
dições de controlar até certo ponto a quem vendiam suas
terras. Na década de 1960, nas áreas urbanas, em decorrên
cia do desenvolvimento de diversos setores econômicos e
presença dos serviços públicos, ultrapassou, e mesmo seria
inaceitável, esse controle das colonizadoras, como tinha
ocorrido na década de 1950. Com a criação dos municípios,
mesmo que as colonizadoras ainda tivessem lotes rurais e
urbanos à venda, o território passou a ser municipal e o
município instância de poder político local. Mesmo que as
colonizadoras ainda tivessem forte influência política, su
bordinaram-se às decisões legislativas e executivas municí
pais.

Por outro, a nível regional, passou a existir uma
expressiva pluralidade de origens, interesses e perspecti
vas da população. Os grupos homogêneos das colonizadoras

¹⁵CID, Antônio. Depoimento colhido em 1982. Arquivo do Projeto Memó
ria, Cascavel, Asssoeste.

apenas em raras localidades conseguiram manter uma relativa hegemonia política e social por mais algum tempo. No geral da região, nas disputas hegemônicas, os grupos homogêneos foram derrotados pelos segmentos urbanos ligados ao comércio, aos diferentes grupos das madeireiras, aos funcionários públicos de diferentes áreas e aos profissionais liberais a eles vinculados. Desses segmentos sociais é que saiu a maioria dos prefeitos, vereadores e primeiros deputados estaduais e federais.

A tentativa dos colonos de recuperar sua escola pela formação de seus professores nas escolas normais regionais não deu certo também por outras razões estruturais mais amplas. Primeiramente, a formação de novos professores demandaria no mínimo quatro anos, um tempo muito grande, considerada a velocidade das transformações sociais ocorridas no Oeste do Paraná. Em segundo lugar, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, a habilitação para o ensino primário passou a ser dada pela escola normal colegial. Professores não habilitados pela escola normal colegial continuaram em atividade por muitos anos, mas a título precário. Com a criação dos ginásios estaduais e particulares na década de 1960, a escola normal regional foi extinta ou substituída por escolas Normais Colegiais estaduais, criadas com o objetivo político de suprir as carências de professores habilitados para os grupos escolares públicos. E, por último, o descontentamento dos colonos com a qualidade de ensino nas escolas primárias, com a criação das escolas de nível ginásial, deixou de ser uma questão fundamental visto que, se seus filhos não

se apropriassem do saber considerado necessário para as relações sociais, já tinham condições locais de freqüentar o nível ginásial particular ou público.

No final da década de 1960, algumas das principais cidades regionais, além do nível ginásial, passaram a contar também com escolas normais colegiais, públicas e privadas, e outras modalidades de segundo ciclo, especialmente escolas de contabilidade e curso científico. A criação de outras modalidades de escolas de segundo ciclo, tem explicação no contexto social, a partir das atividades econômicas, da divisão social do trabalho e da ação governamental para estabelecer o poder político sobre a população regional. No período, as famílias em melhores condições econômicas mandavam seus filhos para outras cidades para cursarem uma boa escola de nível ginásial e um bom segundo ciclo que garantisse acesso ao nível superior. Aos demais segmentos da população regional restavam apenas as alternativas locais, isto é, reivindicar esses níveis de escolarização. Para o trabalho urbano, no comércio, em bancos e nos serviços públicos essa escolarização era necessária e a condição de acesso para ocupar as oportunidades de trabalho mais remunerado e os espaços de expressão política e de conceituação social.

A reivindicação de escolas de contabilidade não foi atendida pelo poder público, mas pela iniciativa privada; colégios marista, lassalista e organizações particulares. Apenas no final da década, o poder público atendeu a reivindicação do curso científico, apenas estendido a ra-

ras cidades regionais.

Como o técnico em contabilidade era um profissional de grande procura regional¹⁶ em decorrência do desenvolvimento das atividades econômicas, das ações do fisco e apenas algumas cidades tinham essas escolas, foram utilizados expedientes apenas legais para criar novas escolas sob o manto geral da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Cnec. Aliás, esse expediente já tinha sido utilizado por grupos interessados em criar também o nível ginásial em pequenas cidades da região e continua até hoje como forma de criação de diversos cursos, a nível de segundo grau, em sedes de distritos e lugarejos, aos quais o poder público se recusa a atender, justamente por não existirem as condições mínimas de funcionamento por falta de professores habilitados e qualificados para aquele grau de ensino. A Cnec desfrutou e desfruta de um incompreensível poder de barganha na Seed e são viabilizados todos seus pedidos.¹⁷

Na década de 1960, diversas pequenas cidades regionais, que ainda não contavam com escolas de nível ginásial, ou era insuficiente no atendimento à demanda, apelaram para esse expediente. As pessoas interessadas, quase sempre adultos incorporados ao mercado de trabalho urbano, estabeleciam convênios com a Cnec, sucursal de Curitiba, via prefeituras. Essas doavam o terreno e, com a partici-

¹⁶Muitos jovens contadores, recém formados, vieram para o Oeste do Paraná nas décadas de 1950/60 a convite de empresas e organizações para suprirem necessidades contábeis.

¹⁷Informações coletadas no Núcleo Regional de Educação de Cascavel, 1990.

pação dos interessados, era construído o prédio escolar, que passava para o domínio da Cnec. A Cnec entrava com sua estrutura jurídica, estatutos, regimento, com os recursos financeiros arrecadados junto aos alunos, prefeitura e comunidade. O mais freqüente, contudo, foi, através desses convênios, a Cnec ocupar escolas públicas já existentes e mobiliadas. Essa foi a alternativa encontrada pela população de um bom número de pequenas cidades que já tinham nível ginásial e, para prosseguimento da escolarização, criaram escolas de contabilidade e cursos a nível de segundo grau mediante convênios com a Cnec.¹⁸

Sob os mais diferentes aspectos, e rapidamente, foi percebido pela população e agentes educacionais a insuficiência da escolarização produzida pela Cnec. Como ensino pago, não era acessível a todos. Instalava-se justamente onde o poder público reconhecia a inexistência ou insuficiência de pessoas habilitadas para o nível de ensino reivindicado. Os professores mal pagos, muitos deles profissionais de outras áreas, sem bibliotecas e outros equipamentos indispensáveis aos cursos, produziam uma escolaridade de baixíssimo nível. Existindo essas escolas, o Estado não instalava escolas públicas equivalentes, obstruindo as possibilidades de ampliação do atendimento à demanda e à melhoria da qualidade de ensino. O encaminhamento parcial de solução dessas questões só ocorreu em períodos mais re-

¹⁸ Informações coletadas no Núcleo Regional de Educação de Cascavel. 1990. Cf. Gomes, Felipe Tiago. *História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade*. Brasília, s. ed., 1980.

centes em demandas e confrontos das prefeituras com a Seed.

É preciso que fique bem explícito que, na década de 1960, a nível regional, as conquistas alcançadas na luta por mais educação ocorreram nas áreas urbanas e núcleos populacionais mais expressivos no interior dos municípios. Essas conquistas representaram, em tese, a possibilidade de acesso escolar para todos na escola pública ou particular e aos seus diferentes níveis já existentes. Essa escola já não era mais dos colonos, mas dos segmentos sociais urbanos, do município, do Estado, das congregações religiosas. Nas áreas rurais, onde ainda existia população com as características de colonos, havia uma escolinha municipal deprecitada, descuidada e desassistida pelo município em material e na qualificação da professora. A nova situação, determinada pela dinâmica econômica, desarticulou e fragmentou a coesão dos colonos, necessária às lutas por uma escola de maior significação em relação de seus interesses. Mas havia outros problemas vinculados à própria história dos colonos que permitiram a derrota na perspectiva de sua escola.

Primeiramente, os colonos dirigiam suas atenções especialmente para a escola primária; desse grau de escolaridade, ou parte dele, não abriam mão para seus filhos. Como seria a educação escolar de sua família antes da participação definitiva no trabalho familiar na propriedade rural, exigiam uma escolarização que privilegiasse suas necessidades fundamentais de saber: a leitura, a escrita e o cálculo matemático adequados às relações sociais que esta-

beleciam. Os colonos entendiam desse grau de escolaridade e suas experiências históricas relacionavam-se com esse tipo de escola. Mesmo que a escola pública, mantida pelo município, ainda fosse uma escola próxima e o professor tivesse algum tipo de ligação com o grupo populacional, o controle dessa escola estava na cidade, nas mãos de funcionários da administração municipal. Esse fator foi decisivo para a subordinação do professor às normas e determinações da autoridade municipal, afastando a escola do grupo social a quem prestava serviços. Com a estadualização das escolas primárias nas sedes urbanas, esse afastamento aprofundou-se. A autoridade educacional está mais distante e mais abstrata: é alguém sem rosto, derramado dentro de uma complexa estrutura de poder, que decide o quê e como ensinar seus filhos. O ensino da escola pública passa a ser algo que não lhe diz respeito, os meios utilizados para desenvolver os conteúdos, o material utilizado são tipicamente urbanos, isolando e invalidando a cultura e as representações dos grupos coloniais. Quanto às escolas confessionais, embora ainda conservassem algum resquício de características típicas, a legislação estabelecida pelo poder político tornava-as cada vez mais semelhantes à escola pública; até seus professores, quase sempre, eram os mesmos.

À medida que as escolas se multiplicavam em número e diversificavam seus níveis de ensino nas áreas urbanas, mais distante ficava a escola dos reais interesses dos grupos coloniais ou do colono enquanto categoria. Mesmo que tivessem sido fundadores das cidades e seu trabalho

produtivo tivesse viabilizado o crescimento urbano, a escola era agora das cidades ou a elas subordinada. Essas novas condições da escola espelhavam uma outra derrota dos colonos já consolidada: a exploração da cidade sobre o campo.

Para fechar o presente capítulo, mesmo que provisoriamente, é fundamental salientar que, no final da década de 1960, embora insuficiente, já existia no Oeste do Paraná uma considerável estrutura educacional pública (municipal e estadual) e privada (estabelecimentos confessionais ou não), nos níveis primário, primeiro e segundo ciclos. O problema é tentar verificar se, a partir do interior do processo de desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e da construção de sua escola (ou escolas?), é possível afirmar que passou a existir sistema educacional na região após sua integração na estrutura de regulação educacional. A tentativa de resposta a essa questão será construída a partir das ações do Estado e seus agentes no interior da estrutura escolar já existente no Oeste do Paraná, a legislação produzida a nível federal, estadual e como esses fatores determinaram os rumos da educação na região.

A nível federal, apenas em 1931 foi criado um órgão nacional para cuidar da educação e, mesmo assim, misturado a um outro setor fundamental à vida da população brasileira como é a saúde. Neste ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir da existência do Ministério e de sucessivas reformas, demandadas pela população a partir das novas condições do desenvolvimento capita

lista, passa a existir no país uma crescente demanda por educação de qualidade.

Em resposta a essa demanda, o Ministério da Educação e Saúde Pública organiza a estrutura educacional na perspectiva da melhoria da qualidade de ensino. Nesta perspectiva e na ótica política centralizadora de Vargas, a reforma Francisco Campos estabeleceu um novo papel à inspeção escolar existente em épocas anteriores. Criou a figura do Inspetor Federal e estabeleceu normas de inspeção, a partir de um currículo enciclopédico, um sistema de avaliação extremamente rígido e seletivo.¹⁹

Antes de 1930, já existia no Paraná a figura do Inspetor Escolar que observava especialmente os aspectos administrativos da escola: as condições do prédio, a frequência de alunos e professores. Ainda em 1950, no Paraná era percebida a necessidade de transformação da Inspeção Administrativa em Inspeção Técnica, isto é, os inspetores ambulantes deveriam tratar também de assuntos pedagógicos, objetivando a melhoria da qualidade de ensino.²⁰

No final da década de 1950, em algumas cidades pólo do Oeste do Paraná passou a existir as chamadas Sub-Inspetorias de Ensino, transformadas, na década de 1960, em Inspetorias Regionais de Ensino, abrangendo diversas cidades próximas. A questão da transformação da Inspeção Ad

¹⁹LÓCCO, Leila de Almeida de. *Supervisão educacional no Paraná*. São Paulo, Dissertação de mestrado defendida na UCSP em 1987, mimeo, p. 43.

²⁰Idem, p. 41.

ministrativa em Inspeção Técnica foi verificada na região no transcorrer da década de 1960, especialmente nos seus últimos anos. Essa questão educacional deve ser analisada em contextos mais amplos, tanto econômicos e políticos, quanto da política educacional estadual, mais delineados na década seguinte.

A nível de região, o desenvolvimento econômico e populacional atingido já era significativo e periodicamente aflorava um generalizado descontentamento quanto ao retorno desproporcional entre os serviços prestados pelo Estado e a arrecadação de impostos. O descontentamento tinha suas raízes especialmente na precariedade das estradas regionais, intransitáveis em períodos de chuva, comprometendo seriamente o escoamento da produção. Junto com essa reivindicação eram discutidas outras precariedades, especialmente educação e saúde.

Diante desses problemas, segmentos sociais regionais, vez por outra, levantavam a bandeira da emancipação política do antigo Território Federal do Iguaçu, apresentando a proposta da criação do Estado do Iguaçu. Esta possibilidade sempre desempenhou e desempenha até hoje, um forte papel de barganha junto ao governo do Estado do Paraná. Politicamente, o governo estadual obrigou-se a atender, no mínimo em parte, as reivindicações nos aspectos mais sensíveis à população regional, até mesmo para desestimular a idéia emancipacionista, inadmissível às oligarquias políticas tradicionais do Paraná. Além de estradas, sempre entravam questões da educação. A população regio-

nal não reivindicava apenas a existência física de escolas, mas também a qualidade do ensino.

A precariedade generalizada das escolas públicas municipais e estaduais, e as particulares não se distinguiram pela qualidade do ensino, residia especialmente na insuficiência ou na inexistência de pessoal habilitado e qualificado para a ação educacional. A subordinação política da população regional, com fortes vínculos sócio-culturais e políticos às regiões de origem, ampliou-se a partir de forças coercitivas do Estado e pela ampliação de estruturas que marcassem sua presença. Como o setor educacional funcionava mal e constituía-se em fator de descontentamento de expressivos segmentos sociais, mormente segmentos que pretendiam que seus filhos prosseguissem na escolarização, o Estado ampliou a assistência técnica pedagógica, mediante planejamento centralizado na Seed e cursos de treinamento de professores. O planejamento abrangia desde cursos de atualização para professores até uma orientação-imposição representada por um grupo de professores que pensava a educação e outro que executava.

Essa nova situação afastou ainda mais a sociedade local da escola. A questão educacional passou a ser centralizada na Seed que definia os currículos e seus conteúdos e os aspectos técnicos, via treinamento, de como trabalhar os conteúdos. Aos poucos, o caráter tecnicista da educação nacional da época passou a ter presença também no Oeste do Paraná. Por outro lado, em decorrência do autoritarismo político da época, as reivindicações sociais

passaram a ser reduzidas ou silenciados os movimentos sociais mais amplos. Os conflitos estavam aí, muito vivos no interior de uma região em profundo processo de transformação, também um tema a ser abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VII

A ESCOLA NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Neste capítulo, o que se pretende explicitar é a transformação ocorrida na região em decorrência da modernização da agricultura e como esse movimento da base material interferiu e determinou as novas condições da escola e desencadeou novas demandas educacionais a partir do interior de um novo contexto social.

Além do contexto estrutural mais amplo em transformação, que determinou os rumos do sistema produtivo e da economia regional como um todo, é indispensável atentar para as transformações internas da própria região nos aspectos populacionais, suas condições e deslocamentos, a partir da modernização da agricultura.

Sem dúvida, a partir dos últimos anos da década de 1960, a mais significativa mudança interna da região ocorreu em seus aspectos antropológicos. Até o final da década de 1960, embora houvesse população de outras origens na região, ainda havia, especialmente nas áreas de atuação das colonizadoras, uma predominância de colonos, descendentes de imigrantes europeus, com suas características etno-culturais. Deste período em diante, além do vertiginoso crescimento populacional¹, ocorreu uma heteroge -

¹A população regional passou de 172.928 em 1960 para 751.466 em 1970. Levantamento dos Censos Demográficos do IBGE. Quadro demonstrativo produzido pelo Dep. de Est. Regionais. Cascavel, Assoeste, 1984.

neização da população tanto nos usos e costumes, como nas perspectivas de vida e no sistema produtivo (inclusão na produção agrícola regional de cultivos desconhecidos dos colonos sulistas). Esses fatores influíram de forma significativa sobre a escola e as condições da educação.

O crescimento populacional ocorreu mais na área rural, não tanto pelo crescimento vegetativo dos colonos, mas especialmente pela chegada de nordestinos e mineiros.² Essa população embrenhou-se na mata, com suas famílias e iniciou a derrubada e o cultivo da terra na condição de arrendatários, longe dos travessões e linhas onde já estavam estabelecidos os colonos em suas pequenas e médias propriedades. Como o ensino no meio rural é de competência dos municípios, e a maioria deles, considerando as dispendiosas necessidades de abertura e conservação de estradas, só construam escolas em áreas em que houvesse um certo número de crianças em idade escolar. Quando muito, as escolas municipais rurais chegavam até onde se localizavam as famílias dos pequenos proprietários. Por serem pequenos proprietários, as residências não estavam muito distantes uma das outras, portanto dentro dos critérios das prefeituras: número de crianças em idade escolar, justificando a construção de escolas. As crianças, que residiam em áreas mais afastadas, permaneciam sem escola.

²A população regional passou de 172.928 em 1960 para 751.466 em 1970. Levantamento dos Censos Demográficos do IBGE. Quadro demonstrativo, produzido pelo Dep. de Est. Regionais. Cascavel, Assoeste, 1984. A população regional em 1970 era de 80%. Cf. Análises do Capítulo IV do presente trabalho.

Grande parte das prefeituras sentiram-se incapazes de atender toda a população em idade escolar, gerando um primeiro colapso no ensino regional. Mas haviam outros fatores de ordem social que determinaram o caráter desse colapso educacional. Como a região toda estava em processo de transformação – superação de um sistema produtivo por outro – a população rural não proprietária tinha uma grande mobilidade. A residência tinha um sentido provisório e temporário. Onde se justificava a construção de uma escola, menos de um ano depois, já não se justificava mais. Algumas administrações municipais, mais preocupadas com a educação, transferiam as escolas. Como todas as escolinhas rurais eram construídas em madeira, apenas retiravam o telhado e eram transportadas montadas para uma outra localidade.³

Grande parte dessa população não proprietária, de origem "nortista", entre outros produtos, cultivava feijão e algodão. Nos períodos de safra, a família toda ia para a roça. Se na área rural, em geral, nos períodos de safra ocorre um elevado índice de ausência escolar, maior é na colheita de algodão, um trabalho de urgência, mas que não depende de força física, época em que as crianças não freqüentam a escola.

Onde existiam, as escolas municipais rurais eram precárias, multisseriadas e seus professores, escolhidos en

³Nos primeiros anos da década de 1970, era comum "encontrar" casas nas estradas do Oeste do Paraná, transportadas montadas para outros endereços. Essa tecnologia foi aplicada também na relocação de escolas.

tre a população local, quando muito, tinham escolaridade primária, em muitos casos, incompleta. Estas escolas, de modo geral, atendiam, pela manhã, terceiras e quartas séries; à tarde, primeiras e segundas; o mesmo professor para os dois turnos e para duas turmas ao mesmo tempo. Além da insuficiência na qualificação do professor e da precariedade das condições de trabalho, havia carência e inadequação do material didático. Apenas nos povoados e vilas do interior, as salas de aula não eram multisseriadas. Em algumas vilas, os professores eram da cidade, se não habilitados, no mínimo em condição de desempenhar um trabalho educacional mais próximo do desejável.

Para contornar esses problemas, a totalidade das prefeituras regionais, junto à Secretaria ou Departamento de Educação, passaram a manter uma equipe de supervisão que visitava periodicamente as escolas. Essa equipe, como ocorria a nível de Estado, desempenhava função técnico-pedagógica. Centralizava o planejamento curricular, o desenvolvimento dos conteúdos e a avaliação. As provas eram elaboradas, impressas e distribuídas pela equipe de supervisão a todas as escolas municipais.

Como ocorriam freqüentes reclamações dos pais quanto à qualidade do ensino, as Inspetorias Regionais, com recursos e professores da Secretaria de Estado da Educação e das prefeituras, periodicamente promoviam encontros com os professores municipais e equipes de supervisão para treinamentos, dentro de uma perspectiva tecnicista. Nesses encontros, os professores estudavam os "Currículos", manuais

editados pela Seed, um volume para cada série do ensino primário, com sugestões e exercícios sobre conteúdos a serem desenvolvidos nas salas de aula.

Durante diversos anos os "Currículos" permaneceram como único material de apoio ao professor rural municipal. Este mesmo material servia de referência às equipes de supervisão para elaboração das provas de avaliação de aprendizagem. A equipe de supervisão, em suas visitas às escolas, verificava o desempenho do professor mediante aplicação de diferentes exercícios aos alunos: leitura, tabuada, ditado, etc. Se o professor manifestasse alguma dúvida sobre os conteúdos a serem desenvolvidos ou às técnicas a serem utilizadas, recebia esclarecimentos e orientações da equipe de supervisão.

Nesta análise foi colocado que os pequenos e médios proprietários tiveram, embora de baixa qualidade, acesso à escola. Ainda na primeira metade da década de 1970, suas condições sócio-econômicas também foram alteradas e passaram a ter problemas muito semelhantes aos "nortistas". Como era costume entre os colonos descendentes de imigrantes, apenas os filhos homens, quando casassem, recebiam parte da propriedade dos pais. Para não reduzir demasiadamente o tamanho das propriedades, havia a necessidade de adquirir mais áreas para os filhos. Os colonos que não tinham acumulado o suficiente para comprar mais terra, dividiam a propriedade com os filhos casados ou estes sujeitavam-se à condição de arrendatários ou empregados de fazendas. Outros iam para a cidade em busca de outras formas

de sobrevivência ou migravam para outras regiões, iniciando um movimento populacional que se ampliaria após a mecanização da agricultura. Com o início da modernização da agricultura, as terras adequadas à mecanização tiveram seus preços muito elevados. Aos pequenos produtores rurais ou a seus filhos sobraram poucas alternativas: comprar terras impróprias à mecanização ou continuar na reduzida propriedade até seu sistema produtivo ser definitivamente inviabilizado pelas relações estabelecidas no interior do novo sistema produtivo.

Neste contexto, milhares de crianças regionais ficaram sem escola, ou a ela tiveram acesso por alguns meses e nem sempre retornaram mais tarde, elevando consideravelmente os níveis de evasão, reprovação e repetência constatados ao longo das décadas de 1970 e 1980. Muitas das crianças dessa época permaneceram analfabetas, outras apenas decodificam alguma coisa escrita, portanto tecnicamente analfabetas, semi-analfabetizadas, mas de qualquer forma socialmente prejudicadas, carentes do saber social mínimo necessário para não serem excluídas, vetadas pelas relações estabelecidas no interior do modo capitalista de produção.

O que fica evidente é que esse primeiro colapso na educação regional recaiu sobre determinados segmentos sociais. Como veremos ainda neste capítulo, sobre esses mesmos segmentos sociais, no contexto da modernização da agricultura, êxodo rural, urbanização e proletarização do trabalhador rural, recairá um segundo colapso educacional,

desta vez nos bairros afastados e nas periferias urbanas das principais cidades regionais. Isto considerado, fica caracterizada a íntima relação existente entre o atendimento escolar, ou a falta dele, e as condições de classe social.

Além desse contexto em transição, ocorrido nos últimos anos da década de 1960 e primeiros da década de 1970, em que um elevado percentual da população rural não proprietária deslocou-se no interior da área rural, iniciou-se também um movimento populacional da área rural para a urbana e para fora da região, criando novas dificuldades de acesso à escolarização tanto na área rural como nas novas periferias urbanas. Esses fatos geraram novas condições sociais e um novo conceito de escolarização.

A reflexão de segmentos sociais e especialmente de agentes educacionais regionais sobre essas questões foi intensificada a partir de determinações mais amplas, externas ao esforço educacional regional, mas que contribuíram no aprofundamento da discussão da educação e seus problemas. A primeira delas foi a partir da mobilização social em Cascavel e municípios próximos, para criação dos primeiros cursos de nível superior (1972); a segunda, a partir de 1974, pela implantação na região da "reforma de ensino", determinada pela Lei nº 5.692/71; a terceira, pela implantação (1975) do Projeto Especial Multinacional de Educação - MEC/OEA; a quarta, a criação (1980), sucedendo esse Projeto, da Associação Educacional do Oeste do Paraná - Assoeste que, em decorrência de suas ações, mantém articulada

uma permanente discussão da educação na região, constituindo uma das características marcantes do Oeste do Paraná, uma forma própria de resolver os problemas do acesso à escolarização e à educação. Já na segunda metade da década de 1980, a partir de estudos de agentes educacionais da Assoeste, é iniciado um outro movimento educacional regional: a unificação dos outros Centros Universitários implantados em 1979 e 1980 para a constituição da Universidade do Oeste do Paraná. Essas questões, uma a uma, serão tratadas a seguir.

No período anterior, na área rural, a escolaridade era buscada mais no sentido de instrumentalização pessoal para as relações com outros segmentos sociais, especialmente na mercantilização de excedentes agrícolas, questão fundamental na reprodução dos colonos. Havia também outros fatores, vinculados à religião e à informação que, a partir de suas representações, impelia os colonos à conquista de escolarização que produzisse as condições de leitura de escritos diversos. De modo geral, os colonos não admitiam que seus filhos não soubessem ler, escrever alguma coisa e fazer cálculos matemáticos.

Para uma parcela significativa da população urbana, a conquista de um espaço nas atividades econômicas não representava um vínculo direto com a escolarização. Para outras atividades, a escolarização era condição de acesso.

Após a modernização da agricultura e das atividades econômicas urbanas, o acesso ao trabalho que não exigia escolaridade, portanto braçal apenas, representava bai

xos ganhos salariais. À medida que as cidades cresciam, diversos serviços urbanos passaram a requerer mais trabalhadores, com escolaridade necessária aos serviços. Essa condição representava exclusão ou ameaça de exclusão da força de trabalho desprovida do nível de escolaridade exigido.

Esse fator foi preponderante no processo de reivindicação de mais escolaridade por parte dos que já tinham conquistado espaço de trabalho, especialmente no serviço público. As novas relações sociais, determinadas pela mudança do sistema produtivo, desencadearam ampla demanda por educação em todos os graus e níveis, como forma de rearticulação da força de trabalho no interior do novo espaço econômico. A luta pela conquista da escolaridade requerida pelas novas condições de trabalho fez da década de 1970 a década da construção ou ampliação das redes escolares no Oeste do Paraná.

Numa sociedade em rápidas transformações, como as ocorridas na região, ninguém sentia-se suficientemente seguro no seu espaço econômico-social sem um bom nível de escolaridade. Essa ameaça não pairava apenas sobre a classe trabalhadora, mas também sobre outros segmentos sociais urbanos que percebiam as exigências das novas relações. Nesse contexto de insegurança e ameaça é que uma parcela significativa da sociedade, com apenas alguns anos de escolaridade, constituída por pequenos e médios empresários, pequenos e médios comerciantes, inúmeros trabalhadores das mais diversas atividades urbanas passaram a reivindicar mais escolaridade. A comprovação dessa assertiva está no

elevado número de alunos nos cursos supletivos noturnos dessa procedência social que, pela melhoria da escolarização, pretendiam firmar-se no espaço econômico já conquistado.⁴

Antes mesmo da implantação da Lei nº 5.692/71, a lei da reforma do ensino, já existia no Oeste do Paraná, uma generalizada discussão entre diversos agentes educacionais, Inspetorias de Ensino, Secretarias Municipais, professores e a sociedade quanto às alternativas possíveis para o problema do ensino. Por motivos de pressão popular, existia um descontentamento político das prefeituras com relação ao governo estadual. Estava estabelecido um certo consenso de que as escolas urbanas seriam da responsabilidade do Estado e as escolas rurais, da prefeitura. O Estado não construía escolas em número suficiente para atender à demanda e as prefeituras não dispunham de recursos. Para superar o impasse, a maioria das prefeituras doavam o terreno e entravam com a mão-de-obra; o Estado repassava recursos ao município para aquisição do material de construção, manutenção da escola e pagamento de professores. Nas periferias urbanas, as escolas foram construídas e mantidas pelo município, mesmo quando passaram a oferecer todas as séries de 1º grau. Na década de 1980, apenas as escolas maiores foram estadualizadas.

⁴Informações colhidas na Secretaria do Colégio Rio Branco de Cascavel. Escola particular que iniciou suas atividades em 1969, na modalidade de mini-ginásio ou ginásio de calendário especial. A clientela predominante, nos primeiros 5 ou 6 anos, era dessa procedência social.

Desta forma, na década de 1970, a nível de Oeste do Paraná, houve um excepcional crescimento das redes escolares, assim mesmo insuficiente, que requeriam um considerável aumento do número de professores habilitados e qualificados para o exercício do magistério. Mesmo que muitos professores habilitados tivessem chegado à região no interior das correntes migratórias, existia uma grande carência de professores. Muitas escolas, por diversos anos, funcionaram com a maioria dos professores sem titulação.

Da mesma forma como ocorria com outros segmentos sociais já incluídos nas atividades econômicas, ocorria também com os professores não titulados, permanentemente ameaçados de perder seu espaço de trabalho pela chegada de professores licenciados ou concursados. Nesse contexto, a demanda por mais educação ultrapassava a perspectiva anterior e deixa transparecer que tinha-se transformado em campo de disputa de espaço sócio-econômico. A partir dessas disputas e confrontos é que a idéia de criar cursos superiores passou a ter reais condições de mobilização social e apoio político à reivindicação.

Essas questões postas pela realidade social, levantadas em pesquisas e analisadas na perspectiva de uma região em transformação, determinaram a escolha dos primeiros cursos de graduação implantados no Oeste do Paraná. Como os agentes que desencadearam a mobilização para a criação dos cursos superiores eram professores e entendiam, no mínimo em parte, de educação, pretendiam suprir a carência de profissionais da educação. Neste aspecto, os agentes

da mobilização conseguiram construir um consenso ao redor de sua ótica de análise da realidade. Desta forma, os primeiros quatro cursos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – Fecivel, primeira instituição de ensino superior no Oeste do Paraná, autorizada a funcionar em maio de 1972, oferecia apenas licenciaturas. Não foram escolhidos quaisquer cursos, mas em áreas percebidas como mais carentes de professores habilitados.

A educação na região precisava ser pensada, administrada e orientado o processo pedagógico, por isso foi criado o curso de Pedagogia com duas habilitações: Administração Escolar e Orientação Educacional. Na época já existiam diversas escolas de 2º grau e o ensino da Matemática, Física, Química e Biologia era entregue a profissionais não licenciados. Havia também carência de professores e ocorriam descabros no ensino da Língua Portuguesa e de línguas estrangeiras modernas. Na tentativa de superar esses problemas da educação regional, foram implantadas as licenciaturas em Matemática, Ciências e Letras. As primeiras turmas de formandos eram constituídas quase que exclusivamente por trabalhadores do ensino que buscavam na graduação a garantia do espaço de trabalho conquistado.

Os demais cursos superiores implantados no Oeste do Paraná, em Foz do Iguaçu, em 1979, Toledo e Marechal Cândido Rondon, em 1980, os problemas que desejavam resolver já eram outros. Na formação de professores foram poucos os novos cursos (Letras, Filosofia, Educação Física). Em razão da crise econômica e da dificuldade de encontrar

alternativas para a região, os novos cursos criados pelas Faculdades seguiram na perspectiva da Economia, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Agrícola, Enfermagem, etc. Esses novos cursos apontam também novas circunstâncias, isto é, a graduação como busca de qualificação para a conquista de campo de trabalho por parte da população jovem.

Enquanto segmentos sociais buscavam sua rearticulação no interior do processo econômico em um novo contexto das relações sociais determinadas pela modernização do sistema produtivo, via ampliação da escolarização, outra parte da sociedade, concentrada nos bairros e nas sempre crescentes periferias urbanas, era apenas parcialmente atendida ou não tinha acesso à escola. Esse segmento social já tinha sido expulso do campo, obstruído em seus meios de vida pela mecanização da agricultura, estava à margem, inviabilizado e excluído do espaço econômico por insuficiência ou ausência de escolarização. A esse segmento social sobrou apenas o subemprego ou o trabalho ocasional, o trabalho braçal mal remunerado.

Mesmo que fizesse parte de suas reivindicações, por uma série de determinações conjunturais e forças nas barganhas políticas, as populações dos bairros só tiveram ampliado o atendimento escolar no final da década de 1970 e, mais tarde, as populações das periferias.

Diversos fatores devem ser levados em conta na conquista da escolarização desse período. A população que, por diferentes razões, abandonou o campo e passou a resi-

dir nas principais cidades regionais, dependendo se proprietária rural ou não, determinou as condições de ocupação do espaço urbano e das condições de escolarização. Com o desenvolvimento urbano, os terrenos próximos ao centro passaram a ser acessíveis apenas a quem tivesse vendido propriedades rurais. Aos não proprietários, expulsos do campo, sobrou a alternativa de compra de terrenos nas periferias, a preços bem mais reduzidos. Esse aspecto determinou a época e as condições de acesso à escola.

Os filhos de proprietários de terra, como foi analisado no começo deste capítulo, tiveram acesso a algum tipo de escolarização rural. Quando se urbanizaram, passaram a residir nos bairros mais próximos do centro e das escolas já existentes. Grande parte dessa população, que retomou a escolarização conseguida na área rural, disputou o espaço de trabalho urbano, principalmente no comércio e serviços. Em muitos casos, a conquista de trabalho dos filhos representou a subsistência da família urbanizada.

Diferentemente do que ocorreu com essa pequena parcela da população rural que, de certa forma, optou pela urbanização, foi a condição dos expulsos do campo pela modernização da agricultura. Esses passaram a residir nos bairros afastados ou nas periferias urbanas e, mais uma vez, como ocorria no campo, longe da escola.

Na região já existia uma generalizada discussão a respeito da educação em razão da demanda social e também, como já foi amplamente comprovado, historicamente a escola fazia parte dos interesses fundamentais de segmentos soci-

ais que se estabeleceram no Oeste do Paraná. Essa discussão foi ampliada nos anos 70 em razão da transformação da educação em campo de disputa social e também em decorrência do Diagnóstico Educacional realizado nos municípios de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, por ocasião da implantação do Projeto Especial de Educação - MEC/OEA, a partir de 1975.

O Projeto Especial de Educação - MEC/OEA, foi implantado no Oeste do Paraná como um esforço internacional para diminuir os impactos e problemas sociais gerados pelas transformações econômicas e construção de grandes obras. Na época já tinha sido iniciada a construção de Itaipu, uma hidrelétrica binacional, que gerou novos impactos e transformações sociais na região. O Projeto tinha como objetivos fortalecer a infra-estrutura educacional na região, criando condições de superar novos e variados problemas gerados pelas transformações sócio-econômicas e culturais; propunha a renovação dos sistemas educacionais e o desenvolvimento do potencial educativo da região.⁵

A implantação do Projeto e o desenvolvimento de seus planos de ação exigiram uma ampla articulação dos órgãos educacionais municipais, estaduais e federais, polarizando estudos a respeito da realidade educacional regional. Para execução dos planos, o Projeto tinha uma Coordenação no MEC e uma Coordenação de Área. A Coordenação de Área

⁵Projeto Especial Multinacional de Educação. Brasil - Paraguai - Uruguai - MEC/OEA. Relatório Final. Cascavel, Assoeste, 1983, p. 7.

foi entregue a um educador vinculado a lutas educacionais anteriores que, em razão de seu bom senso, percebeu que se ria ineficaz e improdutivo aplicar recursos do Projeto na renovação do ensino sem antes ter claro quais eram os prin cipais problemas. Nesta perspectiva e dentro desta lógica, foi planejado e executado um amplo diagnóstico da situação social, econômica, cultural e educacional nas citadas três cidades pólo da região.

O estudo das informações coletadas revelou, por amostragem, as reais condições da educação regional. À medida que as informações foram tabuladas e divulgada, a ques tão educacional reanimou as discussões, envolvendo diver - sas organizações regionais como a Associação dos municípios do Oeste do Paraná - Amop, as cooperativas agropecuárias e sua Central de Cooperativas - Cotriguaçu, os cursos supe - riores de educação, educadores e a sociedade regional em geral.

Embora o Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional abordasse diferentes aspectos da realidade regional, na perspectiva do presente trabalho serão analisados apenas os problemas educacionais e da escola diagnosticados por aque la pesquisa. Um primeiro aspecto observado pelo Diagnósti co foi o de que, em alguns anos, os índices de evasão e re petência nas primeiras séries do ensino de 1º grau atingi- ram 65% dos alunos. Em outros anos, embora menores, os ín dices estiveram próximos, isto é, muito altos. Esses fato res, associados ao tardio ingresso na escola (22% dos alu - nos), geraram uma defasagem entre aluno-série-idade.⁶

⁶Projeto Especial Multinacional de Educação, já citado, p. 24-5,

Na busca de explicações internas à escola a respeito do baixo rendimento escolar, foram encontrados os seguintes indicadores: professores não habilitados e não treinados para o exercício do magistério (54% na área urbana e 80% na área rural) atuavam nas primeiras séries. A falta de domínio de conteúdos e metodologia de ensino geravam dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, abandono e repetência dos alunos. Em razão da grande mobilidade populacional, êxodo rural e migração para outras regiões, no período, 20% dos professores, que iniciavam o ano letivo, não o concluíram, interrompendo a ação pedagógica e os programas curriculares. A substituição do professor era demorada e, via de regra, por alguém completamente inexperiente com sala de aula, sem habilitação para o trabalho pedagógico. O material didático-pedagógico usado nas escolas, além de caro, era inadequado à realidade sócio-cultural regional.⁷

Além desses fatores internos à escola, outros de origem exógena, contribuía para o fracasso escolar. Foram diagnosticadas deficiências de saúde na população escolar, tais como contaminação de verminose (94% na área rural e 54% nas periferias urbanas), deficiência visual e auditiva, distância da escola, necessidade de trabalhar nos períodos de limpa e colheita agrícola. A pesquisa revelou ainda, escolas mal localizadas, carentes de material de apoio, insuficiência de salas de aula, turnos intermediá-

⁷Projeto Especial Multinacional de Educação, já citado, p. 25.

rios, etc.⁸

No Estado do Paraná, a reforma do ensino estabelecida pela Lei nº 5.692/71 foi implantada paulatinamente após planejamento centralizado na Seed e de experiências nas maiores cidades, mediante cursos de reciclagem de professores promovidos pelo Centro de Treinamento de Professores do Paraná - Cetepar. A partir do ano letivo de 1974, professores de alguns centros regionais passaram por esses cursos e foram desencadeadas amplas discussões sobre educação, a proposta da nova Lei e suas perspectivas. A publicação dos primeiros dados levantados pelo Diagnóstico ampliou a discussão já existente e mobilizou os poderes públicos na busca de alternativas de superação da situação educacional regional, por muitos considerada catastrófica.

A primeira medida tomada pelo Projeto Especial foi a Chamada Escolar. As famílias foram convocadas, mediante campanhas dos órgãos educacionais e esclarecimento público via meios de comunicação, a matricular seus filhos na escola mais próxima, independentemente da existência de vagas. Essa medida provocou a matrícula de considerável número de crianças de 7, 8, 9 e 10 anos na primeira série. Esse novo contingente escolar passou a ser atendido em salões de festas alugados e igrejas, até o poder público construir novas escolas, ampliar ou relocar as já existentes. Ao mesmo tempo, a Coordenação de Área do Projeto Especial, em convênios com a Seed e Cetepar, passou a promover cur-

⁸Projeto Especial Multinacional de Educação, já citado, p. 25.

sos de treinamento para professores alfabetizadores e produção de material didático segundo um método de alfabetização desenvolvido pelo Prof. Erasmo Pilotto. Esse método já tinha uma certa penetração junto ao professorado do Paraná, via Escolas Normais. Foram desenvolvidas também atividades na área da saúde, especialmente desverminação da população escolar mediante exames de laboratório e sucessivas aplicações de medicamentos.⁹

A escolha do método de alfabetização Erasmo Pilotto deveu-se especialmente por exigir poucos conhecimentos teóricos de domínio específico de professores habilitados. A primeira experiência de treinamento (91 professores alfabetizadores) ocorreu em Toledo, em 1976, com resultados considerados animadores. Em 1978, o treinamento de professores neste método de alfabetização já tinha atingido 2.421 professores; em 1980, 7.128; em 1981, 5.554; em 1982, 6.778.¹⁰ Em 1980, o método de alfabetização Erasmo Pilotto foi transformado em cartilha de alfabetização por uma técnica do Ceteplar, Professora Isolda Peixoto Ruoso.

O Projeto Especial de Educação - MEC/OEA, enquanto projeto, tinha prazo de término em dezembro de 1982. A nível de região, era percebida a necessidade de continuar as ações que, aos poucos, estavam tornando-se significati-

⁹Esta atividade mostrou-se completamente inócua. Por falta de saneamento básico, as crianças, na mesma proporção em que eram desverminadas infestavam-se novamente. Serviu, contudo, para pressionar o poder público a implantar os serviços básicos.

¹⁰Estes números não podem ser interpretados de forma somativa. Referem-se ao número de professores que participaram, a cada ano, em cursos de treinamento, em suas diferentes etapas.

vas e produzindo perceptíveis alterações na educação regional. As secretarias municipais de educação, via Amop, manifestavam o desejo de ter um órgão de apoio especialmente para aperfeiçoamento de seus quadros de professores que, em razão das condições sociais, era altamente rotativo.

Além das secretarias municipais de educação, também as cooperativas, até certo ponto, as faculdades regionais e a Coordenação de Área do Projeto tinham interesse em dar continuidade às ações em andamento. Até o final da década, o processo de alfabetização tinha centralizado as ações, mas eram percebidos outros problemas também nas demais séries iniciais. A ação educacional, segundo estes agentes, deveriam ser ampliadas.

As transformações sócio-econômicas regionais, a ampliação da mobilização desencadeada pelo Projeto na discussão da educação, a efetiva participação da Amop, a busca de novas alternativas de desenvolvimento cooperativo e outras formas associativas de superar problemas coletivos criaram condições efetivas para constituição de uma organização de âmbito regional que sucedesse o Projeto. Neste contexto e com estes componentes foi criada, em agosto de 1980, a Associação Educacional do Oeste do Paraná -Assoeste. A Associação é constituída e mantida pela totalidade dos municípios, seis cooperativas agrupercuárias, uma central de cooperativas e as instituições de ensino superior da região. O objetivo estatutário da Assoeste é desenvolver e articular ações básicas na promoção do desenvolvimento educacional em todos os graus e níveis; produzir e expe

rimentar novo material didático, produzir ou socializar novas metodologias de ensino e desenvolver recursos humanos para a educação.¹¹

Ainda com recursos do Projeto Especial, nos anos de 1981 e 1982, a Assoeste desenvolveu sua infra-estrutura, contratou pessoal e formou sua equipe de trabalho para responder ao papel dela requerido. Para tanto, organizou-se em três setores básicos: Departamento Editorial e Gráfico, com parque gráfico próprio, adequado à produção de material didático, à prestação de serviços e geração de recursos de manutenção; Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Departamento de Estudos Regionais e Apoio à Pesquisa.

Em 1981 já foi possível editar a cartilha de alfabetização, num total de 40.000 exemplares, distribuídos gratuitamente às escolas rurais regionais, das periferias urbanas cujos professores adotassem o método Erasmo Pilotto. Foi produzido também um caderno, *Manual do Professor*, da mesma autora, com orientações de aplicação do método na prática em sala de aula.¹²

Um momento significativo da existência da Assoeste e da discussão da educação regional foi o ano de 1982, quando, além da alfabetização, foram pensadas diferentes alternativas de melhoria da qualidade de ensino nas demais séries iniciais. Tanto no Diagnóstico Educacional como

¹¹Estatuto da Assoeste, "De suas Finalidades". Cascavel, Assoeste, 1980.

¹²Cf. RUOSO, Isolda Peixoto. *A porta mágica* (cartilha) Cascavel. Assoeste, 1982; ———. *A porta mágica* (Manual do Professor).

nas reflexões posteriores entre agentes da educação regional era percebido o desvínculo do material didático, os temas dos textos nele existente, com a cultura regional. Estabelecer uma vinculação entre a realidade vivida e o processo educacional passou a ser tema de estudos e debates. Havia também, por parte de agentes educacionais mais conscientes, a vontade política de recuperar valores culturais dos colonos e das camadas populares que estavam sendo destruídos no interior das relações sociais impostas pela modernização da economia regional.

A questão posta era: afinal de contas, quais são os traços fundamentais da cultura regional e como podem ser explorados no processo educacional? O que ficou claro é que pouco se sabia a respeito do homem regional, dos grupos sociais, das comunidades e sua história. O material didático em uso nas escolas para Integração Social não desempenhava nenhum papel previsto e desejável nos currículos e programas específicos para a área de estudo. Tratava de temas distantes e alheios à realidade vivida pela população regional.

As cooperativas agropecuárias regionais, mantenedoras da Assoeste, já tinham manifestado, em diferentes ocasiões, o desejo de que fosse desenvolvida uma educação cooperativa como forma de ampliação de seus quadros associativos e difusão de seus princípios. Nas discussões ficou claro que tanto o desenvolvimento da Integração Social quanto o atendimento do desejo das cooperativas não seriam possíveis sem conhecimento da trajetória histórica, do passado ao presente, da população regional. No contexto his-

tórico regional estão incluídas as cooperativas, vinculadas à realidade sócio-cultural, à agricultura e suas relações sociais mais amplas com a economia nacional e internacional.

Com estas idéias, um grupo de professores da Assoeste discutiu essas questões com outras instituições e buscou assessoria de professores e pesquisadores da atual Unijuí, que já desenvolviam uma metodologia de ensino numa perspectiva semelhante à desejada.

A partir destas idéias iniciais e da assessoria técnico-metodológica de professores daquela instituição, foi dado início a um programa de pesquisa histórica na região, denominado Projeto Memória, como um primeiro passo para identificação cultural das comunidades, dos grupos sociais, para proteção de seus valores e críticas dos caminhos percorridos até o momento.¹³

Para desencadear esse trabalho foram formados grupos de professores em seis municípios regionais. Esses grupos passaram por um aprofundamento teórico-metodológico suficiente para identificar e registrar as manifestações culturais das comunidades. A partir dos registros obtidos na análise de documentos, entrevistas, depoimentos e outras formas de obtenção de informações foram produzidos mais de 2.500 textos didáticos e destes, selecionados 52, incluídos no livro didático de Integração Social "Repensando o

¹³Justificativa do Projeto Memória. Cascavel, arquivos da Assoeste.

Oeste do Paraná".¹⁴ Segundo a metodologia, os textos didáticos são pretestos para análise e discussão das realidades vividas e que o aluno, a partir de seus registros, tem condições de produzir seus textos, tratando da realidade por ele vivida, seu mundo e como ele percebe as relações sociais estabelecidas com outros segmentos sociais.¹⁵

O Projeto Memória foi um dos programas que mais movimentou a discussão da educação na região e também o que sofreu maiores restrições de segmentos sociais que temiam a revisão histórica, o desenvolvimento de níveis de consciência e integração da população, que passava a perceber-se como sujeitos da história. A nível de Seed, houve uma efetiva censura; textos que faziam parte do livro de Integração Social foram vetados, outros foram aceitos com muita restrição. Os textos vetados tratavam de conflitos pela posse da terra, questões fundiárias e colonos expulsos da terra por jagunços contratados por grandes empresários madeireiros.

Um segundo momento significativo da trajetória da Aßsoeste ocorreu também no ano de 1981, quando passou a refletir a questão do ensino superior no Oeste do Paraná. Para atingir seus objetivos estatutários, era percebida a necessidade de maior fundamentação teórica para desencadear novos avanços na educação regional. No período ainda havia recursos do Projeto Especial, mas estava próxima a

¹⁴Cf. CALLAI, Dolair Augusta. (org.) *Repensando o Oeste do Paraná*. Cascavel, Assoeste, 1983.

¹⁵Cf. CALLAI, Dolair Augusta et alii. *Metodologia de Ensino - Enfoque Integração Social*. Cascavel, Assoeste, 1983.

data de encerramento. A questão era desenvolver recursos humanos locais, até mesmo para o barateamento de seus custos administrativos posteriores. Além do mais, nas áreas de Língua Portuguesa e Iniciação à Ciência, não tinham sido desenvolvidas ações de aprofundamento metodológico e havia sérios problemas nas escolas.

Na tentativa de construir esses recursos humanos, foram programados dois cursos de pós-graduação "*lato sensu*" em Língua Portuguesa, com um grupo de professores da Unicamp e outro em Planejamento e Administração da Educação, com professores do Instituto de Estudos Avançados em Educação - Iesae, Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Estes cursos estimularam alguns professores das faculdades regionais a realizarem pós-graduação a nível de mestrado, contribuindo na melhoria da formação de professores ou a pensar a educação com perspectivas teóricas mais consistentes, superando a perspectiva tecnicista.

Alguns professores que realizaram o curso de especialização em Língua Portuguesa, e atuavam nas escolas de 1º grau, experimentaram a metodologia de ensino aprofundada no curso. Aquela metodologia prevê a aceitação da forma de comunicação que o aluno leva para a escola, isto é, sua linguagem dialetal e, a partir dela, introduzindo-a à linguagem padrão. A metodologia prevê também a produção de textos; escrever e reescrever os textos até atingirem níveis da linguagem padrão. A gramática, entendida como normas da língua, nesta perspectiva metodológica, passa a ser aplicada nos casos concretos apontados pelo professor nos textos produzidos pelos alunos, fundamentando a reelabora-

ção do texto.

Para a produção de textos, os alunos são estimulados a contarem histórias da vida cotidiana e a discutirem, em grupo, uma das histórias contadas, a critério do professor. Este aspecto da metodologia prevê a melhoria da linguagem falada, desenvolver a habilidade de expor em público as próprias opiniões, visando, entre outros aspectos, as práticas ligadas à cidadania, portanto com objetivos políticos bem definidos. Encerradas as discussões, os alunos produzem seus textos, expressam suas opiniões e dão título ao próprio trabalho.

Nas escolas onde já tinha sido adotada a metodologia do Projeto Memória em Integração Social, a implantação desta metodologia de ensino da Língua Portuguesa ampliou a prática de produção de textos. As duas metodologias têm vínculos na perspectiva teórica e práticas pedagógicas semelhantes.

Além da produção de textos, a metodologia prevê a leitura de textos curtos e longos. O objetivo dessa prática é superar as deficiências na leitura. Ela distingue níveis de leitura, isto é, a decodificação de palavras e o sentido do texto. Ler, segundo esta metodologia, ultrapassa a decodificação.

A partir desta experiência, tanto do curso de especialização como da aplicação do embasamento teórico-metodológico nas escolas de 1º grau, resultou em diversas publicações. A primeira delas foi a publicação dos textos

de fundamentação teórica¹⁶ e diversos livros e cadernos com coletâneas de textos produzidos por alunos.¹⁷

Embora de outras origens, mas como aconteceu com a metodologia do Projeto Memória, a implantação da metodologia de ensino da Língua Portuguesa também não foi e não está sendo pacífica. Há resistências por parte de professores, que montam seu planejamento a partir de conteúdos gramaticais, em abandonar seu estratificado costume de ensinar gramática e gramatiquices, sem as práticas da língua. Não estão dispostos a corrigir tantos textos e anotar deficiências mais comuns e trabalhá-las, aí sim, com respaldo na gramática. Há também resistências da direção e supervisão de algumas escolas que desejam, prioritariamente, salas em ordem e programas curriculares cumpridos numa determinada sequência e não, como prevê a metodologia, a partir da necessidade dos alunos. Segundo entendimento deles, salas agitadas, discutindo histórias contadas por colegas ou em leitura silenciosa de textos longos, não são boas práticas pedagógicas.

Uma decorrência do curso de especialização em Planejamento e Administração da Educação foi o aprofundamento teórico das questões sócio-políticas da educação. A educação não é neutra mas está a serviço de diferentes interesses e visões de mundo. É uma prática que nasce das entra-

¹⁶Cf. GERALDI. João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel, Assoeste, 1984. Já está na 7.^a ed. com 24.000 exemplares vendidos.

¹⁷Apenas para mencionar os livros mais importantes: *Nossas histórias* (1983), *Textos em debate* (1985). Cascavel, Assoestê.

nhas da sociedade, reproduz as relações sociais, estabelece consensos que salvaguardem os interesses dominantes. Uma metodologia de ensino explicita uma base teórica de como são vistas e percebidas as relações sociais, o poder político e a dominação da classe social hegemônica. Uma metodologia que desconsidera essas realidades está a serviço da manutenção das condições sociais existentes, não estabelece perspectivas crítico-transformadoras.

A partir dessas concepções, embora ainda em processo de construção, com paradoxos, contradições e falta de clareza, foi iniciada uma crítica à cartilha, a começar pelo título: *a porta mágica*. Foi percebida como mecanicista, simplista e repetitiva, sem perspectiva teórica mais consistente. Depois dessa crítica, professores da Assoeste iniciaram um trabalho de busca de novas alternativas para o processo de alfabetização, partindo de experiências já existentes, com fundamento na produção teórica de conceituados pesquisadores em alfabetização. Enquanto era estudada uma nova concepção para a alfabetização, a nível de Seed passou a ser pensado e planejado o Ciclo Básico, que tem como uma de suas questões centrais a alfabetização. A perspectiva metodológica do Ciclo Básico também não está bem definida ainda. Supera o método desenvolvido pelo Prof. Erasmo Pilotto, agrega perspectivas da globalização, dos centros de interesse e da interação. No momento estão ocorrendo experiências, sem contudo uma sistematização metodológica com fundamentação teórica satisfatória para parcelas de professores que se dedicam ao estudo dessa questão.

A partir de 1983, a Assoeste se propôs desenvol-

ver ações no ensino da Matemática e Iniciação às Ciências. área que ainda permanecia a descoberto nos seus programas educacionais. Para tanto, investigou experiências existentes na área. Foram encontradas apenas algumas experiências de professores individuais, tanto na região (Fecivel) como em outras regiões (Prof. Saulo Biazus, da Faculdade de Erechim, RS). Vinculando essas experiências e propostas metodológicas com bases teóricas semelhantes foi construída uma concepção para o ensino da Matemática, articulando-o às práticas sociais e utilizando técnicas de ensino de manuseio de material concreto. Essa proposta metodológica está em expansão e seus resultados ainda não são de difícil verificação. Segundo informações colhidas na Assoeste, as perspectivas são animadoras; ocorreram avanços na aprendizagem matemática nas primeiras séries. As noções matemáticas não são desvinculadas do processo de alfabetização. Existe inclusive a expressão "alfabetização matemática" na linguagem dos professores que se dedicam a esses estudos.

Depois de 1984, com a posse de um novo governo do Estado, os intercâmbios da Assoeste com o Departamento de 1º Grau da Seed foram intensificados. Muitos projetos de ação educacional foram aprovados e apoiados financeiramente. Em dado momento, o Diretor do Departamento de Ensino de 1º Grau foi demitido por razões políticas. Daí por diante, as ações educacionais da Assoeste passaram a sofrer uma série de restrições e seus projetos só seriam analisados se passassem pelo Núcleo Regional de Educação¹⁸ na

¹⁸Na região Oeste do Paraná existem três Núcleos Regionais de Educação: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Cada Núcleo tem competência administrativa (representa a Seed) sobre um certo número de municípios.

área de abrangência onde seriam desenvolvidos cursos ou outras atividades com os professores. Para realizar cursos, envolvendo professores estaduais, as Chefias de Núcleo de Educação exigem que seja baixada uma portaria da Seed, autorizando o curso e sua programação. Esse processo envolve uma tramitação complicada: encaminhar o projeto da atividade ao Núcleo de Educação, aguardar a análise e aprovação do projeto na Seed, aguardar que seja baixada a portaria e só depois realizar a atividade planejada. Essas medidas explicitam a vontade da Seed de subordinar politicamente a Assoeste, controlar suas ações e também dá a entender que a discussão e encaminhamento de propostas educacionais são competências exclusivas suas e de seus órgãos.

Por essas razões, e por razões históricas de constituição e manutenção, a Assoeste ateve-se mais ao atendimento do ensino público municipal, a escola rural, das periferias urbanas e seus professores, salvaguardando sua autonomia. Manteve-se, contudo, sempre aberta à participação de professores que atuam nas escolas de qualquer tipo de manutenção, até o limite que não prejudique a participação dos professores municipais.

A escola municipal atende segmentos populacionais constituídos pelos trabalhadores residentes nas periferias urbanas, trabalhadores rurais, proprietários ou não, segmentos populacionais que disputam a educação como alternativa de construir seu espaço de subsistência no interior do modo de produção capitalista.

Com relação à escola rural, na década de 1980,

continuaram a ocorrer transformações. Após a modernização da agricultura e expulsão do campo de uma considerável parcela da população, muitas escolas rurais foram desativadas em razão de critérios administrativos, isto é, o reduzido número de crianças em idade escolar não "justificava" a existência da escola. Em diversos municípios a escola rural foi substituída por transporte e constituída uma modalidade de escola denominada nuclearizada, isto é, uma escola centralizada, ampliada e com professores habilitados, para onde converge o transporte de alunos residentes nas linhas e travessões. Essa tendência está em expansão no Oeste do Paraná, até por pressão política da população.¹⁹ À medida do possível, estão sendo desativadas as escolas rurais com dois ou três alunos por série, atendidos por um único professor e implantando transporte até uma escola em melhores condições de produzir ensino de qualidade.

Por fim, um outro momento significativo das ações da Assoeste foi um estudo sobre as faculdades regionais. Foi percebido que, como instituições mantidas por fundações municipais, não teriam como se expandir e garantindo qualidade em seus cursos de graduação, qualidade essa necessária à superação dos estrangulamentos regionais tanto na educação como na busca de novas alternativas de desenvolvimento sócio-econômico-cultural e político. Nenhuma instituição tinha efetivas condições de realizar ensino de

¹⁹No Oeste do Paraná há municípios que praticamente não têm mais escolas rurais (Palotina), outros as reduziram pela metade (Cascavel).

qualidade, pesquisa e extensão como atividades acadêmicas permanentes. O ensino, por falta de pesquisa e extensão, não se renovava e se afastava da realidade social. Foi percebida a necessidade de um diálogo direto do ensino superior com a sociedade. Com escassos ou nem sempre perceptíveis retornos de interesse público, as prefeituras municipais relutavam em aplicar recursos no ensino superior em detrimento das escolas de 1º grau. Os intercâmbios da Assoeste com os cursos superiores regionais eram precários. Era difícil articular ações educacionais entre o ensino superior e as escolas de 1º e 2º graus, visto que os professores apenas davam aulas nas faculdades. Nessas condições ficava muito difícil realizar cursos de pós-graduação, especialmente a nível de mestrado e doutorado.

Isto considerado, agentes educacionais da Assoeste passaram a estudar, mediante consultas a diferentes especialistas, a possibilidade de vincular as quatro instituições e transformá-las numa única fundação mantenedora, com participação de recursos do Estado. A partir de 1984, a Assoeste comandou o desenvolvimento de uma intensa mobilização objetivando a aproximação das faculdades isoladas, promoveu encontros de estudos, envolvendo diferentes segmentos sociais e seus órgãos de representação, políticos, órgãos e representantes do governo do Estado. Esse processo viabilizou, em 1987, a criação da Federação de Faculdades do Oeste do Paraná e, numa primeira etapa, o Estado assumiu a folha de pagamento das instituições regionais, depois de infindáveis confrontos e barganhas. Em 1988, a Federação foi transformada em Fundação Estadual de Ensino Su

perior do Oeste do Paraná - Funioeste, mantenedora da futura Universidade Estadual do Oeste - Unioeste, uma Universidade Multicampi cuja carta-consulta de reconhecimento já está em análise.

No interior do contexto social do Oeste do Paraná foi gestada também a escola de nível superior. Nos centros urbanos regionais mais desenvolvidos, portanto onde as relações sociais são mais numerosas e complexas, aí foram reivindicadas escolas de nível superior. A forma como foram constituídas reflete, em seus aspectos mais significativos, o processo histórico regional. Originaram-se da vontade coletiva de suas respectivas cidades — mantidas por fundações municipais. Quando perceberam que estavam esgotadas suas possibilidades de crescimento apenas com recursos municipais, integraram-se na busca coletiva de saídas. A Unioeste, além de se transformar em mais uma instituição de abrangência regional, amplia vínculos já existentes e necessários a novas lutas coletivas pelo desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Como pode ser interpretada a escola gestada no interior da sociedade e a educação produzida no Oeste do Paraná? Há algo — no processo histórico regional, na forma da construção da escola e nas lutas sociais por educação, nas alternativas encontradas para atingir níveis de qualidade — que é específico do Oeste do Paraná, inexistente, pelo que se sabe até o momento, em outras regiões do país.

Os caminhos encontrados para a construção da es-

cola e as tentativas de superar os problemas da educação seguiram, em termos gerais, as mesmas alternativas buscadas para superar outros problemas também vitais como o são a subsistência, a produção de excedentes e a comercialização da produção, isto é, pela via do associativismo. Esse processo de associação inicia-se em algum ponto da região, amplia-se e, por fim, abrange a região como um todo. Assim ocorreu com as cooperativas dos colonos, com as cooperativas da modernização agrícola que se integraram numa central de cooperativas; com a Associação dos municípios, Amop; com o Projeto Especial de Educação-MEC/OEA, que não tinha intenção inicial de abranger toda a região, mas foi transformado em Associação Educacional do Oeste do Paraná; com as faculdades municipais, transformadas em Federação de Faculdades e agora está em processo de reconhecimento a Universidade do Oeste.

Essas questões tinham chamado a atenção ainda na construção do objeto de pesquisa e induzido a levantar a hipótese de que, no Oeste do Paraná, haveria um "sistema educacional". Essas peculiaridades regionais, nascidas da índole humano-cultural de uma população que colonizou e construiu a realidade concreta do Oeste do Paraná, serão suficientes para comprovar a existência de um sistema educacional? Essas questões serão analisadas na conclusão do presente trabalho.

CAPÍTULO VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho, dadas certas peculiaridades históricas e até geográficas, exigiu um grande recuo no tempo. Essa exigência foi determinada pelo próprio andamento da pesquisa. Em dado momento, foi percebido que o Oeste do Paraná, mesmo dispondo de grandes recursos materiais naturais e vias navegáveis, foi a última região do Estado a ser ocupada por brasileiros e colonizada. Quando era tentada uma explicação histórica, era percebido que a determinação se encontrava há muitas décadas anteriores ou na própria história da disputa de terras entre portugueses e espanhóis, na constituição dos impérios coloniais, dos posteriores tratados de limites e acordos internacionais. A localização do início do processo, portanto o fundamento para a compreensão da realidade, exigiu esse recuo em relação ao projeto de pesquisa original.

Quando da ocupação e colonização, a conquista da terra por caboclos e colonos, não havia relatos de confrontos com índios. Os índios e seus descendentes aculturados, ou miscigenados e transformados em caboclos estavam e, até certo ponto estão localizados na parte sudeste da região. Foi sentida a necessidade de buscar uma explicação histórica para o fato. Embora o primeiro capítulo resgate em parte a história da população indígena, seu objetivo maior é eliminar uma confusão corrente no Oeste do Paraná de que a região teria sido, em alguma época, parte do território pa

raguaio. Muito antes da existência do Estado Paraguaio, a questão de fronteira já não suscitava dúvidas. O rio Paraná já era fronteira incontestada entre o Oeste do Paraná e a atual República do Paraguai, desde 1750, com o Tratado de Madri.

No segundo capítulo, foram analisadas as determinações históricas do país, da Província e depois Estado do Paraná que explicam a tardia ocupação do Oeste do Paraná. As relações do Brasil com os vizinhos do Prata foram conturbadas por décadas sucessivas. Essas questões, principalmente a contestação da Argentina com relação às fronteiras no sudoeste do Paraná, obrigaram o Estado a tomar medidas estratégicas em garantia da posse da terra, voltar seus olhos para as fronteiras e providenciar a ocupação nacional. Contudo, o governo do Estado, exercido pela oligarquia campeira, não tinha um projeto político para o Estado e muito menos para as regiões de fronteira internacional. Apenas reagia quando era premido por fatos alheios à própria indolência e incompetência administrativa. Pelo contrário, até a venda legal de enormes glebas a empresas estrangeiras, medidas e documentadas por funcionários seus, demonstra o desinteresse do Estado por seu território. Quando se deu conta do perigo de desnacionalização, nada mais pôde fazer em áreas sobre as quais já não tinha domínio jurídico. Esses foram os fatores históricos que determinaram a tardia ocupação, colonização e integração do Oeste do Paraná ao restante do Estado e sua incorporação à economia nacional, após pressões da sociedade civil e de medidas do governo federal. No tópico 4 do capítulo segundo são levanta

das hipóteses porque não houve confrontos entre colonos e índios. Há convicção de que os índios remascentes da destruição e migração do século XVII, após a implantação da cruel exploração do trabalho pelas empresas estrangeiras, tenham-se afastado para leste, nas margens do rio Iguaçu, fora do domínio das obrages.

Mas em dado momento, nas décadas de vinte e trinta, os latifúndios de exploração de erva mate e madeira das empresas estrangeiras tornam-se economicamente inviáveis e entraram em decadência. Mesmo assim não ocorreu a ocupação do Oeste do Paraná, mas há indícios de que as condições estão em processo de construção. Caboclos do Paraná e colonos de Santa Catarina iniciaram a expansão da fronteira agrícola e ocuparam terras próximas aos limites das obrages, iniciando a produção e reprodução de seus meios de vida. Como foi visto no terceiro capítulo, a ocupação do Oeste do Paraná só ocorreu quando foram construídas as condições prévias de colonização. Essas condições foram geradas no contexto do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, de medidas político-administrativas como a abertura e melhoria das estradas, estimulando a aplicação de capitais na região, e do desenvolvimento capitalista mundial após a Segunda Guerra.

Esses quatro capítulos iniciais tentam explicar, em linhas gerais, todo um contexto histórico da colonização do Oeste do Paraná, inclusive os fatores que determinaram a época e o tipo humano que se transferiu para a região, seu modo de vida e produção.

Construído o cenário, com suas peculiaridades, foi buscada a comprovação do pressuposto central da pesquisa, isto é, a escola é gestada no interior da sociedade. A dinâmica social impulsiona a escola, ela nasce e se desenvolve no processo social concreto, em sua totalidade e complexidade de dimensões e formas nas quais é pensado como síntese de múltiplas determinações, como bloco histórico em que se relacionam dialeticamente elementos objetivos e subjetivos.

Esta perspectiva está amplamente comprovada a começar do quinto capítulo. A partir da existência de grupos sociais pioneiros no Oeste do Paraná, antes da ampla colonização, no interior deles passa a ser gestada a escola ou, no mínimo, é sentida a necessidade subjetiva da escolarização. A primitiva escola regional, justamente por ser a primeira, foi a que caracterizou com maior nitidez que, dependendo do grupo social e das relações sociais que estabelece, constrói sua escola na medida de suas relações.

A partir da intensa colonização da década de 1950 e posteriores, foram constituídos núcleos populacionais provenientes de antigas colônias de imigrantes, impelidos a migrar pelas novas condições sociais determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da ampliação das relações no interior do modo capitalista de produção. Esses novos núcleos coloniais, além de suas características etnoculturais, traziam também claras percepções da importância da escola para reprodução de suas condições de colonos. Nas suas representações, a escola era tão impor-

tante quanto a saúde e a fé. A escola dos colonos, isto é, a escola por eles construída e mantida, com professores escolhidos, aprovados e contratados por eles, era uma escola que produzia uma educação semelhante ou nascida de sua cultura e visão de mundo, a serviço das relações sociais que estabeleciam. Era uma escola autônoma, independente de qualquer poder exterior ao próprio grupo social.

À medida que os grupos sociais se ampliaram e a população, a partir de seu crescimento, tornou-se heterogênea e, especialmente, a partir da ampliação das relações sociais, já num sentido de confronto de interesses de classe, da ampliação da presença do poder público que, aos poucos, subordinou a população, os colonos perderam sua escola. Os colonos não se posicionavam contra a existência da escola pública, mas exigiam uma escola que produzisse educação de seu interesse, enquanto colonos. A necessidade de escolas passou a ser maior que o número de professores de que os colonos podiam dispor. Esta foi a razão fundamental da reação dos colonos na tentativa de recuperar o controle da educação de seus filhos. Primeiramente tentaram formar seus professores, uma alternativa que se demonstrou inviável por falta de educadores de seus professores. Depois, tentaram a construção de uma nova escola particular, religiosa ou não, que a eles mais se identificasse a quem entregariam a educação de seus filhos. Fatores conjunturais e estruturais inviabilizaram essa nova tentativa, visto que a escola particular passou a ser em tudo semelhante às outras; até os professores, em muitos casos, eram os mes

mos da escola pública.

O ensino passou a ser a educação imposta pela legislação construída pelas elites hegemônicas, das regras e da pedagogia que estabelecem nas relações sociais com a classe social subalterna nos confrontos e disputas de espaço econômico e social. O espaço social de expressão dos colonos foi dominado pelo poder público, inviabilizando sua escola.

Antes mesmo de perder sua escola, os colonos já eram expropriados no resultado de seu trabalho, na comercialização dos excedentes de sua produção, por comerciantes e cerealistas, no mesmo contexto da ampliação das relações sociais. Da mesma forma como ocorreu na perda da escola, reagiram em relação à expropriação dos resultados de sua produção. Organizaram-se em cooperativas dos colonos, na defesa de seus interesses. Na ampliação das relações mercantis, no contexto do plano de governo de modernizar a agricultura e na mudança do sistema produtivo, perderam também sua cooperativa, apenas parcialmente resgatada na década de 1980, como é analisado no capítulo quarto deste trabalho.

Nos últimos anos da existência do Projeto Especial de Educação-MEC/OEA, que coincidiram com a criação da Assoeste, em razão das transformações econômicas e sociais, na região estavam sendo buscadas alternativas de recuperação de um certo equilíbrio de tempos anteriores. As transformações ocorriam com muita velocidade e de forma difícil

de entender em que resultariam no processo de desenvolvimento. As discussões sobre os principais temas regionais ampliaram-se nesse período. A questão da educação, um tema sempre presente no processo histórico regional, por razões já apontadas, passou a ocupar destaque nas discussões.

A criação da Assoeste em 1980, envolvendo tão distintas instituições como a totalidade dos municípios regionais via sua Associação - AMOP, das cooperativas agropecuárias singulares e de sua Central de Cooperativas - Contriguaçu e, à época as quatro instituições isoladas de ensino superior da região, explicita a generalizada preocupação e a busca pela população de novas alternativas para a educação. Em termos gerais, pela representatividade das instituições que a compõem, é possível dizer que a criação da Assoeste expressou uma tomada de posição da população regional em relação à educação.

A elaboração do Estatuto da Assoeste, definindo o papel a ser desempenhado e as ações que deveria desenvolver junto às escolas e professores, revela, primeiramente, um descontentamento regional em relação ao tratamento dado pelo poder público ao ensino. O poder público fazia menos pelo ensino do que a população regional desejava. Em segundo lugar, a finalidade da Assoeste é, de certa forma, construir novos caminhos para o ensino de interesse regional. Essa questão vincula-se ao já antigo esforço de recuperação da escola enraizada no interior do processo histórico de construção da região. A questão fundamental do descontentamento com a escola era de que

não ensinava, ou ensinava muito mal. Em outros termos, a escola estava tecnicamente mal, não produzia conhecimentos percebidos pela população como necessários.

No desempenho de seu papel, a Assoeste realiza planejamento diagnóstico periódico em encontros amplos com os segmentos que a compõe. Após identificação de problemas, passam a ser produzidas alternativas técnicas via treinamento de professores. Milhares de professores passaram por cursos de aprofundamento teórico e aspectos didático-pedagógicos. Ocorreram significativas melhorias, contudo, menores que as previstas. A transformação das pers-pectivas teórico-metodológicas em práticas educativas ocorrem em ritmo mais lento que o desejado. A dificuldade diagnosticada em encontros de planejamento participativo localizam-se na passagem dos conhecimentos teórico-metodológicos discutidos nos cursos para as práticas em sala de aula. Foi entendido que o professor necessita de um acompanhamento direto em seu trabalho. A partir dessas constatações, a Assoeste, estimulou a formação de grupos de estudos nas Equipes de Ensino das Secretarias Municipais de Educação. Essa alternativa, ampliou o espaço de expres-são de professores com maior caminhada teórica, bem como a participação individual de alguns professores das faculdades.

Ainda na construção do objeto de investigação, além do pressuposto central de que a escola é gestada no interior dos grupos sociais, está vinculada ao processo histórico da sociedade que a constitui e espelha as rela-

ções por ela estabelecidas, foi levantada a hipótese de que, dadas certas características da ação de órgãos de abrangência regional, haveria um sistema educacional regional. Essa questão já tinha sido percebida como problemática. No Projeto de Pesquisa foi acrescentada uma nota explicativa, esclarecendo que, "construção de 'seu sistema educacional' estava sendo utilizado com uma certa liberdade".

O primeiro problema encontrado para dar sustentação à hipótese foi conceituar sistema educacional. O que faz com que haja um sistema educacional, seja ele nacional ou regional? É a autonomia? É a prerrogativa de legislar em assuntos educacionais? Ou é uma articulação entre graus e níveis da rede escolar, constituindo uma certa organicidade de fins, perspectivas e objetivos da escola e da educação?

A vinculação e articulação do esforço regional pela educação, o planejamento conjunto e a cobrança, via Assoeste, de aprofundamento nas questões teórico-metodológicas em encontros de estudos com grande número de professores, a produção de material tanto para cursos como para as práticas didático-pedagógicas em sala de aula, a considerável autonomia (embora com freqüentes conflitos com a SEED e seus órgãos regionais) com que é pensado e decidido o rumo educacional, a permanente tentativa de vinculação do 3º grau com o trabalho realizado nos outros graus, esse conjunto de aspectos inovadores tinha deixado transparecer algo semelhante ao que se poderia chamar de construção de "sis

tema educacional regional".

Mesmo que a Assoeste desempenhe um extraordinário papel integrador de esforços por uma educação de boa qualidade, vinculada aos interesses de segmentos sociais que representam a grande maioria da população, não há, por enquanto, uma forma de articulação com outras estruturas educacionais existentes na região. O esforço da Assoeste está historicamente vinculado à escola rural e das periferias urbanas, com pouca penetração e de forma indireta, junto às escolas dos centros urbanos onde estão as escolas públicas estaduais, estas mais vinculadas aos Núcleos Regionais de Educação e às Inspetorias Estaduais de Ensino. Os professores deste segmento da escola regional percebem-se como diferenciados do ensino mantido pelo município, portanto não se sentem vinculados à Assoeste, nem, em sua grande maioria, se dispõem a assumir suas propostas metodológicas de trabalho educacional. Pelo contrário, até se opõem por representar estudo e mudança, portanto mais trabalho. Com as escolas particulares, confessionais ou não, esse desvínculo se acentua e suas perspectivas também são outras: medem a qualidade de seu ensino pelo número de alunos aprovados, não entrando tanto em questão o nível dos conhecimentos produzidos.

A repercussão da ação da Assoeste chega à escola pública estadual e às particulares através de professores que, reconhecendo a importância e profundidade dos temas educacionais discutidos nos encontros de estudos e debates, participam individualmente. Em reuniões de planejamento em

seus estabelecimentos, essas questões são postas como referências. No mínimo parcelas de professores dos estabelecimentos públicos estaduais e particulares assumem concepções de educação e aspectos teóricos-metodológicos construídos a partir de ações da Assoeste.

Por fim, há o ensino superior. Também nesta área, embora os intercâmbios sejam cada vez maiores, ainda não ocorrem de forma sistemática por parte dos cursos de licenciatura. Os profissionais do ensino superior, salvo raras exceções, perdem de vista que estão formando educadores e não estabelecem uma vinculação dos conteúdos trabalhados e a realidade educacional. Aos cursos superiores caberia desenvolver ações que melhorem o 2º grau, especialmente em determinadas áreas que representam maiores índices de fracasso escolar, tais como Matemática, Física, Química e Biologia, tanto neste grau como no ensino superior.⁴⁸

O que aparece, neste caso, além de um desvínculo, é uma falta de solidariedade do 3º com o 2º grau. O terceiro grau acusa o segundo de produzir um ensino de baixa qualidade, mas não pesquisa as determinações do baixo desempenho, nem a partir dos dados colhidos nas fichas de inscrição ao vestibular. Diferentes graus de ensino e diferentes estruturas de manutenção ignoram-se entre si. A Universidade no seu todo não demonstra suficiente interesse

⁴⁸EMER, Ivo Oss. "Uma tentativa de diagnóstico dos cursos de graduação - regime seriado anual". Cascavel, Fecivel, mimeo, 1991. Esta pesquisa revelou que 90% das dependências e reprovações nos cursos de graduação ocorrem nestas áreas.

se com a qualidade de ensino nos graus anteriores, não há vínculos estreitos entre os diferentes graus.

A meio caminho do trabalho de investigação, já havia suficientes indícios de que essa hipótese é de difícil sustentação na realidade educacional regional. Mesmo que se leve em conta as experiências desenvolvidas, as práticas didático-pedagógicas experimentadas, a produção de material didático, a tentativa de encontrar saídas regionais para a educação de forma mais ou menos ampla, envolvendo diferentes segmentos sociais, a construção de infra-estruturas inovadoras e inéditas, com recursos e dinâmica próprios e, neste aspecto, com uma considerável autonomia, é insuficiente para constituir um sistema educacional. Não porque a legislação educacional seja da competência de outras esferas, mas porque a vinculação, os intercâmbios e a solidariedade entre as estruturas educacionais não atingiram os níveis necessários de integração para, no conjunto orgânico da sociedade, encarar de frente o problema educacional e constituírem-se em sistema. Não há, ainda, uma intencionalidade geral de transformar a realidade educacional.

"Na verdade, um sistema se insere sempre num conjunto mais amplo do que ele próprio; e a sua coerência em relação à situação de que faz parte (...) se exprime precisamente pelo fato de operar intencionalmente transformações sobre ela".⁴⁹

² SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira: estrutura e sistema*. 4a. ed., São Paulo, Saraiva, 1981, p. 75.

A superação desses desvínculos e dicotomias existentes entre os diferentes graus de ensino e diferentes estruturas de manutenção é possível ser conquistada a partir do ensino superior, que forma os profissionais de 1º e 2º graus, e do trabalho de pesquisa e extensão. Esta seria mais uma forma de integração solidária e transformadora, uma soma, uma contribuição ao que já existe. Quando os alunos do 3º grau não forem capazes de demonstrar conhecimentos que deveriam ter produzido nos graus anteriores seja interpretado como um problema que, diretamente, diz respeito ao ensino superior, ao profissional da educação que ele formou, que tem problemas a serem investigados e apontadas alternativas de superação, com base científica. Produzir conhecimentos a serviço dos demais graus, sistematizar experiências, é iniciar a construção real do sistema educacional. "E como não pode haver sistema sem sistematização, por aí é que se deve começar".⁵⁰

Nesta perspectiva e pela caminhada já percorrida via integração desencadeada pela existência da Assoeste e mais recentemente com a Funioeste, mantenedora do ensino superior do Oeste do Paraná, com amplas perspectivas de ser brevemente reconhecida como Universidade Multicampi, Unioeste, integrando o Oeste do Paraná também pelo ensino superior, é possível criar, mesmo a nível de micro, o sistema educacional do Oeste do Paraná.

⁵⁰SAVIANI, Dermeval. op. cit., p. 110.

Por outro lado, é possível afirmar que, no Oeste do Paraná, mesmo que não haja um sistema educacional, foi desenvolvido um sistema de resolver, no mínimo em parte, os problemas educacionais. Há, sim, um sistema de busca de alternativas educacionais, já histórico. Esse sistema precisa ser ampliado e desenvolvido, com a maior autonomia possível de uma população que se percebe vinculada e integrante de uma mesma região com história e traços culturais comuns. Uma população que se sente no direito de decidir que tipo de educação terão seus filhos, interferindo sobre o ensino escolar.

Este é o salto qualitativo proposto no presente trabalho, parcial e incompleto; mas sem dúvida uma prospecção do processo histórico de como foi gestada a escola a partir do interior da sociedade constituída no Oeste do Paraná e que poderá construir seu sistema educacional, isto é, poderá produzir uma educação decidida pela população regional para humanização de si própria. Quanto mais o homem se humaniza, mais se universaliza, torna-se mais semelhante aos outros homens.

BIBLIOGRAFIA

- BAGGIO, Adelar F. (org.) *Cooperativismo e administração rural*. Cascavel, Assoeste, 1984.
- BALHANA, Altiva e outros. *História do Paraná*. 2a. ed., tomo I. Curitiba, Grafipar, 1969.
- BELUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo (14):63-7, fev. 1986.
- CABANAS, João. *A coluna da morte*. Rio de Janeiro, s.ed., 1927.
- CALLAI, Dolair A. (org.) *Repensando o Oeste do Paraná*. Cascavel, Assoeste, 1983.
- CALLAI, Dolair e outros. *Metodologia de ensino: enfoque integração social*. Cascavel, Assoeste, 1983.
- CAMPOS, Raymundo. *História do Brasil*. São Paulo, Atual, 1983.
- COLODEL, José Augusto. *Obrages e companhias colonizadoras*. Cascavel, Assoeste, 1988.
- CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais; o caso do trigo e da soja. in: _____ e FREDERICO A. *Agricultura, cooperativismo e multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- CUNHA, Luiz A. A educação nas constituições brasileiras: análise e propostas. (mimeo) Rio de Janeiro, UFF. Debate Brasil constituinte, 1985.
- DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. 4a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo, Cortez, 1984.
- FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba, Imprensa da UFPR, 1973.

- FRANTZ, Telmo Rudi. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*. Ijuí, Cotrijui-Fidene, 1982.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Ed. Moraes, 1980.
- _____. *Política educacional e indústria cultural*. São Paulo, Cortez, 1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improduti-va*. São Paulo, Cortez, 1984.
- GERALDI, João Wanderley (org.) *O texto na sala de aula*. Cas_cavel, Assoeste, 1984.
- GOMES, Felipe Tiago. *História da Campanha Nacional de Esco_las da Comunidade*. Brasília, s.ed., 1980.
- GOMEZ, Carlos Minayo e outros. *Trabalho e conhecimento: dí_lemas da educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moder-no*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Ci_vilização Brasileira, 1981.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- GRZYBOWSKI, Cândido. "A comissão pastoral da terra e os co_lonos no sul do Brasil. in: PAIVA, Vanilda (org.) *Igre-ja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- _____. "Trabalhadores rurais e educação". in: Deptº de Eco_nomia UNESP-Botucatu (org.). *Mão-de-obra volante na a-gricultura*. São Paulo, CNPq/Unesp/Polis, 1989.
- _____. *Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural*. *Contexto e Educação*. Ijuí, 1(4):47-59, out./dez, 1986.
- HANDERMANN, H. *História do Brasil*. 2a. ed., Tomo II, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1978.

- LÓCCO, Leila Almeida de. *Supervisão educacional no Paraná*. (mimeo). Dissertação de Mestrado defendida na PUC/SP, São Paulo, 1987.
- LOWY, Michel. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo, Cortez, 1985.
- LUGON, Clóvis. *A república "comunista" cristã dos guaranis*. 3a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- MANACORDA, Mário A. *Marx e a pedagogia moderna*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1966.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo, Difel, 1987.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MELLOS, Erasto Castilhos de. *A mercantilização da produção regional e o Estado na dinâmica de acumulação de capital e expansão das cooperativas agropecuárias: o caso do extremo-oeste paranaense*. (mimeo). Dissertação de Mestrado em Economia, defendida na UFMG, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- OLIVEIRA, F. e SÁ JR. *Questionando a economia brasileira*. São Paulo, Cebrap/Brasiliense, 1975.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec, 1981.

- PROJETO Especial Multinacional de Educação MEC/OEA. Relatorio Final. Cascavel, Assoeste, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- RUOSO, Isolda Peixoto. *A perda mágica*. (Cartilha). Casca - vel, Assoeste, 1982.
- _____. *A porta mágica*. (Caderno do professor - metodologia), Cascavel, Assoeste, 1982.
- TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 5a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel, Assoeste, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e siste- ma*. 4a. ed., São Paulo, Saraiva, 1981.
- _____. *Política e educação no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1987.
- SILVA, Oscar e outros. *Toledo e sua história*. Toledo, Pre- feitura Municipal, 1988.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura bra- sileira*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- SPERANÇA, Alceu e SPERANÇA, Carlos. *Pequena história de Cas- cavel e do Oeste*. Cascavel, J.S. Impressora, 1980.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesi- nato*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- WACHOVICZ, Lílilan Anna. *Relação professor/Estado no Paraná Tradicional*. São Paulo, Cortez, 1984.
- WACHOVICZ, Ruy C. *Obrageiros, mensus e colonos*. Curitiba, Vi- centina, 1982.
- _____. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba, Lítero-Técnica, 1985.
- _____. *História do Paraná*. 6a. ed., Curitiba, Vicentina, 1988.

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

1. Associação Educacional do Oeste do Paraná - Assoeste
Rua São Paulo, 1425 - Cascavel-Pr
Fone (0452) 23-2547
2. Arquivos do Projeto Memória (1982 e seguintes) Assoeste
Depoimentos gravados e transcritos
 - . BARTNIK, Stanislava Boiarski - professora
 - . CID, Antonio - professor
 - . GHIGGI, Nilo - comerciante e agricultor
 - . LUCHESA, Itacir - madeireiro e comerciante
 - . MUNHAK, Jacob - colono de 1932, Colônia Esperança
 - . STRAPASSON, Onofre - Técnico em montagem de serrarias em Cascavel, 1945

Outros documentos produzidos pelo Projeto Memória - Assoeste

- . EMER, Ivo Oss. Texto "A madeira", 1983
- . EMER, Ivo Oss. Texto "O comércio", 1984

3. Coleta de Depoimentos orais

- . BARTNIK, Stanislava Boiarski - professora, Cascavel 1990
- . GASSEN, Airton José - agricultor, comerciante Cascavel, 1990
- . MAIER, Maria - professora, Catanduvas, 1990
- . REIS, Alvina Pompeu - professora, Cascavel, 1990
- . SCHIMIDT, Milano Adolfo - professor - Nova Santa Rosa 1990.

4. Arquivo da Assoeste - Departamento de Pesquisa e Dados Regionais - Tabelas Populacionais produzidas a partir de dados dos Censos Demográficos do IBGE, População Urbana, População Rural, Mobilidade Populacional, etc.

Estatuto da Assoeste

Justificativa do Projeto Memória

5. Instituições visitadas para coleta de informações

- . Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda. Coopavel, 1990
- . Cooperativa Agrícola Vale do Piquiri Ltda. - Coopervale, Palotina, 1990
- . Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.-Cotriguaçu, Cascavel, 1990
- . Secretaria do Colégio Rio Branco, Cascavel, 1990
- . Secretaria do Colégio Estadual Bartolemeu Mitre, Foz do Iguaçu, 1990
- . Secretaria do Colégio Estadual Mendes Gonçalves, Guaíra, 1990
- . Secretarias Municipais de Educação de Cascavel, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Guaraniaçu, Mal. Cândido Rondon, Toledo
- . Núcleos Regionais de Educação de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

A N E X O S

MAPA I

MAPA II

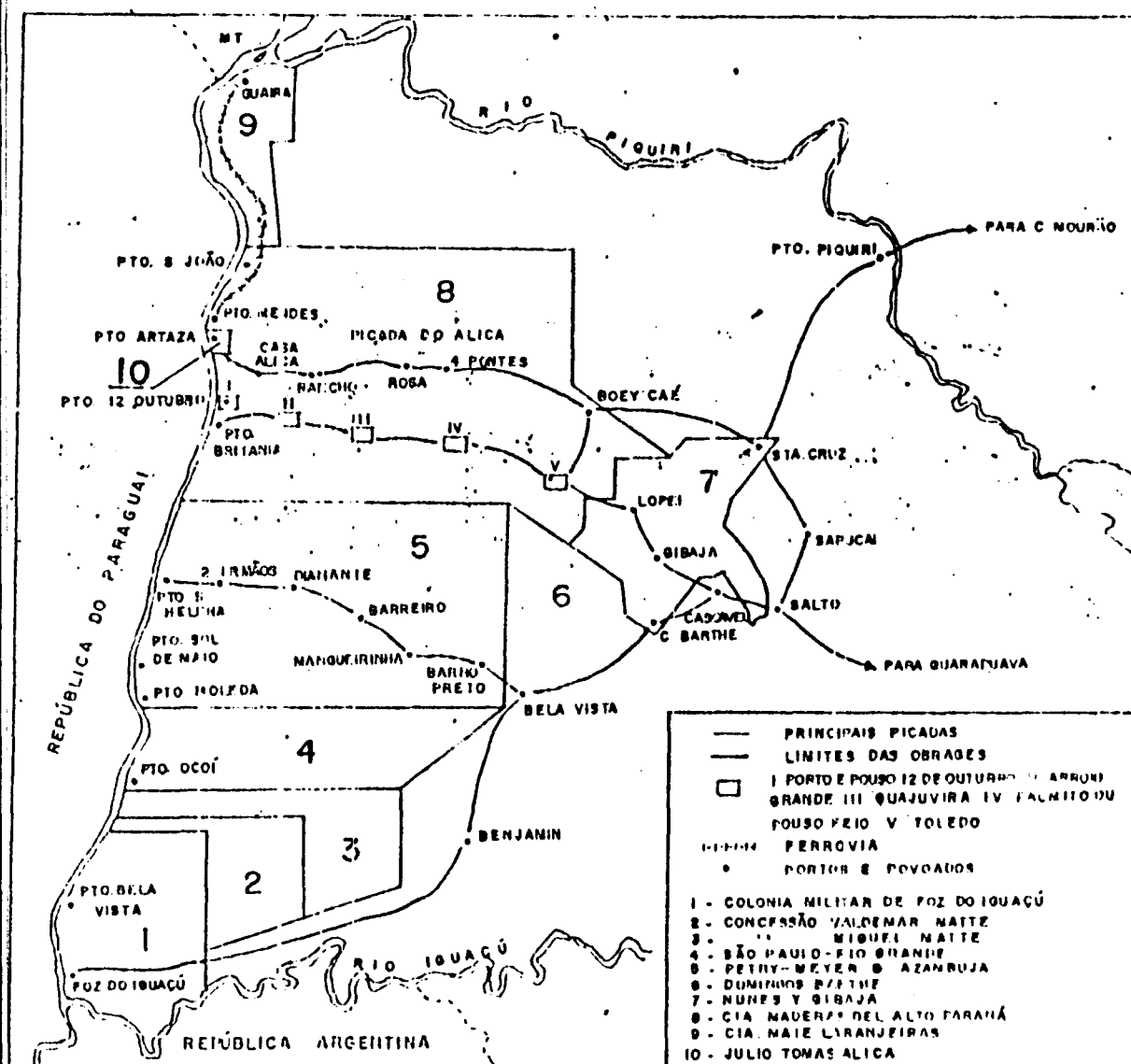
MAPA III

MAPA IV

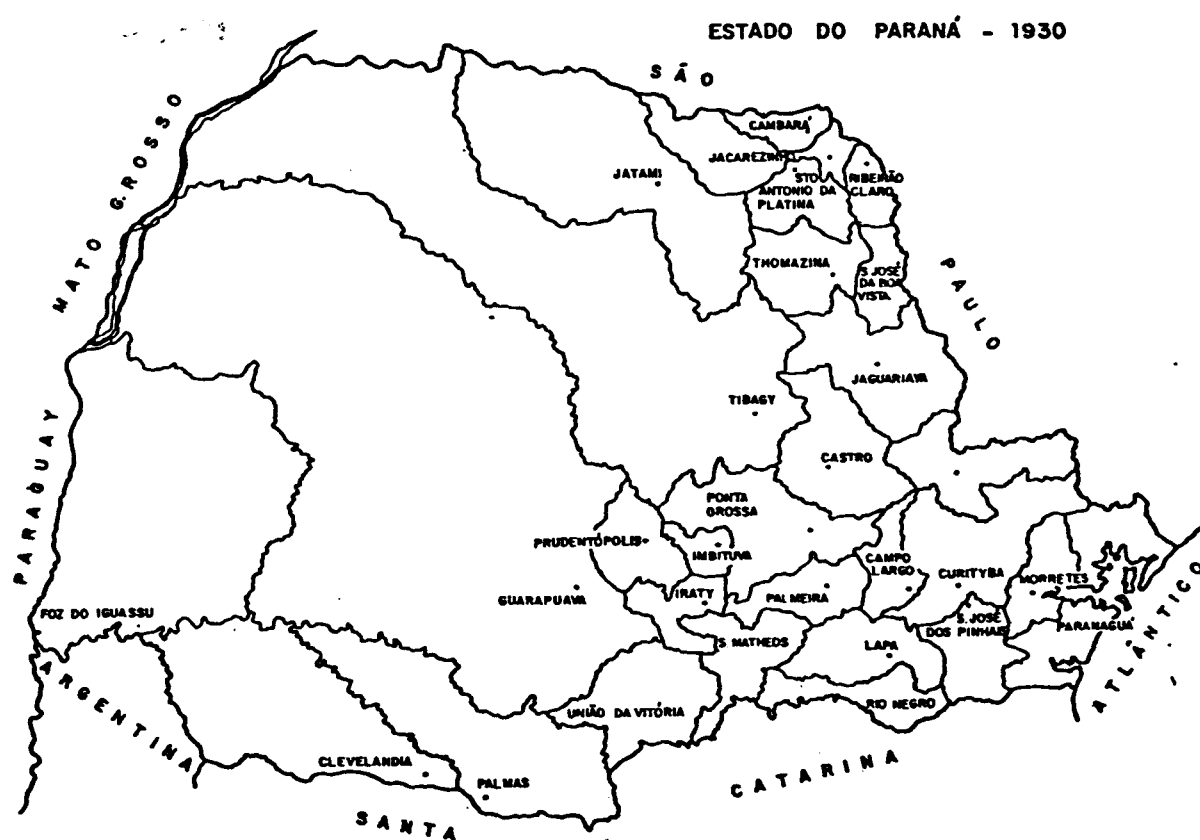
QUADRO POPULACIONAL I

MAPA I

LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES ÀS EMPRE- SAS ESTRANGEIRAS NO EXTREMO-OESTE PARANAENSE

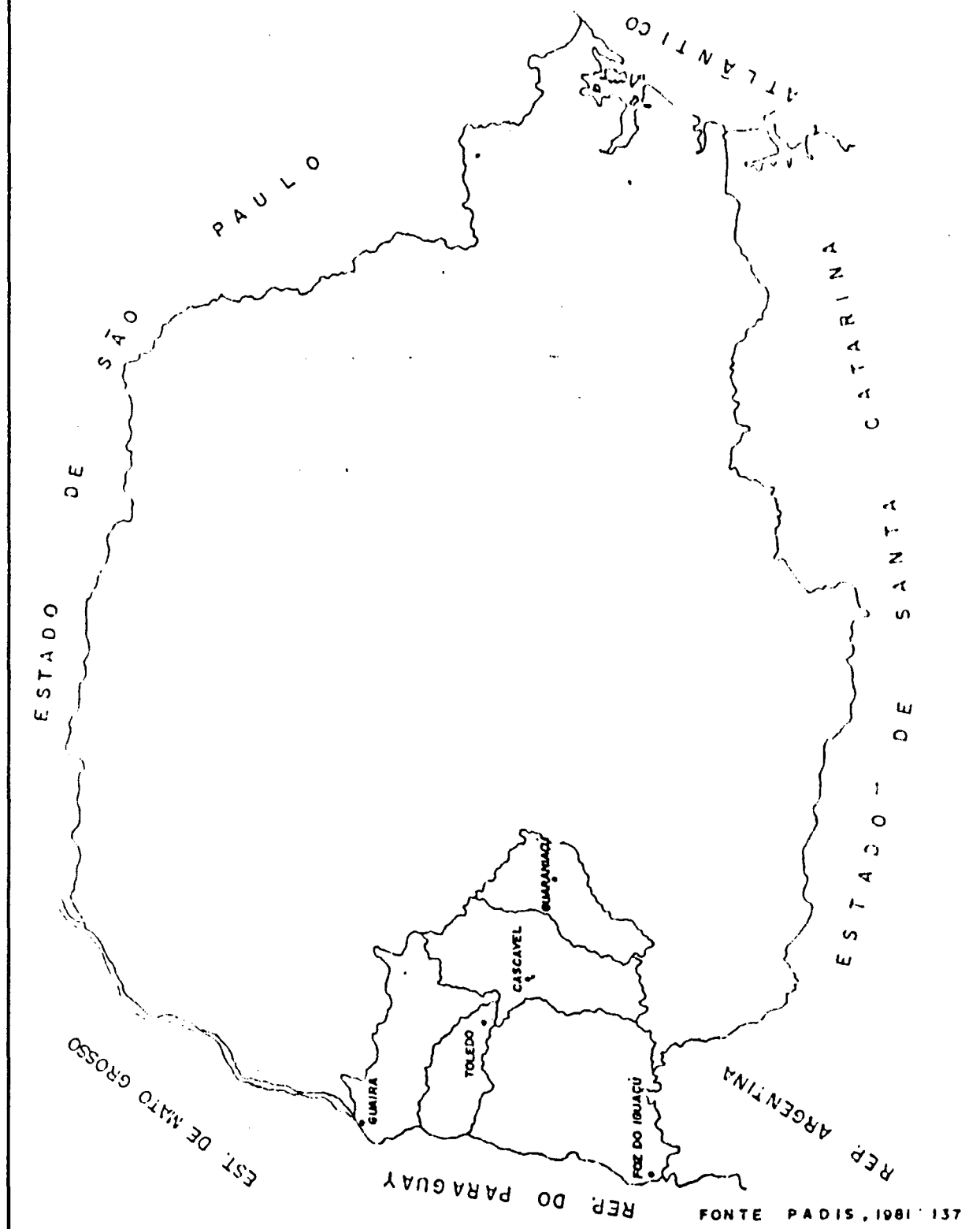


MAPA II



Fonte: Padis, 1981; 131

MAPA III : DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO
EXTREMO-OESTE PARANAENSE NO ANO/
DE 1953



MAPA IV

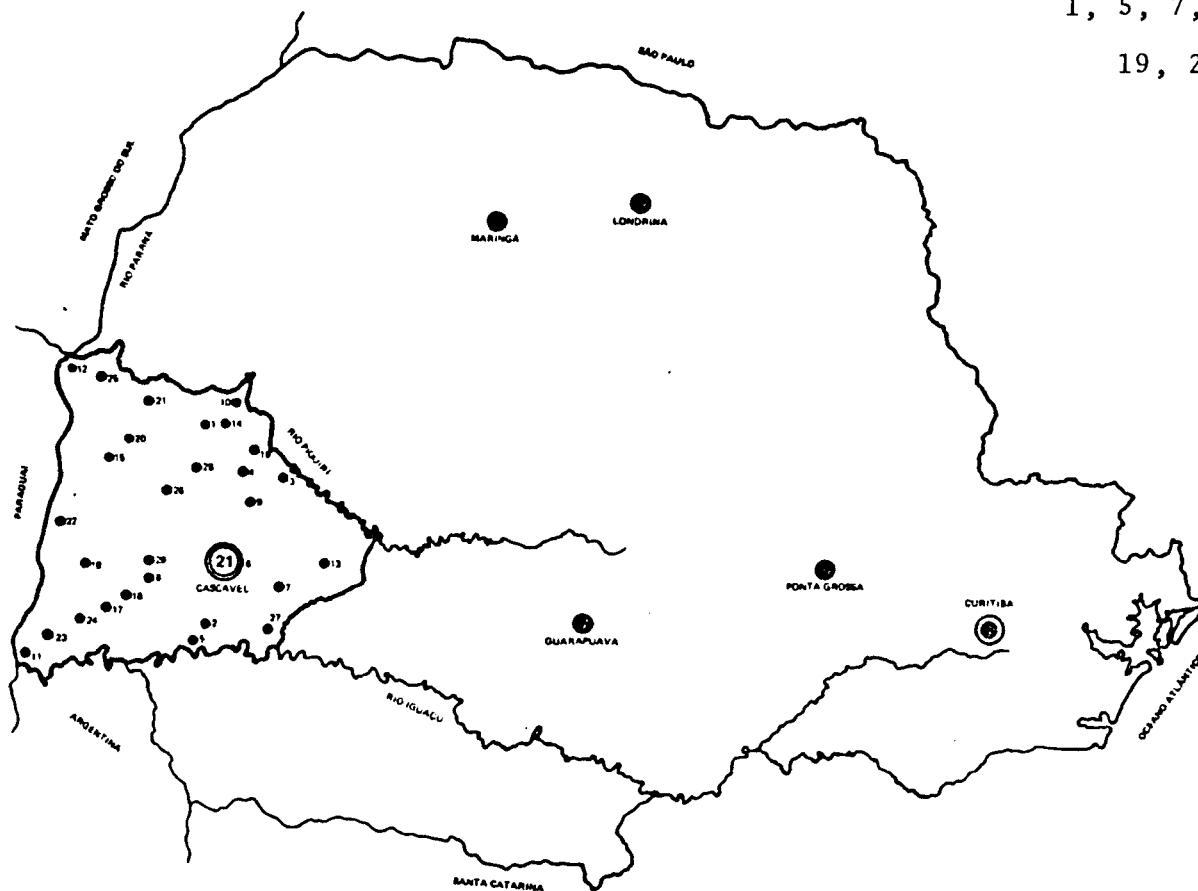
Municípios até a década de 1960

6, 11, 12, 13, 26

Municípios até a década de 1970

1, 5, 7, 8, 15, 16, 17

19, 21, 22, 24, 25



MUNICÍPIOS

- 1 - Assis Chateaubriand
- 2 - Boa Vista da Aparecida
- 3 - Braganey
- 4 - Cafelândia
- 5 - Capitão Leônidas Marques
- 6 - Cascavel
- 7 - Catanduvas
- 8 - Céu Azul
- 9 - Corbélia
- 10 - Formosa do Oeste
- 11 - Foz do Iguaçu
- 12 - Guaíra
- 13 - Guaraniaçu
- 14 - Jesuítas
- 15 - Mal. Cândido Rondon
- 16 - Matelândia
- 17 - Medianeira
- 18 - Missal
- 19 - Nova Aurora
- 20 - Nova Santa Rosa
- 21 - Palotina
- 22 - Santa Helena
- 23 - Santa Terezinha de Itaipu
- 24 - São Miguel do Iguaçu
- 25 - Terra Roxa
- 26 - Toledo
- 27 - Três Barras do Paraná
- 28 - Tupãssi
- 29 - Vera Cruz do Oeste

Fonte: Relatório Final MEC/OEA, 1983: 17

OESTE DO PARANÁ – DADOS POPULACIONAIS

	1970 Total	Urbana	X Rural
Assis Chateaubriand	78.600	11.596	67.004
Cap. Leônidas Marques	23.256	3.451	19.805
Cascavel	89.921	34.961	54.960
Catanduvas	25.720	2.191	23.535
Céu Azul	23.219	4.183	19.036
Corbélia	39.672	2.985	36.687
Formosa do Oeste	44.278	4.491	39.787
Foz do Iguaçu	33.966	20.147	13.819
Guaíra	32.875	11.219	21.656
Guaraniaçu	28.649	3.552	25.097
Mal. Cândido Rondon	43.776	7.189	36.587
Matelândia	24.561	2.651	21.910
Medianeira	31.142	7.247	23.895
Nova Aurora	30.558	2.845	27.747
Nova Santa Rosa	8.529	—	—
Palotina	43.005	5.252	37.753
Santa Helena	26.834	2.082	24.752
São Miguel do Iguaçu	25.242	2.178	23.064
Terra Roxa	38.237	6.340	31.927
Toledo	68.885	14.986	53.899

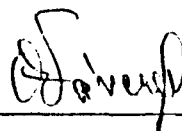
FONTE: FIBGE – 70-80

TABELA POPULACIONAL

1980 Total	Urbana	X Rural	crescimento — ou + %	perda rural %
55.963	28.948	26.415	-28,80	60,57
41.206	10.522	30.684	77,18	— —
166.401	126.401	40.000	85,05	27,21
30.734	8.784	27.950	19,46	— —
25.898	12.111	13.787	11,53	27,57
36.395	14.306	22.089	-8,26	39,79
36.424	10.240	26.184	-17,73	34,18
141.726	103.696	38.030	317,25	— —
30.012	20.339	9.673	-8,70	55,33
34.779	7.700	27.079	21,39	— —
56.762	25.510	31.252	29,66	14,18
33.455	10.185	23.270	36,21	— —
50.017	25.037	24.980	60,60	— —
18.657	6.515	12.142	-38,94	56,24
7.052	1.806	5.246	-17,31	— —
28.754	12.709	16.045	-33,13	57,50
35.317	7.514	27.803	31,61	— —
34.539	8.012	26.527	36,83	— —
25.535	10.894	14.641	-33,21	54,14
82.513	43.943	38.570	19,78	28,44

Fonte: Relatório Final MEC/OEA, 1983: 19

Dissertação apresentada aos Srs.:

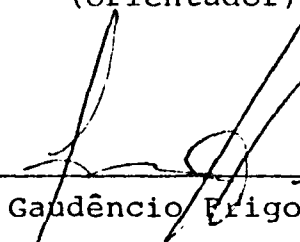


Osmar Fávoro
(Orientador)

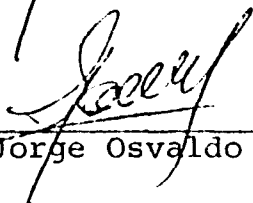
Nome dos

Componentes da

banca examinadora



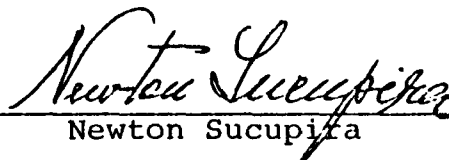
Gaudêncio Frigotto



Jorge Osvaldo Romano

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 25/05/92



Newton Sucupira

Coordenador Geral do IESAE